

Abordagens de mecanismos de continuidade
da violência institucional do Estado

DIÁLOGOS SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASIL & COLÔMBIA

Volume 2

Organização

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Andrea Catalina León Amaya



Abordagens de mecanismos de continuidade
da violência institucional do Estado

DIÁLOGOS SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASIL & COLÔMBIA

Volume 2

Organização

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Andrea Catalina León Amaya



2021

Editora Responsável

Michele Christiane de Souza Bannwart

Conselho Editorial

Dr. Anton Lois Fernandez Alvarez

Dr. Clodomiro José Bannwart Júnior

Dr. Gilvan Luiz Hansen

Dr. Jairo Néia Lima

Dr. Jonathan Michelson de Menezes

Dra. Karla Christina Martins Borges Furlaneto

Dra. Maria Cristina Muller

Dr. Ricardo Lebbos Favoreto

Dr. Tiago Gagliano Pinto Alberto

Dra. Vanessa Vilela Berbel

Diagramação

Aline Yuri Sato

Capa

Marcelo Inez

Revisão textual em português

Josyelle Bonfante Curti

Revisão textual em espanhol

María Rossi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogos sobre justiça de transição Brasil & Colômbia [livro eletrônico]

: abordagens de mecanismos de continuidade da violência institucional do Estado / organização Joaquim Leonel de Rezende Alvim, Andrea Catalina León Amaya. – 1. ed. – Londrina, PR : Engenho das Letras, 2021. – (Diálogos ; 2)

PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-86457-11-7

1. Direitos humanos 2. Direitos humanos - Brasil 3. Justiça de transição - Brasil 4. Justiça de transição - América Latina 5. Liderança 6. Política I. Alvim, Joaquim Leonel de Rezende. II. Amaya, Andrea Catalina León. III. Série.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Trajetória de Constituição dos “Diálogos Sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia
Volume 2 – Abordagens de Mecanismos de Continuidade da Violência Institucional do Estado” ... 6

PARTE 1

MEMÓRIAS, VERDADES E ESQUECIMENTOS: TENSÕES DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO EM
CONTEXTOS DE MANUTENÇÃO / ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DO
ESTADO 10

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP): EMBATES ENTRE REFERÊNCIAS DE VERDADE (MEMÓRIAS) E PÓS- VERDADE (NARRATIVAS)

Joaquim Leonel de Rezende Alvim..... 11

ALTARES ESPONTÂNEOS: VESTÍGIO, PRECARIEDADE E TESTEMUNHO

Sandra Patricia Arenas Grisales
José César Coimbra21

O PAPEL DOS DIREITOS CULTURAIS NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Umberto Abreu Noce 34

HALLAZGOS GENERALES PARA UNA TESIS SOBRE COMUNICACIÓN COMUNITARIA Y CONSTRUCCIÓN DE PAZ

César Augusto Tapias Hernández47

O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA RELAÇÃO MUTUALÍSTICA

Ana Beatriz Almeida Borges 63

PARTE 2

AS RECONFIGURAÇÕES DAS VIOLÊNCIAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO
DA TRANSIÇÃO: UM OLHAR SOBRE A FACETA DOS DIREITOS HUMANOS 75

TRÁNSITO DEL PARADIGMA PARA EL FIN DEL CONFLICTO EN COLOMBIA: ANTECEDENTES JURÍDICOS DEL PROCESO DE PAZ

Óscar Iván Suárez Moreno76

OTROS RITOS, OTROS PACTOS: PARTICIPACIÓN DE LAS DEFENSORAS EN LA PRODUCCIÓN DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN COLOMBIANA	
Andrea Catalina León Amaya	95
JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SISTEMA DE JUSTIÇA: VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL EM TEMPOS PANDÊMICOS	
Daiane Trindade da Silva	116
A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL COMO PRÁTICA DE EXTERMÍNIO: DA DITADURA MILITAR À PANDEMIA DE COVID-19	
Miriam Tavares de Sá.....	132
PARTE 3	
AS VARIÁVEIS DA IDENTIDADE, TERRITÓRIO E QUESTÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO: RECONFIGURAÇÕES DE CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DOMINAÇÃO	145
MITÚ 32 Y 22 AÑOS DESPUÉS: LA DENSIDAD DE LAS MEMORIAS EN UN PRESENTE INCIERTO	
María Rossi	146
“NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM”: INTERFACES ENTRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, GÊNERO E REDES SOCIAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS	
Laura Magalhães de Andrade	162
EXPERIENCIAS Y SIGNIFICADOS SOBRE LA INSTITUCIONALIDAD DEL ESTADO EN LOS TESTIMONIOS DE MUJERES VÍCTIMAS DE DESPLAZAMIENTO DEL CONFLICTO SOCIAL-POLÍTICO-ECONÓMICO-ARMADO COLOMBIANO	
Catalina Revollo Pardo	176
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AS IMIGRANTES HAITIANAS RESIDENTES NO BRASIL	
Jamile da Silva Pinheiro	193
LAS LIMITACIONES IMPUESTAS A LA PAZ EN COLOMBIA: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA REFORMA RURAL INTEGRAL Y EL AVANCE DE LA AGENDA DEL AGRONEGOCIO EN COLOMBIA	
Juanita Cuéllar Benavides	205
AUTORES.....	221

APRESENTAÇÃO

Trajetória de Constituição dos “Diálogos Sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia Volume 2 – Abordagens de Mecanismos de Continuidade da Violência Institucional do Estado”

A região latino-americana caracteriza-se pela presença de contextos de profunda desigualdade social, de violência generalizada e de discriminação por motivos de gênero, de raça ou de etnia. Em alguns países, esses contextos confluem com processos de transição política e de democratização posteriores a conflitos armados ou a ditaduras ainda não consolidados. É o caso da Colômbia e do Brasil: o primeiro com um recente acordo de paz que enfrenta obstáculos na sua implementação, e o segundo com uma transição que diferentes estudos descrevem como inacabada.

A concretização dos mecanismos de Justiça de Transição e a criação de garantias para o exercício dos direitos ao protesto social e à defesa dos direitos humanos indicam avanços rumo à consolidação das instituições democráticas e à correção das inequidades sociais. Nesse sentido, as lideranças sociais e as defensoras de direitos humanos desempenham um papel fundamental. Contudo, nos países focalizados nesta proposta (Brasil e Colômbia), diversas análises apontam para uma situação de desproteção da vida e de integridade das pessoas que exercem a defesa dos direitos humanos e para a existência de múltiplos obstáculos no acesso à justiça ante violações de direitos humanos. A pandemia do Covid-19 veio a somar circunstâncias extraordinárias que contribuem para o aprofundamento das desigualdades, afetando principalmente os segmentos sociais mais vulneráveis, com o risco de aumentar a instabilidade dos processos de democratização em

andamento. A emergência provocada pela pandemia do Covid-19 vem ensejando respostas variadas das instituições do Estado. Entretanto, a situação de excepcionalidade gerada tem motivado a preocupação internacional pelo risco de afetar a vigência plena dos direitos humanos da população e pelos impactos negativos sobre as pessoas e os grupos em situação de especial vulnerabilidade, no imediato, no médio e no longo prazo. Isso motivou a emissão da Resolução 01/2020 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA, 2020)¹, que estabelece padrões e recomendações para que as medidas adotadas pelos Estados na atenção e na contenção da pandemia tenham como centro o pleno respeito aos direitos humanos.

1 OEA. Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Resolução 1/2020. Pandemia e Direitos Humanos Nas Américas. [S.l.]: OEA/CIDH, 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

O presente livro desenvolve múltiplas abordagens dialogando com análises críticas dos processos de continuidade da violência institucional do Estado e de grupos sociais no cenário da Justiça de Transição no Brasil e na Colômbia, bem como busca acompanhar o cumprimento das recomendações 16 e 30 da resolução 01/2020 da CIDH, problematizando os desafios gerados em contextos de transição política a partir de uma abordagem voltada para a compreensão das singularidades e das especificidades desse processo nos dois Estados referidos anteriormente. Isto é, almeja-se problematizar, dentre outras variáveis, as formas e os processos nos quais estão sendo ou não garantidas as condições materiais e de segurança para que as pessoas defensoras de direitos humanos e as lideranças sociais desempenhem seu trabalho de defesa e de informação no contexto contemporâneo, relativo, por exemplo, à questão da pandemia; ainda, examina se os mecanismos de acesso à justiça que essas pessoas promovem diante de violações de direitos humanos estão sendo ameaçados por conta das medidas emergenciais e excepcionais impostas na conjuntura atual.

Dando continuidade aos *Diálogos sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia – Atores Institucionais, Lideranças Sociais e Defensores Dos Direitos Humanos* (volume 1), os artigos aqui presentes problematizam pontos concernentes aos processos de Justiça de Transição no Brasil e na Colômbia, mas também ensejam reflexões sobre as trocas de saberes com atores envolvidos na mobilização pela

defesa dos direitos humanos ligada direta e indiretamente à Justiça de Transição. Nesse seguimento, os artigos que compõem esse volume 2 contribuem para compreender os sentidos e os significados do trabalho realizado por esses atores e da situação de desproteção em que se encontram. Nessas reflexões são também problematizadas as estratégias desenvolvidas para fazer frente aos novos desafios gerados pela pandemia, articulando uma abordagem que leva em consideração formas históricas de discriminação ou de opressão, particularmente de gênero e de raça.

A estruturação do fio condutor das ponderações reunidas neste livro ganhou corpo a partir das sessões de estudo do nosso grupo de pesquisa realizadas entre agosto e novembro de 2020 de maneira intercalada com os encontros virtuais de diálogo com atores institucionais, lideranças sociais e defensores e defensoras de direitos humanos de que trata o volume 1. Por um lado, conta com contribuições individuais dos pesquisadores e de pesquisadoras da equipe, consistindo, a maior parte delas, de análises atinentes ao campo empírico da transição política brasileira. Por outro, deu azo à abertura, a convite dos organizadores, para autorias externas que se debruçam no campo empírico da transição política colombiana.

Nesse tocante, a obra está estruturada em três partes. Na parte 1 temos uma problematização do tema das memórias, das verdades e dos esquecimentos a partir de tensões do processo de transição em contextos de manutenção/enfrentamento da violência institucional do Estado, com artigos de Joaquim Leonel de Rezende Alvim; de Sandra Patricia Arenas Grisales e José César Coimbra; de Umberto Abreu Noce; e de César Augusto Tapias Hernández; e de Ana Beatriz Almeida Borges.

A parte 2 está organizada com artigos sobre as reconfigurações das violências sociais e institucionais na situação da transição com base em um olhar sobre a faceta dos direitos humanos, contando com artigos de Oscar Iván Suárez Moreno; de Andrea Catalina León Amaya; de Daiane Trindade da Silva; e de Miriam Tavares de Sá.

Por fim, na parte 3, temos o desenvolvimento das variáveis da

identidade, do território e do gênero nos processos de transição a partir de reconfigurações de contextos de violência e de dominação, com os artigos de María Rossi; de Laura Magalhães de Andrade; de Catalina Revollo Pardo; de Jamile da Silva Pinheiro; e de Juanita Cuéllar Benavides.

A publicação deste livro está vinculada às ações de fomento para as atividades de pesquisa e extensão que foram viabilizadas com o apoio dos seguintes editais: (1) UFF/PROGRAD/PROPPPI – Edital de seleção de apoio às atividades acadêmicas não presenciais (ANP) no ensino de graduação e de pós-graduação da UFF nº 01/2020; (2) UFF/PROPPPI/PROGRAD/PROEX – Edital de seleção de projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 nº 04/2020; e (3) UFF/PROPPPI – Edital Chamada FOPESQ-2020 no campo do programa de fomento à pesquisa na UFF; proporcionando a formação de um grupo de pesquisa a respeito da Justiça de Transição no âmbito do funcionamento do NUTEAP/UFF – Núcleo De Pesquisas Interdisciplinares De Teorias, Atividades e Práticas no Campo do Direito/Universidade Federal Fluminense (Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9933791308276021> e domínio UFF www.nuteap.uff.br).

Por fim, gostaríamos de agradecer aos pesquisadores e às pesquisadoras que contribuíram com seus artigos para a concretização desta nova edição dos “Diálogos”, ilustrativa de pesquisas e de reflexões críticas nessa esfera da Justiça de Transição no Brasil e na Colômbia.

Boa leitura para todas e todos!

***Joaquim Leonel de Rezende Alvim * &
Andrea Catalina León Amaya *****

(Coordenadores do projeto “Diálogos sobre Justiça de Transição Brasil & Colômbia”)

* Professor Titular de Teoria do Direito da Faculdade de Direito do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e do Programa de Pós-graduação em Direitos, Inovações e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do NUTEAP/UFF.

** Bacharel em Direito e advogada pela Universidad Externado de Colombia. Mestre em Ciências Sociais e Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora integrante do NUTEAP/UFF.

PARTE 1

**MEMÓRIAS, VERDADES E ESQUECIMENTOS: TENSÕES DO
PROCESSO DE TRANSIÇÃO EM CONTEXTOS DE MANUTENÇÃO /
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DO ESTADO**

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (CEMDP): EMBATES ENTRE REFERÊNCIAS DE VERDADE (MEMÓRIAS) E PÓS-VERDADE (NARRATIVAS)

2 Professor Titular de Teoria do Direito do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e do Programa de Pós-graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense . E-mail: joaquimleonelalvim@id.uff.br

Joaquim Leonel de Rezende Alvim²

RESUMO

O presente artigo desenvolve aspectos da Justiça de Transição no Brasil relacionados às mudanças recentes operadas pelo governo Bolsonaro no âmbito da composição e do funcionamento da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) durante o ano de 2019. Situando relações de continuidades e rupturas presentes no processo (inconcluso) da justiça de transição, evidenciamos embates entre as referências de verdade (memórias) e de pós-verdade (narrativas) que são mobilizadas como referências para o entendimento de interações presentes no campo dessa justiça.

Palavras-chave: Justiça de Transição. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Verdade. Memória. Pós-Verdade. Narrativa.

ABSTRACT

This article develops aspects of transitional justice in Brazil related to the recent changes made by the Bolsonaro government in the scope of the composition and functioning of the Special Committee on Political Deaths and Disappearances (CEMDP) during 2019. Situating relations of continuities and ruptures present in the the (unfinished) process of transitional justice, we show clashes between the references of truth (memories) and post-truth (narratives) that are mobilized as references for the understanding of interactions present in the field of this justice.

Keywords: Transitional Justice. Special Commission on Political Dead and Missing Persons (CEMDP). Truth. Memory. Post-Truth. Narrative.

INTRODUÇÃO

Entender o funcionamento de espaços criados como mecanismos institucionais da Justiça de Transição lança uma perspectiva de compreensão da maneira como esse processo está sendo vivenciado concretamente em contextos históricos específicos. Nesse sentido, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada em 4 de dezembro de 1995, pela Lei 9.140 (BRASIL, 1995), sendo um desses mecanismos institucionais que fazem parte da Justiça de Transição no Brasil, pode ilustrar as características desse processo no cenário brasileiro.

Estaremos, em um primeiro momento, abordando a relação entre a Justiça de Transição e a CEMDP em termos de uma (a) história perpassada por continuidades e por rupturas e em termos de uma (b) concepção de verdade presente nesses processos históricos de Justiça de Transição. A partir desse desenvolvimento, analisamos as ações do governo Bolsonaro quanto às mudanças da composição e do funcionamento da CEMDP e como tais mudanças impactam a institucionalidade democrática, produzindo embates entre (a) narrativa/esquecimento e (b) verdade/justiça.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E CEMDP: PROCESSUALIDADE HISTÓRICA E CONCEPÇÃO DE VERDADE

A Justiça de Transição se constitui um campo no qual temos interações entre forças políticas e sociais, visando encontrar recursos que possibilitem a passagem de situações de violência impetradas por Estados (em diferentes níveis) ditatoriais para situações de “normalidade” democrática. Sendo assim, a Justiça de Transição tem uma temporalidade que engloba o passado, o presente e o futuro de sociedades concretas que vivenciaram situações de violência institucional, bem como implica diferentes tipos de arranjos que podem sinalizar para elementos (em menor ou maior grau) de continuidade ou de ruptura com relação às circunstâncias de violência vivenciadas historicamente por essas sociedades. Essa compreensão de elementos de continuidade ou de ruptura relaciona-se a um processo histórico perpassado por contradições no qual tais elementos não revelam polos de uma visão dicotômica da realidade (continuidade ou ruptura), mas, sim, um *continuum* entre essas duas referências que sinaliza para diferentes posições possíveis da relação entre elas.

Diante disso, no processo histórico, podemos estar mais perto ou mais afastados de uma dessas referências ou desses elementos (continuidade ou ruptura), mas, com certeza, uma vivência de violência institucional perpetrada pelo Estado não desaparece como em um passe de mágica ou como por decreto, pois requer, concretamente, o enfrentamento dessas situações por parte das lutas sociais e lutas de grupos submetidos às situações de violências que são articuladas em diferentes níveis, sendo o direito uma dessas variáveis mobilizadas na luta social. Anderson (2020, p. 178) faz uma análise do papel das Forças Armadas no governo Bolsonaro, sinalizando para a problematização dessa relação de continuidades e de rupturas em termos de processo histórico:

A colonização do governo Bolsonaro pelas Forças Armadas, cerca de cinquenta anos depois de um golpe do qual elas ainda se orgulham, confere a esse período de meio século da história brasileira a forma de uma parábola. Em 1964, os militares tomaram

o poder para remover um presidente disposto demais, na visão deles, a aceitar mudanças radicais na ordem social. Em 2018, eles entrevistaram para garantir que um presidente ainda popular demais, na visão deles, após realizar mudanças bem menos radicais, não fosse reeleito, colocando no poder alguém que tivesse uma origem e um modo de pensar semelhante ao deles. A curva de uma parábola não precisa ser simétrica. A derrubada de Jango e o bloqueio de Lula foram operações distintas, a primeira exigindo o exercício da violência, a segunda, apenas a ameaça dela.

Nesse olhar para a Justiça de Transição como campo de interações, podemos observar diferentes posições, práticas, lutas e institucionalidades que se constituem e materializam uma forma concreta específica desse tipo de justiça. A CEMDP é uma dessas ferramentas institucionais que fazem parte da Justiça de Transição no Brasil concernente ao processo de redemocratização das instituições e da sociedade brasileira com o fim da ditadura civil-empresarial-militar que operou entre 1964/1985. Temos uma vasta bibliografia sobre o tema da ditadura pós-64 no Brasil, bem como várias terminologias e conceitos para expressar a “forma” ou o “tipo” de ditadura empregada nesse período da história brasileira. Na década de 1980, a ênfase maior era dada na questão da burocracia estatal, do papel da forças armadas e do autoritarismo como componente de uma cultura política³. Posteriormente, tivemos um foco de análise voltado para a incorporação de setores da sociedade civil e para setores empresariais nos períodos ditatoriais, desmitificando um tipo da Ditadura cujo enfoque era dado ao componente militar, ou seja, uma ditadura lembrada como composta por setores das Forças Armadas e esquecida com relação aos seus demais componentes. Seguindo esse modo de compreensão, usamos o termo ditadura civil-empresarial-militar para situar a ruptura da ordem democrática brasileira durante o período de 1964/1985⁴.

Os recentes debates que foram elaborados na CEMDP podem ser exemplos de uma inflexão da noção de verdade a partir das mudanças introduzidas na composição e no funcionamento da referida Comissão pelo Governo Bolsonaro. Dessa maneira, nos limites do presente artigo, vamos desenvolver problematizações sobre essas formas de

3 Durante a década de 1980, tivemos o uso recorrente do termo “Estado burocrático-autoritário”. Para maiores detalhes, remetemos aos seguintes trabalhos: O’DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe. Transições do regime autoritário: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988; e VIEIRA, José Ribas. O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

4 Para maiores detalhes sobre a expressão de ditadura civil-empresarial-militar, indicamos a pesquisa de Borges (2020).

inflexão da “verdade” que emergem no âmbito da reconfiguração da CEMDP implementada durante o ano de 2019. Essa inflexão expressa uma relativização do modelo de verdade no mundo Ocidental, que foi historicamente associado, por Michel Foucault, à forma do inquérito, nascida na Grécia antiga⁵, esquecida durante um longo período histórico, retomada na Idade Média⁶ e praticada em larga escala em arquétipos de verdade das sociedades modernas⁷.

Nessa concepção de verdade baseada na forma do inquérito, exatamente por termos um fato, podemos recorrer às pessoas que viram, que testemunharam, e às provas etc. para demonstrar tal fato. Quer dizer, o fato precede o relato. O fato não decorre de uma vontade. Por conseguinte, caso tenhamos uma inversão dessa lógica, isto é, caso tenhamos uma vontade que preceda o fato, encontraríamos uma clara violência ao modelo político-jurídico de verdade do mundo Ocidental. Por ter uma vontade, por estabelecerem-se as condições de termos à vontade de um relato, saímos à caça do fato. Em primeiro lugar, teríamos a vontade política, depois procuramos o fato...

5 “A tragédia de Édipo é fundamentalmente o primeiro testemunho que temos de práticas judiciárias gregas. Como todo mundo sabe, trata-se de uma história em que pessoas – um soberano, um povo – ignorando uma certa verdade, conseguem, por uma série de técnicas de que falaremos, descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano. A tragédia de Édipo é, portanto, a história de uma pesquisa da verdade; é um procedimento de pesquisa da verdade que obedece exatamente às práticas judiciárias gregas dessa época” (FOUCAULT, 2002, p. 31).

6 “Muito curiosamente, a história do nascimento do inquérito, permaneceu esquecida e se perdeu, tendo sido retomada, sob outras formas, vários séculos mais tarde na Idade Média. Na Idade Média europeia, assiste-se a uma espécie de segundo nascimento do inquérito, mais obscuro e lento, mas que obteve um sucesso bem mais efetivo que o primeiro. O método grego

do inquérito havia estacionado, não chegara à fundação de um conhecimento racional capaz de se desenvolver indefinidamente. Em compensação, o inquérito que nasce na Idade Média terá dimensões extraordinárias. Seu destino será praticamente coextensivo ao próprio destino da cultura dita europeia ou ocidental” (FOUCAULT, 2002, p. 55).

7 “Pois o que chamamos de inquérito (enquete) – inquérito tal como é e como foi praticado pelos filósofos de século XV ao século XVIII, e também por cientistas, fossem eles geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas – é uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades... Foi para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica” (FOUCAULT, 2002, p. 12).

OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS DA COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA CEMDP NA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA: EMBATES ENTRE NARRATIVA/ESQUECIMENTO E VERDADE/JUSTIÇA

A tentativa de subversão de uma forma de verdade estruturante de práticas no mundo ocidental, abordada no item anterior, enseja um embate na CEMDP que esclarece o uso de espaços criados por ocasião de processos visando fortalecer as instituições democráticas para funcionar como o seu contrário. Relacionando essa questão do uso das instituições para subverter o funcionamento da democracia, Nobre (2020, p. 26) aponta que,

em seu projeto de tornar sem efeito a Constituição de 1988, a tática inicial de Bolsonaro foi minar as instituições por dentro. Colocou no ministério do Meio Ambiente alguém que faz tudo menos proteger o meio ambiente. Nomeou para presidir uma fundação que luta contra o racismo alguém que diz que não existe racismo no Brasil. E por aí vai. Em lugar de suprimir as instituições criadas pela Constituição de 1988, Bolsonaro faz com que as instituições se comportem no sentido oposto àquele para o qual foram criadas.

Igualmente, o governo Bolsonaro mudou 4 membros da composição da CEMDP (total de 7 membros). Conforme publicado no Diário Oficial da União de 1 de agosto de 2019 (BRASIL, 2019), com a assinatura conjunta do presidente Bolsonaro e da Ministra da Mulher, Família e Direitos, Humanos Damares Alves, tivemos a substituição da presidente da Comissão, a procuradora Eugênia Gonzaga, por Marco Vinicius Pereira de Carvalho, na época assessor especial de Damares Alves no Ministério e filiado ao PSL, então partido de Bolsonaro. Além dessa mudança da presidência, tivemos outras três substituições: (1) Weslei Antônio Maretti, coronel reformado do Exército, entrando no lugar de Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada que integrou a Comissão Nacional da Verdade; (2) Vital Lima Santos, oficial do Exército, entrando no lugar de João Batista da Silva Fagundes, ex-deputado federal; e (3) Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro,

deputado federal (PSL-PR), entrando no lugar de Paulo Roberto Severo Pimenta, também deputado federal (PT-RS).

Quando indagado sobre a motivação da mudança, Bolsonaro falou que “o motivo é que mudou o presidente, agora é o Jair Bolsonaro, de direita. Ponto final. Quando eles botavam terrorista lá, ninguém falava nada. Agora mudou o presidente. Igual mudou a questão ambiental também” (BORGES, 2019). Tal fala remete à estratégia anteriormente sinalizada de mudança das instituições para subverter o próprio fundamento da democracia, instrumentalizando o uso dessas instituições para funcionar em um sentido contrário ao qual foram criadas, bem como ilustra a posição autoritária recorrente em suas falas, com a expressão “ponto final”. A esse respeito, esclarece Nobre (2020, p. 12-13):

<Ponto-final> é uma das expressões prediletas de Bolsonaro, especialmente ao lidar com a imprensa. Uma expressão que ele tem usado com cada vez mais frequência, quanto mais difícil de sustentar se torna sua posição. Ao lado do <tá okey?>, <ponto-final> é típica expressão do caráter autoritário do atual presidente. Não só exige ter a última palavra, mas pretender decretar e impor o momento em que qualquer discussão tem que ser encerrada, o momento em que não pode haver outra opção exceto silenciar. Não por acaso, <Ponto-final> é também o nome que recebeu na Argentina a lei de 1986 que paralisou processos contra agentes da ditadura militar e que pretendeu fazer como Bolsonaro: impor o silêncio.

Nesse sentido, temos um processo ressignificando de forma radical a noção de verdade pela noção de narrativa: politicamente, tínhamos a narrativa da “esquerda”, agora, temos uma outra narrativa, da “direita”, na qual a ideia de verdade não se associa mais aos fatos e aos complexos mecanismos de demonstração, mas tão somente às posições lastreadas em crenças. Subvertemos, assim, o sistema de verdade. A verdade não é mais propagada em fatos que a precedem. Temos uma reviravolta no modelo de verdade baseado no inquérito⁸. Os fatos agora só se constituem como tais se estiverem ancorados em sistemas de crenças. As crenças sustentam os fatos. Essa inversão

8 Nesse sentido, refletindo sobre a noção de verdade em contexto que precede o bolsonarismo (impeachment da Presidenta Dilma Rousseff), D’Amaral (2016, n.p.) sustenta que: “Essa estrutura necessária é uma das formas que restaram do antigo amor que tivemos à verdade, e, parece, está em extinção junto com as baleias e os micos-leão dourados. Em falta de nome melhor, proponho chamá-lo de <modelo judiciário da verdade>. Funciona assim. Dá-se um fato estranho. Ele não é natural, como uma tsunami, nem casual, como um pé torcido numa rua movimentada. Alguém o produziu. É preciso saber com certeza quem. E estabelecer um certíssimo vínculo causal entre o fato e o feito. E então, sim, avaliá-lo. Conhecer sua verdade.” Para maiores detalhes sobre essa compreensão do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff como subversão de uma concepção de verdade do mundo ocidental, aludimos, também, ao nosso artigo Alvim (2019, p. 9-24).

operada na CEMDP na relação entre posições/crenças e fatos evidencia novos recursos de orientação das ações nas sociedades contemporâneas, que podem sinalizar para uma nova forma de organização da verdade (pós-verdade), que estaria em disputa com o modelo da verdade baseado no inquérito. Logo, como indica D´Ancona (2018, p. 21) no âmbito da competição eleitoral:

Era reconfortante imaginar que os eleitores reuniam fatos, tiravam conclusões desses fatos, assumiam posições a respeito das questões com base em suas conclusões e escolhiam um partido político de forma correspondente. Na prática... os eleitores escolhiam um partido com base em afiliações de valor, adotavam as opiniões da tribo, desenvolviam argumentos para apoiar essas opiniões e (só então) selecionavam fatos para reforçar essas alegações.

Nessa mesma compreensão, os embates no âmbito da CEMDP mostram uma posição política e moral antecedendo a verdade, o que dialoga com a posição de Nobre (2020) ao sustentar que Bolsonaro age de modo a subverter a relação entre verdade e democracia:

Muita gente tentou, mas apenas Bolsonaro conseguiu fazer parte do sistema político e agir como se não fizesse. Porém, mais do que um simples líder antissistema, Bolsonaro não busca a assimilação em nível institucional, não pretende caber na institucionalidade democrática. Ele associa suas posições de extrema direita à defesa de tudo que é ético e decente e identifica o restante – todo o sistema político – com a “esquerda”, ou seja, com tudo o que é corrupto e corrompido na vida social em geral. Para Bolsonaro, todo mundo que aceita as regras da Constituição de 1988 é “de esquerda”, faz parte da “falsa democracia”. Para Bolsonaro, a redemocratização é a responsável por todos os males do país. A “verdadeira democracia” é apenas aquela que existia durante a ditadura militar. Quem conseguir entender a expressão “a democracia da ditadura era a verdadeira democracia” conseguirá entender Bolsonaro (NOBRE, 2020, p. 25).

Esse é o pano de fundo no qual a verdade se articula com um comando de esquecimento da história, que se desdobra na invisibilidade de grupos sociais e de pessoas no presente, fazendo

emergir “novas” narrativas voltadas para o apagamento das violações dos direitos humanos mais básicos de diferentes grupos sociais realizadas no passado e que continuam a ser praticadas no presente. Temos, atualmente, um desmonte de diferentes políticas públicas nesse campo da memória e da verdade⁹ que, não obstante impactarem diretamente a referência da memória e da verdade no âmbito do passado e com desdobramentos nas práticas do presente, constroem narrativas de uma “outra verdade” que estão orientadas para o futuro¹⁰. Portanto, essa forma de verdade calcada somente em uma narrativa, em uma posição, em um ponto de vista, afronta o modelo de verdade pautado no inquérito como forma de saber e atenta contra o próprio funcionamento das instituições democráticas.

⁹ Segundo Borges (2020, p. 16-17), “As lacunas existentes em políticas de memória, verdade, justiça e reparação sobre os desaparecidos políticos da ditadura demonstram a proximidade e a relação entre os desaparecidos do passado e os desaparecidos do presente em uma sociedade que se fez insensível e complacente por meio de um esforço estatal sistemático de esfacelamento da maioria fazendo os desaparecer... O desmonte das políticas públicas desse campo que estavam em formação no período pós-ditatorial sustenta a gênese desse estudo.”

CONCLUSÃO

As mudanças operadas pelo governo Bolsonaro no âmbito da composição e do funcionamento da CEMDP durante o ano de 2019 sinalizam tanto para as (a) fragilidades e as dificuldades vivenciadas pelo que chamamos campo de interações da Justiça de Transição no Brasil e para as inconclusões desse processo quanto para as (b) continuidades da violência institucional do Estado sobre grupos sociais.

Nesse contexto, temos como contraponto o sentido e o significado dado pelas lutas por memória e por justiça, que sustentam uma não relativização da verdade que passou a ser apresentada como “narrativa”. Essas lutas articulam o conhecimento do passado com o presente visando uma perspectiva de futuro voltada para a realização da justiça para diferentes setores e grupos sociais submetidos (ontem e hoje) à violência institucional do Estado, abrindo-se um horizonte de vivência democrática e não autoritária das instituições.

¹⁰ Articulando as dimensões temporais do passado, do presente e do futuro, Borges (2020, p. 165) elucida: “Pode soar estranho falar em Justiça de Transição quando mortes violentas e desaparecimentos forçados não deixaram de existir e tampouco diminuíram. É por isso que seguimos na disputa pela memória da ditadura e pela memória para falar do presente, sem esquecer do passado que insiste em não passar. Nessa tese analisei alguns exemplos do aniquilamento da memória no Brasil, alçando a categoria comando de esquecimento à posição de alicerce principal dessa volta ao passado autoritário no Brasil. Não se trata portanto de apenas falar do período da ditadura empresarial-militar, mas de falar de uma forma em que a narrativa desse passado nos orienta em direção ao futuro.”

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende. Teoria crítica, constitucionalismo democrático e aspectos político-jurídicos do processo de impeachment: um diálogo com a trajetória acadêmica-institucional de José Ribas Vieira. In: EMERIQUE, Lilian Balmant; CAMARGO, Margarida Lacombe (orgs.). *Direitos humanos, democracia e desenhos institucionais em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. p. 9-24.
- ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BORGES, Nadine Monteiro. *A exumação da ditadura e o comando de esquecimento: um estudo autoetnográfico das políticas de memória e verdade no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- BORGES, Stella. *Presidente agora é de direita, diz Bolsonaro sobre trocas em Comissão*. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/01/presidente-agora-e-de-direita-diz-bolsonaro-sobre-trocas-em-comissao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- BRASIL. Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 19985, 5 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm#:~:text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 12 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Decreto de 31 de julho de 2019. Atos do poder Executivo. **Diário Oficial da União**: seção 2, Brasília, DF, n. 147, p. 1, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/08/2019&jornal=529&pagina=1&totalArquivos=139>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- D'AMARAL, Márcio Tavares. *A vontade de injustiça*. 2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/a-vontade-de-injustica-19630788>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- NOBRE, Marcos. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- VIEIRA, José Ribas. *O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

ALTARES ESPONTÂNEOS: VESTÍGIO, PRECARIEDADE E TESTEMUNHO

Sandra Patricia Arenas Grisales¹¹

José César Coimbra¹²

¹¹ Doutora em Memória Social. Professora da Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia (UdeA, Colômbia). E-mail: sandra.arenas@udea.edu.co.

¹² Doutor em Memória Social. Psicólogo no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Professor na Especialização em Psicologia Jurídica (PUC-Rio/CCE). E-mail: arcoim@gmail.com.

RESUMO

Este capítulo analisa a iniciativa de memória realizada pelo Movimento de Vítimas de Crimes de Estado, na Colômbia, tratando-o como um altar espontâneo. Interrogamos de que forma as narrativas das margens, não oficiais, oferecem lugar a memórias que disputam o cenário público e político para oporem-se às narrativas triunfalistas e silenciadoras, em particular sob o modelo de testemunho. Elas resgatam as trajetórias de vidas perdidas para mostrar o tamanho do dano e pôr em evidência o comum diante de tragédias do passado e do presente.

Palavras-chave: Altares Espontâneos. Testemunho. Vestígios. Precariedade. Desaparição Forçada. Colômbia.

ABSTRACT

This chapter analyzes the memory initiative carried out by the State Crime Victims Movement in Colombia, treating it as a spontaneous memorial. We wonder how the narratives on the margins, unofficial, give rise to memories that dispute the public and political scene to oppose the triumphalistic and silencing narratives, particularly in the shape of testimony. They retrieve the trajectories of lost lives to show the extent of the damage and highlight the common in the face of past and present tragedies.

Keywords: Spontaneous Memorials. Testimony. Vestige. Precariousness. Forced Disappearance.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que os altares espontâneos são ruínas que propiciam a recordação da experiência. Eles são, simultaneamente, matéria para conservar a memória dos fatos, manifestação pública das emoções e demanda de mudanças sociais e de reconhecimento da dor, reivindicação (SANTINO, 2011).

Essas práticas de memória têm implícita a intencionalidade, um sentido: o imperativo “recorda-te!” implica pergunta adicional: O que é aquilo que deve ser lembrado? Quais são os vestígios que esse momento deixará na sociedade? (LEVI, 1988, 2004). Iniciativas de recuperação da memória são criadas para lembrar os fatos, os nomes, para pedir justiça e exigir ser parte de uma história coletiva. Na Colômbia, o Movimento de Vítimas de Crimes de Estado (Movice) está integrado por várias organizações de vítimas que apontam para autores de crimes que estariam ligados direta ou indiretamente ao Estado: grupos armados, paramilitares ou de extermínio. Entre os crimes está a desapareição de pessoas, prática utilizada pelas forças armadas oficiais e pelos grupos armados ilegais para eliminar opositores políticos, camponeses, líderes sociais, entre muitos outros. A invisibilidade do fenômeno, a incerteza diante do que aconteceu, a dificuldade de elaboração do luto e a necessidade de reconhecimento do que essa perda representa têm consequências: leva os familiares a criarem organizações para denunciar o crime, reclamar o retorno da pessoa em vida, demandar justiça.

Assim, neste capítulo apresentamos uma iniciativa virtual de memória realizada pelo Movice em comemoração da Semana Internacional do Detido Desaparecido na Colômbia. Iniciativa virtual, por conta da quarentena imposta pela pandemia de Covid-19. Interrogamos, diante disso, de que forma as narrativas dos familiares das vítimas disputam os cenários público e político, em particular sob o aspecto de testemunho. Nos altares construídos e nas narrativas associadas a eles, resgatamos as trajetórias de vidas perdidas para mostrar o tamanho do dano e pôr em evidência os fenômenos da desapareição forçada. A ideia de ruína expressa nos altares espontâneos

é entendida como testemunho e vestígio da precariedade que vincula todos que se aliam em sua elaboração.

ALTARES DA MEMÓRIA: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

A desapareição forçada é uma das modalidades de violência mais recorrentes na Colômbia. Segundo o Centro Nacional de Memória Histórica, entre 1970 e 2015, houve registro de 60.630 pessoas desaparecidas, superando as cifras oficiais da Argentina, do Chile e do Uruguai juntos, reconhecendo-se um alto subregistro (CNMH, 2016). É um fenômeno tão grave que, nos acordos firmados entre o Estado colombiano e as Fuerzas Armadas Revolucionarias da Colômbia, em 2016, foi criada a Unidade de Busca de Pessoas Desaparecidas. Ela está inserida no Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição. No mesmo sistema encontram-se a Comissão da Verdade e a Justiça Especial de Paz. A Unidade de Busca é uma instância que tem propósitos humanitários e extrajurídicos, orientada exclusivamente à procura de pessoas desaparecidas, sequestradas e recrutadas pelos grupos armados ilegais no contexto do conflito armado colombiano. Ela possui dados de mais de 120.000 pessoas desaparecidas (FONNEGRA, 2019).

Apesar de as denúncias terem sido iniciadas ainda na década de 1970, apenas em 2000, com a promulgação da Lei 589, foi reconhecido o crime da desapareição forçada. A procura por corpos em covas coletivas iniciou-se em 2005. Estas e outras conquistas em termos legislativo, institucional e social só foram possíveis devido à persistência dos familiares das vítimas. Eles, desde os anos 1970, têm formado comunidades afetivas de acompanhamento e organizações sociais de vítimas para denunciar, visibilizar e reclamar justiça. A agregação em comunidades e em organizações é necessária pelas características do crime: impunidade dos responsáveis; risco de vida e estigmatização dos familiares; invisibilidade das vítimas.

Diante da impossibilidade de elaboração do luto, os rituais de despedida são negados para as famílias, dificultando a elaboração

da perda. A morte é assombração, pergunta irrespondível: Quais foram as condições da morte? Onde está o corpo? Portanto, em lugar do processo de luto, os familiares percorrem um longo caminho procurando saber a verdade, ter notícias. E, finalmente, se o corpo aparece, enfrentam as lutas pela justiça e pelo reconhecimento do dano. Faz-se do trabalho de elaboração do luto uma ação postergada, inacabada. Nesse horizonte, abre-se a possibilidade de entendermos a dimensão traumática da cena na qual os diversos personagens se apresentam: o luto inviabilizado e a falta de oportunidade de ritualizar a perda podem instaurar o trauma, comentado por Kehl (2014, p. 160): “a invasão do Real sobre o psiquismo que não dispõe de recursos de linguagem para simbolizá-lo é chamada [...] de trauma”.

Desde 1995, a cada última semana de maio, os familiares das vítimas se reúnem em praças públicas para comemorar a Semana Internacional do Detido Desaparecido, nas chamadas *galerias de la memoria*: instalações públicas, itinerantes e coletivas. Essas ações são entendidas no sentido dado por Taylor (2013), de performances: ações reiteradas de reivindicações políticas no espaço público, atos de transferência vitais, nos quais os familiares das vítimas compartilham conhecimento, memória e um sentido de identidade.

Em 2020, diante da impossibilidade de sair nas ruas devido à quarentena imposta pelo governo nacional por conta da pandemia provocada pelo Covid-19, o Movice convidou alguns dos seus integrantes para que fizessem altares no interior de suas residências, parte das atividades de comemoração da Semana Internacional do Detido Desaparecido. Eles fizeram uso das fotografias que costumam levar ao espaço público, mas as revestindo de elementos próprios do cotidiano, do íntimo. O resultado foi que um universo de emoções e de sensações veio a público e que o sentimento de perda passou a ser mostrado contundentemente.

Nas casas dos familiares é usual encontrar cantinhos criados para manter a presença do ausente, decorados com fotos, flores, velas. No entanto, o que analisamos é a ação performática (TAYLOR, 2013) que se desenvolve no espaço privado, com transmissão e comunicação no espaço virtual da internet. Desse modo, para esta análise observamos

as fotos publicadas nas redes sociais e no sítio eletrônico do Movice durante a última semana de maio de 2020, com o título *Galeria de la memoria en casa*. Pelo menos 50 familiares de vítimas enviaram fotos dos altares construídos, compondo um painel com 165 imagens, oriundas de distintos lugares do país. Elas fazem referência a desaparecidos dos anos 1970 até recentemente: homens, mulheres, crianças, lideranças sociais, militantes políticos, camponeses, defensores dos direitos humanos, sindicalistas, estudantes, entre outros.

As imagens evidenciam o sofrimento causado pela ausência, pela incerteza e pela espera. Em vista disso, examinamos quatro aspectos: as fotografias usadas na criação do altar; os objetos que as acompanham; as mensagens; e os sujeitos que aparecem nas fotos. Esses elementos constroem uma narrativa de luto e desenham um significado da lembrança e aquilo que resta em silêncio, que não aparece.

A fotografia, espelho da desapareição forçada, transitou do privado ao público. A foto usada nos protestos é escolhida em razão de características que permitam identificar a pessoa sem espaço de dúvida: privilegia-se o primeiro plano do rosto; o branco e preto; amplia-se o tamanho dos cartazes usados nas manifestações (CATELA, 2012). Todavia, no caso da iniciativa *Galeria de la memoria en casa* (MOVICE, 2020), foram expostas as fotografias usadas nas manifestações e outras, nas quais as pessoas desaparecidas estão em companhia de familiares ou amigos; fotos coloridas com cenas cotidianas ou eventos especiais. Neste caso, é importante assinalar a inserção da pessoa em um grupo familiar, em uma comunidade afetiva, seu lugar em uma história de vida. A imagem do ente querido é apropriada e ressignificada em artefatos criados pelos familiares: tecidos, pinturas, recortes, fotos retocadas, cerâmicas: tentativas de trazer novamente, com as mãos, aquele que falta.

Uma das características mais chamativas dos altares é o uso de objetos, pela diversidade, pelo ineditismo e pela força comunicativa. No caso em análise, os objetos apresentam a lembrança, que se torna narrativa e sentimento. A vida social das pessoas pode persistir, além da ausência ou da morte, nos objetos materiais que são metáforas

e metonímias associadas à criação da memória. Os objetos geram respostas emocionais, agência, percepções e relações sociais (HALLAM; HOCKEY, 2001). Dessa maneira, nos altares são notadas roupas, brinquedos, calçados, joias, bonés, livros, cartas, ferramentas de trabalho, fita cassete, pertences que são conservados na espera do retorno. Outros objetos mostram o percurso dos familiares na luta para encontrar respostas, documentos que fazem parte de arquivos que registram suas lutas por verdade e por justiça. Recortes de jornal, expedientes, cartas escritas às autoridades, cartazes, lenços usados nas passeatas. Alguns altares são compostos de alimentos, talvez os favoritos da pessoa desaparecida ou ainda aqueles que representam melhor sua cultura.

Entre os objetos destacam-se o simbolismo e a religiosidade nos usos de imagens de anjos, de santos, de terços, de velas, de flores, de plantas e de luminárias, elementos que estão ali para outorgar beleza ao altar e para simbolizar demandas e presenças. No uso desses objetos desvelam-se sentimentos que no espaço público ficam ocultos no meio de atos que têm um caráter mais coletivo. Aqui, pelo contrário, notamos nos objetos as singularidades das famílias, aquilo que pode habitar exclusivamente espaços privados, a lida com a ausência. Esse objeto material prepara o terreno para as estratégias de memória daqueles que enfrentam o trauma da perda. Os objetos são o veículo para a comemoração, eles se transformam em elementos de proximidade (HALLAM; HOCKEY, 2001).

As mensagens escritas na ocasião da criação dos altares oferecem uma multiplicidade de sentidos. Elas reiteram informações importantes para frisar a singularidade da pessoa: nome, profissão, data da desapareção, e estão presentes nas mensagens as palavras de ordem reivindicando justiça, verdade, retorno com vida, respostas das autoridades. Chama a atenção as palavras que são quase mantras: nelas se afirma que a morte chega apenas com o esquecimento e que a memória é um ato de resistência diante do crime da desapareção.

O fato de serem altares criados em espaços privados facilita a expressão de afetos e de emoções íntimas de amor, de saudade; promessas de continuar a procura; cartas ornadas que falam de

amor e da impossibilidade de encontrar palavras para descrever o sentimento vivido. Palavras que são reiteradas porque a beleza dos altares, o cuidado na sua criação, os elementos que os constituem enfatizam emoções profundas em relação aos ausentes, com a vida após a desapareição, com o significado de anos de luta para encontrá-los.

Contudo, quem são as pessoas que criam os altares? Na maioria dos casos, os criadores dos altares aparecem nas fotos da galeria: mulheres, mães, irmãs, filhas, esposas. Às vezes, crianças, filhos, irmãos, netos. Em poucas, famílias inteiras, pais, mães, irmãos. Na Colômbia, a procura pelo desaparecido é feita pelas mulheres, ainda que não unicamente, mas elas ocupam lugar importante e têm reconhecimento social: Madres de la Candelaria; Madres de Soacha; Mujeres Caminando por la Verdad, entre muitas outras.

Os altares são percebidos como formas de materialização do luto público, no qual morte e vida encontram proximidade na mediação (MARGRY; SÁNCHEZ-CARRETERO, 2011). Os altares problematizam a separação entre a dor sentida pela pessoa diretamente afetada e o sentimento de luto coletivo, entre memória individual e memória coletiva, entre privado e público. Ao considerar injusta uma morte, ao pensar que é necessário fazer algo para que não aconteça novamente, que a morte não é um problema privado, senão coletivo, ali se apresenta um uso memorial do espaço público. Esse uso transforma o lugar da morte em um cenário para a expressão e a ritualização do luto (SÁNCHEZ-CARRETERO, 2011).

ALTAR E TESTEMUNHO

Assumimos que o testemunho é um operador entre passado e presente, articulador de memória. Sabemos que essa associação não é nova, tendo sido já objeto de trabalhos de Seligmann-Silva (2000). O passado que se expressa no testemunho, o pretérito imperfeito que a memória atualiza, poderia, por sua vez, ser ele inteiramente recuperado na narrativa que o apresenta?

É a partir do testemunho que campos de sentido são constituídos, e, perspectivas sobre o passado, compartilhadas. Isso se traduz em memórias coletivas buscando preponderância e denunciando conflitos inescapáveis nesse contexto. É o passado que está em disputa, e, com ele, é o futuro que se escreve nessa batalha peculiar. O testemunho seria, nessas condições, operador de memória, permitindo o espelhamento do passado no presente e mostrando, igualmente, um resto que indicaria a impossibilidade do recobrimento completo dessas dimensões temporais. Algo do passado resta para sempre passado, sendo sua atualização incompleta.

Agamben (2008) lembra que em latim há três termos para definir o testemunho: (i) *testis*, que “indica a testemunha enquanto intervém como terceiro na disputa entre dois sujeitos” (p. 150); (ii) *superstes*, que “é quem viveu até o fundo uma experiência, sobreviveu à mesma e pode, portanto, referi-la aos outros” (p. 150); (iii) *auctor*, que “indica a testemunha enquanto o seu testemunho pressupõe sempre algo – fato, coisa ou palavra – que lhe preexiste, e cuja realidade e força devem ser convalidadas ou certificadas” (p. 150). É com base nessa classificação que o autor insistirá no entendimento de que o testemunho (*testis*) é sempre vicário, uma vez que almeja transmitir o testemunho (*superstes*) daquele que não mais poderia fazê-lo. Há em *testis* uma duplicação da impossibilidade de dizer o passado, ainda que vise à transmissão da narrativa não havida de *superstes*.

Em consonância com os argumentos de Agamben (2008), Seligmann-Silva (2000) ressalta que uma das características principais do testemunho é a de portar em si algo da ordem do irrepresentável. Não é por outro motivo que ele irá explorar reiteradamente as questões vinculadas ao trauma, segundo a perspectiva psicanalítica, e aquelas relativas à *Shoah*. Ainda segundo Seligmann-Silva (2000), o testemunho possui outra dupla característica, não só forma de esquecimento, “fuga para frente”, mas também “libertação da cena traumática” (p. 90).

Os altares espontâneos, em geral, são testemunhos que se encarnam objetivamente na realidade. Eles têm a capacidade de gerar respostas emocionais, dando-lhes agência no formato de percepções e de relações sociais, por isso são formas de registro, de arquivo e

de memória. Na sua construção coletiva há uma clara intenção de nomear, de contrapor-se aos números, de preencher com testemunhos de vidas esse resto que os dados apagam. Embora a urgência pelo registro determine em boa medida esse momento inicial, é inegável que ele se configura como um arquivo, que se constitui contra o relato de uma história oficial. Uma forma de dizer, como pedia Lianke (2020, n.p.): “As coisas não são assim!”

Já em Butler (2015) encontramos a atenção ao tema do relato de si mesmo, que aqui se assume como variante do testemunho. Na pesquisa que realiza, uma das hipóteses adotadas é de que a existência de uma acusação, de uma alegação, é um passo imprescindível para o referido relato. Ela acrescenta que o relato de si mesmo só tem início frente a um “tu”, que interpela. O mesmo que está em jogo na experiência memorialística dos altares espontâneos. Ao compor as narrativas de identidade e de reivindicação de justiça e não esquecimento, cada agente que interage com o altar vê-se interpelado, sendo o altar e suas representações um “tu” que não deixa repousar essa urgência, que se quer partilhar.

Uma dimensão crucial é que o relato de si pressupõe um limite em que nem tudo é passível de explicação, nem por isso elidindo a dimensão de responsabilidade inerente a cada sujeito. O relato de si, em Butler (2015), tem por base o que lhe escapa. Igualmente, os altares lidam com aspectos impossíveis de narrar, mas que, nem por isso, deixam de produzir efeitos, de implicar os que se agrupam em torno deles. Nesse quadro, o luto é um efeito importante: não se trata da perda de uma vida individual, mas do entrelaçamento de muitas outras.

Com Butler (2015), podemos afirmar que vale a análise da dimensão processual da constituição subjetiva da iniciativa memorialística. Não é tanto o objeto “altares” que deve ser valorizado, mas o aspecto temporal envolvido na sua produção e as articulações que giram ao seu redor. Isso engloba não apenas a memória do desaparecido, mas igualmente daqueles que estão agenciados para o erguimento do artefato.

Os altares articulam na experiência memorialística arranjos concernentes ao desaparecido, os quais circulam entre a reivindicação de justiça e o desenho de uma identidade que deve perdurar (de filho (a), de pai, de mãe, de marido, esposa, de trabalhador). Eles mostram justamente o aspecto precário que liga todos que se aliam em sua elaboração. O altar invoca o desaparecido enquanto vivente, as lembranças que o associam a uma comunidade. Ele agencia uma comunidade em torno de palavras que passam pelo luto, forma de memória, e pela reivindicação de justiça, forma de ação.

TESTEMUNHO, RUÍNA, PRECARIEDADE

Se em Butler (2015) a constatação da precariedade é algo que vai de par com o relato de si, em Todorov (2017) a precariedade se reveste de relevância da mesma maneira. Ele analisa a vida nos campos de concentração e de extermínio, em particular a virtude do cuidado que se exigia nessas estruturas. Ao lado dos sobreviventes, Todorov reivindica o dever do testemunho, da recordação, em oposição ao esquecimento definitivo. Nele, o cuidado aparece na relação do eu com um ou vários “tu”. É a singularidade dessa partilha que marca o limite que o cuidado imprime à dignidade: reconhecimento de que outros devem estar na finalidade das minhas ações. Isso se aplica tanto à experiência nos campos quanto ao dever de recordar.

Temos, então, por um lado, Butler (2015) sublinhando que a precariedade marca a relação com o outro, insistindo no resto, aquilo sobre o que a moldura falha, impossibilidade de apresentar uma totalidade; por outro, Todorov (2017) abordando o enlace entre precariedade e cuidado, reforçando a ideia de que está em jogo a produção, e não um dado natural, e que um dever de memória, testemunho, emerge desse cenário. Entendemos que no rastro de Butler e de Todorov a recordação no testemunho transmite ao outro a experiência da precariedade, que, a despeito de ser singular, guarda uma face comum àqueles que a experimentam, habilitando ao luto. No altar espontâneo, a recordação e o testemunho se aliam no arquivo, que persiste em indicar que o nome lembrado não é apenas o de uma vítima que sofreu.

Se o vínculo entre memória/testemunho e precariedade/resto é destacado, devemos acrescentar que essa relação está inserida em um cenário no qual, para almejar efeitos de transmissão, precisa estar ancorada na memória cultural e em suportes materiais. Essa indicação fortalece o valor de se avaliar a dimensão de resto, haja vista que a tradução da memória experiencial em memória cultural não é “completa”: a base material na qual se encarna a memória dependerá de alguma narrativa que crie significados para ela, sendo a memória experiencial deslocada nesse percurso.

Se a dimensão residual da memória tem primazia no percurso realizado, seu aspecto construtivo o tem igualmente. Essa dupla dimensão também é explorada por Assmann (2011). Ela assinala que a recordação é caracterizada pelo componente de reconstrução. Para a autora, a memória é produtora de sentido e é ele que, por seu turno, estabiliza a memória. Essa produção de sentido está conjugada a dois planos da memória: o cumulativo e o funcional. O primeiro é próximo à história, subsidiando a memória funcional, não mantendo conexão direta com o presente; o segundo é seletivo, estabelece valores identitários e coordenadas de ação.

Ainda que Assmann (2011) explore a relação entre sentido e memória, ela acentua que existe longa tradição de compreensão da memória associada a vestígios: De Quincey, Freud, Benjamin, Proust e Warburg seriam alguns dos nomes que valorizam essa concepção. Algo insiste em perturbar a estabilização da memória que poderia ser realizada pelo sentido ou pelo arquivo, que poderia ser dita. É no rastro desses autores que podemos conceber que o limite entre individual e coletivo, interior e exterior, é apagado, deixando a memória interagir com contextos sociais. De acordo com a autora, há diferença fundamental entre a experiência atual e a experiência lembrada: há a perda; há o resto. A esse respeito, ela assinala a ocorrência de mudança estrutural na compreensão acerca da memória cultural no âmbito da consciência histórica: a memória sendo determinada com base no apagamento, na lacuna, no esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os altares espontâneos se constituem como vestígio na instituição de um discurso oficial. É na margem instaurada por essas iniciativas que se estipula o cenário para a realização de singularidades, desestabilização do que poderia ser, de outro modo, um dizer definitivo sobre o presente e o passado. O futuro que talvez se inicie com a elaboração dos altares tem a ver com as alianças e os reconhecimentos que eles promovem: tempo de compartilhar a precariedade que é comum, espaço para o recolhimento de vestígios que são, por fim, a vida. Entre o passado e o presente, repousa o dever de testemunho em nome daqueles que não mais podem fazê-lo.

Assim como nas mortes provocadas pela Covid-19, no crime da desapareção forçada, a imagem da vítima se torna invisível, passa a ser uma cifra, um dado estatístico. Na pandemia, os desaparecidos também são inumeráveis. Os familiares das vítimas não conseguem fazer rituais de despedida, não é oportunizado acompanhar o ente querido no final da vida ou ver o corpo, ter certeza de que ele pertence ao familiar morto. Os rituais de luto são postergados ou negados para as famílias, dificultando a elaboração da perda.

Talvez devido à violência e ao desamparo das experiências de vida indicadas neste texto, a ação social de memória protagonizada pelos integrantes do Movice seja tão simbólica e marcante. Ela remete ao ritual de luto inacabado, inconcluso, sempre adiado, comum ao que agora é vivido mundialmente. Os familiares dos desaparecidos na Colômbia querem mostrar as histórias por trás de cada uma das pessoas ausentes. A indiferença da sociedade diante das mortes pela Covid-19 e do crime de desapareção forçada é a evidência de uma fratura social profunda que merece ser pensada e discutida.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer III]*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CATELA, Ludmila. Re-velar el horror. Fotografía, archivos y memoria frente a la desaparición de personas. *Revista de Historia*, n. 27, p. 75-91, 2012.
- CNMH. Centro Nacional de Memoria Histórica. *Hasta encontrarlos*. El drama de la desaparición forzada en Colombia. Bogotá, D.C.: CNMH, 2016. Disponible en: <https://bit.ly/31t7ZN5>. Acceso en: 12 sept. 2020.
- FONNEGRA, María. 'Hay que encontrar a más de 120.000 desaparecidos por el conflicto.' 2019. Disponible en: <https://bit.ly/32rRAYC>. Acceso en: 11 sept. 2020.
- HALLAM, Elizabeth; HOCKEY, Jenny. *Death, memory and material cultured*. New York: Berg, 2001.
- KEHL, Maria. *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LIANKE, Yan. Que cuando esta epidemia acabe nos quede la memoria. *El País*, Madri, 20 mar. 2020. Disponible en: <https://bit.ly/37p59KC>. Acceso en: 9 sept. 2020.
- MARGRY, Peter; SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina. *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic death*. New York: Berghahn Books, 2011.
- MOVICE. Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado. *Galería de la memoria en casa Movice*. 2020. Disponible en: <https://bit.ly/3bPXYgi>. Acceso en: 11 sept. 2020.
- SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina. *El archivo del duelo: análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid*. Madrid: Consejo Superior de Investigación Científica, 2011.
- SANTINO, Jack. Between commemoration and social activism: spontaneous shrines, grassroots memorialization, and the public ritualesque in Derry. In: MARGRY, Peter Jan; SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina (eds.). *Grassroots memorials: the politics of memorializing traumatic death*. New York: Berghahn Books, 2011. p. 97-107.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.
- TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. *Diante do extremo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

O PAPEL DOS DIREITOS CULTURAIS NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

13 Doutorando pelo Programa Direitos Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: umbertoabreu@id.uff.br.

Umberto Abreu Noce¹³

RESUMO

Fatos históricos, tais como a transição de um regime autoritário para uma democracia, são sempre acompanhados de uma narrativa e de uma memória, a coletiva e a oficial. A experiência transacional da transição brasileira e o atual estado de coisas revelam que a narrativa oficial do regime militar fez-se hegemônica. A tese apresentada neste trabalho é pela necessidade de defesa e de homenagem à Constituição Federal pelo exercício dos direitos culturais lá previstos, como instrumentos de construção hegemônica de uma narrativa democrática e uma memória coletiva.

Palavras-chave: Justiça de Transição. Direitos Culturais. Memória. Narrativa. Ideologia.

ABSTRACT

Historical facts, such as the transition from an authoritarian regime to a democracy, are always accompanied by a narrative and a memory, both collective and the official. The Brazilian experience with the transition and the current state of affairs reveal that the official narrative of the military regime has made itself hegemonic. The thesis presented in this work is for the necessity to defense and to make tribute to the Federal Constitution for the exercise of cultural rights there provided, as instruments for the hegemonic construction of a democratic narrative and a collective memory.

Keywords: Transitional Justice. Cultural Rights. Memory. Narrative. Ideology.

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos difíceis no Brasil. A esperança democrática, simbolizada com a promulgação da Constituição Federal em 1988, não foi correspondida, e a transição para a democracia talvez enfrente o maior período de retrocessos desde o fim da Ditadura Militar. Entretanto, como pontua Hesse (1991), é em tempos difíceis que se deve render as maiores homenagens a uma Constituição e, considerando ser a Carta da República um texto democrático, plural e inclusivo, é com base na Constituição, e não em conjuntura momentânea, que se fundamentará a perspectiva positiva a ser trabalhada neste artigo.

Defenderemos, aqui, a possibilidade e a necessidade de implementação dos direitos culturais previstos na Constituição como forma de construção de uma narrativa democrática e de uma memória coletiva acerca do período de exceção no país.

Para tanto, apresentaremos no primeiro capítulo, conquanto de maneira bastante breve, o atributo da narrativa de *conciliação imposta*, que caracterizou o período de transição democrática no Brasil. Em seguida, discutiremos as noções de cultura e de direitos culturais, para, ao final, defendermos ser o exercício desses direitos um instrumento de fomento da memória e da narrativa democráticas, de modo a superar a incompletude verificada na transição brasileira. Concluímos com uma defesa da Constituição, que não pode se dobrar a conjunturas políticas momentâneas, sob pena de sua própria negação como um documento jurídico (HESSE, 1991).

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL – NARRATIVA IMPOSTA

Realizar a transição de um regime autoritário para a democracia não é tarefa simples. Em seu livro de memórias sobre o período Pinochet, Muñoz (2010) relata as agruras e o périplo da resistência democrática chilena e conta o quão custosa e longa foi a passagem entre a deposição do ditador até sua *retirada* da vida pública – que,

ressalte-se, foi muito impulsionada por denúncias de corrupção, e não apenas pela repulsa ao autoritarismo. Aliás, até hoje o Chile vive sob a égide da Constituição proveniente do período autoritário, apesar de caminhar para sua substituição.

No Brasil, em 1988, deu-se o passo maior no sentido de uma mudança para a democracia quando promulgada uma Constituição democrática com considerável participação de diferentes setores da sociedade civil em sua elaboração. Todavia, ao contrário de configurar uma descontinuidade efetiva entre modelos de regime, o processo transicional brasileiro caracterizou-se mais por uma: “mudança como forma de permanência, e não de ruptura” (CATTONI *et al.*, 2011, p. 212), tanto que a professora Borges (2020, p. 157) define o fenômeno jurídico daquele momento nacional como justiça de transação, e não de transição: “onde tudo se negociou na abertura democrática pactuada com o Congresso Nacional no fim da ditadura”.

Não foram poucos os elementos para que se compreendesse como insuficiente a efetividade da transição entre a ditadura e a democracia no Brasil: a reorganização política que manteve no poder grande parte da estrutura que havia dado suporte ao Estado de Exceção, a manutenção de práticas autoritárias por parte de autoridades públicas e, talvez a sua face mais visível, a ausência de punição dos agentes públicos responsáveis por violações a direitos humanos, proporcionada pela lei da anistia.

Como ensina Abrão (2012), a anistia aos agentes de Estado que praticaram atrocidades contra os cidadãos proporcionou um “perdão através do qual os ofensores perdoariam os ofendidos, o que limitou a adesão subjetiva à reconciliação, tentando-se transformar a anistia em processo de esquecimento, como se isso fosse possível” (p. 67-68). Em suma, as vítimas não participaram do acordo político, mas tiveram de aceitá-lo ao não ver punidos seus ofensores.

E foi nesse contexto de ausência de ruptura que se formulou a narrativa oficial, de caráter conciliatório – perdão imposto – e minimizador das violações a direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro. Tal fora o êxito da imposição de uma memória oficial

que nos mais de 30 anos de vigência da atual constituição exemplos de aderência a esse discurso não faltaram, como quando o jornal de maior circulação no país denomina a ditadura brasileira como *ditabranda* (FOLHA, 2009); o Supremo Tribunal Federal, com todos seus membros indicados por governos democraticamente eleitos, julga constitucional a lei da anistia e, por fim, elege-se para a Presidência da República um candidato saudosos dos períodos de exceção.

Podemos, então, dizer que a narrativa oficial venceu e não há o que fazer? Sobre isso, a professora Lemos (2017, p. 28) ressalta serem tanto a história como a memória matérias “vivas, dependem da experiência, comunicam-se a nós, não são estáticas e nem se distanciam uma da outra”.

Nesse sentido, dada a vivacidade tanto da história quanto da memória e a existência de uma Constituição democrática, não podemos crer ser o conformismo uma possibilidade. Diante disso, trabalharemos, no capítulo seguinte, o papel que pode ser exercido pelos direitos culturais na construção de outra narrativa e de outra memória, coletiva e baseada na verdade factual, e não em uma memória oficial.

CULTURA E DIREITOS CULTURAIS

Foge ao escopo deste trabalho tentar apresentar uma definição, mesmo sob o enfoque unicamente jurídico, de o que sejam cultura e direitos culturais. Há, no entanto, a necessidade de tecermos algumas considerações, e nesse desiderato recorreremos à semântica da palavra cultura e a algumas de suas compreensões mais correntes.

Com origem na expressão em latim *colere*, a cultura, etimologicamente, refere-se ao cultivo, ao ato de cultivar, de tratar (CUNHA FILHO, 2018), mas cultivar o que? Para os clássicos, era o espírito – na dualidade com o corpo –, como explica Sodré (1983, p. 17): “implicava em *cultura animi* (o ato de cultivar o espírito, tal como se faz com uma planta, por exemplo), uma auto-educação do indivíduo”.

As manifestações artístico-culturais, portanto, eram ferramentas de cultivação do espírito da humanidade, que, com o passar do tempo, transmuta-se para uma conotação menos metafísica, a corresponder a dada representação imagética do real formulada tanto individual como coletivamente (SODRÉ, 1983). Logo, como disserta Cunha (2010, p. 19): “Relaciona-se com os universos simbólicos e social, ou seja, com a *verdade*, de um conhecimento, com o *bem* de uma ação moral e com a *beleza* de uma representação artística”.

E qual verdade, beleza, bem ou ação moral a cultura revela? Amorim (2013) é preciso ao apontar ser a arbitrariedade elemento indelével para definição de cultura, ou, como esclarece Sodré (1983, p. 8): “Cultura é uma dessas palavras metafóricas (como por exemplo, liberdade) que deslizam em um contexto para outro, com significações diversas”, e é nessa arbitrariedade e nessa contextualização definidoras que residem tanto o problema como a esperança trabalhados neste artigo.

Com efeito, passamos, então, a compreender ser a cultura uma representação do real realizada tanto pelo indivíduo como pelo coletivo, construída por objetos simbólicos – materiais ou não –, existindo sempre, dadas as condições materiais de uma sociedade, uma representação hegemônica. Os sujeitos e as sociedades se enxergam como povo e indivíduo por meio de suas representações culturais, é por elas que se constrói a imagem de um povo e de seus representantes, individuais e coletivos, e, por conseguinte conforma-se, além da noção do presente, também a percepção do passado, que, por sua vez, é construído por meio da memória^{14, 15}.

Essa construção da imagem do real é operada mediante o exercício de direitos culturais, outro instituto que, embora conste inclusive em normas de Direito Internacional, é de difícil definição. Com vistas a facilitar a tarefa ora engendrada e firme no escopo deste trabalho, devemos analisar o conceito de patrimônio cultural contido no art. 216 do texto Constitucional.

Nele consta que compõem o patrimônio cultural do país: “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em

¹⁴ Nestas breves e já bastante complexas considerações, optamos por não aprofundar o debate sobre uma visão dessa representação imagética em oposição às representações plurais de uma sociedade. Esse debate está muito bem realizado nas obras de Sodré (1983) e de Amorim (2013), referenciadas abaixo. Não obstante, o assunto será retomado ao tratarmos da importância dos direitos culturais na construção de narrativas e na consolidação da memória coletiva.

¹⁵ Ortiz (2012) faz distinção entre memória coletiva e memória nacional ao ressaltar seus aspectos culturais. Entretanto por razões metodológicas, utilizar-se-á ambas com sinônimos neste artigo.

conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, n.p.). Sendo assim, pela Constituição Cidadã, para ser considerado patrimônio cultural brasileiro, o bem, material ou imaterial, deve atinar à identidade, à ação e à memória dos grupos componentes da socialidade brasileira.

Relacionando a perspectiva de Direito como domínio sobre um patrimônio, Cunha Filho (2018, p. 28) caracteriza os direitos culturais da seguinte forma:

Aqueles relacionados às artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.

Veja-se que neste conceito há diversos aspectos relevantes para o objeto aqui trabalhado. Inicialmente, o autor associa os direitos culturais à memória coletiva como assecuratório para conhecimento e uso do passado, mas também interferência no presente e no futuro. Em seguida, ressalta ser a sua finalidade sempre o exercício da dignidade da pessoa humana.

Sendo assim, defenderemos, no tópico abaixo, o exercício dos direitos culturais como instrumento de conformação de uma memória coletiva que possibilite ao país inicialmente retomar, para depois avançar na transição para a democracia.

Direitos Culturais Para a Construção da Memória

Engana-se aquele que acredita haver sido a Ditadura Militar brasileira inimiga da cultura e da produção cultural como um todo¹⁶. Como salienta Ortiz (2012), tratou-se de período de grande efervescência cultural no país, com recordes de lançamento de livros, de discos e de produções cinematográficas, como também se deu a criação ou a reativação de diversos órgãos culturais, como o

¹⁶ Aliás, não é novidade a utilização da cultura por regimes autoritários. Vargas, inclusive, sempre foi muito ciente da necessidade de cooptação da produção de artistas e de intelectuais para a o projeto de estruturação de um espírito nacional, sendo Gilberto Freyre, com a teoria da mestiçagem, o seu maior expoente (SOUZA, 2015; ORTIZ, 2012). A mesma estratégia também foi trabalhada com o esporte, mais especificamente o futebol, que Getúlio acreditava ser um bom instrumento para a conformação de uma identidade e de um orgulho nacional, como explica André no excelente podcast História Preta (HISTÓRIA..., 2020).

Instituto Nacional de Cinema (INC), a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME) e a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).

A censura, apesar de um problema, não impedia a produção artística. Afinal, não se censurava o cinema, a música ou a literatura, mas apenas os filmes, as músicas ou os livros incômodos ao regime. Como bem frisa o professor, sobre a censura, é possível “dizer que ela apontava somente para a superfície de um fenômeno bem mais complexo” (ORTIZ, 2012, p. 89).

É que a produção cultural apoiada, ou mesmo permitida, era aquela consentânea com os objetivos nacionais preconizados pelo Estado autoritário. A ideologia da segurança nacional refletia nas produções culturais que, ou eram amigáveis a esse propósito, ou tinham viés eminentemente mercadológico, então não conflitavam com a ideologia do regime (ORTIZ, 2012).

Nesse seguimento, Ortiz (2012) ilustra o embate existente entre os membros do INC e os representantes do movimento cultural do Cinema Novo, que produziam filmes com conteúdo bastante violento e contestador, porém sob uma estética definida como *elitista* pelos agentes do governo. Diante disso, apoiavam-se e permitiam-se produções artísticas consideradas como vendáveis, capazes de dialogar com o consumidor comum e que também não contivessem temáticas sensíveis ao autoritarismo do poder. Chegava-se a afirmar que esta seria uma forma de democratização da cultura, ao se garantir a produção de obras de fácil compreensão, que satisfizessem o gosto popular (ORTIZ, 2012).

Tais exemplos são aqui trabalhados com o fim de demonstrar que a Ditadura Militar brasileira não apenas compreendia a pertinência da cultura para suas pretensões políticas, mas que tal importância em muito ultrapassou a sua face mais conhecida, a prática da censura. Muito além de proibir a cultura incômoda, o Estado brasileiro incentivava a cômoda, inclusive sob o argumento de democratização cultural.

Desse modo, utilizamos dos ensinamentos do professor Ortiz para sustentar ser possível, por meio do exercício dos direitos culturais, construir narrativa em sentido contrário à produzida pelo regime militar e, dessa forma, o país eventualmente conseguir superar o comando

de esquecimento (BORGES, 2020) que caracterizou a transição democrática no Brasil. É por intermédio do embate ideológico, e os direitos culturais são ferramenta fundamental para tanto, que se pode apresentar uma narrativa verdadeira sobre o período de exceção no país.

Sobre a relação da memória coletiva com a verdade, em oposição à memória oficial, sobretudo para explicar, aqui, a adoção pelo vocábulo narrativa como elemento de construção da verdade e de memória coletiva, recorreremos à explicação bastante feliz trabalhada pela professora Lemos (2017, p. 73):

Esse é o conceito de verdade que nos liga à ideia de memória coletiva, à possibilidade de conhecer a história, por meio de narrativas que legitimam umas às outras, ao momento do desvelamento. Daí que o discurso oficial, se priva construções plurais, aparece como antagonista da verdade.

Quando questiona como produzir a verdadeira narrativa sobre a memória e a identidade brasileira, Ortiz (2012, p. 139) primeiro pergunta: “quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?”. Em síntese, quais serão as narrativas somadas, se legitimando umas às outras, que se utilizarão para a construção da narrativa democrática acerca do período ditatorial?

Como explica Lemos (2017, p. 44), a memória oficial imposta pelo período autoritário no Brasil se “respaldada pela sociedade cúmplice, silente ou ativa na produção de sentidos políticos legitimadores da ditadura civil-militar, pode esconder verdades que apenas com a liberdade política podem ser reveladas”. Ora, se uma das características da transição brasileira é ter sido o esquecimento imposto pela ideologia autoritária, dominante à época, é preciso que, agora, sob a égide de uma Constituição democrática – com liberdade política –, construa-se uma memória real, coletivamente elaborada a partir da sociedade, dos movimentos sociais, dos intelectuais e da produção artístico-cultural.

Se estabelecida uma memória coletiva a respeito da verdade dos fatos do período ditatorial no país, talvez não houvesse a complacência da mídia, do Poder Judiciário e da população com aquele período, e pouco importa o governo de ocasião, a Constituição está vigente¹⁷, é democrática e cabe à sociedade civil, caso não haja apoio do Estado, mobilizar-se para tanto. Em suma, deve prevalecer a ideologia e a hegemonia democráticas, e a produção cultural é substancial para tanto.

E, nesse imbróglio, qual o papel dos direitos culturais? Os pesquisadores argentinos Salermo e Zarankin (2015) trazem exemplos de como os direitos culturais podem ser um forte instrumento para tal finalidade ao apresentarem instalações situadas na cidade de Buenos Aires. Sendo algumas estruturas públicas, outras surgidas no seio da sociedade civil, utiliza-se naquela cidade o patrimônio cultural como ferramenta de formação na sociedade de uma memória coletiva dos horrores do período de exceção no país.

Os autores citam os Centros Clandestinos de Detenção que hoje, independentemente da finalidade momentânea, contêm em sua entrada avisos das barbaridades lá ocorridas durante a Ditadura Militar argentina. Além disso, também constam afixados na estrutura desses locais relatos sobre fatos ocorridos na época, homenagem às vítimas e considerações atinentes ao período, para que todos que ingressarem nesses equipamentos públicos tornem-se cômicos de sua antiga finalidade, dos horrores lá praticados e, notadamente, de que o atual espírito do país é democrático. É, pois, a apresentação de uma hegemonia ultrapassada e de seus horrores e a reafirmação de um ideário democrático.

No que tange ao papel desses locais na revelação da verdade de fatos históricos e na construção de uma nova subjetividade, esclarecem os pesquisadores argentinos:

A descoberta desses acontecimentos gera um impacto nas subjetividades e, inclusive, certa aceitação deles no nível intersubjetivo. Portanto, no caso da última ditadura militar na Argentina, as pessoas assassinadas, os sobreviventes, suas

¹⁷ Quanto ao dever coletivo da sociedade na defesa da Constituição, Hesse (1991) traz valiosos ensinamentos, apontando que no embate entre o normativo e o poder: "A resposta à indagação sobre se o futuro de nosso Estado é uma questão de poder ou um problema jurídico depende da preservação e do fortalecimento da força normativa da Constituição, bem como de seu pressuposto fundamental, a vontade da Constituição" (p.32).

histórias, os restos dos lugares de detenção e morte apresentam-se como vestígios que se negam a desaparecer. É através deles que atualmente se tenta trazer para o presente certas memórias e construir uma nova base de consenso sobre nossa história (SALERMO; ZARANKIN, 2015, p. 264-265).

Eles ainda apontam que, como bens culturais, esses centros são espaços de memória que, pela imagem, visam aguçar o sentido e a compreensão dos argentinos para, “com o passar do tempo, as novas memórias podem submeter-se ao embate de outras memórias e o ciclo pode ser reiniciado” (SALERMO; ZARANKIN, 2015, p. 265). Informam também a existência de parques e de demais monumentos – ou *contramonumentos* – criados pelo Poder Público ou pela sociedade civil com esse fim, sendo o mais famoso o ritual das mães de maio, que, munidas de lenços brancos, protestam a memória de seus filhos.

Recorrendo novamente aos estudiosos argentinos, a existência desses espaços e das manifestações podem, ademais, suprir simbolicamente a ausência dos corpos e de um funeral para as vítimas (SALERMO; ZARANKIN, 2015).

Se está correta a compreensão da cultura como elemento imagético de representação do real, devemos apostar na construção, por meio do exercício de direitos culturais, de uma imagem democrática e de uma verdade factual¹⁸ sobre o período da ditadura e, dessa maneira, retomar a transição para a democracia no país. Em outras palavras, é também pelo acesso à cultura – por seus bens materiais ou imateriais – que se construirá a memória coletiva necessária para a efetiva compreensão e a superação do período antidemocrático no pensamento brasileiro.

Um filme que revele a tortura e a repressão – e da mesma forma o desastre econômico – do período militar, a destinação de um espaço público para reflexão, memória e homenagens às vítimas, festivais de teatro temáticos, músicas e livros são, por certo, ferramentas de difusão de ideias e de memórias. Os exemplos argentinos trabalhados acima compõem modelos a serem trabalhados no Brasil sobre como, por meio do exercício de direitos culturais – sejam estabelecidos ou não pelo Estado – pode-se atuar para trazer, já sob as luzes democráticas,

¹⁸ Sobre a busca por essa verdade, Lemos (2017, p. 32) a ilustra da seguinte forma: “busca da verdade, uma verdade que transpõe relatos fiéis e idênticos do tempo, a verdade que se revela como parte de um dever daquilo que queremos chamar de justa memória”.

a verdadeira memória dos fatos ocorridos em períodos autoritários no país.

Quem sabe seja mediante o exercício de direitos culturais que será possível a criação do debate público profícuo o bastante para a conformação de uma nova memória no país, que concretamente conheça e refute devidamente o horror da ditadura. Esperamos que, assim, seja retomado o curso de transição para a democracia no país, todavia baseado em uma memória não imposta, mas coletivamente construída e legitimada.

Os direitos culturais devem, pois, exercer o papel de construir a narrativa no embate ideológico de memória nacional e modificar o sujeito do presente, transformando-o: “em depositórios vivos de uma memória que não pode ser apagada” (SALERMO; ZARANKIN, 2015, p. 289).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de escrito individualmente, este artigo é fruto de um trabalho conjunto desenvolvido no seio do NUTEAP. Aliás, antes de iniciados os estudos no âmbito desse grupo, o pesquisador que ora assina o texto sequer possuía conhecimento do conceito de Justiça de Transição, de seus fenômenos e de seus epifenômenos. Este é, talvez, um bom indício do logro obtido pelo comando do esquecimento, traço marcante da transição brasileira.

Como trabalhado acima, a transição democrática nacional é marcada por incompletudes e por revezes, sendo possivelmente o atual momento o seu estágio mais crítico desde a redemocratização formal do país. No entanto, há uma ferramenta que se mantém presente, viva e vigente, que é a Constituição Federal de 1988, e nela, além, de seu caráter eminentemente democrático, há instrumentos capazes de contribuir para a formação de uma memória coletiva e de uma narrativa não oficial em relação ao período ditatorial do país.

Para o escopo deste texto, o instrumento defendido consiste no exercício dos direitos culturais constitucionalmente estabelecidos,

porém sabemos que uma Constituição, apesar de dotada de certa força normativa, não se autorrealiza, e, como diz Hesse (1991, p. 32), “essa tarefa foi confiada a todos nós”. Faz-se necessário, pois, o engajamento social para sua concretização, e a consolidação de uma hegemonia democrática é imperiosa para tal intento.

É bom apontarmos que a sociedade civil já se mobiliza. Movimentos artístico-culturais, sociais, de resistência, de minorias, dentre outros, são exemplos diários de mobilização social, mas é sempre necessário mais para contrapor o comando do esquecimento imposto pelo regime de exceção no país, especialmente no atual contexto, quando se vive sob um governo saudoso do período de exceção. Nesse sentido, se bem utilizado – e ciosos do papel de educação continuada que o acesso à cultura é capaz de proporcionar –, o exercício dos direitos culturais pode ser fundamental para esse mister.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo. Direito à verdade e à justiça na transição política brasileira. In: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Forum, 2012. p. 59-80.
- AMORIM, Fernando Sérgio Tenório de. *O direito internacional privado e os desafios do mercado global: a proteção da diversidade cultural no comércio eletrônico de bens e serviços culturais*. Curitiba: Juruá, 2013.
- BORGES, Nadine Monteiro. *A exumação da ditadura e o comando de esquecimento: um estudo autoetnográfico das políticas de memória e verdade no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- CATTONI, Marcelo *et al.* (coords.). *Constitucionalismo e história do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011.
- CUNHA, Newton. *Cultura e ação cultural: uma contribuição a sua história e conceitos*. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades*. São Paulo: Edições Sesc SP, 2018.
- FOLHA de São Paulo. Limites a Chávez. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2009. Editoriais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1991.
- HISTÓRIA PRETA: O Negro no Futebol – A Voz do Preto. [Locução de]: Thiago André. [S. l.]: B9 Podcasts, 29 jun. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://www.b9.com.br/shows/historiapreta/o-negro-no-futebol-a-voz-do-preto/>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- LEMONS, Tayara Talita. *Memória, perdão e promessa: justiça de transição e constitucionalismos transicionais*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SALERMO, Melisa; ZARANKIN, Andrés. Reflexões sobre os espaços para a memória da ditadura em Buenos Aires. In: SOARES, Inês Virgínia Prado Soares; CUREAU, Sandra. *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 259-289.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Ieya, 2015.

HALLAZGOS GENERALES PARA UNA TESIS SOBRE COMUNICACIÓN COMUNITARIA Y CONSTRUCCIÓN DE PAZ

César Augusto Tapias Hernández¹⁹

¹⁹ Sociólogo por la Universidad de Antioquia (UdeA), Medellín; Máster en Antropología Social por la Universidad Nacional de Colombia (UNAL), Bogotá, y PhD en Comunicación por la Universidad del Norte (Uninorte), Barranquilla. E-mail: cesaraugustotapias@yahoo.es

RESUMEN

Este capítulo presenta hallazgos sobre las relaciones entre comunicación comunitaria y construcción de paz, a partir de la observación y del acercamiento a varios espacios sociales de interacción que respaldan los procesos de comunicación comunitaria. A través de una metodología etnográfica, se recorren cuatro zonas del país en un viaje de acercamiento a más de 15 experiencias de radios comunitarias, que permite la realización de 45 entrevistas a Radialistas y a oyentes, además de la revisión de más de 150 documentos relacionados con las radios comunitarias en Colombia, que se analizan bajo las estrategias metodológicas de la teoría práctica fundamentada y el análisis textual, junto a más de 300 documentos sobre referentes teóricos. Entre los hallazgos y las observaciones más relevantes se destacan

los roles de la comunicación interactiva, la comunicación grupal, la comunicación no violenta y participativa para establecer el punto de encuentro entre la comunicación y la paz desde una perspectiva constitutiva o generadora de nuevas acciones sociales. Entre otras conclusiones, se establece que la relación entre la comunicación y la paz es similar a la relación entre la comunicación como transmisión y la comunicación como interacción, dialéctica y complementaria. Se señala también la necesidad de clasificar las intensidades participativas y el direccionamiento de los procesos de participación de las audiencias hacia instancias de poder.

Palabras clave: Construcción de Paz. Comunicación Comunitaria. Espacios Sociales. Interacción. Diversidad.

ABSTRACT

This chapter presents findings on the relationships between community communication and peace building, based on the observation and approach to various social spaces of interaction that support community communication processes. Through an ethnographic methodology, four areas of the country were visited on a trip to gather information of more than 15 experiences of community radio stations, which allowed 45 interviews with radio operators and listeners, in addition to the review of more than 150 documents related to community radio stations in Colombia, which are analyzed under the methodological strategies of grounded practical theory and textual analysis, along with more than 300 documents on theoretical references. Among the most relevant findings and observations, the roles of interactive communication, group communication, non-

violent and participatory communication stand out to establish the meeting point between communication and peace from a constitutive or generating perspective of new social actions. Among other conclusions, it is established that the relationship between communication and peace is similar to the relationship between communication as transmission and communication as interaction, dialectical and complementary. The need to classify participatory intensities and the orientation of the audience's participation processes towards instances of power is also pointed out.

Keywords: Peacebuilding. Community communication. Social spaces. Interaction. Diversity.

INTRODUCCIÓN

Mi investigación de tesis doctoral indaga por la relación entre las radios comunitarias y la construcción de paz en Colombia, bajo una pregunta clave: ¿Cómo, en qué condiciones, en qué momentos, bajo qué estrategias y ensamblajes puede la radio comunitaria contribuir en la construcción de la paz en contextos de múltiples violencias? Para resolverla, emprendo un ejercicio de investigación/intervención, que inicia con la observación de los espacios sociales de comunicación interpersonal que respaldan la producción radial comunitaria, a los que me he acercado a través de un viaje etnográfico, mientras busco experiencias de encuentro e intercambio entre exguerrilleros y comunidades civiles como organizaciones comunitarias y de víctimas, alrededor de la comunicación y la paz, tal y como proponen los acuerdos de La Habana y sus ajustes tras el triunfo del No al Acuerdo Final, en el Plebiscito de 2016. Los espacios sociales encontrados, mientras buscaba experiencias de encuentro o confluencia de la comunicación y la paz, fueron:

- Juntas de programación: Este espacio social se creó según el decreto número 2805, de 2008, que en su Artículo 79 ordena a las comunidades organizadas, concesionarias del Servicio Comunitario de Radiodifusión Sonora, conformar una Junta de Programación encargada de la formulación y del seguimiento de políticas, de planes y de programas en materia de programación para velar por el cumplimiento de los fines del Servicio Comunitario de Radiodifusión Sonora. Se trata de una plataforma de interlocución entre diferentes organizaciones sociales presentes en los municipios o áreas de cobertura. Pero ¿qué fue lo que hicieron las emisoras comunitarias en la junta de programación? “Ubicar a los amigos, a aquellos sujetos afines, que no representaban diferencias” (EL’GAZI, comunicación personal, 27 oct. 2018).
- Comités temáticos locales: Este espacio social surge como un ajuste a las deficiencias de la Junta de Programación, en el marco del Programa “Radios Ciudadanas” (2004-2010). Si

bien las Juntas de Programación deben definir la parrilla de programación de la radio comunitaria, los comités temáticos locales, conocidos inicialmente como comité técnico o editorial, se crearon para construir en forma participativa una agenda y un recorrido de investigación (enfoques y fuentes de información), para dar solidez al desarrollo de franjas o de series radiales que desarrollan temáticas específicas que expresen intereses, problemáticas, expectativas e identidades en torno a temas públicos. Y ¿resolvieron los problemas de participación que representaban las JP? “Sí, un comité temático es mucho más participativo” (FORERO, comunicación personal, 17 mayo 2019).

- **Eventos públicos:** Este espacio social surge desde el proyecto “Radios Comunitarias Para la Paz y la Convivencia” (RCPC) (2015-2017), como un escenario más amplio para promover el diálogo en cabeceras municipales y en veredas con mayor afectación del conflicto armado, y así propiciar la integración de la comunidad. Estos eventos públicos posicionaron a las emisoras como actores relevantes en la construcción de paz y de convivencia ciudadana. Y ¿cuál sería su principal aporte? “Generar escenarios de interacción cívica significativa entre más de 100 personas” (RESANDER, 2017).
- **Socialización:** Algo que ha sido muy fuerte en las radios indígenas, los espacios de socialización, donde las emisoras presentan sus proyectos a la comunidad y/o rinden cuentas a las autoridades sobre lo que vienen haciendo en materia de comunicación comunitaria y que da paso a un espacio más: las reuniones públicas.
- **Reuniones públicas:** Conversaciones, espacios sociales de comunicación básicos en las comunidades, pero con muchos obstáculos y que constituyen un acto de resistencia en contextos donde se amenaza a las comunidades para que no concurren a encuentros entre los que se puede incluir manifestaciones, elecciones democráticas o estrategias organizativas y de trabajo colectivo.

En estos escenarios de interacción, la comunicación es concebida como intercambios verbales, como un escenario de diálogo que invoca el aprendizaje a partir de la colaboración grupal, ora para definir la programación de la radio, ora para debatir asuntos de interés comunitario. Se trata de un encuentro de la gente para buscar el entendimiento, mediante procesos deliberativos donde los participantes pueden expresar libremente sus puntos de vista en debates que no necesariamente deben conducir al consenso. Lederach (2016) asocia estos espacios sociales de comunicación interactiva a la construcción de paz, porque, según dice, la gente se encuentra para intercambiar y dialogar desde lo más profundo de sus almas. Y, sin embargo, en lo que respecta a la participación de las comunidades en las radios comunitarias y en la construcción de paz territorial, son apenas unos escenarios ideales de participación, porque en términos reales, hace falta caracterizar las intensidades participativas, las diversidades participantes y sus compromisos políticos con la paz. El capítulo ofrece desarrollos en el subcampo de la comunicación para la paz, desde la perspectiva de los hallazgos en la indagación a espacios de interacción desarrollados entre 2017 y 2019, para respaldar un posterior proceso de intervención a la comunicación comunitaria en el contexto de la construcción de paz territorial (JARAMILLO, 2013).

MÉTODO

Mi metodología se tituló “Para llegar allá”. Se trata de una etnografía viajera por algunas zonas del país por donde he estado buscando los espacios sociales que respaldan esta comunicación comunitaria, pero en particular buscando experiencias y resultados de lo que proponen los acuerdos de paz entre el Estado colombiano y la guerrilla de las FARC-EP, en el capítulo de comunicación y de difusión de los acuerdos, sobre participación ciudadana a través de medios de comunicación comunitarios, institucionales y regionales, que deben contribuir a la participación ciudadana y, en especial, a promover los valores cívicos, el reconocimiento de las diferentes identidades étnicas y culturales y la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres.

De esta manera, mi ruta tiene unas estaciones o unos momentos, a saber: las radios comunitarias del departamento del Magdalena; los procesos de comunicación en La Macarena (Meta); la experiencia de dos radios comunitarias afiliadas a la asociación de radios comunitarias del Magdalena medio (Aredmag); y los archivos y las experiencias de 50 radios más del Proyecto “Radios Comunitarias Para la Paz y la Convivencia”, en San Gil (Santander), en San José de la Montaña y en Medellín (Antioquia). La llegada o fin del viaje es en Pondoires, vereda del corregimiento de Conejo, en Fonseca, al Sur de La Guajira, donde interactúan la comunidad exguerrillera del antiguo Bloque Caribe de las FARC-EP y la comunidad civil y receptora de Conejo.

Cada etapa del viaje siguió el método de trabajo de campo etnográfico, con algunas variaciones, determinadas por cuestiones de forma, de contenido y de contexto. Para lo primero, los recursos administrados por la Universidad para salir al terreno no me permitieron estar en campo por más de 15 días, lo que implicaba etnografías rápidas o exprés, mientras que se continuaba viajando en busca de experiencias. Para lo segundo, siempre se trató de observaciones in situ, incluso el trabajo en archivo tiene validez por la exigencia de algunos procesos comunicativos para elaborar documentos, tipo actas e informes. Y tercero, una vez identificados algunos espacios concretos de trabajo, el diálogo o la comunicación e interacción que implica el trabajo etnográfico mismo provoca cambios en las estrategias de trabajo, logrando etnografías comprometidas primeramente con los intereses comunitarios, antes que con los institucionales o de la investigación misma. En particular, logré:

Producto	Cantidad
Entrevistas etnográficas o conversacionales	47 entrevistas
Entrevistas creativas o potenciadas por ejercicios creativos de elaboración de dibujos, viñetas y tomas fotográficas	15 entrevistas
Jornadas de Etnografías rápidas <ul style="list-style-type: none"> • Santa Marta, Fundación y Salamina • La Macarena (San José del Guaviare, Macarena y Llanos del Yari) W • San Gil, San José de la Montaña, Medellín, • Magdalena Medio (San Vicente del Chucurí, Barrancabermeja y Simití) 	4 jornadas
Jornadas de etnografía intensiva Vereda Pondores, Corregimiento de Conejo, Municipio de Fonseca, Departamento de La Guajira	5 jornadas
Documentos que abordaban en sus contenidos conceptos y experiencias de interés	402 docs

Tabla 1: Logros del trabajo etnográfico

Fuente: Elaboración propia

A lo largo de este viaje he practicado una etnografía inicialmente acompañante (DIETZ, 2012), por momentos participante (CLIFFORD, 1998), en algunos momentos sólo de observación o etnografía al margen (LEDERACH, 2008), y al final una etnografía solidaria o comprometida (GUILLERMO VASCO, 2007) con las comunidades observadas, tratando de que mi trabajo en general les resulte útil.

Durante este ejercicio metodológico he desarrollado entrevistas conversacionales o etnográficas (DEVILLARD; FRANZË MUDANÓ; PAZOS, 2012), acompañadas de ejercicios creativos como la elaboración de dibujos por parte de los entrevistados mientras conversamos. He desarrollado también entrevistas colectivas mediadas por comics, o historias ilustradas por los mismos entrevistados, y sobre las cuales luego discutíamos. Además, he realizado un análisis de contenido de diferentes materiales: prensa, archivos institucionales y literatura especializada.

La revisión bibliográfica como paso previo de investigación permitió la aproximación al conocimiento científico-académico acumulado sobre el tema, una suma de diferentes investigaciones y de artículos sobre el estado de la cuestión a investigar, incluso la valoración crítica de otras investigaciones sobre el tema, que señala similitudes e inconsistencias entre la literatura analizada y la realidad observada. Para elaborarla, consulté las bases de datos de revistas especializadas, con

una estrategia de búsqueda enfocada en conceptos y en experiencias, diseñada para obtener resultados relacionados con la comunicación comunitaria y construcción de paz. Seleccioné 402 documentos que abordaban en sus contenidos conceptos y experiencias de interés, identificando 2223 códigos, agrupados en 42 grupos de códigos enredados en 9 redes de conceptos y experiencias semánticamente vinculadas (POPPING, 2000). Los datos obtenidos se tratan con Atlas.ti, en un ejercicio de teoría fundada (o fundamentada).

DESARROLLO

Sobre las JP

El primer acercamiento fue con la red de radios comunitarias del departamento del Magdalena, un departamento ubicado al norte de Colombia y en cuya ciudad capital, Santa Marta, se habían reunido los líderes y las lideresas de estas radios, para el desarrollo de unas actividades académicas y administrativas en las que se embarcaban como red. En conversaciones con los líderes de las radios y asistiendo a sus presentaciones, obtuve información específica sobre las Juntas de Programación, que me permitía conjeturar que estos espacios habían sido instrumentalizados por el poder que tienen las juntas directivas y las mismas organizaciones concesionarias de las radios comunitarias, quienes terminaron convocando a los representantes de diversas organizaciones agrupadas por sectores (el educativo, el cultural, el de los jóvenes, etc.), tal y como lo pide la legislación sobre radiodifusión sonora comunitaria, para que firmasen un acta cada año, donde se aprueba la programación de la estación, dando cuenta de la “participación ciudadana” en la radio.

Sobre los CTL

A través de una evaluación externa que el Grupo de Investigación PBX de la Universidad del Norte realizó al Programa RCPC, analizando actas e informes, y de algunas visitas a campo, tuve la oportunidad de

acercarme a los Comités Temáticos Locales, unos espacios sociales mucho más dinámicos y representativos donde las comunidades convocadas sí toman decisiones y donde se ha demostrado, a través de actas y fotografías, que allí participan más personas representantes de una amplia diversidad ciudadana que la que normalmente llega a las Juntas de Programación. Por ejemplo, en la emisora Villanueva 24, en Villanueva (Cundinamarca), hay registros que dejan ver como en el Comité temático local estuvieron presentes hasta 11 líderes representantes de 11 organizaciones comunitarias diferentes.

Sobre la Fantasía de Estar Juntos

También viajé por la Serranía de la Macarena, donde por varios años funcionó una radio sin licencia, que se llamaba Raudal Estéreo y que precisamente por su carácter de ilegalidad fue cerrada toda vez que sus opositores la denunciaron ante la fiscalía. La Macarena es una zona estratégica para la guerra en Colombia y para frenar el cambio climático, pues es la entrada colombiana a la Amazonía. Allí funcionó por mucho tiempo la radio guerrillera La Voz de la Resistencia, que se peleaba la audiencia campesina con la radio del ejército, la única radio que continúa “al aire” hoy día en la zona. Vale decir que estas dos estaciones podrían haber incurrido en infracciones al derecho internacional humanitario, porque colocaban en situaciones de vulnerabilidad a sus oyentes: ser sorprendido por un tercero escuchando la radio guerrillera o la radio del ejército tenía sus implicaciones políticas. También conocí varias experiencias de organización comunitaria con proyectos de comunicación que no concebían compartir con otras organizaciones, mucho menos con las FARC.

Sobre las Organizaciones Sociales en las Radios Comunitarias

Posteriormente, recorrí algunas zonas del Magdalena medio, una frontera interior también estratégica para la guerra y el desarrollo del país, donde conocí la experiencia de la red de radios comunitarias del

Magdalena medio (Aredmag), que cuenta con 17 radios comunitarias afiliadas. En particular, me acerqué a la experiencia de dos de ellas, San Vicente Estéreo, en el municipio de San Vicente del Chucurí, donde se produce cerca del 50% del cacao que Colombia exporta; y la emisora Original Estéreo, del municipio de Simití, al Sur del departamento de Bolívar, una zona que fue bastante golpeada por los ejércitos paramilitares de ultraderecha, finalizando el siglo XX.

Sobre la Intervención Mediática

Finalmente llegué al corregimiento de Conejo, en el municipio de Fonseca, al Sur del departamento de La Guajira, límites con Venezuela, donde está ubicado el otrora Espacio territorial para la capacitación y la reincorporación (ETCR) Amaury Rodríguez. Allí desarrollamos, de manera conjunta con la comunidad civil y los exguerrilleros, una intervención mediática para crear una radio comunitaria como lo decían los acuerdos de paz, pero en formato digital: una radio hablada para Internet con la que logramos producir 12 podcast en la temática de construcción de paz.

HALLAZGOS GENERALES

Los Procesos de La Macarena

En el trabajo de campo en la Macarena me encontré con organizaciones desarticuladas entre ellas, que, si bien eran organizaciones muy fuertes a nivel interno y con una tradición en la comunidad, no tenían ningún interés por establecer interacción con otras. Así, las organizaciones indígenas y campesinas tenían sus propios proyectos de comunicación de manera separada. Unas y otras querían su propia radio comunitaria, mientras los exguerrilleros no tenían interés en proyectos de comunicación, porque éstos no tenían el carácter de proyectos productivos que les significaran recursos económicos para la supervivencia, una vez dejadas las armas.

Las Radios de Aredmag

En el Magdalena medio la etnografía me permitió ver organizaciones sociales enredadas con la radio comunitaria. Es el caso de San Vicente Estéreo, donde la Asociación de juntas de acción comunal tiene su propio programa, al igual que un grupo de vecinos que vienen oponiéndose a la explotación minera en la zona y que a través de la radio promueven acciones legales para impedir el desarrollo de proyectos minero-energéticos por multinacionales que no están interesadas en el cuidado del medio ambiente. En el caso de Simití, a través de las entrevistas con los radialistas, pude reconstruir la experiencia del Evento público con el que cerraron su participación en el Proyecto RCPC, donde la radio fue capaz de convocar a diferentes organizaciones sociales y culturales del municipio y, con ello, a toda la comunidad para el desarrollo de actividades culturales amplias y participativas que venían siendo elaboradas como acciones para la construcción de paz, después de la destrucción del tejido social que propiciaron los ejércitos paramilitares cerrando el siglo XX y en la primera década del siglo XXI (CNMH; UNIANDES; UTB, 2014).

El Proyecto RCPC

El análisis a los archivos del Proyecto RCPC me permitió identificar no solamente las distinciones entre espacios sociales de comunicación, como las juntas de programación y los comités temáticos locales, sino y sobre todo valorar la participación de las mujeres en proyectos de construcción de paz que estaban ligados a la construcción y la emancipación de unas nuevas subjetividades en contextos tradicionalmente patriarcales, como son los procesos comunitarios de comunicación.

Intervención Mediática en la Guajira

Un análisis comparativo de mis notas de campo y de las transcripciones de las entrevistas me permite identificar una sugerencia

propuesta por un par de interlocutores en torno a una intervención mediática para intentar responder a mi pregunta de investigación. El líder de la red de medios comunitarios del departamento del Magdalena me dijo: “¿Usted se imagina poder desarrollar un programa de radio con exguerrilleros, ex paramilitares, patrocinadores de la guerra... y víctimas... ¿Todos juntos construyendo?”. Y un profesional ambientalista ligado a la corporación ambiental de La Macarena y que había venido promocionando actividades de cuidado medioambiental a través de Radio raudal estéreo me propuso: “¿Qué tal hacer un experimento radial que permitiera ver la interacción de las diferentes organizaciones participantes y su vinculación con instituciones estatales?”

De tal suerte que terminé proponiéndole a exguerrilleros y a organizaciones sociales y de víctimas en el Corregimiento de Conejo, que ya venían haciendo trabajos conjuntos en materia turística y de agricultura, y algunos eventos recreativos, la creación de una experiencia radial conjunta, un espacio como un punto de encuentro, que en este caso ilustro con un árbol de totumo. Si bien este tipo de procesos de reconciliación se ilustran con telas de arañas o con tejidos colectivos, el árbol de totumo resulta más ilustrativo por como se enredan sus ramas que constituyen un cruce accidental de líneas con rupturas y encadenamientos en sus continuidades rizomáticas, y que para mí era la mejor imagen para ver como policía nacional, exguerrilleros y organizaciones comunitarias, incluidas víctimas de la guerra, se entrelazaban en actividades conjuntas, como establecer acuerdos de entendimiento y compromisos para generar una comunicación para construir las paces entre ellos. Un segundo ejercicio de producción sonora permitirá la ampliación de la diversidad comunitaria y la producción de los contenidos fortalecidos por un trabajo de investigación comunitaria desarrollado previamente.

Hallazgos Puntuales Según las Preguntas de Investigación

Para evaluar el material obtenido a través de entrevistas y de interacciones en el trabajo de campo, desglosé la pregunta principal en una serie de palabras clave, o categorías de análisis, en torno a

las cuales había construido redes de relaciones semánticas con otras categorías, incluidas algunas que resultaron de la literatura especializada, con el fin de construir unos universos de sentido que no solo respondan una pregunta, sino que puedan evidenciar las salidas prácticas a la realidad problemática de construir la paz en medio del conflicto, con lo que los hallazgos y resultados comienzan a trazar una posible teoría de la comunicación comunitaria para la paz.

¿Cómo, en Qué Condiciones y en Qué Momentos Puede la Radio Comunitaria Contribuir en la Construcción de la Paz en Contextos de Múltiples Violencias?

Encontré que la principal condición para que la comunicación comunitaria contribuya a la construcción de la paz es que aquella sea concebida de una forma estratégica, es decir que esté proyectada hacia un fin. Parecería obvio decir que ese fin es la paz, pero si la comunicación en la guerra era una acción estratégica de los ejércitos enfrentados en luchas hertzianas, ¿Cómo hacer para consolidar la paz desde la comunicación comunitaria? ¡Asumiéndola como una estrategia!

En procesos formativos anteriores de la radio comunitaria en Colombia, como el emblemático proyecto de “Radios Ciudadanas”, el fin era la construcción de ciudadanía, la ampliación de la democracia, la construcción del espacio público. Hoy día, aún en medio de las violencias, el fin sigue siendo la paz, por lo que debe establecerse un plan estratégico para su realización, léase construcción. De este modo, la comunicación comunitaria que requiere la construcción de la paz debe concebirse como una estrategia para encontrar soluciones, no sólo a la violencia, sino a la incomunicabilidad entre los actores sociales y políticos de una localidad, que en tanto estén enredados, pueden hacerse más fuertes para construir salidas de manera colectiva a situaciones específicas.

Estar enredados o intercomunicados estratégicamente podría ejemplificarse con la estrategia de la comunicación conjunta que desde

la misma mesa de diálogo en La Habana se construyó para superar algunos de los problemas de “los diálogos del Caguán”, el anterior intento de paz entre el Gobierno nacional y las FARC, en donde cada uno de ellos se comunicaba de manera individual con la sociedad colombiana. En La Habana ésta condición fue superada al establecer un acuerdo según el cuál las partes sólo podían comunicarse con la sociedad y los medios de manera conjunta, con lo que podemos decir que las comunidades y las organizaciones podrían establecer acuerdos estratégicos similares para la construcción de esferas comunitarias que faciliten la interacción entre organizaciones e individuos, esto es, potenciando espacios sociales de interacción como reuniones públicas o diálogos amplios que habitualmente ocurren en las asociaciones de vecinos o en las organizaciones comunitarias y en los colectivos juveniles, ambientales y/o culturales.

CONCLUSIONES

La contribución de esta tesis al subcampo de comunicación para la paz es la valoración de la interacción o diálogo-comunicación entre sujetos individuales y colectivos, como primera condición para la consolidación de acciones transformativas sobre el territorio. Tanto en la producción como en la gestión de la comunicación comunitaria, la conversación debe ser la base para potenciar la red de intercambios entre diversos interlocutores, incluidos los contrarios.

El Primer Elemento es la Interacción

La situación de La Macarena con unas organizaciones desarticuladas y sin un proyecto de comunicación conjunto muestra que, aun cuando existan organizaciones sociales, los procesos de comunicación comunitaria sólo son posibles si estas organizaciones interactúan. Por supuesto que dentro de cada organización existiría un tipo de comunicación, pero que estaría fortaleciendo la organización, y no necesariamente la estaría proyectando a la comunidad. Esto

puede ser determinante para las personas que de entrada descartan la posibilidad de acuerdos con el otro, porque, como puede verse, el primer elemento es la interacción; la posibilidad de acuerdos se desarrollará después.

La Interacción Entre la Radio Comunitaria y las Organizaciones Sociales

Las experiencias de las emisoras del Magdalena medio dejan ver que la interacción entre la radio comunitaria y las organizaciones sociales no sólo constituye procesos de comunicación comunitaria, sino que hace de estos unos potentes escenarios políticos para la transformación social de los territorios, hechos que no se agotan en la elaboración de productos radiofónicos, sino que se profundizan en las posibilidades de la comunicación como diálogo dentro y fuera de la cabina. Esto es clave para valorar el papel de la radio hablada como herramienta para la preservación de prácticas populares de comunicación como la interacción entre vecinos.

Carácter Constitutivo de la Paz y de la Comunicación Como Diálogo

La interacción entre las organizaciones comunitarias del corregimiento de Conejo y la comunidad exguerrillera de la vereda Pondores, en La Guajira, permite ver que la construcción de paz comparte con la comunicación comunitaria desde la perspectiva interactiva, la condición de constituyentes de lo social. De este modo, la comunicación comunitaria para la construcción de la paz se nutre de interacciones entre organizaciones que se diferencian no sólo por condiciones étnicas, de género o etarias, sino también, y más importante, político-ideológicas. Es decir que la construcción de la paz necesita procesos de comunicación que incluyan a contrarios o enemigos.

BIBLIOGRAFÍA

- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- CNMH. Centro Nacional de Memoria Histórica; UNIANDES. Universidad de los Andes; UTB. Universidad Tecnológica de Bolívar. *Comunicar en medio del conflicto: el asesinato de Eduardo Estrada y el silenciamiento de la comunicación comunitaria y del periodismo regional en Colombia*. Bogotá, D.C.: Centro Nacional de Memoria Histórica y la Universidad Tecnológica de Bolívar; Uniandes; UTB, 2014.
- DEVILLARD, Marie José; FRANZÉMUDANÓ, Adela; PAZOS, Álvaro. Apuntes metodológicos sobre la conversación en el trabajo etnográfico. *Política y Sociedad*, México, v. 49, n. 2, p. 353-369, 2012.
- DIETZ, Gunther. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación: una aproximación antropológica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- GUILLERMO VASCO, Luis. Así es mi método en etnografía. *Tabula Rasa*, Colombia, n. 6, p. 19-52, ene./jun. 2007.
- JARAMILLO, Sergio. La transición en Colombia. In: FORO DILEMAS JURÍDICOS DEL PROCESO DE PAZ, 2013, Bogotá, D.C. *Conferencia [...]*. Bogotá, D.C.: Universidad Externado de Colombia, 2013.
- LEDERACH, John Paul. Cultivar la paz: la visión de un practicante sobre el conflicto y la negociación mortales. In: BARANYI, Stephen. *Construcción de la paz contemporánea*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. p. 36-44.
- LEDERACH, John Paul. *La imaginación moral: el arte y el alma de la construcción de paz*. Bogotá, D.C.: Semana Libros, 2016.
- POPPING, Roel. *Computer-assisted text analysis*. London: Sage Publications, 2000.
- RESANDER. *Informes de gestión del Proyecto Radios Comunitarias para la Paz y la Convivencia*. Archivos del Proyecto Red Cooperativa de Radios Comunitarias del Santander. San Gil, Colombia, 2017.

O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA RELAÇÃO MUTUALÍSTICA

20 Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), E-mail: anabeatrizborges03@gmail.com

Ana Beatriz Almeida Borges²⁰

RESUMO

O presente artigo possui o escopo de discorrer sobre o direito à liberdade de consciência como instrumento de viabilização e de manutenção dos ditames democráticos no Estado brasileiro. Trata-se de um direito de suma importância para a plena realização dos indivíduos como cidadãos, ao passo que consiste no direito de formar suas próprias convicções, de expressá-las, de comportar-se de acordo com elas e de reunir-se para compartilhá-las. Desse modo, pretendemos explorar o conteúdo do direito fundamental à liberdade de consciência, bem como versar sobre a abordagem às violações ocorridas no período ditatorial a partir da ótica desse direito e problematizar a concretização da liberdade de consciência no momento atual, demonstrando a importância da sua efetivação como mecanismo fortalecedor

do processo de Justiça de Transição e do Estado democrático. Para tanto, operamos a divisão deste trabalho em três momentos, a saber: (i) exposição sobre o conteúdo do direito à liberdade de consciência; (ii) das violações à consciência: passado e presente; e (iii) o direito à liberdade de consciência como instrumento de construção e manutenção do Estado democrático.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Liberdades Individuais. Liberdade de Consciência. Justiça de Transição. Estado Democrático de Direito.

ABSTRACT

This article aims to discuss the right to freedom of conscience as an instrument for the viability and the maintenance of democratic dictates in the Brazilian State. It is an extremely important right for the full realization of individuals as citizens, since it consists in the right to form our own convictions, to express them, to behave in accordance with them and to meet to share them. Therefore, we intend to explore the content of the fundamental right to freedom of conscience, as well as address the violations that occurred in the dictatorial period from the perspective of this right and problematize the concretization of freedom of conscience at the present time, so it can be demonstrated the importance its effectiveness as a mechanism to strengthen the transitional justice process and the democratic State. To this end, we divided this

paper in three stages, namely: (i) presentation on the content of the right to freedom of conscience; (ii) violations of conscience: past and present; and (iii) the right to freedom of conscience as an instrument for the construction and maintenance of the democratic state.

Keywords: Fundamental Rights. Individual Freedoms. Freedom of Conscience. Transitional Justice. Democratic State.

INTRODUÇÃO

O direito à liberdade de consciência, positivado no art. 5º, inciso VI, *in initio* da Constituição Federal de 1988, possui significados e sentidos pouco explorados pela doutrina brasileira. Assim, visando a problematização de possíveis significados desse direito, partimos das lições do professor espanhol Llamazares Fernández (2011) sobre o tema, que apresenta níveis a serem observados para que haja efetivamente sua garantia, sendo eles: (i) liberdade na formação da consciência, liberdade de pensamento, no qual estão compreendidos os direitos à educação e à informação; (ii) liberdade para expressar livremente os próprios pensamentos, as ideias e as opiniões, isto é, liberdade de expressão, no qual estão inseridas a liberdade de cátedra e a liberdade de informação; (iii) liberdade de atuar de acordo com as ideias, as crenças e as convicções, liberdade de comportamento; e (iv) liberdade de associação, de reunião e de manifestação com outros com a finalidade de compartilhar as mesmas convicções (LLAMAZARES FERNÁNDEZ, 2011).

Nesse diapasão, é notório que governos autoritários, ao promoverem restrições às liberdades individuais, também maculam a liberdade de consciência, ao passo que os cidadãos não mais podem exercer os direitos e as liberdades compreendidas por esse direito. Assim, percebemos que o período de Ditadura Militar ocorrido no Brasil (1964-1985) representou uma institucionalização das violações à consciência, na medida em que o Estado passou a cercear direitos e liberdades historicamente assegurados aos cidadãos.

Não obstante esse período tenha sido superado, vislumbramos que nos dias atuais os cidadãos ainda não experimentam uma plena garantia do direito à liberdade de consciência, vez que se faz necessária a efetiva observância dos direitos e das liberdades que a compõem para que esse direito se verifique. Nesse sentido, em que pese vigore um Estado Democrático de Direito, que deveria ser pautado na igualdade, no pluralismo e na observância dos direitos e de garantias fundamentais, no plano fático, ainda são muitos os obstáculos a serem superados para que tais condições sejam concretizadas.

Assim, acreditamos que a efetivação do direito à liberdade de consciência pode contribuir para a construção e a manutenção de uma democracia saudável, na qual se verifique a participação popular dos diversos grupos no diálogo da esfera pública, de maneira a colaborar com o processo de Justiça de Transição, uma vez que promove o respeito e a garantia das liberdades de pensamento, de expressão, de cátedra, de informação, de comportamento, de associação, de reunião e de manifestação, bem como os direitos à educação e à informação, tão caros ao Estado Democrático.

O DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

Quanto ao conteúdo da liberdade de consciência, adotamos como referencial teórico o posicionamento de Llamazares Fernández (2011). De acordo com a perspectiva desse autor, conforme menção supra, o direito à liberdade de consciência inclui quatro níveis de projeção. Vejamos o conteúdo destes.

O primeiro nível é a liberdade na formação da consciência, que inclui a livre percepção do indivíduo sobre si mesmo e sobre o exterior, bem como o direito de formar livremente a própria consciência, sem ingerências ou coações físicas ou psíquicas. Fazem parte do campo da liberdade na formação da consciência os direitos à educação e à informação, estando as liberdades de cátedra, de informação e de expressão a seu serviço (LLAMAZARES FERNÁNDEZ, 2011).

Quanto ao segundo nível, apresenta-se a liberdade para expressar e para manifestar as crenças, as ideias e as convicções, por meio de sua transmissão, da propagação e do ensino. Neste nível estão presentes as liberdades de cátedra, de expressão e de informação. Tais liberdades formam as garantias institucionais, à proporção que liberdade de cátedra está à serviço do direito à educação, e as liberdades de expressão e de informação estão à serviço do direito à informação ou à formação da opinião pública livre, sendo que todos estão, em última instância, servindo à livre formação da consciência dos destinatários da educação e da livre formação (LLAMAZARES FERNÁNDEZ, 2011).

No que se refere ao terceiro nível, aborda-se a liberdade para se comportar de acordo com as ideias, as crenças e as convicções e a não ser obrigado a comportar-se em contradição a estas. Por fim, o quarto nível constitui a liberdade de associação, de reunião e de manifestação com outros indivíduos, com a finalidade de compartilhar as mesmas convicções. O direito à liberdade de consciência, embora seja um direito individual, precisa ser exercido de forma coletiva em certas situações, de maneira que este nível representa uma função instrumental a favor do pleno gozo desse direito (LLAMAZARES FERNÁNDEZ, 2011).

Assim, notamos que o direito à liberdade de consciência não se restringe à liberdade de pensamento. Trata-se de um direito complexo, cuja observância depende da efetivação dos direitos e das liberdades que compõem os níveis mencionados, de modo a salvaguardar que os indivíduos usufruam da faculdade de formar suas crenças e suas convicções livremente e sem imposições e cerceamentos, bem como expresse-as, transmita-as, comporte-se em conformidade com elas e frua delas coletivamente. Isso permite que o cidadão desenvolva suas potencialidades livremente, de maneira a autodeterminar-se como sujeito, além de colaborar para a construção de uma sociedade heterogênea.

DAS VIOLAÇÕES À CONSCIÊNCIA: PASSADO E PRESENTE

Do Direito à Memória e à Verdade

Não obstante as violações aos direitos fundamentais ocorridas no período ditatorial tenham sido significativas, a redemocratização não trouxe consigo uma abordagem direta sobre os fatos ocorridos durante esse período. Em verdade, vemos que se operou um “pacto com o silêncio instituído pelo regime autoritário” (NADER; PELEGRINE, 2020, p. 398), marcado por negação, silêncio e tentativa de esquecimento da memória do período.

Contudo, para a plena realização da Justiça de Transição, faz-se necessária a proteção ao direito à memória e o direito à verdade histórica. Há que se considerar que ocultar o passado impede a compreensão global sobre o atual cenário, bem como o aprendizado quanto aos possíveis erros cometidos, que devem ser evitados no futuro: “Lembrar ou esquecer consiste em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, já vez que o que se lembra do passado é fundamental para que possa refletir sobre quem se está no presente, onde se encontra no tempo e o que se quer ser no porvir na qualidade de sociedade” (NADER; PELEGRINE, 2020, p. 383).

Outrossim, considerando o arcabouço principiológico trazido pela Constituição de 1988, o silêncio, a confidencialidade e o esquecimento não se coadunam com os ditames de publicidade, de transparência e de livre informação.

Constatamos que direitos à memória e à verdade estão intrinsecamente ligados à liberdade de consciência, porquanto compõem o direito dos indivíduos de informar-se a respeito dos reais fatos ocorridos no passado. Nesse sentido, “é dever do Estado garantir o direito à memória e ao acesso à verdade para a construção de uma cultura democrática, bem como sustentar e legitimar reformas políticas e jurídicas que caminhem nesse sentido” (NADER; PELEGRINE, 2020, p. 383-384).

Problematizando o Direito à Liberdade de Consciência no Momento Atual

O direito à liberdade de consciência, ainda que positivado no ordenamento jurídico brasileiro e intrinsecamente associado a outros direitos e liberdades dessa ordem jurídica, depara-se com problemas de efetivação na realidade fática.

Dentre os obstáculos à efetivação, parece ser particularmente perigosa a reverberação de discursos extremistas e autoritários, ofensivos ao pluralismo, à diversidade e aos direitos humanos, que vão de encontro aos fundamentos democráticos, maculando os mandados

de respeito e de tolerância necessários à viabilização de interlocuções saudáveis na esfera pública.

A existência de tais discursos com vieses autoritaristas alimenta um ciclo vicioso extremamente nocivo à democracia: pessoas e grupos emitem tais posicionamentos antidemocráticos, o que gera em outros o sentimento de legitimidade ao emitirem novas falas representativas de violações.

Ademais, é notável que os direitos e as liberdades formadoras dos níveis da liberdade de consciência enfrentam desafios para sua concretização, o que inviabiliza o pleno gozo do direito à liberdade de consciência. Nesse diapasão, faz-se necessário tecer breves considerações acerca dos dois primeiros níveis da liberdade de consciência.

Liberdade na Formação da Consciência: os Direitos à Educação e à Informação

Para que se realize a liberdade na formação da consciência dos indivíduos, é preciso que estes desfrutem do direito à educação e à informação, de maneira a oportunizar que tenham acesso ao conhecimento e às informações pertinentes e relevantes para a formação de suas crenças, suas convicções e seus posicionamentos. Destarte, é imperativo que a educação acessada seja completa e despida de restrições quanto aos temas e aos assuntos abordados e que seja possibilitado o livre acesso à informação, que deve ser clara e de fonte fidedigna.

Diante disso, fatores como a disseminação de *fake news* são prejudiciais à formação de consciência, pois esta passa a ser influenciada por conteúdos e por informações incompletas e, por vezes, inverídicas. Nesse âmbito, o viés da confirmação demonstra ser prejudicial à construção de uma opinião pública crítica, haja vista que as pessoas tendem a acreditar em discursos que corroborem com suas concepções sobre o tema. Assim, percebemos que “os mecanismos que tornam as informações falsas virais são o fato de

que elas tendem a circular, ao menos inicialmente, entre pessoas mais propensas a acreditar nelas” (SILVA, 2020, p. 52).

A falta de transparência e de publicidade também são elementos que acabam por solapar o direito à informação. A importância da informação reside no fato de que viabiliza fiscalização e controle, prevenindo arbitrariedades e ações que não tenham por finalidade assegurar o interesse público. Nesse sentido, “extrai-se o papel do acesso à informação de assegurar o controle democrático dos atos emanados pelo poder público” (PERLINGEIRO; DÍAZ; LIANI, 2016, p. 148). Em vista disso, a garantia e a promoção do direito à informação constituem mecanismo essencial ao regime democrático.

Nesse contexto, reparamos que, enquanto os direitos à educação e à informação não forem desprendidos dos fatores que os mitigam, não se verificará a devida liberdade na formação da consciência.

Liberdade Para Expressar e Manifestar: as Liberdades de Cátedra, de Expressão e de Informação

As liberdades de cátedra, de expressão e de informação, conforme ressaltado por Llamazares Fernández (2011), contribuem para o exame do direito à educação e à informação do primeiro nível, porquanto a propagação de ideias e informações possibilitada por tais liberdades auxilia a formação da consciência dos destinatários.

Assim, vislumbramos que os cidadãos deveriam usufruir dessas liberdades desembaraçadamente. Todavia, tais liberdades ainda são alvo de violações, dentre as quais destacamos a violência por razões políticas e eleitorais, que pode ser evidenciada pelo assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e pela facada desferida contra Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral, eventos ocorridos em 2018 (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

A violência política se opera como forma de manutenção do poder político nas mãos de grupos hegemônicos, consolidando a exclusão da manifestação e a participação de grupos minoritários da esfera pública (LAURIS; HASHIZUME, 2020). Nesse diapasão, constatamos que, “ao

reforçar práticas de marginalização, silenciamento, culpabilização e censura das vítimas, os atos de violência política constituem em si uma violação do direito à liberdade de expressão e manifestação das pessoas violentadas” (LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 75-76).

É certo que o período ditatorial brasileiro representou uma fase de violações aos direitos e as liberdades supramencionados. Quanto às liberdades de expressão e de informação, por exemplo, empreendeu-se grande cerceamento, como se vê: “Eram censurados textos que desagradassem o governo, em especial os que expressavam suas falhas e conduta arbitrária” (MOROSINI, 2012, p. 16). Contudo, não podemos aceitar que um governo declarado democrático adote a mesma postura violadora e restritiva de direitos, visto que sua conduta deve ser guiada pela transparência, pela publicidade e pelo respeito aos direitos e às liberdades fundamentais.

Nesse cenário, é preciso atentar “sobre os mecanismos discursivos que tornam possível que ideias autoritárias circulem, democraticamente, em uma sociedade que saiu de um governo militar ditatorial e se estabeleceu em um Estado de Direito” (COSTA; SILVEIRA, 2018, p. 15, *apud* SILVA, 2020, p. 62).

O DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA COMO INSTRUMENTO À CONSTRUÇÃO E À MANUTENÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO

O direito à liberdade de consciência serve à formação de uma opinião pública livre e à garantia de que os indivíduos terão a possibilidade de desenvolver pensamento crítico. Ao fazê-lo, assegura o direito dos cidadãos de possuir suas próprias ideias e posicionamentos, despidos da obrigatoriedade de submissão às ideologias e às crenças hegemônicas.

Dessa forma, o direito à liberdade de consciência contribui para a coexistência de ideias, de convicções e de posicionamentos diversos, o que colabora para a formação de dissenso na esfera pública, aspecto particular dos regimes democráticos. Nessa lógica, explica Neves (2006, p. 149) que “(...) o Estado Democrático de Direito legitima-

se enquanto os seus procedimentos absorvem sistematicamente o dissenso e, ao mesmo tempo, possibilitam, intermedeiam e mesmo fomentam a sua emergência na esfera pública”. Esse autor, em sua obra *Entre Têmis e Leviatã*, apresenta um modelo do Estado Democrático como interlocução entre o consenso procedimental e o dissenso conteudístico, de maneira que o consenso sobre o procedimento de participação popular na formação da vontade estatal permite a verificação do dissenso quanto ao conteúdo. Destarte, vemos que o Estado Democrático é pautado no fomento e na garantia ao pluralismo, ratificando a coexistência de valores e de interesses diversos por parte da sociedade. Logo, é evidente que “O Estado Democrático de Direito legitima-se exatamente enquanto garante e promove o acesso equânime dos mais diferentes valores e interesses nos seus procedimentos jurídico-políticos” (p. 144-145).

Nesse tocante, é perceptível a relação mutualística que existe entre o direito à liberdade de consciência e o Estado Democrático de Direito, ao passo que atuam como impulsionadores recíprocos. O direito à liberdade de consciência promove a autodeterminação dos indivíduos enquanto formadores de sua própria consciência, bem como a manifestação e a propagação de ideias, de posicionamentos e de ideologias diversas, que colaboram com a viabilização e a manutenção dos ditames democráticos. Em contrapartida, notamos que o direito à liberdade de consciência encontra solo fértil apenas no Estado Democrático de Direito, porquanto necessita das garantias conferidas pelos direitos e pelas liberdades fundamentais.

Por conseguinte, a efetivação do direito à liberdade de consciência, por meio da observância dos níveis supramencionados, pode contribuir positivamente para o processo da Justiça de Transição, enquanto instrumento fomentador dos ditames democráticos na esfera pública.

Outrossim, acreditamos que a efetivação do direito à liberdade de consciência possa contribuir para a participação popular de grupos minoritários na esfera pública, na medida em que estimula manifestações e debates entre as diversas ideias, crenças e convicções, de modo a acolher, a ouvir, a dar voz e a proporcionar o diálogo entre

os diversos grupos que compõem a coletividade, bem como a superar a hegemonia de certos interesses e ideologias.

Nesse âmbito, é pertinente a reflexão de Neves (2006), quanto à verificação de uma esfera pública pluralista deficitária nos países emergentes, posto que a existência de privilégios e de exclusões impede a interlocução dos cidadãos a partir do mesmo patamar, pois formas particulares de poder obstaculizam a concretização dos direitos, impossibilitando a construção de uma esfera pública verdadeiramente pluralista. Assim, faz-se necessária uma postura ativista do Estado, com o intuito de superar tais particularismos e de propiciar uma interlocução mais equânime entre os diversos grupos sociais.

CONCLUSÃO

O direito à liberdade de consciência, conforme exposto neste artigo, possui um escopo amplo, abarcando a liberdade na formação da consciência, bem como na sua manifestação, a partir dos direitos e das liberdades informadores de seu conteúdo.

Outrossim, é notável que o direito fundamental à liberdade de consciência possui uma intrínseca relação com o Estado Democrático, uma vez que ambos constituem fatores que impulsionam o pluralismo e a coexistência de interesses diversos. Nessa perspectiva, defendemos que o direito à liberdade de consciência cultiva uma relação mutualística para com Estado Democrático de Direito, na medida em que necessita deste para existir – pois pressupõe a pluralidade de ideias, de crenças, de convicções e de ideologias – enquanto contribui para a manutenção do regime democrático, haja vista que fomenta a diversidade ideológica e a formação de uma opinião livre.

Dessa forma, a observância ao direito à liberdade de consciência por parte do Estado constitui importante garantia dos cidadãos, sendo certo que possui potencial para alavancar o regime democrático e para colaborar para um processo de Justiça de Transição mais transparente e verdadeiro.

REFERÊNCIAS

- LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. *Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020*. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020.
- LLAMAZARES FERNÁNDEZ, Dionisio. *Derecho de la libertad de conciencia, I: conciencia, tolerancia y laicidad*. 4. ed. Navarra: Editorial Aranzadi, 2011.
- MAROSINI, Lisiane. Tesoura afiada contra o direito à informação. Censura e autoritarismo ceifaram a liberdade de expressão de jornais e jornalistas no regime militar. *Radis*, Rio de Janeiro, n. 123, p. 16-19, dez. 2012.
- NADER, Maria Beatriz; PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. Memória traumática e direito à verdade: o legado da ditadura militar no Brasil. *Passagens*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 380-403, set./dez. 2020.
- NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PERLINGEIRO, Ricardo; DÍAZ, Ivonne; LIANI, Milena. Princípios sobre o direito de acesso à informação oficial na América Latina. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 143-197, maio/ago. 2016.
- PIRES, Teresinha Inês Teles. Liberdade de consciência, liberdade de crença e pluralismo político. *Revista de Informação Legislativa MPDFT*, Brasília, DF, ano 49, n. 195, p. 53-63, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/artigo%20Rev%20Inf%20Legislativas.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- SILVA, Cris Guimarães Cirino da. *O Bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

PARTE 2

**AS RECONFIGURAÇÕES DAS VIOLÊNCIAS SOCIAIS E
INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO: UM OLHAR
SOBRE A FACETA DOS DIREITOS HUMANOS**

TRÁNSITO DEL PARADIGMA PARA EL FIN DEL CONFLICTO EN COLOMBIA: ANTECEDENTES JURÍDICOS DEL PROCESO DE PAZ²¹

Óscar Iván Suárez Moreno²²

²¹ Artículo realizado utilizando como base la investigación: "Antecedentes del proceso de paz: fin del conflicto, reparación y restitución de derechos a víctimas: Ley de Justicia & Paz y Ley de Víctimas (975 de 2005) y restitución de tierras (1448 de 2011)", realizada por el mismo autor para obtener su título de Máster en Estudios Sociales y Políticos Latinoamericanos en la Universidad Alberto Hurtado.

²² Investigador, consultor e interventor social en temas de reconciliación, de convivencia y de paz. Psicólogo, Pontificia Universidad Javeriana, Colombia. Máster en Estudios Sociales y Políticos Latinoamericanos por la Universidad Alberto Hurtado, Chile. E-mail: oscarivan.suarez@gmail.com.

RESUMEN

La realización de las negociaciones de paz, las desmovilizaciones de estructuras militares ilegales y el reconocimiento de millones de víctimas han redundado en la producción de cierta legislación que ha intentado materializar los acuerdos necesarios para la finalización del conflicto armado en Colombia. Sin embargo, entre los procesos desarrollados en el siglo XX y los realizados en el siglo XXI hay varias distinciones que evidencian un cambio en la forma de hacerlo y en la posición que asume el Estado con respecto al fenómeno violento. En este marco, esta investigación cualitativa, a través de un análisis de contenido de la Ley de Justicia y Paz (975 de 2005) y la Ley de Víctimas (1448 de 2011), identificó las argumentaciones

utilizadas en los proyectos de ley y que a la postre sirvieron para aprobar las iniciativas. Reconocemos entre estas condiciones aquellas relacionadas con el contexto de derechos humanos, la negociación con organizaciones armadas, las transiciones jurídicas, la creación de procedimientos y de instituciones, la concertación política y los valores democráticos. Finalmente, intentamos proponer una reflexión que permita vislumbrar las características de un nuevo paradigma para el fin del conflicto que ponga en el centro a las víctimas.

Palabras clave: Colombia. Conflicto Armado. Justicia Transicional. Responsabilidad Política. Paz.

ABSTRACT

The carrying out of peace negotiations, the demobilization of illegal military structures and the recognition of millions of victims have resulted in the production of certain legislation that has tried to materialize the necessary agreements for the end of the armed conflict in Colombia. However, between the processes developed in the 20th century and those carried out in the 21st century there are several distinctions that show a change in the way of doing it and in the position that the state assumes with respect to the violent phenomenon. Within this framework, this qualitative research, through an analysis of the Justice and Peace Law content (975 of 2005) and of the Victims Law (1448 of 2011), has identified the arguments used in the bills and that served

to approve them. Among these conditions are those related to the context of human rights, negotiation with armed organizations, legal transitions, creation of procedures and institutions, political agreement and democratic values. Finally, we attempt to propose a reflection that allows us to glimpse the characteristics of a new paradigm for the end of the conflict that places the victims at the center.

Keywords: Colombia. Armed Conflict. Transitional Justice. Political Responsibility. Peace.

INTRODUCCIÓN

Colombia es una nación que ha estado atravesada por un conflicto armado de más de 50 años. Esa situación provocó que tanto en la sociedad colombiana como en la clase dirigente se formara cierta estructura moral que soportó la actividad política durante esos años. Fue regular encontrar en la agenda de los partidos declaraciones y propuestas para acabar con la insurgencia, calificada genéricamente de comunista, que se alzó en los primeros años de la década de 1960. Posteriormente, en el marco de los procesos de transición democrática que se dieron en América Latina, se iniciaron acercamientos para desmontar sus organizaciones armadas, que terminaron con la desmovilización de nueve grupos armados en la década de 1990. Sin embargo, a comienzos del siglo XXI se generó una preocupación nacional e internacional creciente por terminar el conflicto. En ese contexto, se iniciaron negociaciones con las estructuras paramilitares. En el 2005, se formuló la Ley de Justicia y Paz, que buscó su desmovilización y, a su vez, significó un punto de inflexión en el reconocimiento de las víctimas del conflicto armado.

Posteriormente, como parte de un nuevo escenario político en el que se iniciaron acercamientos para realizar negociaciones con las FARC, en el 2011, se formuló la Ley de Víctimas. Con estas leyes se buscó generar las condiciones de reconocimiento de derechos a las víctimas y la reparación integral a los afectados por la confrontación armada entre los actores del conflicto.

La formulación de esos actos legislativos evidencia la transformación en la manera de entender la situación de crisis social y humanitaria que produjo más de medio siglo de violencia. Demuestra que existen condiciones políticas para favorecer otra perspectiva para la consecución de la paz: la de los afectados. A su vez, permite generar interrogantes el tránsito en la forma en que el Estado colombiano asume su responsabilidad en la transformación del país en términos de la garantía del derecho a la paz establecido en el artículo 22 de la constitución política (COLOMBIA, 1991).

El presente artículo presenta los resultados de una investigación realizada en el 2018, en donde se identifican algunos elementos que permiten reconocer la consolidación de un paradigma que revela un cambio en la responsabilidad política asumida por el Estado, que pretende ponerle fin al conflicto armado en términos del desmonte de organizaciones armadas, de la reparación a las víctimas y de la estructuración de un marco jurídico que aspira garantizar los derechos fundamentales asociados a la paz y a la reconciliación nacional.

TRANSICIÓN EN COLOMBIA: ¿HACIA DÓNDE?

En Colombia, la instalación de un sistema de justicia transicional se da en el marco de la dinámica de una sociedad que ha vivido un proceso generalizado de violencia, producto de intereses políticos, económicos, sociales y regionales, con la presencia adicional del narcotráfico (SAUMETH, 2010; JOXE, 2018), que confiere al conflicto colombiano una capacidad de mutación que no tuvieron las transiciones de las dictaduras militares. Ha cambiado desde un conflicto político y campesino a una situación de violencia en donde la mayoría de la sociedad colombiana ha terminado afectada. En este sentido, reconocemos que el sentido transitivo de este marco jurídico en Colombia trasciende la implementación de los mecanismos contemplados dirigidos a establecer un modelo democrático sobre uno autoritario. Significa literalmente pasar de la guerra a la paz. La constitución colombiana de 1991 intentó configurarse como el “tratado de paz” sobre el cual se haría. Sin embargo, el conflicto continuó y cualquier intento por desarrollar una doctrina jurídica y judicial distinta fue desvirtuado por la comisión de hechos cada vez más atroces.

Para algunos autores como Uprimny & Safon (2017), el hecho de que en Colombia los sectores armados no hayan depuesto las armas, sino a través de un proceso que resulta gradual, genera unos desequilibrios en la aplicación de medidas de transición – por ejemplo, en la satisfacción del derecho a la verdad – y hace difícil que la estrategia sea coherente. Además, el carácter paulatino de la transición política del país abre la puerta para que mecanismos de

justicia transicional sean confundidos gradualmente con los de la justicia ordinaria, perdiendo su carácter excepcional y contradiciendo el fin de superar y de “cerrar” la guerra.

Por esto, entre otras cosas, la transición en Colombia implica trascender el entendimiento de los fines de la justicia transicional. La complejidad que ha tenido el conflicto en Colombia obliga a la creación de modalidades y de procedimientos que exceden las herramientas habituales de la justicia transicional. Es decir, lograr nivelar la necesidad del estado por asumir el legado de las violaciones a los derechos humanos en el marco del conflicto, como de lograr la transición hacia su finalización, en el propósito fundamental de fortalecer el Estado de derecho y de concretar los fines de la Constitución vigente (COLOMBIA, 2012).

Es desde allí que se puede entender la necesidad de producir normas que autoricen la implementación de mecanismos no judiciales, de priorización de casos y, en algunos casos, de renuncia a la persecución penal de los que no se seleccionaron, que pueden entenderse como una limitación a la garantía del derecho a la justicia, pero que se dirigen a satisfacer la no repetición (cese del conflicto que a su vez redundaría en la garantía de la vida y de la integridad física, derechos fundamentales para ejercer los demás); la construcción de una verdad que se obtiene a través de mecanismos, complementarios a la justicia ordinaria, de carácter judicial y no judicial, que permitan reconocer patrones que mantienen la situación de conflicto y la efectiva implementación de medidas de reparación integral a las víctimas (restitución, reparación, rehabilitación y satisfacción).

En consecuencia, Colombia, en las últimas tres décadas, ha venido desarrollando una legislación relacionada con la justicia transicional en respuesta a coyunturas sociales y políticas y que están vinculadas con la seguridad, la desmovilización de grupos armados ilegales y el reconocimiento de las víctimas del conflicto armado (Ley 418, de 1997; Ley 782, de 2002; Ley 1424, de 2010; Ley 975, de 2005; y Ley 1448, de 2011).

CONFIGURACIÓN DE UN PARADIGMA

La presente investigación se propuso identificar y comprender el tratamiento que el Estado colombiano ha dado al conflicto armado y sus consecuencias, focalizando algunas de ellas. Específicamente, se analiza la argumentación y la promulgación hecha por el Congreso de Colombia de las leyes de justicia y paz, en el 2005, y de víctimas, en el 2011. Los resultados obtenidos como fruto de la implementación del análisis de contenido se convierten en un insumo para avanzar en esa reflexión.

Esta investigación aportó elementos para entender cómo, en la primera década del siglo XXI, el Estado colombiano ha *respondido* al reto de poner fin al conflicto en una perspectiva diferente a la asumida en el siglo inmediatamente anterior. Una perspectiva que transita entre los polos de 1) desarme, desmovilización y reintegración de grupos armados ilegales a otro, 2) en donde el foco es el reconocimiento de las víctimas del conflicto armado, la restitución de derechos y la reparación a víctimas. A su vez, es importante mencionar que la comunidad internacional tuvo un papel preponderante en la consolidación de ese proceso.

Empezaremos por plantear que la responsabilidad con los otros, como condición fundamental de acuerdos sociales, que en este caso se ve representada en las leyes estudiadas, se vuelve relevante en los sistemas políticos cuando los involucrados se ven abocados a enfrentar los retos que les depara el presente y/o las deudas históricas que tienen con sus asociados. Podríamos entender que, para el Estado, se vuelve relevante porque implica reconocer las obligaciones que tiene en la garantía de derechos a sus ciudadanos, así como las limitaciones y la capacidad real para atenderlas. Es decir, con la generación de la legislación, las políticas públicas y la institucionalidad necesaria para hacerlo. En el caso de la ciudadanía, quienes delegan su poder soberano a través del proceso electoral a quienes eligen y que ejerce, como sector relevante, una presión importante en la definición de los temas de las agendas políticas y gubernamentales para resolver sus necesidades más apremiantes.

Lo anterior se relaciona con lo que Almond y Verba (1963) plantearían como *inputs*, o procesos políticos, y *outputs*, o procesos administrativos. Sobre los procesos políticos, se refieren a las demandas que nacen en la sociedad y que se hacen al sistema político. Este se canaliza por medio de las organizaciones de la sociedad civil, los partidos políticos y los medios de comunicación. En el caso de los *outputs*, se referirá a las apuestas administrativas, que realiza el sistema político para dar respuesta a los requerimientos ciudadanos. En estos participan el aparato burocrático y los tribunales de justicia (ALMOND; VERBA, 1963).

Siguiendo esas ideas, entendemos que la finalización de la guerra y la atención de las afectaciones generadas por el conflicto han sido demandas constantes de la sociedad colombiana durante el tiempo que este ha durado. A su vez, identificamos que la emergencia y la operación de grupos armados ilegales, del narcotráfico, la violación sistemática de derechos humanos y los distintos fenómenos de corrupción que relacionan a la clase política con economías ilegales indican que el Estado colombiano ha tenido dificultades para establecer orden. A pesar de eso, la democracia colombiana no cayó en la tentativa autoritaria (con la excepción de la dictadura del Teniente General Gustavo Rojas Pinilla, entre 1953 a 1957) y supo mantener un sistema democrático con equilibrio entre las ramas del poder público, en donde la sociedad planteaba demandas y el Estado las respondía.

En ese sentido, al sistema político colombiano se le puede calificar de “democrático”, por lo menos formalmente, ya que, aun así, se podrían plantear varios cuestionamientos sobre la realización sustantiva de los derechos humanos. Colombia es un país con altos índices de desigualdad, que, además de ayudar a establecer la distribución del ingreso, permite relacionar esa situación con los obstáculos para acceder a servicios y a bienes públicos. Según el Banco Mundial, en el 2018, Colombia era el segundo país más desigual (51.1) de Suramérica, solamente superado por Brasil (51.3) y por encima de Paraguay (48) y de Chile (47.7). En el contexto de las leyes (2005 y 2011), según el mismo Banco Mundial, en el 2005, Colombia tenía un índice de desigualdad (55), debajo de Bolivia (58.4)

y de Brasil (56). Y en el 2011, cuando se promulgó la Ley de Víctimas y restitución de tierras, tenía un índice Gini de 54, que lo ubicaba en el primer escalón de desigualdad de la región (BANCO..., 2018).

No podemos olvidar que los grupos ilegales emergieron en un contexto social y político de restricción democrática, en el escenario de la guerra fría que en Colombia se materializó durante más de 50 años en la confrontación contra el comunismo y desde comienzos del siglo XXI en la lucha contra el terrorismo. En ese paisaje, el paradigma anticomunista y antiterrorista marcó la relación con los grupos insurgentes, suponiendo que su eliminación o contención por la vía militar mantendría la “formal” estabilidad democrática. Consideramos, en ese sentido, que para el Estado sería necesario generar una serie de disposiciones legales que le permitiera adoptar ese tipo de decisiones.

Según el portal Verdad Abierta (2015), hay varias acciones legislativas que demuestran como, en Colombia, se creó un marco jurídico para justificar la barbárie: en 1965, la expedición del decreto 3398, que facultaba a la fuerza pública para desarrollar cualquier tipo de acción anti insurgente, en 1978, el decreto 1923 (estatuto de seguridad), y en 1994, el decreto Ley 356 (que creo las cooperativas de seguridad convivir que a la postre se convertirían en grupos paramilitares). Con la intención de “colaborarle” al Estado en la lucha contrainsurgente, se expidieron resoluciones que facultaban excepcionalmente a agentes de Estado y a grupos organizados de terratenientes cometer violaciones de los DDHH e infracciones al DIH para cumplir el objetivo. Una inversión moral en donde, como lo plantea Hinkelammert (2005, p. 24) “...parece que el estado policial significa libertad y el estado social esclavitud”.

La transformación de la postura del Estado colombiano, en relación con el conflicto armado, se dio durante varios años y en el marco de varias situaciones coyunturales. En ese sentido, el tiempo juega un papel importante en la medida en que, en su devenir y dependiendo del cambio de las situaciones, ciertos paradigmas se erosionan o pierden vigencia prescriptiva y descriptiva. La primera de las situaciones tiene lugar 14 años antes de la promulgación de la Ley de Justicia y Paz y a 20 años de la promulgación de la Ley de Víctimas. Esta es la constitución política de Colombia de 1991.

Esta es importante, porque resulta de un proceso de negociación política con la insurgencia que permitió que antes, durante y después de la instalación de la asamblea constituyente se desmovilizaran nueve grupos armados ilegales. En ese contexto también se derrumba el muro de Berlín y, con él, el comunismo, uno de los grandes meta-relatos del siglo XX que justificó, durante décadas, las luchas revolucionarias en América Latina. A su vez, los países que no se concentraron en realizar negociaciones de paz con grupos armados ilegales transitaban de regímenes autoritarios a regímenes democráticos. Muchos de esos cambios alentados por una ciudadanía que cada vez participaba más activa e influyentemente en la vida política de sus naciones.

La constitución colombiana de 1991, también tenemos que decir, nació como una iniciativa de participación de los colombianos que reconocían un desgaste con el sistema político y demandaban apertura democrática y fin del conflicto armado. Esa situación, como lo afirma Cunill Grau (2012), se dió por la pérdida de peso del Estado como regulador de las interacciones sociales y garante de derechos. Por otro lado, fue una época de grandes transformaciones del modelo de Estado imperante en la región en donde, como lo afirma Bobes (2010), la privatización, la desregulación y la descentralización entraron a jugar.

En ese panel, a finales de la década de 1980, la sociedad emergió como actor relevante en desmedro de los gobiernos nacionales y regionales y de los partidos políticos que los representaban, lo que su vez significó que éstos generaran relaciones diferentes con los ciudadanos que lograran recoger sus demandas. Se buscó, con su participación, ampliar el contenido político de la democracia, así como hacer críticas a viejos paradigmas y valores causantes de la crisis social e institucional dejada por la confrontación armada y el crimen organizado.

Bobes (2010) también plantea que las transformaciones se dieron en términos ético-políticos con la redefinición de bienes comunes y de los valores democráticos. Se buscaba que desde la ciudadanía se fortaleciera institucionalmente la democracia. En lo concreto, significaba la ampliación de la participación de diversos sectores

sociales en términos de la definición de una agenda política y de la gestión de recursos del Estado. Una nueva actitud que le permitiera a la sociedad colombiana afrontar los cambios que dejaba la última década del siglo XX.

La emergencia del poder ciudadano en la redefinición de los modelos políticos y las agendas públicas terminó siendo muy importante en ese cambio de actitud del Estado, y esto sucede por varias razones en Colombia. Como lo plantea Lindarte (2017), con la mayoría de la ciudadanía viviendo en las grandes ciudades del país, se han abierto nuevos espacios de interacción que alimentan el ejercicio democrático. Por lo tanto, aumenta el acceso al trabajo y los escenarios laborales, lo que redundó en la cada vez más importante participación de la clase media y en su influencia sobre la definición de agenda pública. Cada vez es más frecuente el uso de tecnologías de la información y la comunicación, así como el acceso a la educación, lo que cualifica los procesos sociales y hace menos factible la cooptación de sectores privilegiados en el escenario de participación democrática.

Por consiguiente, esas condiciones permitieron que la sociedad colombiana ampliara su comprensión sobre el fenómeno del conflicto armado, en un contexto de aumento de la violencia que dejaba el fin de siglo con unas FARC fortalecidas y un proyecto paramilitar consolidado, que victimizó a millones de colombianos de distintas formas. La situación de vulnerabilidad de las víctimas, expuesta por medios de comunicación internacionales, nacionales y regionales, con el registro del desplazamiento forzado de millones de personas hacia los centros urbanos colombianos, como hacia otros países de la región, así como la muerte y la desaparición de cientos de colombianos, colocaron en el foco del debate político acabar con la violencia.

Esa demanda fue recogida por el Congreso a través de iniciativas que fueron trabajadas y formuladas con la anuencia del propio gobierno nacional de la época. De hecho, el análisis de resultados permitió establecer cómo los principales argumentos esgrimidos en la producción de las leyes tuvieron que ver con las condiciones sociales e históricas de su producción. La primera y más fuerte contemplada fue la *situación de derechos humanos*, y la segunda tiene que ver con

las negociaciones con organizaciones armadas al margen de la ley. De la primera, tenemos que exponer que, según la Centro Nacional de Memoria Histórica, para el 2005, los desplazados por la violencia rondaban por las 3.500.000 personas. Para el 2011, y después de un importante trabajo realizado por las instituciones creadas por la Ley de Justicia y Paz, se buscó apoyar su trabajo, subiéndolas en jerarquía institucional y acompañando los esfuerzos por tener un estimado más fiable de las victimizaciones realizadas por organizaciones armadas y agentes del estado, así como el número total de víctimas que hay en el país (CNMH, 2017).

Con respecto a la segunda y como se referencia en el marco de lectura de esta investigación, las negociaciones con organizaciones armadas han sido una constante en la historia de Colombia de la segunda mitad del siglo XX y las primeras dos décadas del siglo XXI. La apuesta era por la salida negociada, que disminuyera la violencia, con la desmovilización de actores armados y la asunción de responsabilidades penales en un contexto de violencia.

Como podemos ubicar en los resultados en la categoría de *intención legislativa*, el trabajo de los proyectos de ley fue el resultado de un arduo proceso de negociación entre el gobierno de turno y los diferentes partidos políticos. En este caso, precisamos rescatar el hecho de que las iniciativas fueran presentadas por los gobiernos, representados en el ministro del interior de cada gobierno (Sabas Pretelt, con el gobierno de Uribe, para el caso de la Ley de Justicia y Paz; y Germán Vargas, en el Gobierno de Santos, para la Ley de Víctimas). Así mismo, reconocemos la enorme aceptación de las propuestas legislativas que fueron votadas favorablemente por el parlamento (la votación final en plenaria para la Ley de Justicia y Paz fue de más del 80 %, mientras que para la promulgación de la Ley de Víctimas fue cercana al 90% de parlamentarios).

También destacamos el papel jugado por la rama judicial con importantes sentencias de la corte constitucional que declararon exequibilidad sobre las leyes y los reparos sobre artículos o proyectos de ley que permitieron que no se declarara impunidad total para los responsables (en el caso de justicia y paz, paramilitares) y que

incluyeron la necesidad de reconocer a las víctimas y de intentar subsanar parte del sufrimiento causado.

Finalmente, reconocemos la participación de la sociedad civil: participación en las audiencias públicas de los proyectos de ley de organizaciones de derechos humanos, de víctimas y de defensoras de los derechos de las víctimas, logrando plantear directamente reservas o cuestionamientos a varios de los artículos presentados, argumentos que fueron integrados a la exposición de motivos como al articulado.

Planteado eso, el análisis de resultados permitió establecer cómo, en la primera década del siglo XXI, el desarrollo jurídico nacional e internacional empezó a integrar otros elementos diferentes a la amnistía como instrumento para acabar una guerra: la necesidad de reconocer las afectaciones de las víctimas del conflicto armado y la alternatividad penal que permitiera aplicar justicia a los responsables de violaciones de derechos humanos y del DIH bajo los preceptos de la justicia transicional y en perspectiva de lograr la reconciliación nacional.

Podríamos pensar que en ese rango de tiempo y después de procesos de negociación fracasados, como el realizado con las FARC entre 1998 y el 2002, el Estado colombiano pudo elaborar instrumentos jurídicos que lo colocarían en una senda de consolidación democrática. Siguiendo lo resaltado por O´Donnell (1989, p. 23), como ha ocurrido con los procesos de desmovilización de paramilitares, “los legisladores han tratado de neutralizar los actores armados aislándolos políticamente hasta convertirlos en sectas que no amenacen la sobrevivencia de la democracia, o bien (...) buscándoles papeles institucionales en los que no pongan en jaque la sobrevivencia del régimen”.

En esa perspectiva, y como se organiza en varias de las categorías de la investigación, el contexto de negociación con agrupaciones armadas, las políticas de desarme y la desmovilización devenidas de la promulgación de la Ley de Justicia y Paz y la adquisición de responsabilidades en términos de justicia y de verdad fueron definiendo para los miembros de estructuras armadas restricciones en relación con los dominios militar, político y territorial, pero también posibilidades al

adquirir beneficios judiciales y una oferta institucional que le permitiera lograr un proceso de reintegración social y comunitaria efectivo.

En la categoría *referentes normativos*, hacemos nuevamente referencia a la Constitución de 1991 y a un entramado de leyes que, posteriores a la Constitución, fueron abonando el terreno para que se propusieran las leyes de este estudio. Consideramos, en este sentido, la promulgación de leyes que hacían alusión a las negociaciones con grupos armados, las que otorgaban beneficios judiciales, las que consideraban a los desplazados por la violencia como sujetos de atención privilegiada, así como las disposiciones de la corte constitucional frente a los proyectos de ley y las leyes que fueron aprobadas. Con relación a esto, se establece en la categoría *valores democráticos* en la Constitución Política de 1991, incorporándose entre los derechos fundamentales el derecho a la paz.

La trascendencia de que se haya incluido la paz como derecho fundamental es grande. Según Maldonado (1999), cuando existe una situación de violencia es que tiene sentido ocuparse de los derechos humanos. Esto se da porque se vuelve tarea fundamental de los derechos humanos ocuparse de la vida, y esta solo se hace posible en condiciones de paz: “es la vida misma la que exige de la paz, para que ella, la vida, pueda desarrollarse de la manera más efectiva. Es el reconocimiento de la vida lo que exige de parte nuestra políticas y acciones, planes y programas de paz” (p. 70).

Los resultados permiten reconocer que, como lo explica O’Donnell (1989), los actores democráticos han ido creando un rico tejido de instituciones que les permite ejercitar la mediación entre las motivaciones, las identidades particulares – para este caso de víctimas y de desmovilizados de grupos armados – y los conflictos que surgieron entre el 2005 y el 2011, años en que se promulgaron las leyes de justicia y paz y la Ley de Víctimas. Como lo evidencia la categoría *creación de procedimientos e instituciones*, fueron importantes y bien consensuadas las respuestas dadas a la necesidad de ajustar la estructura de Estado a la desmovilización y la reintegración de excombatientes, la creación de entidades que se preocuparan por la memoria histórica del conflicto armado y la atención a víctimas, así como la creación de sistemas

interinstitucionales complejos de atención a víctimas y la designación de responsabilidades a instituciones ya constituidas a nivel nacional y descentralizado, al ministerio público y a los tribunales de justicia. El papel que han tenido esas instituciones ha sido muy valioso y representa la voluntad política por adaptar la institucionalidad a las demandas de finalización del conflicto. La creación de la alta consejería presidencial para la reintegración de grupos armados ilegales (ACR), actualmente conocida como la Agencia para la Reincorporación y la Normalización (ARN), permitió que se generara un proceso de acompañamiento a la entrega de armas y la baja oficial de los miembros activos de las organizaciones armadas (paramilitares y guerrillas), que asumieran el proceso por el cual los excombatientes adquirieran su condición de ciudadanos con todas las implicaciones que eso tiene.

Así mismo, sin el trabajo arduo del grupo de memoria histórica de la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación (CNRR), y posteriormente del Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH) y de la Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas (UARIV), no habría sido posible documentar las afectaciones sufridas por las víctimas de los paramilitares, inicialmente, y después con la inclusión de otros actores, como las guerrillas y los miembros del Estado. La relevancia que el Estado colombiano reconociera a millones de víctimas y los incorporara como beneficiarios de una política estatal es el más grande avance considerado.

CONCLUSIONES

Son varias las consideraciones que pudimos realizar de este ejercicio investigativo. La primera de ellas contempla que, para la época en que se emitieron las leyes, la constante violación de derechos humanos y la presencia de grupos irregulares pusieron de manifiesto la falta de consolidación del proceso democrático en Colombia.

Así, sin embargo, la sociedad colombiana y sus instituciones lentamente han ido desarrollando las condiciones para atender a los conflictos armados y sus consecuencias. En ese sentido, logramos,

con la investigación, identificar, con sus categorías, varias clases de argumentos que se presentan en ambas leyes y que permiten reconocer razones para el desarrollo de cierto paradigma del Estado colombiano, para acabar el conflicto armado. Estos se refieren a las condiciones sociales de la época, representadas en una situación difícil de garantía de derechos humanos y de infracción al DIH; al diálogo sostenido por las ramas del poder público, así como entre los gobiernos, los partidos políticos y la ciudadanía que permitieron la formulación, la conciliación y la aprobación de los proyectos de ley; las necesarias transiciones jurídicas que fueron alimentadas por los aprendizajes internacionales, el derecho internacional y las declaraciones de las altas cortes de justicia; la creación de nuevas instituciones, los procedimientos y los sistemas de atención para víctimas y excombatientes. En conclusión, el efecto transformador de la actitud del Estado se materializa cuando este asume su responsabilidad por las víctimas con la Ley de Justicia y Paz y, luego, con la Ley de Víctimas, creando instituciones del Estado a cargo del problema, destinando fondos para ello, organizando servicios específicos, buscando la restitución de derechos y abriéndose posibilidades de reconocimiento y de reparación crecientes. Teniendo esa referencia clara, presentaremos las conclusiones.

Por un lado, el ejercicio investigativo permite entender que, independientemente del partido político y de la postura ideológica que hayan tenido los gobiernos de Álvaro Uribe Vélez (2002 al 2010) y de Juan Manuel Santos (2010 al 2018), el Estado colombiano tuvo un viraje en la forma en la que respondió políticamente a la finalización del conflicto armado. Esto fue realizado en términos de la desmovilización de una organización armada ilegal condicionada a la verdad, a la justicia y a la reparación a víctimas del conflicto armado. Los resultados nos permiten advertir que desde la promulgación de la Ley de Justicia y Paz se avanza en la consolidación de un paradigma para el fin del conflicto que no contempla a la lucha contrainsurgente como fundamento. Podemos ver como, desde que se implementó la Constitución de 1991, se ha generado una jurisprudencia que se solidifica con la promulgación de las mencionadas leyes, tanto para la negociación con organizaciones ilegales de derecha o izquierda como

para la atención a víctimas, iniciando con las personas desplazadas por la violencia.

En segundo término, acogemos parcialmente que la modificación del paradigma de finalización del conflicto armado no resultó por la entrada de perspectivas de justicia transicional, sino en el marco de los acuerdos políticos realizados entre los partidos y las élites que gobiernan el país. Reconocemos que tanto la legislación nacional con respecto a las negociaciones con grupos armados ilegales como la legislación internacional desarrollada para proteger los derechos de las víctimas y luchar contra la impunidad se desarrollaron paralelamente. Como lo revela el análisis de resultados, el grado de complementariedad existente entre los desarrollos nacionales y los principios contra la impunidad es muy fuerte. De hecho, consideramos este uno de los argumentos importantes para poder crear la institucionalidad necesaria para atender el conflicto. Sin embargo, no los utilizamos al pie de la letra. Entendemos como una serie de instrumentos que, dependiendo del contexto, fueron siendo ajustados con respecto a las necesidades de Colombia. No podemos negar que Colombia ha sido la nación que más ha podido aprovechar los preceptos de la justicia transicional, así como los aprendizajes obtenidos por otras experiencias, no solo en la región, sino alrededor del mundo.

Así, el trabajo realizado por organizaciones supranacionales y por gobiernos extranjeros apoyando técnica y financieramente los procesos de reconciliación nacional se refleja en las presentaciones hechas por estos al congreso de la república, planteando sus observaciones con respecto tanto al proceso de desmovilización de paramilitares como en el diseño y en la implementación de la Ley de Víctimas. La financiación de gran parte de las políticas transicionales fue posible porque hubo un interés de la comunidad internacional para apoyar iniciativas que favorecieran el fin del conflicto. Como afirmamos anteriormente, también existió influencia de los desarrollos técnicos realizados por instituciones que trabajan en temas de reconciliación. Hecha esa apreciación, señalamos a la tercera hipótesis planteada.

No obstante, también concluimos que los retos que quedan por delante para Colombia, después de que las leyes han podido ser

implementadas, de que se pudo realizar un acuerdo de paz con las FARC-EP, son muy altos. Queda el desafío de reconciliar una sociedad que ha estado rota y que demanda conocer que pasó y por qué. Como lo indica De Roux (2017), “la verdad es indispensable, y las víctimas tienen que ser reparadas, pero la historia hay que traerla, hasta donde sea posible, desde todos los lados para entender lo que realmente nos pasó. No es la historia para levantar odios y calcular venganzas, sino para conseguir una comprensión constructiva e incluyente del pasado que junte el sufrimiento con la responsabilidad y convoque a la reconciliación, sin quedar atrapados en la ley del talión”.

BIBLIOGRAFÍA

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture, an approach to political culture*. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

BANCO Mundial. *Informe anual 2017*. 2018. Disponible en: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27986/211119SP.pdf?sequence=11&isAllowed=y>. Acceso en: 4 ene. 2018.

BOBES, Velia Cecilia. De la revolución a la movilización: confluencias de la sociedad civil y la democracia en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 227, mayo/jun. 2010. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/de-la-revolucion-a-la-movilizacion-confluencias-de-la-sociedad-civil-y-la-democracia-en-america-latina/>. Acceso en: 22 ene. 2018.

CNMH. Centro Nacional de Memoria Histórica. *Informes de control interno*. 2017. Disponible en: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/informes>. Acceso en: 10 feb. 2017.

COLOMBIA. Acto Legislativo 01, 2012. Por medio del cual se establecen instrumentos jurídicos de justicia transicional en el marco del artículo 22 de la Constitución Política y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 48.508, p. 37, 31 jul. 2012.

COLOMBIA. *Constitución política de Colombia*. Bogotá D.C.: Asamblea Nacional Constituyente, 1991.

COLOMBIA. Ley 418, de 1997. Por la cual se consagran unos instrumentos para la búsqueda de la convivencia, la eficacia de la justicia y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 43.201, p. 4, 26 dic. 1997.

COLOMBIA. Ley 782, de 2002. Por medio de la cual se prorroga la vigencia de la Ley 418 de 1997, prorrogada y modificada por la Ley 548 de 1999 y se modifican algunas de sus disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 45.043, 23 dic. 2002.

COLOMBIA. Ley 975, de 2005. Por la cual se dictan disposiciones para la reincorporación de miembros de grupos armados organizados al margen de la ley, que contribuyan de manera efectiva a la consecución de la paz nacional y se dictan otras disposiciones para acuerdos humanitarios. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 45.980, 25 jul. 2005.

COLOMBIA. Ley 1424, de 2010. Por la cual se dictan disposiciones de justicia transicional que garanticen verdad, justicia y reparación a las víctimas de desmovilizados de grupos organizados al margen de la ley, se conceden beneficios jurídicos y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 47.937, 29 dic. 2010.

COLOMBIA. Ley 1448, de 2011. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 48.096, 10 jun. 2011.

CUNILL GRAU, Nuria. ¿Qué ha pasado con lo público en los últimos 30 años? Balance y perspectivas. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Venezuela, n. 52, p. 5-44, feb. 2012.

DE ROUX, Francisco. *Verdad dolorosa y compleja*. 2017. Disponible en: <http://www.eltiempo.com/opinion/columnistas/francisco-de-roux/verdad-dolorosa-y-compleja-135344>. Acceso en: 27 sept. 2017.

HINKELAMMERT, Franz. *Solidaridad o suicidio colectivo*. Granada: Universidad de Granada, 2005.

JOXE, Alain. *Siete características de las guerrillas latino-americanas*. 2018. Disponible en: https://www.lahaine.org/internacional/7_guerrillas.htm. Acceso en: 18 dic. 2018.

LINDARTE, Eduardo. *¿Por qué tanta corrupción en Colombia?: una respuesta sociológica*. 2017. Disponible en: <https://razonpublica.com/por-que-tanta-corrupcion-en-colombia-una-respuesta-sociologica/>. Acceso en: 11 jul. 2017.

MALDONADO, C. *Hacia una fundamentación filosófica de los derechos humanos*. Bogotá, D.C.: Arango Editores, 1999.

MORENO, Oscar Iván Suárez. *Antecedentes del proceso de paz: fin del conflicto, reparación y restitución de derechos a víctimas: Ley de Justicia & Paz y Ley de Víctimas (975 de 2005) y restitución de tierras (1448 de 2011)*. 2018. Tesis (Máster en Estudios Sociales y Políticos Latinoamericanos) – Universidad Alberto Hurtado, Santiago de Chile, 2018.

O'DONNELL, Guillermo. Transiciones, continuidades y algunas paradojas. *Cuadernos Políticos*, México, DF, n. 56, p. 19-36, ene./abr. 1989.

SAUMETH, Erich. *Historia de la guerrilla en Colombia*. 2010. Disponible en: <https://www.bubok.es/link/qb9ajLvKx>. Acceso en: 14 feb. 2018.

UPRIMNY, Rodrigo; SAFFON, Maria Paula. *Usos y abusos de la justicia transicional en Colombia*. 2017. Disponible en: <https://www.dejusticia.org/usos-y-abusos-de-la-justicia-transicional-en-colombia/>. Acceso en: 14 feb. 2018.

VERDAD Abierta. *Las 10 verdades que deja justicia y paz*. 2015. Disponible en: <https://verdadabierta.com/las-10-verdades-que-deja-justicia-y-paz/>. Acceso en: 20 diciembre. 2017.

OTROS RITOS, OTROS PACTOS: PARTICIPACIÓN DE LAS DEFENSORAS EN LA PRODUCCIÓN DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN COLOMBIANA

Andrea Catalina León Amaya²³

²³ Abogada de la Universidad Externado de Colombia. Máster en Ciencias Jurídicas y Sociales del Programa de Posgrado en Sociología y Derecho (PPGSD) de la Universidade Federal Fluminense (UFF). Doctoranda del Programa de Posgrado en Derechos, Instituciones y Negocios (PPGDIN) en la misma Universidad, con beca de la CAPES. Investigadora del NUTEAP/UFF. E-mail: acleonamaya@id.uff.br.

RESUMEN

Este trabajo busca trazar algunas reflexiones sobre la participación de grupos de mujeres defensoras de derechos humanos que comparten experiencias de victimización en el conflicto armado y se organizan en red para participar en los mecanismos de justicia transicional en el contexto del post-Acuerdo Final de Paz (2016) firmado entre el gobierno nacional colombiano y la organización guerrillera Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP). Se trata de un relato de investigación que recupera resultados parciales del trabajo de campo (entrevistas y observación) concerniente al acompañamiento del proceso de elaboración de informes de casos de violencias de género y de violaciones a los derechos humanos, promovido por varias organizaciones que conforman una Red de Defensoras, para ser llevados al Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición. Se proponen dos ejes de reflexión: (1) en el proceso de reconocerse defensoras de derechos humanos, las mujeres víctimas que se organizan en redes de fortalecimiento de sus acciones colectivas estimulan otros modos de relación en la

base social de la lucha por justicia ante el Estado; (2) en el impulso de la estrategia específica de elaboración de informes de casos para ser llevados al Sistema Integral, las mujeres que se enuncian víctimas y defensoras denuncian las continuidades de la violencia institucional del Estado e invitan a la instalación de otros pactos sociales que posibiliten el restablecimiento de la confianza para transitar hacia una situación de paz, como una forma de dar materialidad al paradigma de justicia restaurativa que sustenta el discurso de la justicia de transición en Colombia. El artículo está estructurado por una introducción, dos secciones que se corresponden con los ejes de reflexión mencionados y un apartado de consideraciones finales. Este artículo fue escrito con el apoyo de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – CAPES (Brasil).

Palabras clave: Acuerdo de Paz. Justicia de Transición. Participación Ciudadana. Mujeres Víctimas. Mujeres Defensoras de Derechos Humanos.

ABSTRACT

This article proposes some reflections on the participation of women's human rights defender's groups, who share victimization experiences into the Colombian armed conflict and choose to organize as a network to strengthen their collective actions and to participate in transitional justice mechanisms during the post conflict period posterior to the peace agreement signed in 2016 between government and FARC-EP guerrilla. It is a research report that considers some fieldwork results (interviews and observation) related to an elaboration of case reports process promoted by some organizations that take part in a women human rights defender's network to present them before the Truth, Justice, Reparation and No Repetition Integral System. We propose two lines for reflection: (1) since women victims recognize themselves as women human rights defenders and get organized as a network, they encourage other ways

of relation in the social base of struggles for justice before the State; (2) in their case report strategy, these women denounce the institutional violence of the State and invite to set up other social pacts to reestablish the trust and make viable the politic transition to peace. In this way, they take part of restorative justice paradigm that grounds transitional justice discourse in Colombia.

Keywords: Peace Agreement. Transitional Justice. Citizen Participation. Women Victims. Women Human Rights Defenders

INTRODUCCIÓN

Con más de medio siglo de conflicto armado, social y económico en Colombia, con un complejo espectro de actores armados y de dinámicas de control y de disputa territorial que ha dejado un saldo de más de ocho millones de víctimas, además de la contienda discursiva en el plano político y jurídico que retardó el reconocimiento oficial de la existencia de ese conflicto, la justicia transicional se ha tornado un frente de acción y reflexión priorizado en la agenda de los movimientos sociales.

Con especial acento, como se describe en diversos trabajos (ALVIAR GARCÍA; JARAMILLO SIERRA, 2012; JARAMILLO SIERRA, 2020; IBARRA MELO, 2011), el discurso de la justicia de transición ha sido apropiado por la agenda de las organizaciones feministas dominantes en Colombia, alineándose a las agendas transnacionales de derechos humanos y de Mujeres, Paz y Seguridad de la Organización de Naciones Unidas, a medida que llegaban noticias de conflictos armados internos e internacionales en otros países, resueltos mediante el uso de mecanismos institucionalizados para dejar atrás legados de violencia masiva y atroz (comisiones de la verdad, tribunales criminales ad hoc, programas administrativos de reparaciones, reformas institucionales, etc.).

La declaratoria del estado de cosas inconstitucional por las masivas vulneraciones de derechos fundamentales de la población víctima del desplazamiento forzado, en la sentencia T-025 (COLOMBIA, 2004), y la desmovilización paramilitar que incluyó la creación de mecanismos judiciales de concesión de beneficios punitivos a cambio de verdad (confesiones) y reparación – mediante el cuerpo normativo conocido como “Ley de Justicia y Paz” (Ley 975, de 2005) – fueron ventanas de oportunidad para la incidencia jurídica y política de los sectores feministas que buscaron visibilizar los impactos desproporcionados de la guerra en la vida de las mujeres y de su reconocimiento como sujetos de especial protección constitucional en el universo de víctimas del conflicto armado. Así, el terreno ya estaba abonado para la inserción de cláusulas explícitas de “perspectiva de género” en la posterior

Ley de Víctimas (Ley 1448 de 2011) y en las negociaciones de paz que culminaron con la firma del Acuerdo Final de Paz, en 2016, entre las FARC-EP y el gobierno nacional colombiano (COLOMBIA, 2016), aunque no sin oposición en un contexto de polarización política.

El trasfondo de la movilización feminista en torno a las agendas de la política pública de atención a las víctimas del desplazamiento forzado, del acceso a la justicia (en su acepción de acceso a recursos judiciales efectivos) y de la reparación integral (por vías administrativa y judicial) se acompañó necesariamente de un proceso simultáneo de interlocución sostenida con las mujeres víctimas que motiva reflexiones, a mi ver, aún no documentadas lo suficiente. Vergel-Tovar (2015) sugiere un análisis crítico sobre el papel de las organizaciones feministas como mediadoras en la reivindicación de los derechos de las mujeres víctimas, colocando en cuestión que esa intermediación haya potencializado prácticas de reconocimiento de la ciudadanía y de agencia política de estas en la interlocución con el Estado, de manera que el “nosotras” del proyecto feminista que se mantiene sobre la distinción crucial entre mujeres víctimas y mujeres militantes o expertas continua evidenciando contradicciones teóricas y prácticas que merecen estudio.

En otro trabajo (ALVIM; LÉON AMAYA, 2017), nos referimos a los nuevos arreglos propuestos por mujeres víctimas en su interlocución con el Sistema de Justicia, para hacer frente a la violencia institucional, a partir del caso de las jornadas de denuncia colectiva de la violencia sexual asociada al conflicto armado implementadas por una organización conformada por mujeres víctimas, con la intención de ofrecer elementos para colocar en cuestión la triangulación <<Estado – militantes/expertas – víctimas>> como base del ejercicio de ciudadanía de las mujeres que han sufrido los impactos de la guerra.

En esta ocasión, focalizo la experiencia reciente de configuración de acciones colectivas organizadas de grupos de mujeres víctimas que, junto con sus propias organizaciones de base, confluyen en la Red Nacional de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos (en adelante, “Red de Defensoras”), por considerar que enriquece el campo empírico de cómo las mujeres se movilizan y reivindican espacios

de participación eficaz en la agenda de la justicia transicional – una agenda que prioriza la interlocución con el Estado, sea para denunciar la violencia estatal marcada por el incumplimiento de las obligaciones de protección y de debida diligencia, sea para respaldar, de la mano de los órganos públicos involucrados, la formulación y la revisión de las políticas públicas y la implementación de los mecanismos de justicia de transición pactados en el Acuerdo Final de Paz –.

24 La Jurisdicción Especial para la Paz (JEP) realizó divulgación de este evento por medio de sus canales informativos: https://youtu.be/Fzu7O_FhnSc y <https://www.jep.gov.co/Sala-de-Prensa/Paginas/Red-Nacional-de-Mujeres-Defensoras-entreg%C3%B3-6-informes-al-Sistema-Integral-de-Verdad,-Justicia,->

Es así como este trabajo busca trazar algunas reflexiones sobre la participación de grupos de mujeres defensoras de derechos humanos que comparten experiencias de victimización en el conflicto armado y se organizan en red para participar en los mecanismos de justicia transicional colombiana en el contexto del post-Acuerdo Final de Paz (2016) firmado entre el gobierno nacional y la organización guerrillera Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP). Específicamente, presento un relato de investigación que recupera una parte de mi vivencia de inmersión en el proceso de elaboración de los informes de casos sobre violencias de género y sobre violaciones a los derechos humanos promovidos por seis organizaciones que conforman el comité de impulso de la Red de Defensoras para ser llevados al nuevo Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición (en adelante, “Sistema Integral”). De ese modo, retomo las comunicaciones personales sostenidas con dos defensoras involucradas en ese proceso (entrevistas orales semiestructuradas) y la participación en el acto público de entrega de los informes a las instancias del Sistema Integral, que tuvo lugar el 18 de junio de 2019, en Bogotá²⁴.

En diálogo con el contexto expuesto y recurriendo a una parte del material de campo mencionado, abordo dos ejes de reflexión, que a su vez componen las próximas secciones del texto: (1) en el proceso de reconocerse defensoras de derechos humanos, las mujeres víctimas que se organizan en redes de fortalecimiento de su acción colectiva estimulan otros modos de relación en la base social de la lucha por justicia ante el Estado; (2) en el impulso de la estrategia específica de elaboración de informes de casos para ser llevados al Sistema Integral, las mujeres que se enuncian víctimas y defensoras denuncian

las continuidades de la violencia institucional del Estado e invitan a la instalación de otros pactos sociales que posibiliten el restablecimiento de la confianza para transitar hacia una situación de paz, como una forma de dar materialidad a los principios de justicia restaurativa que irrigan el discurso de la justicia de transición actual en Colombia.

DEFENSORAS EN RED

La Red de Defensoras se gesta como parte del proceso colectivo de 70 organizaciones con trabajo territorial en 23 departamentos del país, con diversas experiencias de victimización asociadas al conflicto armado y trayectorias plurales de participación local de mujeres de base que lideran causas sociales y ejercen la defensa de los derechos humanos en los territorios. Se autodefine “como un espacio colectivo de protección y autoprotección que promueve el fortalecimiento de mujeres defensoras de derechos humanos y sus organizaciones, a través del intercambio de experiencias y afectos” (CORPORACIÓN...; RED..., 2019, p. 19, nota de pie 9).

Aunque la forma como se encuentran y deciden integrar la Red de Defensoras puede ser narrada singularmente por cada una de las defensoras que la conforman, un hito que marca esa confluencia es el proceso participativo de formulación del Programa Integral de Garantías para las Mujeres Líderesas y Defensoras de Derechos Humanos (en adelante, Programa Integral de Garantías), articulado por la Corporación Sisma Mujer, organización feminista de alcance nacional caracterizada por Céspedes-Báez (2014) como un caso paradigmático del ejercicio de un “feminismo del poder” que ha operado una traducción del “feminismo de la gobernanza internacional” para adaptarlo al contexto de incidencia jurídica y política en la formulación de indicadores de seguimiento a las políticas públicas de atención a las mujeres víctimas de desplazamiento forzado en Colombia, con logros y aciertos notorios.

El Programa Integral de Garantías, de acuerdo con la descripción de Vergel-Tovar (2020), constituye el logro más importante de Sisma

Mujer y de la Red de Defensoras en materia de incidencia para la formulación de instrumentos de política pública destinados a enfrentar los riesgos a los que están expuestas las mujeres lideresas y defensoras y “cristaliza los esfuerzos de la participación de las mujeres en las diferentes instancias” (p. 141), vinculadas por las medidas normativas adoptadas como respuesta estatal para proteger su vida y su integridad.

Las representantes de dos organizaciones que integran la Red de Defensoras, una conformada por una red de mujeres lideresas negras y otra por mujeres víctimas de violencia sexual, ambas con trabajo en diferentes departamentos del país y miembros del comité de impulso político de la Red de Defensoras, ofrecen narrativas plurales sobre las circunstancias que motivaron su participación en la Red de Defensoras y sus visiones de lo que significa para ellas y sus procesos colectivos converger en ese espacio.

Difieren en cuanto a la forma como la experiencia de victimización en el contexto del conflicto armado sustenta o atraviesa su trayectoria como lideresas y defensoras, así como su llegada a la Red. Ambas concuerdan en la necesidad de preservar el protagonismo y la autonomía de sus procesos organizativos de base. Al mismo tiempo, comulgan en la valoración positiva que otorgan a la confluencia en red, pues la identifican como una fuente de fortalecimiento para sus trayectorias y sus agendas individuales y colectivas.

Yaneth²⁵ considera que es su trayectoria como mujer lideresa negra y defensora de los derechos de las mujeres afrocolombianas desde el territorio lo que le dio las “credenciales” para ser convocada al proceso de discusión del programa integral de garantías y, por esa vía, al proceso de conformación de la Red de Defensoras (información verbal) y para sumar en materia de enfoque étnico²⁶. Enfatiza algunos límites necesarios: dar prioridad al trabajo territorial de su propia organización, pues en su sentir es eso lo que nutre la Red, y no al contrario, y no dejarse absorber por la dedicación a la Red – proceso que considera centralizado en Bogotá –, más ahora que su organización atraviesa una crisis financiera – acentuada por la pandemia de Covid-19 – (información verbal)²⁷.

²⁵ Utilizo un nombre ficticio para proteger su identidad.

²⁶ Yaneth. Entrevista I. [Entrevista cedida a] Andrea Catalina León Amaya. Medellín, jun. 2019. 1 archivo.mp3. (1h13min).

²⁷ La información sobre la acentuación de la crisis financiera por causa de la pandemia de Covid-19 fue comunicada a través de WhatsApp, en noviembre de 2020.

Cobra relevancia su disenso con relación al énfasis dado a la categoría “víctima”. Cree que la identificación con ese marcador no puede tornarse esencial para confluir en el espacio de la Red de Defensoras: “se creó la Red de Defensoras, pero eso no se ha definido, ¿qué es una defensora de derechos humanos? que no obligadamente tiene que ser víctima” (YANETH, 2019).

En su caso particular, Yaneth afirma haber optado por no pedir el reconocimiento oficial como víctima del conflicto armado, aunque al relatar fragmentos de su historia personal refiere las afectaciones sufridas por la muerte de su esposo ocurrida en circunstancias que involucraron a actores armados²⁸. Su llamado es a privilegiar la enunciación como “defensoras”, pues considera que no todas las acciones colectivas que confluyen en esa Red se originan en experiencias de victimización o no es esa la experiencia a la que las mujeres defensoras le atribuyen mayor valor. No obstante, admite que el proceso de construcción de los informes de casos llevados al Sistema Integral es una muestra de cómo la Red fortalece el trabajo de su organización de base. Para ella, es diáfano que la iniciativa de construcción y de presentación de informes de casos de violación de derechos humanos ante el Sistema Integral significó la oportunidad de descubrir y de documentar las historias de violencia vividas por varias de las mujeres que integran su organización o son convocadas por ella: “sí, nos fortaleció porque tuvimos la oportunidad de hacer la investigación, mejor dicho, picarnos y darnos cuenta que ahí estaban esas mujeres [...], que nuestras hermanas, que muchas de ellas han sufrido” (YANETH, 2019). Además, destaca que solo fue posible realizar ese ejercicio de documentación de casos y de denuncia ante el Sistema Integral gracias a los recursos gestionados mediante la plataforma organizativa de la Red de Defensoras. El enunciado de una de sus compañeras (otra lideresa negra) al introducir el evento público de entrega de los informes a las instancias del Sistema Integral (en 18 de junio de 2019) es contundente al expresar lo que ha significado para ellas constituir ese espacio y juntar y movilizar esfuerzos en torno a un discurso colectivo desde la enunciación como “defensoras”:

28 Reconocimiento que en Colombia se da a través de un procedimiento administrativo especial que se inicia con una declaración de hechos ante un órgano del Ministerio Público (Defensoría del Pueblo o Procuraduría General de la Nación) y, tras la verificación de veracidad de la declaración con base en indicios y cruce de información contenida en bases de datos oficiales, culmina con una decisión administrativa (resolución) en la que se reconoce la calidad de víctima o se niega.

La Red Nacional de Defensoras para nosotras lo es todo. La Red Nacional de Defensoras nos junta, establecemos sororidades inolvidables. Nos abrazamos, nos queremos. Porque sabemos que juntas: [espera respuesta de las compañeras, una de ellas empieza...] ... ¡somos más! juntas: [ahora sí todas responden alto] ¡somos más! juntas: ¡somos más! (información verbal)²⁹

29 Intervención oral de una lideresa indígena en el evento de presentación de informes de casos de violaciones de derechos humanos de la Red Nacional de Defensoras ante el Sistema Integral. Registro de evento público I. Bogotá, D.C., jun. 2019. 1 archivo.mp3. (2h56min).

30 Maritza. Entrevista II. [Entrevista cedida a] Andrea Catalina León Amaya. Bogotá, D.C., jun. 2019. 1 archivo.mp3. (2h20min).

31 Ibid.

Por su parte, Maritza³⁰, representante de la organización que reúne mujeres víctimas de violencia sexual, entrecruza en su relato su trayectoria individual (como mujer, víctima del conflicto armado, lideresa y defensora) y el proceso colectivo (al lado de otras mujeres víctimas) – dos dimensiones que ella entiende inescindibles –. Resalta, como antecedentes remotos de la Red de Defensoras, los procesos de formación en derechos humanos promovidos por organizaciones feministas en pleno auge del activismo en torno al seguimiento que la Corte Constitucional realizaba sobre la situación de la población desplazada, en el marco de la sentencia T-025 de 2004 (declaratoria del estado de cosas inconstitucional) y que llevó a la promulgación del auto 092 de 2008, dedicado al impacto del desplazamiento forzado en la vida de las mujeres. A medida que las mujeres “desplazadas” reunidas en esos espacios de formación e incidencia fueron apropiando el discurso de los derechos humanos de las mujeres y se convirtieron en replicadoras de ese conocimiento con otras mujeres en diferentes regiones del país, algunas de ellas, como Maritza, emigraron de las organizaciones mixtas a las que pertenecían, cansadas de las manifestaciones machistas: “empezamos a vivir incluso violencia de parte de estos hombres de las organizaciones mixtas, líderes, porque ya no estábamos subordinadas a ellos, nos estábamos emancipando de esos procesos tan machistas y tan patriarcales” (MARITZA, 2019).

En ese recorrido, Maritza³¹ enfatiza las transformaciones vivenciadas hasta alcanzar el reconocimiento como mujeres lideresas y defensoras de derechos humanos. Se trata de un cambio que ella percibe nítido en la relación con las organizaciones feministas y en la interlocución con las instituciones del Estado. Mientras las mujeres desplazadas que participaban de los procesos de formación en derechos humanos fueron cualificando su discurso y apropiando los

contenidos de las herramientas jurídicas creadas a su favor (leyes y sentencias judiciales), pasaron a ser reconocidas como lideresas y defensoras por las mismas organizaciones de mujeres que antes las veían solo como las víctimas “atendidas y no de (sic) iguales”, en una relación que Maritza califica como “separada” y “clasista”, esto es, de subordinación. Del mismo modo, el conocimiento y la apropiación del lenguaje de los derechos les permitió cualificar su interlocución en los diversos escenarios de burocracia estatal y de los niveles más altos de discusión de las políticas públicas, en donde empezaron a sentirse respetadas y escuchadas.

Finalmente, su participación en el proceso de negociaciones de paz en La Habana es para ella una muestra visible de ese reconocimiento. En efecto, fue escogida para integrar la primera delegación de víctimas que viajó a La Habana para dar su testimonio y formular propuestas y recomendaciones ante los equipos negociadores. Además, como representante de una organización de mujeres víctimas, participó en una reunión con la Subcomisión de Género del equipo negociador del gobierno y con otras organizaciones feministas de renombre nacional para discutir la inclusión de la perspectiva de género en los diferentes puntos de la agenda del proceso de paz: “Convocaron a esas organizaciones que nos formaron a nosotras [...] me reconocieron como una (sic) par, del mismo nivel. [...] yo ya me considero parte del movimiento de mujeres” (MARITZA, 2019).

Al avanzar en su descripción sobre la participación en la Red de Defensoras, es posible inferir que Maritza percibe algunas fortalezas y ganancias: (i) el protagonismo que las mujeres de base popular que la conforman tuvieron en su creación (surgió como iniciativa de ellas); (ii) la preservación de la autonomía de sus procesos organizativos de base (por ejemplo, ella no teme, como ocurrió con otros procesos de los que hizo parte, que su organización pueda debilitarse o perder visibilidad al estar cobijada por la Red de Defensoras); (iii) el acceso al Sistema Integral para tramitar las violaciones de derechos humanos de las que muchas de ellas fueron víctimas, y la denuncia de la violencia institucional del Estado y de los demás actores del conflicto armado no habría sido posible sin las condiciones posibilitadas por esa configuración en red.

Con relación al último aspecto, Maritza cita algunas condiciones básicas: respaldo político (hablar desde un lugar de “defensoras” y actuar en Red contiene y potencializa un capital político), sustento emocional (es una red de afectos), bien como respaldo material y soporte técnico (de la organización feminista aliada y de las agencias de cooperación internacional que financiaron ese proceso). Lo que se suma a los aspectos movilizados por Yaneth (el trabajo de base territorial que nutre la Red de Defensoras y el componente de diversidad de las mujeres – en su caso, desde la visión y la experiencia de las mujeres afrocolombianas –). Todo esto se traduce en la percepción de que la Red constituye una estrategia de autoprotección, de fortalecimiento mutuo y de viabilidad de acceso a los mecanismos de justicia transicional, como fue presentado por la mujer indígena de la Sierra Nevada que introdujo el discurso público de las defensoras en el acto de entrega de los informes de casos al Sistema Integral:

Desde un espacio colectivo de resistencia, de nuestras memorias, con inclusión social, partimos de un proceso de organización desde diferentes culturas. Por eso damos un largo paso para construir la paz y para construir una verdad desde nuestros territorios. [...] Por eso, las mujeres, madres, territorio, hermanas, hijas y defensoras, vimos en la Red Nacional de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos una madre, una madrina de apoyo para visibilizar el proceso construido en unidad, logrando en cada mujer un proceso de conciencia para aportar una mirada digna hacia la paz. [...] Todo esto se ve reflejado en la construcción de estos documentos [los informes llevados al Sistema Integral] visionados, sentidos y expresados por mujeres del territorio y no desde un escritorio [...] (información verbal)³².

LAS DEFENSORAS EN LA PRODUCCIÓN DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN: OTROS RITOS, OTROS PACTOS

La observación del evento público de entrega de informes de violaciones de derechos humanos de la Red de Defensoras ante las instancias del Sistema Integral (Comisión de la Verdad, Jurisdicción Especial para la Paz y Unidad de Búsqueda de Personas

³² Intervención oral de una lideresa indígena en el evento de presentación de informes de casos de violaciones de derechos humanos de la Red Nacional de Defensoras ante el Sistema Integral. Registro de evento público I. Bogotá, D.C., jun. 2019. 1 archivo.mp3. (2h56min).

Desaparecidas) y ante la Corte Constitucional constituyó un locus privilegiado para registrar cómo ese grupo de mujeres, en su doble enunciación de víctimas y de defensoras, participa en la producción de la actual justicia de transición en Colombia.

Vale remarcar, siguiendo el hilo del primer apartado de este artículo, que cuando menciono el movimiento de mujeres, a propósito de la observación del proceso de la Red de Defensoras, me refiero a un movimiento social que en la última década viene siendo permeado y matizado por el activismo de grupos de mujeres víctimas que configuran – usando los términos de Jimeno (2010) – comunidades emocionales para narrar y denunciar colectivamente, con sus testimonios personales, la violencia sociopolítica sufrida.

Por otro lado, cuando afirmo que de ese modo las mujeres defensoras participan en la *producción* de la justicia de transición, adopto una visión procesual y dinámica. Desde esa perspectiva, la justicia transicional no se define tanto por las herramientas técnicas institucionalizadas de producción de verdades judiciales y extrajudiciales, sino más bien, siguiendo la propuesta de Rincón-Covelli (2012), por las dimensiones de justicia imbricadas y colocadas en cuestión en la situación transicional (de redistribución, de reconocimiento, de representación, de reparación y de retribución), esto es, por las luchas heterogéneas de justicia que se articulan y visibilizan como necesarias para producir la transición hacia la democracia o hacia la paz. Y más, tomando algunos recursos analíticos de la antropología (VIANNA, 2013), asumo que el contenido de esas dimensiones se produce como parte de un proceso continuo de fabricación del Estado y de los derechos, implicando a diversos actores y borrando la frontera de dentro y de fuera del Estado, al que a un mismo tiempo se acusa y denuncia, pero también se le nutre, se le tiene como principal aliado, se le fortalece en el intento de dejar atrás el pasado de atrocidades. Como Maritza mencionó en la entrevista y como una de las defensoras de Montes de María³³ afirmó en el acto de entrega de los informes: las mujeres víctimas y defensoras organizadas en redes de afectos “fortalecemos al Estado” (MARITZA, 2019), y “la vida del Sistema [Integral] son nuestros informes, somos protagonistas” (información verbal)³⁴.

33 En el piedemonte de la zona montañosa de los Montes de María, en la región Caribe, se localiza el municipio El Salado, conocido en la historia del conflicto armado colombiano por las masacres ocurridas en 1997 y en 2000. La masacre de El Salado del año 2000 es la más reconocida por haber dejado 60 víctimas fatales. Ambos hechos responden a la entrada de las Autodefensas Unidas de Colombia (las AUC, organización paramilitar) a Montes de María. Véase *Recorridos por los paisajes de la violencia*, disponible en: <http://www>.

34 Intervención oral de una lideresa indígena en el evento de presentación de informes de casos de violaciones de derechos humanos de la Red Nacional de Defensoras ante el Sistema Integral. Registro de evento público I. Bogotá, D.C., jun. 2019. 1 archivo.mp3. (2h56min).

Sigo el guion del evento del 18 de junio de 2019 para verificar cómo sus discursos y símbolos dan cuenta de: (i) la proposición de otros ritos, contestando el procedimentalismo y la excesiva *juridicización* que los mecanismos institucionalizados de justicia de transición tienden a imponer; (ii) la proposición de otros pactos, mediante la colectivización de sus testimonios personales y de su sufrimiento, con el efecto político de denunciar las continuidades de la violencia institucional del Estado y de exigir – en colaboración con ese mismo Estado que se acusa – la restauración de la confianza en el mundo y del vínculo social roto³⁵. De esa manera, hacen suyo y buscan otorgar alguna eficacia al discurso de la justicia restaurativa incorporado como eje de la justicia transicional.

El evento se desarrolla fuera de los edificios y de las ventanillas físicas de las entidades del Sistema Integral. La Red de Defensoras llama a algunos miembros de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, a la Convivencia y la No Repetición (CEV), a la presidenta de la Jurisdicción Especial para la Paz (JEP) y a algunos de sus magistrados, a la directora de la Unidad de Búsqueda de Personas Desaparecidas (UBPD) y a la presidenta de la Corte Constitucional (también presidenta de la sala de seguimiento de la sentencia T-025 de 2004). La Corte Constitucional no hace parte del Sistema Integral, pero las mujeres la reconocen guardiana de sus derechos fundamentales y del marco jurídico para la paz que dio piso legal para el funcionamiento de la nueva justicia transicional. Ellas y ellos acuden al auditorio Teresa Cuervo del Museo Nacional y se sientan en las sillas dispuestas en la tarima³⁶. Representantes de algunas embajadas y agencias de cooperación internacional (ONU Mujeres encabezando la lista) también son convocados y a esas personas se les designa “madrinas” y “padrinos” de las defensoras que ingresan con sus casos al Sistema Integral.

Un grupo de cantadoras abre el evento con voces fuertes y alegres y enseguida una defensora negra invita al público y a los representantes del Sistema Integral a una actividad rompehielos, que incluye tomarse de las manos, mirar a los ojos a la persona del lado, gritar “¡mujer, sin ti nada es posible!”, gritar “Axé” y dar a la persona

35 Remito al estudio de Jiménez Caballero (2010), que define las categorías de “confianza en el mundo” y “vínculo social”, tomándolas como centrales para una propuesta de política pública de reparación de los daños psicológicos causados por y en el contexto del conflicto armado colombiano.

36 Antigua Penitenciaría de Cundinamarca. El que es hoy el auditorio Teresa Cuervo fue destinado a lugar de reclusión de los presos políticos a finales del siglo XIX y en la primera mitad del siglo XX.

del lado un “abrazo rompe costillas”, todo eso para establecer “el compromiso de llevar a feliz término todo este movimiento de mujeres a nivel nacional” (refiriéndose a la Red de Defensoras). Le siguen las palabras introductorias de una lideresa indígena del pueblo Arhuaco, emisaria de un saludo que viene de la Sierra Nevada de Santa Marta. Ella hace el anuncio de lo que sucederá: “queremos presentarles [...] los aportes desde la verdad contada por las mujeres desde los territorios, ya que la paz se hace en los territorios, con realidades y proyectos concretos [...] en la Sierra nosotras las mujeres somos el territorio”. Pide permiso para sembrar la semilla de la verdad: “hoy estoy sembrando esa semilla como ancestralidad y como proceso, para que cada uno de ustedes y de nosotras nos comprometamos en este espacio”.

Tras esa apertura cargada de invocación de la ancestralidad y de diversidad negra e indígena, la entonces directora de Sisma Mujer pronuncia un discurso emotivo, que recuerda la larga espera del movimiento feminista para ver realizándose un proceso de paz con la promesa de restablecimiento de derechos para las mujeres víctimas:

Desde hace 25 años esperábamos este momento. Un solo instante para materializar la esperanza de restablecimiento de los derechos de las mujeres víctimas de la guerra, a la verdad, a la justicia, a la reparación y a la no repetición, para afianzar la certeza de que podemos construirnos en paz. [...] Durante esas dos décadas y media, nos tomamos de la mano con las mujeres, mientras la guerra destrozaba a su paso vidas, liderazgos, territorios, raíces culturales, identidades regionales, planes de vida, tejido social. Fueron muchas noches, muchos días, muchos segundos en que se nos iban algunas vidas. Logramos rescatar otras. Acompañábamos el destierro del desplazamiento y del exilio. Protegíamos a las mujeres víctimas de la violencia sexual (información verbal)³⁷.

Enseguida, una a una, cada representante de las organizaciones del comité de impulso político de la Red de Defensoras sube a la tarima y desde el atril pronuncia un discurso que precede la entrega de cada informe. Se trata de seis informes, cuatro dirigidos a la CEV y dos a la JEP, que recogen los testimonios de más de 900 mujeres

37 Intervención oral de la entonces directora de Sisma Mujer en el evento de presentación de informes de casos de violaciones de derechos humanos de la Red Nacional de Defensoras ante el Sistema Integral. Registro de evento público I. Bogotá, D.C., jun. 2019. 1 archivo.mp3. (2h56min).

en 23 departamentos del país: mujeres indígenas, afrocolombianas, refugiadas, exiliadas, migradas, campesinas, víctimas de diferentes hechos de violencia de género y sociopolítica³⁸. El detalle de los hechos denunciados y de los casos se encuentra documentado por extenso en cada versión escrita de los informes, pero interesa aquí retomar los significados que hicieron explícitos en sus intervenciones orales durante el acto de entrega³⁹.

Es un elemento común en sus presentaciones la referencia a las continuidades de la violencia institucional que, a partir de la documentación realizada por ellas, designan con diferentes enunciados: falta de protección estatal, diferentes formas de violencia basada en género cometidas como parte de una estrategia político-militar (de los actores armados ilegales y legales), abandono estatal de las mujeres exiliadas, refugiadas y migradas, invisibilidad del fenómeno de desplazamiento forzado internacional y sus impactos multidimensionales y transgeneracionales, desplazamiento forzado físico y de las epistemologías de los pueblos indígenas y de la sabiduría ancestral como una continuidad del legado de la invasión histórica, desplazamiento masivo de las comunidades negras acompañado de despojo, de aislamiento y de profundización de la exclusión social, pérdida de prácticas y de tradiciones ancestrales de las mujeres negras, violencia sexual, tortura, desaparición forzada de mujeres y de sus familiares, constante revictimización por las instancias del sistema de justicia ordinario.

Apelan a diferentes verbos: contar, narrar, resistir, creer, crear, nombrar, sembrar, y anuncian lo que significa para ellas entregar esos informes y lo que esperan al ingresar al Sistema Integral: volver a confiar, dejar atrás la impunidad, encontrar justicia a través de “sanciones restaurativas” y de reparaciones transformadoras y posibilitadoras de un proyecto de vida, “que no se nos vuelva a revictimizar”, que se les reconozca como “la otra Colombia en resistencia” y “al mismo nivel de ustedes [de los representantes de las instancias del Sistema Integral]”, que se vuelva la mirada y la escucha a las voces de las mujeres indígenas y a sus epistemologías para volver a conectar con otras formas de interpretar la vida y de contar la verdad, que esta

38 Como se describe por escrito en la presentación común de los informes, son mujeres “pertenecientes a: (i) Mujeres Indígenas de los pueblos Nasa, Totoroez, Yanacona, Embera Chamí y Wayúu, Caquetá, Antioquia y la Guajira; (ii) la Red Nacional de Mujeres

39 Fue editada en su momento, para cada informe (salvo el de la red de mujeres Narrar Para Vivir), una versión de libre circulación (buscando proteger los datos identificadores y las historias personales de las mujeres víctimas). Tuve acceso a esas versiones (archivos en formato PDF) vía WhatsApp.

vez sea “una verdad que nos nombre” y “una justicia que nos crea” (recordando la constante desacreditación estatal de las víctimas de violencia sexual). Es un “ahora sí”, una nueva oportunidad concedida a un Estado (y una sociedad) que no las cuidó.

Después de cada discurso, cada defensora entrega un ejemplar impreso del respectivo informe a los y las representantes del Sistema Integral. Cada entrega de un informe se acompaña de un símbolo: una vela, una semilla, unas palabras. Luz para iluminar el camino, y la semilla es la verdad contada por ellas. La vela y la semilla se van disponiendo junto con otras semillas y objetos que componen una mandala en el espacio libre del piso de la tarima, a la vista de los representantes del Sistema Integral, al paso que esta frase se repite: “sembramos la semilla de la verdad para que ustedes garanticen la cosecha”.

Así, las mujeres organizadas en la Red de Defensoras proponen modos propios de dar eficacia al discurso de la justicia restaurativa consagrado como paradigma orientador del Sistema Integral que impone la prevalencia de “las necesidades y la dignidad de las víctimas”, mediante la “restauración del daño causado y la reparación” (como previsto en el Acuerdo Final de Paz y el marco legal que lo desarrolla). La proposición de otros ritos, como ese que ellas ponen en escena al presentar sus informes, implica la producción de otros modos de interlocución con la institucionalidad estatal materializados en procesos de escucha distintos. La escucha, en sí misma, es considerada por las mujeres defensoras como un dispositivo restaurativo. Es una escucha que ellas accionan previamente en los territorios, con sus metodologías propias, con las mujeres convocadas por sus organizaciones de base y sin intervención estatal. Es una escucha que luego demandan de la institucionalidad estatal para que sus voces, sus relatos, sus narrativas, sus lenguajes y sus epistemologías plurales sean tomadas en serio. Proponen, pues, otros ritos de escucha, deseando contestar los dispositivos procedimentales jurídicos que en experiencias pasadas significaron el ejercicio de violencias simbólicas⁴⁰.

Asimismo, el pacto distinto que invitan a instaurar es el de un nuevo voto de confianza para posibilitar la restauración del vínculo

⁴⁰ Como ocurriera en los procesos judiciales de la Ley de Justicia y Paz. Sobre la escucha como dispositivo restaurativo en la justicia de transición del post-acuerdo de paz, véase el artículo de Julieta Lemaitre Ripoll y Lina Rondón Daza: La justicia restaurativa y la escucha: un análisis del componente oral de los informes mixtos y de las versiones voluntarias en el Caso 01, disponible en: <https://www.jep.gov.co/>

social roto. En un contexto de polarización política que desde sectores conservadores y de extrema derecha amenaza con echar abajo la institucionalidad de la justicia de transición del Acuerdo Final de Paz, un movimiento como el de la Red de Defensoras se posiciona y anuncia respaldo, a cambio del compromiso de que no se las vuelva a defraudar, esto es, que las violencias institucionales experimentadas en el pasado no se repitan. Y, nuevamente, alineadas con el discurso de la justicia restaurativa adaptado al caso colombiano (modelo que no renuncia a la responsabilización penal y a la punición), abrazan las formas posibles de retribución, modulando, así, el discurso de lucha contra la impunidad que ya habían apropiado del Derecho Internacional de los Derechos Humanos: reconocimiento de responsabilidades en la producción de las violencias y de los daños y adopción de las llamadas sanciones con función restaurativa y reparadora del daño causado. Todo ello con la aspiración incólume de que no se deje de lado la asunción de responsabilidad estatal.

CONSIDERACIONES FINALES

La descripción construida al acompañar el caso de la Red de Defensoras ofrece elementos para afirmar que, en el proceso de reconocerse defensoras de derechos humanos, las mujeres víctimas (declaradas o no oficialmente bajo esa categoría) que se organizan en redes de fortalecimiento de su acción colectiva, estimulan otros modos de relación en la base social de la lucha por justicia ante el Estado. Esto es, al organizarse en una Red de intercambio de saberes, de experiencias y de afectos – como ellas se definen – y adoptar la denominación de “defensoras”, y a pesar de que por esa vía se afianza la alianza con una organización que adopta un modo de operación propio del “feminismo del poder”, las mujeres que confluyen en ese espacio asumen el ejercicio de una ciudadanía en la que se reconocen agentes políticas, capaces de apropiarse y de movilizar el discurso de los derechos humanos y de la justicia transicional en interlocución directa con el Estado (en este caso, con las instancias estatales de la justicia de transición), asumiendo la autoría y vocería principal en la construcción de sus causas y a la hora de debatirlas ante los

mecanismos institucionalizados de producción de verdad judicial y extrajudicial de la transición política.

De manera que el contenido de la enunciación plural “mujeres” del movimiento feminista gana complejidad y su contorno pierde estabilidad cuando diversos grupos de mujeres de base popular, afrocolombianas e indígenas, inicialmente tomadas en cuenta por su encuadramiento en la categoría normativa “víctima del conflicto armado”, pasan a reivindicar la posición de “pares”, de “defensoras” en pie de igualdad, de “interlocutoras” directas y legítimas del Estado e inclusive de miembros del movimiento feminista.

Esas mudanzas sugeridas en la base social de las luchas por justicia para tramitar las violencias y los impactos de la guerra enriquecen, al mismo tiempo, el campo empírico de la movilización de las mujeres y el de la movilización de las víctimas: mujeres víctimas que lideran y defienden sus propias causas y por esa vía protagonizan la contestación de las continuidades de la violencia institucional del Estado y la construcción de otros ritos y otros pactos.

Al asumirse interlocutoras legítimas del Estado y al abrazar los dispositivos creados para la producción de verdades judiciales y extrajudiciales sobre las violencias y los daños producidos en el conflicto armado interno, proponen modos propios de hacerse escuchar por los representantes estatales de esas instancias, llevando sus voces y sus narrativas a partir de experiencias plurales de sufrimiento. Se desmarcan, entonces, del lugar pasivo de las víctimas perennes y del efecto homogeneizador que esa figura tiende a imponer (sobre todo desde la racionalidad procedimental del derecho). Se enuncian defensoras y participan desde ese lugar en la producción del discurso de la justicia restaurativa que está en el centro de la justicia transicional. Proponen, así, una nueva oportunidad de restablecimiento de la confianza en las instituciones llamadas a cuidar las formas plurales de vida y de reconstitución del vínculo social.

Aunque algunos desafíos se vislumbran, pues el Sistema Integral materializa (se quiera o no) un aparato burocrático que opera procedimientos y filtros en los que la racionalidad técnica prevalece,

en especial desde el dominio jurídico, para definir las violencias, los sujetos y los daños que importan y son nombrados en un relato común sobre lo ocurrido en la guerra, las iniciativas y las metodologías de las mujeres víctimas y defensoras organizadas en redes de afectos, sugieren potencialidades que vale observar y registrar en lo sucesivo.

BIBLIOGRAFÍA

- ALVIAR GARCÍA, Helena; JARAMILLO SIERRA, Isabel Cristina. *Feminismo y crítica jurídica: el análisis distributivo como alternativa crítica al legalismo liberal*. Bogotá, D.C.: Siglo del Hombre y Universidad de los Andes, 2012.
- ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; LEÓN AMAYA, Andréa Catalina. Produzir 'justiça de gênero' para transitar à paz: rearranjos na interlocução entre o Sistema de Justiça e grupos organizados de mulheres vítimas na Colômbia. *En: ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO*, 5., 2017, São Paulo. *Anales [...]*. São Paulo: USP, 2017.
- CÉSPEDES-BÁEZ, L. Más allá de lo que es medible: Feminismo de la gobernanza y los indicadores en Colombia. *Revista Colombiana de Derecho Internacional*, n. 25, 2014, p. 375-444.
- COLOMBIA. JEP. Jurisdicción Especial para La Paz. *Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. 2016. Disponible en: https://www.jep.gov.co/Marco%20Normativo/Normativa_v2/01%20ACUERDOS/N01.pdf. Acceso en: 6 ago. 2020.
- COLOMBIA. Ley 975, de 2005. Por la cual se dictan disposiciones para la reincorporación de miembros de grupos armados organizados al margen de la ley, que contribuyan de manera efectiva a la consecución de la paz nacional y se dictan otras disposiciones para acuerdos humanitarios. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 45.980, 25 jul. 2005.
- COLOMBIA. Ley 1448, de 2011. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 48.096, 10 jun. 2011.
- COLOMBIA. *Sentencia T-025, de 2004*. Bogotá, D.C.: Corte Constitucional da República da Colombia, 2004.
- CORPORACIÓN SISMA Mujer; RED Nacional de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos. *Mujeres defensoras libres y seguras: aportes a la verdad para la no repetición*. 2019. Disponible en: <http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2019/09/Mujeres-Defensoras-Libres-y-Seguras-Aportes-a-la-Verdad-Informe-a-la-CEV-SISMA-MUJER-ET-AL-18-Junio-2019.pdf>. Acceso en: 6 ago. 2020. Versión de libre circulación.
- IBARRA MELO, María Eugenia. Mujeres, verdad, justicia y reparación en Colombia. *Universitas Humanística*, Bogotá, D.C., n. 72, p. 247-273, jul./dec. 2011.
- JARAMILLO SIERRA, Isabel Cristina. El género en el Acuerdo de Paz de la Habana (APH). *En: JARAMILLO SIERRA, Isabel Cristina (ed.). Género en transición: estudios sobre el papel del derecho en la distribución de recursos para y en el posconflicto colombiano*. Nueva York: Peter Lang Publishing Inc., 2020. p. 12-35.
- JIMÉNEZ CABALLERO, Carlos. El campo psicosocial: conceptos e implicaciones. *En: DÍAZ GÓMEZ, Catalina (ed.). Tareas pendientes: propuestas para la formulación de políticas públicas de reparación en Colombia*. Bogotá, D.C.: Centro Internacional de Justicia Transicional, ICTJ, 2010. p. 97-192.
- JIMENO, Myrian. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, v. 16, n. 1, p. 99-121, 2010.

LEMAITRE RIPOLL, Julieta.; RONDÓN DAZA, Lina. La justicia restaurativa y la escucha: un análisis del componente oral de los informes mixtos y de las versiones voluntarias en el Caso 01. *En*: ROJAS BETANCOURTH, Danilo (ed.). *La JEP vista por sus jueces (2018-2019)*. Bogotá, D.C.: Jurisdicción Especial para la Paz, 2020. p. 267-295.

RINCÓN-COVELLI, Tatiana.; RODRÍGUEZ ZEPEDA, Jesús. Estudio introductorio. *En*: RINCÓN-COVELLI, Tatiana; RODRÍGUEZ ZEPEDA, Jesús. (orgs.). *La justicia y las atrocidades del pasado: teoría y análisis de la justicia transicional*. México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 2012. p. 5-58.

VERGEL-TOVAR, Carolina. A las mujeres también las están matando y no sabemos muy bien por qué: el asesinato de lideresas sociales en el pos-Acuerdo de Paz en Colombia. *En*: JARAMILLO SIERRA, Isabel Cristina (ed.). *Género en transición. Estudios sobre el papel del derecho en la distribución de recursos para y en el posconflicto colombiano*. Nueva York: Peter Lang Publishing Inc., 2020. p. 100-159.

VERGEL-TOVAR, Carolina. Les <<femmes victimes de violences em temps de guerre>> comme sujettes de droits: convergence ou contradiction du genre et de la justice? *Serie Documentos de Trabajo*, n. 21, p. 1-14, 2015.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. *En*: VIANNA, Adriana de Resende Barreto (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 15-35.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E SISTEMA DE JUSTIÇA: VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL EM TEMPOS PANDÊMICOS

41 Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestranda em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: daianetrindade@hotmail.com.

Daiane Trindade da Silva⁴¹

RESUMO

Casos de violações dos Direitos Humanos no sistema carcerário sempre foram uma constante no Brasil e no mundo, além da política de encarceramento em massa, que provoca a superlotação nos presídios, as práticas de tortura e de maus tratos culminam na morte de dezenas de presos, revelando as condições desumanas vividas no cárcere. Neste trabalho, analisamos o crescente número de denúncias sobre violação dos Direitos Humanos no sistema prisional neste tempo pandêmico, em especial no Brasil, em que, para além do sofrimento gerado pela própria situação trágica do momento, ainda enfrentamos o descaso institucional do governo brasileiro no que diz respeito à violação dos direitos dos presos. Para isso, utilizamos o levantamento de dados bibliográficos e pesquisas documentais junto a sites governamentais,

bem como informações de legislações e sites de notícias, além da literatura sobre Justiça de Transição como base dialógica entre a política do descaso institucional e os mecanismos de reparação de violações de Direitos Humanos como prevenção e combate à tortura.

Palavras Chaves: Violação dos Direitos Humanos. Covid-19. Prisão.

ABSTRACT

Cases of human rights violations in the prison system have always been a constant in Brazil and in the world, in addition to the policy of mass incarceration, that causes overcrowding in prisons, torture and mistreatment practices culminate in the death of dozens of prisoners, revealing practices the inhuman conditions experienced in prison. In this paper, we analyze the growing number of complaints about human rights violations in the prison system in this pandemic time, especially in Brazil, in which, in addition to the suffering generated by the very tragic situation of the moment, we still face the institutional neglect of the Brazilian government about violation of the rights of prisoners. For this, we use the collection of bibliographic data and documentary research from government sites, as well as information from legislation and news sites, in addition to the literature

on Transitional Justice as a dialogical basis between the policy of institutional neglect and the mechanisms for repairing violations of Human rights as prevention and fight against torture.

Keywords: Violation of Human Rights. Covid-19. Prison.

INTRODUÇÃO

A pandemia global causada pelo Covid-19 representa uma grande ameaça para o mundo, e, até o momento, a única forma de contenção ao avanço da doença é o isolamento social. No entanto, em instituições penais, em sua grande maioria superlotadas, tal medida se torna muito difícil de ser implementada, e ainda que tal medida para a população privada de liberdade fosse concretizada, talvez gerasse consequências gravíssimas no que diz respeito à saúde mental da população presa.

A situação precária dos presídios brasileiros, ambientes sem ventilação e sem materiais de higiene pessoal, com condições sanitárias básicas precárias e difícil acesso aos serviços de saúde, demonstra o grande desafio que o poder público tem ao tratar da saúde e do bem-estar do preso. Não bastassem as condições instauradas no sistema prisional brasileiro, a pandemia também traz à tona a forma como o governo e a sociedade civil têm administrado seus efeitos nos presídios.

Diversas políticas foram implementadas e debatidas ao longo de todos esses anos pós-guerra, em que os direitos da pessoa humana ganharam extrema relevância, devido à grande ruptura do paradigma dos Direitos Humanos, com as graves consequências para a humanidade, para que não houvesse mais a violação desses direitos considerados fundamentais para todos os povos, de forma a sermos reconhecidos como sujeitos de Direito. Assim, os direitos da pessoa humana ganharam extrema importância após a Segunda Guerra Mundial, como resposta às atrocidades vividas naquele período.

Os conflitos vivenciados em diversos países que passaram pela mudança de regime autoritário para um regime democrático deixaram marcas de abusos e de atrocidades contra a vida de diversas pessoas que tiveram seus direitos violados ao tornarem-se vítimas do Estado, fazendo surgir a Justiça de Transição, com o intuito de reparar danos cometidos em época ditatorial e como alternativa para se alcançar a justiça e a paz em sociedades pós-conflito, possuindo mecanismos

que, com grandes dificuldades, ainda zelam pelos Direitos Humanos, mas que com a ação corporativa dos representantes estatais transformaram o que deveria ser um sistema baseado em autonomia e em preponderância da sociedade civil em mais um aparelho burocrático sob a tutela permanente do governo.

Tal conjuntura no mundo, em especial no Brasil, evidencia as constantes práticas de violação dos Direitos Humanos, que já ocorrem no sistema prisional, porém, agora, com o agravante de uma pandemia em curso, verificamos a falta de ação do governo em garantir a segurança física e mental dos encarcerados brasileiros, tendo em vista o alto número de infectados por Covid-19 nesse sistema: 35 mil entre janeiro e setembro (DEPEN, 2020a), somando 121 mortes.

A subnotificação dos casos e a falta de testagem massiva da população carcerária prejudicam a elaboração de políticas de combate e de prevenção frente ao vírus, uma vez que impedem que tenhamos a real dimensão do avanço da doença nesses espaços. Essa situação, aliada à superlotação carcerária, que chega a 300%, segundo dados do DEPEN (2020b), às celas com péssima iluminação e ventilação, ao racionamento de água e a uma alimentação precária, tornam a prisão um ambiente perfeito para a propagação e a contaminação pelo vírus.

Com as visitas e o transporte suspensos, assim como autorizações de trabalhos para presos do regime aberto, motins e fugas em massa já ocorreram em presídios brasileiros. Por consequência, toda essa situação também gerou desespero nas famílias, que, em sua grande maioria, vê-se sem notícias de seus familiares presos, sendo que as visitas são essenciais para o fornecimento de alimentos e de produtos de higiene para os presos.

Este período pandêmico serve de potencialização das violações dos Direitos Humanos das pessoas presas, como vemos nos dados do núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que constatou presos com Covid-19 compartilhando celas com outros pacientes assintomáticos, traduzindo uma realidade nos presídios.

Em uma sessão on-line da fundação Oswaldo Cruz sobre Covid-19 nas prisões, a integrante do Mecanismo de Prevenção e Combate à

tortura do RJ Natália Damázio afirma que a falta de transparência das ações de enfrentamento da pandemia, a falta de informação sobre a situação dos presos aos seus familiares e a incomunicabilidade absoluta, mesmo com a necessidade de medidas de isolamento, criam uma ruptura dos laços dos presos com seus familiares, o que se configura como uma violação de Direitos.

Diante dessa situação, cerca de pouco mais de 200 entidades de todo o país apresentaram denúncia junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a gestão da Covid-19 nos presídios brasileiros, subscrevendo um apelo urgente informando dados de proporções preocupantes em curso no sistema prisional brasileiro.

À vista disso, buscamos compreender essa situação a partir de pesquisa documental, com informações e dados, apresentando as respostas brasileiras emergentes ao atual cenário pandêmico nas prisões, bem como dados oficiais, normas e políticas públicas que objetivam acabar com a violação de direitos fundamentais do sistema penitenciário. Isso centrando a reflexão sobre os conceitos de Direitos Humanos e os direitos fundamentais, articulando-as à temática da Justiça de Transição e aos seus mecanismos.

CENÁRIO PANDÊMICO

É substancial, primeiramente, sublinhar o surgimento de todo este cenário mundial: a epidemia de Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma emergência de saúde pública de interesse internacional em 30 de janeiro de 2020. A caracterização de uma pandemia significa que a epidemia se espalhou para vários países, continentes ou o mundo inteiro e afeta muitas pessoas (OPAS..., 2020).

O ano de 2020 começou com um anúncio de uma pandemia global, a Covid-19, uma doença causada por um tipo novo de coronavírus e classificada pela OMS em 11 de março de 2020. Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas

espécies de diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan, na China. Este causou a Covid-19, sendo, em seguida, disseminado e transmitido de pessoa a pessoa.

Assim, tendo em mente que a Covid-19 é causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, de acordo com a OMS (2020), a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com Covid-19 pode ser assintomática ou oligossintomática (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentar dificuldade respiratória, dos quais cerca de 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

Até o momento, segundo acompanhamento de dados do diagnóstico de casos positivos de Covid-19 no Brasil (DASA, 2020)⁴², foram registrados mais de 62 milhões de casos em todo o mundo, com mais de 1 milhão de mortes, estando o Brasil em 3 lugar com o maior número de casos mundiais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia, atualmente. No Brasil, o número de registros de casos já chegou a 6.314.740 e a 172.833 óbitos, conforme dados do painel geral de casos de doença pelo Coronavírus 2019 (Covid-19) no país gerado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2014).

Política de Tortura – Violações dos Direitos Humanos nas Prisões Durante a Pandemia

Com uma população prisional considerada a 3ª maior do mundo, com 887 mil presos, e caracterizada pela superlotação, o Brasil, em termos de ambientes prisionais, torna-se um modelo trágico quanto ao contágio por Covid-19. Geralmente, não possui consultório médico, bem como profissionais da saúde, e os presos coabitam em condições desumanas

Sabemos que o meio mais efetivo para evitar o contágio desse vírus, além do isolamento social, está na higiene individual e

42 DASA é uma empresa de gestão em cuidados da saúde com uma rede de laboratórios, possuindo um grande grupo hospitalar e médicos de diversas especialidades e formando uma companhia de dados analíticos digitais que se uniu ao Ministério da Saúde em uma grande mobilização para criar um laboratório especializado e emergencial, disponibilizando em tempo real dados da Covid-19 no Brasil. A iniciativa envolveu a doação pela DASA do processamento de até 3 milhões de exames RT-PCR nos 6 primeiros meses da pandemia. Ver mais em: <https://dasa.com.br/coronavirus>.

na viabilização de espaços coletivos bem ventilados, sendo estas características marcantes dos presídios brasileiros. Logo, a grande precariedade das prisões no Brasil é um grande desafio à gestão, no sentido de garantir a efetivação das ações preventivas no ambiente prisional, visto que a saúde do preso está sob a responsabilidade do Estado, como previsto pela Lei de Execução Penal (LEP).

De acordo com o boletim semanal CNJ Covid-19 do dia 23 de novembro de 2020 (DEPEN, 2020b), o número de casos confirmados no sistema prisional ultrapassava 50 mil, com um total de 213 óbitos, estando em 2º lugar com maior número de casos em prisões, atrás apenas dos EUA. Tendo a prisão este quadro de insalubridade tão alta, além de contribuir para o agravamento de doenças preexistentes, como diabetes, problemas respiratórios e cardiológicos e tuberculose, em que a incidência dentro das prisões é 30 vezes maior (FIOCRUZ, 2007), eleva-se o número de pessoas presas que compõem o grupo de risco do coronavírus.

Entretanto, mesmo com esse cenário e na contramão das recomendações consensuadas internacionalmente pela OMS em relação à população privada de liberdade, por meio da recomendação 62-2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 1 de abril, que envolve medidas desencarceradoras e de não aprisionamento, além de outras ações sanitárias, e considera idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, respiratórias como pertencentes ao grupo de risco.

Ainda no mesmo sentido, o Subcomitê das Nações Unidas para Prevenção da Tortura emitiu recomendações para a proteção das pessoas privadas de liberdade durante a pandemia, apontando medidas que considerem a redução da população carcerária. O CNJ, em suas instruções, considerou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) (2015) na ADPF 347, que toma o sistema penitenciário brasileiro como “estado de coisas inconstitucional”, reconhecendo a superlotação carcerária e a precariedade do sistema.

Todavia, em contraponto ao que foi preconizado mundialmente, a demora do Estado em garantir a segurança dos encarcerados

e a falta de efetividade das normas editadas respondem por parte desse grande número de infecções, sobretudo a resistência do Poder Judiciário em aplicar as recomendações do CNJ.

43 Dois momentos em que o governo brasileiro chamou Covid-19 de gripezinha, disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>.

Ao invés de implementar medidas de contenção da Covid-19, bem como higienização, fornecimento de materiais de proteção e, principalmente, medidas de desencarceramento, seguindo as recomendações do CNJ, a proposta desumana apresentada pelo Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi a de utilizar contêineres para o abrigamento de pessoas presas com suspeita de contaminação do vírus ou que pertençam ao grupo de risco, a qual foi apresentada ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) no Ofício n. 864 (MJ, 2020).

A utilização de contêineres em prisão já vem sendo criticada e denunciada como mecanismo de grave violação de toda a estrutura legal e constitucional que ampara os Direitos Humanos. São espaços menores que muitas celas, expondo os presos ao intenso calor, o que degrada ainda mais a dignidade daqueles que são submetidos à privação de liberdade.

Posturas como a dos representantes do executivo federal, invalidando a gravidade da doença, tratando-a apenas como uma “gripezinha”⁴³, mostram uma falta de respeito à dignidade da pessoa humana. Toda essa postura do Estado brasileiro leva-nos a questionar se o posicionamento de nosso governante é fruto de total descaso ou parte de uma agenda política de eliminação das pessoas sob sua tutela.

Apesar de os dados revelados serem assustadores, eles ainda não refletem a realidade, tendo em vista que 32% dos estados brasileiros não publicam ou atualizam qualquer informação sobre o contágio do Covid-19 na população privada de liberdade, como aponta o relatório da Open Knowledge Brasil (OKBR, 2020), de 7 de outubro, o que nos indica que o número de infectados possivelmente é muito maior do que o mencionado.

Por esses e outros motivos, na manhã do dia 23 de junho de 2020, 213 entidades apresentaram à ONU, à OEA e à Comissão

Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) denúncia contra a gestão da Covid-19 nos presídios brasileiros. O documento evidencia violações de normas e de recomendações em diversos âmbitos, sendo elas: falta de acesso à saúde, entraves ao desencarceramento, incomunicabilidade, problemas no registro de óbitos, rebeliões e uso de estruturas temporárias precárias para o abrigo das pessoas presas.

Gustavo Magnata, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em entrevista dada ao Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, assevera que, do ponto de vista da garantia dos Direitos Humanos, o sistema prisional brasileiro está em colapso há muito tempo. Com a chegada da Covid-19, a situação foi agravada, e o que vemos agora é o Estado brasileiro com um poder de vida e morte sobre as pessoas encarceradas (ITTC, 2020).

As denúncias apresentam casos e argumentos especialmente duros contra os órgãos do Judiciário. De acordo com a denúncia, juízes e Ministério Público têm dificultado e até impedido a aplicação da Resolução 62/2020 do CNJ, que tece orientações para garantir o desencarceramento e, assim, a redução da superlotação. A denúncia chama atenção para a Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 684, parada há mais de um mês no STF, que pede a determinação de medidas para controlar a pandemia nos presídios.

Justiça de Transição como Mecanismo de Proteção a Violações de Direitos

Como revelam dados da reportagem da Rede Brasil (ASSUNÇÃO, 2020), a Pastoral Carcerária afirma que, de 15 de março a 20 de setembro, foram registradas 86 violações de direitos humanos, desde tortura e agressão física até falta de assistência à saúde. Quase o dobro do ano anterior, quando, para o mesmo período, segundo a Pastoral, foram feitas 45 queixas. Em agosto do mesmo ano, a CIDH instou o Brasil a reduzir a superlotação carcerária. Em resposta à denúncia das entidades, o órgão da OEA também defendeu a importância da Resolução 62, de 2020, do CNJ, que determina penas alternativas ao cárcere para garantir o desencarceramento.

Há uma reiterada negligência no que se refere à assistência à saúde no ambiente prisional, que estava em colapso mesmo antes do início da pandemia, e prova disso é a atitude do governo Bolsonaro de obstruir, inicialmente, uma visita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, um órgão de peritos instituído por lei para combater a tortura, ao sistema carcerário do estado do Ceará após denúncia em 2019. Quando o mecanismo finalmente pôde realizar a visita, encontrou “indícios de práticas de tortura generalizada”.

Em junho de 2020, o presidente Bolsonaro editou um decreto exonerando os peritos e eliminando a remuneração para futuros membros do mecanismo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) declarou que o decreto violava direitos fundamentais e solicitou ao STF que declarasse a sua inconstitucionalidade. Em agosto, um juiz federal suspendeu liminarmente o decreto.

Importante destacar, ainda, a Nota Pública Conjunta n. 1/2020, do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNPCT; MNPCT; CNDH, 2020), que reconhece a relevância da Recomendação 62/2020 do CNJ e suas medidas de profilaxia no sistema prisional.

Os organismos expressaram preocupação com a pandemia no contexto prisional, ressaltando, notadamente, a precariedade e a superlotação dos presídios brasileiros. Em nota publicada em 31 de março de 2020, a CIDH (2020) manifestou preocupação com as condições carcerárias e os impactos da pandemia em diversos países e, em particular, saudou o CNJ pela iniciativa e pelo conteúdo da recomendação.

Além dela, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2020) divulgou carta de apoio e de reconhecimento à recomendação, considerando-a uma prática pioneira no tema de ações preventivas à propagação do novo coronavírus nas instituições prisionais.

Segundo Nota Técnica n. 5/2020, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT, 2020), o sistema prisional deve ser alvo de constante atenção, especialmente nesta pandemia,

haja vista a existência de um sistemático desrespeito aos Direitos Humanos. Isso inclui a superlotação das instituições prisionais e a falta de acesso à saúde, conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (BRASIL, 2014).

Ainda na nota, o MNPCT (2020) vê a superlotação como uma condição de vulnerabilidade na pandemia e declara apoio à Recomendação n. 62/2020 do CNJ, sinalizando o desencarceramento como uma das medidas fundamentais para o enfrentamento da Covid-19. Isso acentua a grande relevância dos mecanismos da Justiça de Transição no que diz respeito ao combate das violações dos Direitos Humanos como um dos mais recentes campos de atividades dos Direitos Humanos, constituído a partir de determinados processos de transição política ocorridos na segunda metade do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade humana está intimamente ligada ao respeito e à integridade das pessoas, princípio que deve ser observado a todos e é fruto de conquistas que atravessaram a história da humanidade, como a Segunda Guerra Mundial, em que ocorreu, sem limites, grande desrespeito ao ser humano. O objetivo dos Direitos Humanos, portanto, é preservar a dignidade da pessoa, protegendo-a contra o arbítrio do Estado e proporcionando a melhor condição de vida.

Nossa Constituição Federal (1988) determina, em seu artigo 3º, inciso XLI, que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e no artigo 5º, inciso XLI, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

A pena de privação da liberdade é o recurso utilizado pelo Estado com o objetivo de punir e de ressocializar aqueles que cometeram crimes, visando, nomeadamente, recuperar e reintegrar o detento à sociedade, conforme previsto no artigo 1º da Lei de Execução Penal: “Art. 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de

sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para harmônica integração social do condenado e do internado.” (BRASIL,1984, n.p.).

Dessa forma, promover medidas de desencarceramento passa, então, a ter um duplo caráter: humanitário e de saúde pública. Insistir em normas que se alegam mitigadoras, mesmo em superlotação, representa um risco à saúde e uma violação do direito à vida. Negar a necessidade de desencarceramento também passa a representar um negacionismo da situação fática, que é a pandemia do novo coronavírus e o contexto prisional, e da situação jurídica, que é a Recomendação n. 62/2020 do CNJ. Assim, os Direitos Humanos não existem apenas por si, mas também são um meio para os governos vencerem a pandemia com sucesso.

REFERÊNCIAS

- ACNUDH. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *Recomendação n.º 62 do CNJ sobre prevenção do Covid-19 nos sistemas de justiça penal e socioeducativo*. Santiago: ACNUDH, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Carta-Brasil-Consejo-Nacional-Justicia.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- AGÊNCIA France-Press. Coronavírus: lista de países com casos confirmados de contaminação. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 30 jan. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/01/30/interna_mundo,824427/coronavirus-lista-de-paises-com-casos-confirmados-de-contaminacao.shtm. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ARAÚJO, Glauco. Problemas no sistema carcerário do Espírito Santo são denunciados na ONU. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1530490-5598,00-PROBLEMAS+NO+SISTEMA+CARCERARIO+DO+ESPÍRITO+SANTO+AS+O+DENUNCIADOS+NA+ONU.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ASSUNÇÃO, Clara. *Com quase 887 mil presos, Brasil desconhece extensão da covid-19 nas prisões*. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/10/presos-brasil-pandemia-covid-19-prisoas/>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *ONU faz alerta sobre presídios no Brasil e apoia desencarceramento por causa da pandemia; presidente da CDHM endossou iniciativa em março*. 2020a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-faz-alerta-sobre-presidios-no-brasil-e-apoia-desencarceramento-por-causa-da-pandemia-presidente-da-cdhm-endossou-iniciativa-em-marco>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário da Justiça Eletrônico*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. *Diário da Justiça Eletrônico*: Brasília, DF, n. 65, p. 2-6, 17 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 10227, 13 jul. 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial n. 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário da Justiça Eletrônico*: seção

1, Brasília, DF, n. 2, p. 18, 3 jan. 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Resolução n. 5, de 15 de maio de 2020. Dispõe sobre Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 94, p. 38, 19 maio 2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-5-de-15-de-maio-de-2020-257390381>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CIDH. Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. *La CIDH urge a los Estados a garantizar la salud y la integridad de las personas privadas de libertad y sus familias frente a la pandemia del COVID-19*. 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/066.asp>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. *Sistema prisional em números*. 2020. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CNPCT. Conselho Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; MNPCT. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; CNDH. Conselho Nacional de Direitos Humanos. *Nota pública conjunta do CNPCT/MNPCT/CNDH n. 1 sobre a COVID-19, de 30 de março de 2020*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/mo-coes-e-notas/NotapblicaconjuntaCNPCTMNPCTCNDH12020.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CONDEGE. Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais. *Condege quer indulto especial para conter coronavírus nos presídios*. 2020. Disponível em: <http://www.condege.org.br/publicacoes/noticias/condege-quer-indulto-especial-para-conter-coronavirus-nos-presidios#:~:text=O%20Col%C3%A9gio%20Nacional%20de%20Defensores,penitenci%C3%A1rio%20de%20todo%20o%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 25 nov. 2020.

DASA. *Coronavírus no Brasil*. 2020. Disponível em: https://dadoscoronavirus.dasa.com.br/?_ga=2.110779397.1493363724.1616306898-1961502493.1616306898#lp-pom-block-960. Acesso em: 30 nov. 2020.

DECISÃO. *Mandado de Segurança – Inadequação – Seguimento – Negativa*. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ministro-suspensao-recomendacao-62-cnj.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Depen apresenta ao CNPCP soluções provisórias de engenharia no combate à COVID-19. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-apresenta-ao-cnpcp-solucoes-provisorias-de-engenharia-no-combate-a-covid-19#:~:text=%C3%A0%20COVID%2D19-,Depen%20apresenta%20ao%20CNPCP%20solu%C3%A7%C3%B5es%20provis%C3%B3rias,no%20combate%20%C3%A0%20COVID%2D19&text=No%20Estudo%2C%20o%20DEPEN%20demonstra,aprimorar%20os%20servi%C3%A7os%20de%20sa%C3%BAde..> Acesso em: 22 nov. 2020.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. 2020b. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen-lanca-infopen-com-dados-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. *Medidas de combate ao covid-19*. 2020c. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiY-ThhMjk5YjgtZWQwYS00ODIkLTg4NDgtZTFhMT-gzYmQ2MGVlliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NG-MtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DPE-RJ. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. *Pesquisa sobre decisões judiciais de reavaliação da prisão provisória dos idosos no RJ em razão da pandemia do novo coronavírus*. Rio de Janeiro: DPE-RJ, 2020. Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/293a75a8e9484b69b4571b1aa449d637.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. *CNJ critica ideia de montar estruturas temporárias para presos no combate à Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/21/cnj-critica-possibilidade-de-estruturas-temporarias-para-abrigar-presos-no-combate-ao-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. *Presídios têm 30 vezes mais casos de tuberculose*. 2007. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/presidios-tem-30-vezes-mais-casos-de-tuberculose>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GRUPO de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania. *Nota técnica n. 6*. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao2/sala-de-imprensa/nota-tecnica-6-2020>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ICTJ. Internacional Center for Transitional Justice. *What is transitional justice?* 2020. Disponível em: <https://www.ictj.org/about/transitional-justice>. Acesso em: 14 nov. 2020.

IITC. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. *Covid-19 se espalha nas prisões e Brasil é denunciado na ONU e na OEA por “catástrofe” iminente*. 2020. Disponível em: <http://ittc.org.br/covid-19-prisoos-brasil-denuncia-onu/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MJ. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Ofício n. 864/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ*. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/oficiocomplementarCNPCPSEI_MJ11562204Ofcio.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

MNPCT. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. *Nota Técnica nº 5, de 21 de março de 2020: análise sobre medidas referentes ao COVID-19 em instituições de privação de liberdade*. Brasília, DF: MNPCT, 2020. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2020/03/nota-5_ppl_corona-virus_mnpct.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

MNPCT. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; LabGEPEN. Laboratório de Gestão de Políticas Penais; NuPES. Núcleo de Pesquisas sobre Projetos Especiais. *Nota Técnica de 18 de janeiro de 2018: análise sobre os impactos da alteração da Resolução 09, de 18 de novembro de 2011, do CNPCP que define as diretrizes para arquitetura penal no Brasil*. [S.l.]: MNPCT; LabGEPEN; NuPES, 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Execucao_criminal2/Nota%20Tecnica%20-%20Arquitetura%20Penal%20MNPCT.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; PINA, Rute. *Em duas semanas número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos->

por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/. Acesso em: 22 nov. 2020.

OKBR. Open Knowledge Brasil. *Boletim #06 – Estados: País não conhece extensão da Covid-19 em unidades prisionais*. 2020. Disponível em: https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/ESTADOS_Transparencia-Covid19_Boletim_6_2.0.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Preparedness, prevention and control of Covid-19 in prisons and other places of detention*. 2020. Disponível em: http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0019/434026/Preparedness-prevention-and-control-of-COVID-19-in-prisons.pdf?ua=1. Acesso em: 22 nov. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Órgão de prevenção à tortura recomenda ações para proteger pessoas privadas de liberdade*. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/orgao-de-prevencao-a-tortura-recomenda-acoes-para-protger-pessoas-privadas-de-liberdade/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OPASBrasil.OrganizaçãoPan-AmericanadeSaúde. *OMS afirma que Covid- 19 é agora caracterizada como pandemia*. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 22 nov. 2020.

PAULUZE, Thaiza. Letalidade do coronavírus entre presos brasileiros é o quántuplo da registrada na população geral. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 maio 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-o-quintuplo-da-registrada-na-populacao-geral.shtml?utm_source=whatsapp&origin=folha. Acesso em: 22 nov. 2020.

SASSINE, Vinicius. *Comissão de Direitos Humanos da OEA critica contêineres para presos na pandemia e cobra explicação do governo brasileiro*. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/comissao-de-direitos-humanos-da-oea-critica-conteneres-para-presos-na-pandemia-cobra-explicacao-do-governo-brasileiro-24412859>. Acesso em: 22 nov. 2020.

STF. Supremo Tribunal Federal. (2015). *Medida cautelar na argüição de descumprimento de preceito fundamental 347 Distrito Federal*. 2015. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TJ-RJ. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *Coronavírus: presos que podem visitar famílias ficarão em casa por 30 dias*. 2020. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7100324>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TREVISAN, Maria Carolina. *“Apavorado”*: com o risco da Covid, presos enviam cartas de amor e despedida. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/apavorado-com-o-risco-da-covid-presos-enviam-cartas-de-amor-e-despedida/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VALENTE, Fernanda. *Marco Aurélio nega pedido de suspensão da Recomendação 62 do CNJ*. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-30/ministro-nega-pedido-suspensao-recomendacao-62-cnj>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VENAGLIA, Guilherme. *Brasil passa a Rússia e é o segundo país com mais casos de Covid-19 no mundo*. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/22/brasil-passa-russia-e-e-segundo-pais-com-mais-casos-de-covid-19-no-mundo>. Acesso em: 22 nov. 2020.

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL COMO PRÁTICA DE EXTERMÍNIO: DA DITADURA MILITAR À PANDEMIA DE COVID-19

Miriam Tavares de Sá⁴⁴

⁴⁴ Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de pesquisas interdisciplinares de teorias, atividades e práticas no campo do direito (NUTEAP/UFF), Advogada. E-mail: miriamtavaressa@gmail.com.

RESUMO

Este artigo busca analisar como os dispositivos de violência institucional, perpetrados e intensificados desde a ditadura empresarial-militar brasileira e que vêm se tornando cada vez mais desvelados desde a ascensão da extrema-direita neofascista nos últimos anos, colocam-se à disposição da política de extermínio dos sujeitos considerados indesejáveis do ponto de vista de uma lógica capitalista de mercantilização da vida e de submissão dos indivíduos à descartabilidade. Propõe, ainda, debater como a pandemia de Covid-19 descortina essa realidade já existente no Brasil, criando as condições fáticas que permitem um ataque mais direto a grupos específicos, por meio do abandono estatal dos corpos considerados desvalorizados.

Trata-se de pesquisa bibliográfica, realizada por meio da leitura e do fichamento de livros e de artigos científicos sobre o tema.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Extrema-Direita. Política de Extermínio. Justiça de Transição. Violência Institucional. Pandemia.

ABSTRACT

This paper aims to analyse how the methods of institutional violence, perpetrated and intensified since the Brazilian business-military dictatorship and that became increasingly unveiled since the rise of extreme right neo-fascist in the last few years, are at the disposition of the policy of extermination of subjects considered undesirable from the point of view of a capitalist logic of mercantilization of life and submission of individuals to expendability. Furthermore, intends to debate how the Covid-19 pandemic opens up this reality already existent in Brazil, creating the phatic conditions that allow an even more direct assault to specific groups, through the the government's neglect of the bodies considered undervalued. It is a bibliographic

research, accomplished through the reading and summarizing of books and scientific articles on the subject.

Keywords: Neoliberalism. Extreme Right. Policy of Extermination, Transitional Justice, Institutional Violence, Pandemic.

INTRODUÇÃO

As consequências geradas pelo aprofundamento das políticas neoliberais nas últimas décadas proporcionaram as condições fáticas para o surgimento e a ascensão de governos neofascistas de extrema-direita em diversos países do mundo. Tais governos, cuja plataforma política se ancora em um discurso do ódio e da morte, canalizaram a raiva e o ressentimento das grandes massas exploradas e os direcionaram contra grupos historicamente marginalizados na sociedade.

Analisando o contexto histórico específico brasileiro, este artigo propõe demonstrar como os dispositivos de violência institucional, continuados e intensificados desde o término da ditadura empresarial-militar brasileira, colocam-se hoje à disposição dos interesses de uma política de extermínio que, ratificada pelo discurso político, enxerga determinados corpos como descartáveis, segundo uma perspectiva mercantilizada da vida humana. Ao final, examina como a pandemia de Covid-19 possibilita a execução dessa política de extermínio a partir da omissão estatal quanto a políticas públicas capazes de reduzir a vulnerabilidade de determinados grupos de indivíduos.

OS DESCARTÁVEIS PARA O NEOLIBERALISMO

A chamada era de ouro do capitalismo, que ganhou esse nome graças ao seu vertiginoso crescimento pós Segunda Guerra mundial, começou a dar sinais de esgotamento nas décadas de 1960 e de 1970. Marcada por fatores endógenos ao próprio sistema capitalista e impulsionada por movimentos ideológicos fomentados durante as décadas anteriores, a crise, agravada na década de 70, lançou as bases para uma verdadeira reorganização do sistema.

Nesse contexto, o neoliberalismo ascende como um contraponto a todos os valores que foram sustentados durante o Estado de bem-estar social, e, muito mais do que “apenas um “retorno do mercado” nas políticas econômicas e sociais conduzidas pela nova direita e pela esquerda moderna” (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.), o neoliberalismo

instaura uma nova racionalidade política e social, cria e introduz na sociedade novos instrumentos disciplinares e forma indivíduos inteiramente dominados pela nova lógica de mercado.

Na base das transformações a serem desenvolvidas, estavam a reestruturação produtiva e do mercado de trabalho, pelas quais passavam uma completa alteração do papel desempenhado pelo Estado. Assim, se antes o Estado de bem-estar social se incumbia da tarefa de arcar com os custos de um capitalismo em crescente expansão, seja mediante políticas de reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho, seja por meio da construção de um arcabouço de direitos sociais, o Estado neoliberal passou a enxergar tais direitos sob a ótica da caridade, transformando a rede assistencial antes assegurada em verdadeira filantropia concedida àqueles que agora são cunhados negativamente como parasitas e negligentes, por meio de um processo de individualização dos encargos oriundos do desenvolvimento desmedido do capitalismo. O processo de desregulamentação do mercado, portanto, acompanha também a “radical privatização do destino humano” (BAUMAN, 1998, p. 60).

Os indivíduos e suas famílias são agora autorresponsabilizados por sua saúde, sua educação, sua moradia, sua previdência social, entre outros, a partir de uma massiva campanha ideológica que alia redução dos gastos públicos e articula privatização dos riscos e moralização dos indivíduos.

O “Estado de bem-estar” tem o efeito perverso de incitar os agentes econômicos a preferir o ócio ao trabalho. Essa argumentação, repetida até fartar, associa a segurança dada aos indivíduos à perda do senso de responsabilidade, ao abandono dos deveres familiares, à perda do gosto pelo esforço e do amor ao trabalho. Em uma palavra, a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p.).

Dessa forma, é justamente no modelo de organização capitalista que eleva o fetichismo da mercadoria e a mercantilização da vida ao máximo que os indivíduos são lançados à própria sorte em uma sociedade que privatiza os riscos e engendra mecanismos

de autculpabilização. Dentro de uma lógica meritocrática cruel, a sociedade não deve nada aos indivíduos, que são os únicos responsáveis pelos seus destinos e devem mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência (cf. DARDOT; LAVAL, 2016).

Imperioso destacar que o sistema capitalista de produção, marcado pela sua intrínseca natureza expansiva ilimitada – uma vez que seu foco é sempre a produção de mais capital –, possui como desdobramento lógico um rastro destrutivo. Isso porque, quanto menor for o tempo de vida útil das mercadorias, mais lucrativo será o sistema de capital (cf. ANTUNES, 2020).

Os indivíduos, – e aqui nos referimos à grande massa de trabalhadores que vive da venda da sua força de trabalho⁴⁵ –, como mercadorias que são aos olhos desse sistema, por óbvio, não escapam inertes desse processo de descartabilidade. Assim, ao largo da expansão capitalista desenfreada, cresce também o número daqueles que não encontram espaço para serem alçados a uma posição de valor dentro do sistema e acabam por ser alocados ao crescente quantitativo de sujeitos que não interessam mais à economia, seja como trabalhadores, seja como consumidores, e que, portanto, podem ser eliminados.

A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E SEU DISCURSO CONTRA O “OUTRO”

As políticas neoliberais se aprofundaram mundialmente nos últimos 30 anos, instaurando um cenário de crise econômica e social de caráter estrutural e permanente. O Estado neoliberal, gestor da maioria das reformas necessárias à mundialização do capital, possui inúmeras funções, dentre as quais se destacam duas: por um lado, está sempre disposto a socorrer o sistema financeiro, socializando seus prejuízos por meio do endividamento estatal; por outro, atendendo à racionalidade neoliberal, desmantela cada vez mais os direitos sociais – e tudo o que possa, de alguma forma, remeter ao social –, privatizando deveres que antes eram estatais.

⁴⁵ Utilizamos neste trabalho a noção ampliada de classe trabalhadora proposta por Antunes (2018), que a denomina por meio da expressão “classe-que-vive-do trabalho”. Para o autor, essa classe compreende “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (n.p.), incorporando tanto o conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valor e participam do processo de valorização do capital quanto o conjunto dos trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, não se constituindo enquanto elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação do mais-valor. Conclui o autor que “A classe trabalhadora, portanto, é composta (...) da totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados” (n.p.).

Imerso nesse quadro amplo, marcado por crescente desemprego, pobreza, insegurança e precarização do trabalho e da vida, uma grande massa de indivíduos, que não consegue perceber no neoliberalismo o algoz que tanto o espolia e o explora, tem sua ira e seu rancor facilmente canalizados conforme os interesses políticos ora vigentes.

É nesse cenário que a extrema-direita ascende em inúmeros países, tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, mediante a captura da raiva e do ressentimento dos “perdedores” do processo de mundialização do capital dos últimos 40 anos (conduzido pelas finanças e o neoliberalismo) (cf. DRUCK; FILGUEIRAS, 2019).

Tais sentimentos são direcionados ao “outro”, ou seja, inimigos imaginários que podem ser materializados em qualquer um. Propagam-se, assim, ataques a grupos étnico-raciais, a imigrantes, a religiões de matrizes diversas da cristã, além de se difundir uma grande ojeriza por quaisquer políticas estatais de cunho social reparatório que tenha por fim obter algum ganho em termos de isonomia substancial, como é o caso das ações afirmativas. Brown (2019, p. 17) enfatiza que:

Compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram. Significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade.

Partindo, por exemplo, da perspectiva do indivíduo que perdeu seu emprego formal e nunca mais conseguiu recolocar-se no mercado de trabalho, tendo sido “empurrado” para a informalidade, ocupando postos de trabalho precários, como é o caso dos trabalhadores uberizados, muito dificilmente será possível adentrar até as camadas essenciais do fenômeno que se lhe apresenta a fim de compreender o que verdadeiramente o sobredetermina.

Para ele, restará apenas a análise da face mais visível da realidade, tomando como verdade inquestionável aquilo que se manifesta como mais tangível. Dessa forma, amparados por governos ultraneoliberais e neofascistas e por seus discursos autoritários, nacionalistas e reacionários, ao se analisar fenômenos como o desemprego estrutural, por exemplo, não se consideram as alterações havidas no seio do modo de produção capitalista nas últimas décadas – como a diminuição do operariado fabril, a crescente automação da produção, a expansão do setor de serviços e a desterritorialização da produção –, preferindo-se vociferar todo o ódio e a raiva represados por esse sistema contra grupos que, via de regra, sempre foram historicamente marginalizados, como se eles fossem os verdadeiros responsáveis pela perda de status econômico-social que se impôs nos últimos tempos.

O que se assiste, portanto, é o reavivamento – agora de maneira escancarada – de práticas racistas, xenófobas, fundamentalistas religiosas, entre tantas outras, a partir do momento em que são ratificadas pelo discurso político da extrema-direita, que se elege intrinsecamente apoiada em uma plataforma ancorada na banalização do discurso do ódio e da morte.

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL COMO PRÁTICA DE EXTERMÍNIO

A fim de melhor compreender os mecanismos de violência institucional que hoje se colocam à disposição dos objetivos de extermínio do discurso hegemônico neoliberal em um contexto marcado pela ascensão da extrema-direita e de seu discurso da morte como canalizador do ódio e da raiva da grande massa dos indivíduos, especificamente no caso do Brasil, precisamos retroceder até a origem do que hoje ainda podemos chamar de Estado Democrático de Direito.

Tendo sido ele gestacionado ao fim da ditadura empresarial-militar⁴⁶ brasileira, por meio de uma série de acordos, pode-se dizer que o Brasil não enfrentou propriamente um verdadeiro processo de transição⁴⁷ do regime militar para o regime democrático, mas, sim, “uma *transação* onde tudo se negociou na abertura democrática

⁴⁶ A opção de Borges (2020) – a qual se segue neste trabalho – por nomear o golpe de Estado e a ditadura que a ele se seguiu pela denominação de “empresarial-militar” deve-se à necessidade de “retirar da sombra o protagonismo burguês” (p. 101), ressaltando-se seus objetivos de afastar do cenário político nacional, à época, as reformas propostas por Jango, cuja “proposta era reformar o capitalismo brasileiro, na direção de maior igualdade social e de mais democracia” (p. 102), e viabilizar a expansão do imperialismo norte-americano na América Latina.

⁴⁷ Em linhas gerais, a Justiça de Transição pode ser conceituada como o conjunto de medidas – judiciais ou extrajudiciais – adotadas para enfrentar um passado de ditadura, de modo que se possa atribuir responsabilidades, exigir a efetividade do direito à memória e à verdade e fortalecer as instituições com valores democráticos e assegurar a não repetição das violações contra os direitos humanos cometidas.

pactuada com o Congresso Nacional no fim da ditadura” (BORGES, 2020, p. 157) Assim, percebe-se que o objetivo, desde o início, não era reconhecer as violações contra os direitos humanos cometidas durante o período ditatorial, muito menos estabelecer uma verdade sobre os fatos ocorridos e reparar as suas vítimas, mas construir, por meio de artefatos diversos – legislações, decisões judiciais, ausência de iniciativas em políticas públicas, dentre outros – um *comando de esquecimento*⁴⁸, capaz de abranger não apenas o que foi a ditadura empresarial-militar brasileira em si, mas também qualquer reflexão quanto aos mecanismos de violência institucional voltados a uma política de extermínio, ratificando sua continuidade e sua intensificação até os dias de hoje.

Borges (2020) ainda explicita que o fundamento central desse *comando de esquecimento* é a Lei da Anistia⁴⁹, que garantiu a não responsabilização dos agentes estatais violadores de direitos humanos durante o período ditatorial, considerando os crimes de tortura, de execução e de desaparecimento forçado como “crimes conexos” a crimes políticos. Dessa maneira, a partir de um mecanismo intrinsecamente estatal, assegurou-se a impunidade àqueles que violaram direitos humanos, chancelando uma política de apagamento do histórico de abusos ocorridos e certificando a manutenção de práticas de violência institucional por parte de instituições e de agentes estatais brasileiros.

Já sob a égide da Constituição Federal de 1988 e, portanto, regido por um Estado Democrático de Direito, o Supremo Tribunal Federal analisou a validade da Lei da Anistia à luz da nova ordem constitucional⁵⁰. Tomando por base os novos valores constitucionais positivados, a Ordem dos Advogados do Brasil contestou a validade da referida Lei, afirmando que não seria possível considerar os crimes de tortura, de execução e de desaparecimento forçado como “crimes conexos” a crimes políticos. Solicitava à Suprema Corte, por conseguinte, que realizasse uma interpretação da Lei conforme a Constituição Federal de 1988, visando que a anistia concedida não fosse extensível aos crimes comuns praticados pelos agentes de repressão contra opositores políticos durante o regime militar. O Supremo Tribunal Federal, contudo, julgou a ação improcedente.

48 De acordo com Borges (2020, p. 28), “trata-se de uma ação deliberada de agentes políticos, sociais e econômicos para que não se efetivem os direitos da Justiça de Transição e contra o qual outros indivíduos e grupos se insurgem, buscando promover tais direitos”.

49 Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

50 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153 foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em outubro de 2008. A controvérsia constitucional concernia à interpretação conferida ao art. 1º, § 1º da Lei nº 6.683/79, que considerava conexos, para os fins de concessão de anistia, os crimes de qualquer natureza relacionados aos crimes políticos ou praticados por motivação política. Em abril de 2010, a ADPF foi julgada improcedente.

A análise dos votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal demonstra que, além de uma interpretação literal, diametralmente contrária à normativa e à jurisprudência internacional de direitos humanos e ao real significado de uma justiça de transição, não houve qualquer questionamento a respeito da legitimidade de uma Lei editada sob um período não democrático. Assim, após mais de 20 anos do término oficial da ditadura empresarial-militar brasileira, visualizamos a institucionalização do esquecimento sob o manto de uma suposta reconciliação.

É justamente por meio do não enfrentamento e do não reconhecimento das violações de direitos humanos cometidas durante o passado ditatorial, da ausência de reparação histórica e da lacuna em políticas públicas de reforma e/ou conscientização das instituições públicas envolvidas em violações de direitos humanos durante o período ditatorial que tais comandos de violência institucional se perpetuam na sociedade, colocando-se, atualmente, como aliados a um governo ultraneoliberalista e neofascista e dando continuidade, de forma cada vez mais intensa, a uma política de extermínio, que enxerga a maioria dos corpos marginalizados ou como um óbice à plena consecução dos interesses de expansão ilimitada do capital, como é o caso dos povos indígenas, ou como corpos cuja existência é dispensável dentro de uma lógica mercantilizada da vida humana.

Atualmente, o alvo preferencial se restringiu em tema, mas se ampliou demograficamente, tornando a política de genocídio e etnocídio mais alastrada. A maioria considerada dispensável, seus corpos e suas histórias, compõem o laboratório de atrocidades diariamente aprimoradas pelo Estado: os pobres, os negros, os moradores de favelas e periferias, os povos indígenas são alvo de extermínio violento em nome de uma suposta repressão à violência (BORGES, 2020, p. 15-16).

Sendo assim, os dispositivos de violência institucional, historicamente perpetuados e intensificados pelas instituições e pelos agentes estatais de repressão, estão, hoje, à disposição de um discurso político que canaliza o ódio e o ressentimento das grandes

massas exploradas por décadas de ataques neoliberais, construindo inimigos imaginários e apontando contra eles esse aparato de violência institucional, a partir da banalização da morte.

Perpetrada de maneira aguda ou amenizada, mas de maneira constante, por todos os governos eleitos após o fim formal da ditadura, desde o impeachment de Dilma Rousseff, essa política de extermínio do Estado brasileiro vem ganhando faces mais graves e cruéis, tornando-se mais inequívoca com as eleições de 2018 (BORGES, 2020, p. 16).

A PANDEMIA E O EXTERMÍNIO POR MEIO DA OMISSÃO ESTATAL

A pandemia de Covid-19, que chegou ao Brasil em março de 2020, vem servindo como solo fértil para a sedimentação das práticas de extermínio de corpos historicamente já desvalorizados dentro de uma lógica mercantilizada da vida humana. Deixando de lado qualquer explicação que visualize o contágio pelo vírus como algo democrático, precisamos ter consciência de que “a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados” (SANTOS, 2020, p. 7).

Em um contexto de crise sanitária que acentua as vulnerabilidades, a política de extermínio se faz presente principalmente por meio da ausência de políticas públicas como parte de um esforço sistemático para excluir determinados corpos, tidos como “redundantes”⁵¹, da sociedade “normal”, aqui compreendida como “a sociedade que se reproduz por meio do jogo da oferta ao consumidor e escolha do consumidor, mediado pela atração e sedução” (BAUMAN, 1998, p. 77). Conforme explica Borges (2020, p. 17):

Podemos dizer que o objeto de abjeção empresarial-militar se transmutou; a ojeriza e escárnio voltaram-se aos povos indígenas, às pessoas negras e pobres, aos moradores de periferias, aos sem teto, aos sem terras e a todos sujeitos marginalizados pela história de esbulho colonial.

⁵¹ Expressão utilizada por Bauman (1998) para aludir ao “novo papel atribuído aos pobres na nova versão da ‘classe baixa’”. Para o autor, “Os pobres de hoje não são mais as ‘pessoas exploradas’ que produzem o produto excedente a ser, posteriormente, transformado em capital; nem são eles o ‘exército de reserva de mão-de-obra’, que se espera seja reintegrado naquele processo de produção de capital, na próxima melhoria econômica. Economicamente falando (e hoje também governos politicamente eleitos falam na linguagem da economia), eles são verdadeiramente redundantes, inúteis, disponíveis, e não existe nenhuma ‘razão racional’ para a sua presença contínua” (p. 77).

Desse modo, a partir do imbricamento gerado pelo resultado de décadas de desmantelamento da saúde pública e dos direitos sociais de uma forma geral e da ausência de políticas públicas que acabam por intensificar a vulnerabilidade de grande parcela da população, percebe-se como a pandemia serve como mote para que se aprofundem os ataques contra grupos específicos que já constavam na “pauta” como grupos a serem eliminados, sem que isso salte aos olhos da população, tendo em vista o cenário de caos e de mortes constantes e diárias. Nesse sentido, Santos (2020, p. 27) explica:

Por último, em situações de emergência as políticas de prevenção ou de contenção nunca são de aplicação universal. São, pelo contrário, seletivas. Por vezes, são abertas e intencionalmente adequadas do darwinismo social: propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia. Outras vezes, limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados.

A pandemia permite, portanto, que se realize um extermínio a partir da omissão estatal, engrossando sobremaneira as fileiras de mortos, a partir de um “deixar morrer” de grandes parcelas da população que carecem de uma atuação estatal intensa e eficiente, capaz de minimizar toda a sua desvantagem em termos de vulnerabilidade econômica e social.

Respondendo à racionalidade neoliberal, grande parcela da população é relegada à própria sorte, que, além de todas as mazelas que historicamente já a compõem, hoje inclui UTIs lotadas, ausência de testes, condições sanitárias mínimas ou uma renda básica emergencial.

CONCLUSÃO

A ascensão de uma racionalidade neoliberal nas últimas décadas trouxe consigo uma série de novos valores que reorientaram a organização da vida em sociedade. Regida por uma lógica

essencialmente consumerista, que se espraia por toda a existência humana, esse sistema neoliberal visualiza em determinados corpos a descartabilidade que sua razão de ser intrinsecamente destrutiva tanto propugna nas mercadorias.

O aprofundamento das políticas neoliberais nas últimas décadas, resultando em desemprego, em pobreza, em insegurança e em precarização do trabalho e da vida, forneceu as condições concretas para a difusão de políticos neofascistas de extrema-direita, que, assentados em uma plataforma política baseada no discurso do ódio e da morte, canalizaram a raiva e o ressentimento das grandes massas exploradas e converteram-nos em ataque a grupos considerados descartáveis sob uma lógica mercantilizada da vida humana.

No caso específico do Brasil, uma das formas centrais de se realizar o extermínio desses corpos desvalorizados é por meio dos comandos de violência institucional, continuados e intensificados desde a ditadura empresarial-militar brasileira e que assumem um caráter cada vez mais desvelado, a partir da ascensão de um governo neofascista de extrema-direita.

Por fim, a pandemia de Covid-19 oferece as condições ideais para que haja uma política de extermínio em massa de grupos que já eram considerados desvalorizados, a partir da omissão estatal com relação a políticas públicas que pudessem, de alguma forma, amenizar a situação de vulnerabilidade histórica desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. (Recurso digital).

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2018. (Recurso digital).

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BORGES, Nadine Monteiro. *A exumação da ditadura e o comando de esquecimento: um estudo autoetnográfico das políticas de memória e verdade no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. (Recurso digital).

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda*. 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/o-neoliberalismo-neofascista-do-governo-bolsonaro-e-os-desafios-para-a-esquerda/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

PARTE 3

AS VARIÁVEIS DA IDENTIDADE, TERRITÓRIO E QUESTÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO: RECONFIGURAÇÕES DE CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DOMINAÇÃO

MITÚ 32 Y 22 AÑOS DESPUÉS: LA DENSIDAD DE LAS MEMORIAS EN UN PRESENTE INCIERTO

María Rossi⁵²

⁵² Doctora en Antropología Social por la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), con beca PEC-PG de la CAPES y post-doctoranda en la misma institución, con beca CAPES - PNPd. E-mail: paramaria@gmail.com.

RESUMEN

Mitú, capital del departamento del Vaupés, en la Amazonía colombiana, fue dos veces tomada por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP), en 1988 y 1998. La más fuerte y conocida fue la toma de 1998. Sin embargo, el tiempo que cabe en el enunciado “*la toma de Mitú*” es variable: puede comenzar con la primera y terminar un poco después de la segunda o no haber terminado completamente, dependiendo del lugar de residencia de cada mujer. Puede incluir las dos tomas, los enfrentamientos entre el ejército y las FARC-EP en la región, por un periodo más prolongado, episodios de reclutamiento forzado y desplazamientos en otros lugares de la región. En este artículo reflexionamos a partir de narrativas de mujeres indígenas de sus experiencias sobre “la toma”, marcadas por miedo, violencia y pérdida. Las experiencias de estos eventos fueron

distintas, como lo era la vida de cada una de ellas, y de acuerdo con los lugares en los que vivían. En cada caso, las memorias de lo que sucedió y sus consecuencias se instalaron en la vida, modificando las relaciones y los horizontes de posibilidad de cada una. Al mismo tiempo, junto a esa multiplicidad de experiencias y de memorias existe también una construcción de memoria colectiva del evento de 1998: reunidas, nos muestran la densidad con la que se recuerda desde el presente y las diferentes estrategias con las que se enfrentan miedos, riesgos e incertidumbres, que no siempre terminaron cuando dicen que acabó la toma.

Palabras clave: Memoria. Miedo. Mujeres Indígenas. Mitú-Vaupés. Conflicto Armado Colombiano.

ABSTRACT

Mitú, capital of the department of Vaupés, in the Colombian Amazon, was twice taken by the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC-EP), in 1988 and 1998. The strongest and most notorious was the 1998 takeover. However, the length of time of the “takeover of Mitú” can vary: it can begin with the first and end a little after the second or have not finished completely, depending on the place of residence of each woman. It may include the two takeovers, the confrontations between the army and the FARC-EP in the region for a longer period, episodes of forced recruitment and displacements elsewhere in the region. In this paper, we reflect on indigenous women’s narratives of their experiences of “the takeover”, marked by fear, violence and loss. The experiences of these events were different, as was the life of each of them, and according to the places where they lived. In each case, the memories

of what happened and its consequences installed themselves in the life, modifying the relationships and the horizons of possibilities of each one. At the same time, along with this multiplicity of experiences and memories, there is also a construction of collective memory of the 1998 event: gathered together they show us the density with which it is remembered from the present and the different strategies with which they face fears, risks and uncertainties, that did not always finished when they said the takeover was ended.

Keywords: Memory. Fear. Indigenous Women. Mitú-Vaupés. Colombian Armed Conflict.

INTRODUCCIÓN

Las memorias de la toma de Mitú de 1998 se construyen colectivamente, con varias fuentes y actores involucrados, como parte de un proceso colectivo y en disputas. Progresivamente, fueron incorporando las voces de los secuestrados, que fueron siendo liberados, excepto uno de ellos, que escapó, y están finalmente todos libres desde el 2012. Se componen de historias, de marcas en la ciudad, de videos, de imágenes y de declaraciones públicas, de noticias y de eventos conmemorativos. Existen también memorias individuales de los eventos, presentes en marcas en los cuerpos, en las casas, en las relaciones, junto con recuerdos, sonidos, imágenes y olores. Entre éstas, construyo en este artículo reflexiones a partir de experiencias de varias personas, en su mayoría mujeres indígenas, que vivieron la toma desde lugares distintos. Presentaré memorias de tres mujeres, pero insisto en que el proceso de construcción de esas memorias es colectivo y dialógico. Esas narrativas están registradas por extenso en mi tesis de doctorado en antropología social sobre etnicidad y género en el Vaupés colombiano (ROSSI, 2016). Comienzo presentando brevemente la ciudad de Mitú, en el Noroeste amazónico, y los episodios de la toma de la ciudad por parte de las FARC-EP. A continuación, presento las memorias de tres mujeres sobre sus diferentes experiencias de estos eventos y termino con unas reflexiones sobre miedo, guerra y la densidad de esa memoria, recordada en tiempo presente.

Mitú es la capital del departamento del Vaupés, localizado en la Amazonía colombiana, en frontera con Brasil. Tiene una extensión de 54.135 km², es el departamento con mayor porcentaje de población indígena en Colombia (DANE, 2007) y el de mayor diversidad cultural y lingüística, llegando a 26 lenguas propias de 6 familias lingüísticas diferentes⁵³ (CABRERA, 2010). Más del 75% de su territorio hace parte de áreas protegidas de dos tipos: Resguardos Indígenas y Parques Nacionales Naturales (ARIEL SALAZAR; GUTIÉRREZ; FRANCO, 2006). Los resguardos son tierras indígenas legalmente reconocidas, de propiedad colectiva y con derecho a una autoridad política propia.

⁵³ Usamos la expresión lenguas propias en lugar de la frecuente, lenguas maternas, porque, entre los pueblos indígenas de la región, las uniones matrimoniales son generalmente entre personas de lenguas diferentes y la lengua propia es la lengua paterna, siendo que la lengua de la madre constituye la segunda lengua.

Mitú tiene nombre de pájaro: mutum es paujil (*Crax mitú*) en lengua yeral; está en una región de selva tropical húmeda a orillas del río Vaupés. Es una ciudad que reúne indígenas de todo el departamento, que crece paralela al río y alrededor de la pista de aterrizaje y está rodeada por el Resguardo Vaupés, titulado en 1982 y que cubre buena parte del municipio. En 1985, la zona urbana de Mitú tendría 3.425 habitantes, en 1993 tendría 3.752 y en el 2.000 tendría 5.154. Las historias que presentaremos en este artículo suceden, principalmente, en Mitú y en sus alrededores, en ese periodo, en las comunidades de la carretera hacia Montfor y en Mituseño, cercanas a la ciudad.

En 1988, sucedió la primera ofensiva a la ciudad de Mitú por parte de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP), que atacaron la estación de policía. 10 años después, en la madrugada del 1 de noviembre de 1998, comenzó la segunda toma de la ciudad. Después de 3 días, la ciudad fue retomada por el ejército y recibió la visita del entonces presidente de Colombia, Andrés Pastrana, el 3 de noviembre. El ataque dejó más de 50 personas muertas, otras tantas heridas y 61 secuestrados (EL TIEMPO, 2008). El último de los secuestrados fue liberado en abril del 2012 (EL ESPECTADOR, 2012). Mitú fue la única capital que fue tomada en el país, en un marcado desequilibrio de fuerzas, dado por unas 1.500 personas de las FARC-EP ante 120 policías (ARDILA ARRIETA, 2008).

Existen diferentes registros de la segunda toma. Los más evidentes en la ciudad son algunas marcas en el espacio público en el centro, presentes aún. Al frente de la actual estación de policía hay un área vacía, las ruinas de lo que era el Banco Caja Agraria. Al lado está el banco actual, más distante de la estación. En la esquina de la gobernación, en el parque principal al lado del río, existe un lote igualmente vacío, con vegetación que creció y esconde los restos de la construcción que había allí y fue destruida en la toma. También existe un registro audiovisual: las FARC-EP grabaron un video que comienza en los preparativos y termina al día siguiente, mostrando momentos de los ataques, de la salida de los policías secuestrados y de los combates con refuerzos del ejército al día siguiente. El video circula en la ciudad desde entonces, pasando a estar, después, disponible

en YouTube, junto con otros videos de la visita del presidente días después, de noticias elaboradas posteriormente y de entrevistas a los secuestrados a medida que fueron siendo liberados. También han sido realizados homenajes y documentales para recoger esas memorias, como actos de reparación colectiva; el último de estos fue presentado recientemente, con motivo del aniversario de la fecha, titulado “Mitú, 22 años después”.

54 Los nombres fueron modificados, considerando el anonimato como forma de protección.

No es un evento poco recordado, así que no quiero insistir en lo que ya se expresa, quisiera traer memorias de la vida cotidiana de mujeres indígenas cuyas vidas se vieron profundamente impactadas por *la toma*. Al decir *la toma*, hacemos referencia a muchas cosas más allá de los días entre el 31 de octubre y el 3 de noviembre de 1998. Las experiencias, las memorias y la continuidad de la vida cotidiana muestran que en esa expresión hay una densidad mayor. Caben más tiempo, experiencias y relaciones, que van más allá del cuartel de policía, del centro de la ciudad o de la pista de aterrizaje.

MARCELA, TIEMPOS DE AMARGURA, MIEDO Y TRISTEZA

Marcela⁵⁴ es una mujer del pueblo Desano, nacida en 1946, durante un viaje, en un lugar conocido como el balay de las estrellas. Ella pasó la primera toma viviendo en una casa en Mitú, en el centro, y recuerda esos días con mucho miedo, pero sin pérdidas personales. Después, se estableció en una comunidad en la carretera Mitú – Montfort, a finales de los años 1990. Allí, tiene un terreno y una casa propios, cerca de lugares que conoce y con personas con las que tiene diferentes relaciones de vecindad, de trabajo y de amistad. Comienza, entonces, un periodo de autonomía, de estabilidad y de redes de relaciones de sociabilidad y de afecto, pero también de restricciones, de riesgo y de miedo. Estábamos conversando sobre cómo se estableció allí con su marido y ella comenzó a contarme cuando la guerrilla llegó a la carretera, sobre las historias que oía sobre la toma y sus primeros contactos con los tiempos que ella llama de guerra. Después de la segunda toma, la zona de la carretera y las comunidades en ella estuvieron acechadas por el ejército y la guerrilla,

y mientras el episodio de la toma se dio por terminado, parecía que para ellos la guerra estaba haciéndose más presente.

Al comenzar a hablar de ese periodo, Marcela menciona que ya vivían allí hace un tiempo, suficiente para estar produciendo y tener cultivos y animales buenos. Sus relaciones eran recientes, de vecindad amable, pero después de esos tiempos de miedo quedaron fracturadas. Las relaciones no voluntarias, pero inescapables con el ejército y la guerrilla, van a influir en varias formas de sociabilidad vigentes aún en el 2015, marcadas por desconfianza, tristeza y silencio.

La narrativa de Marcela va y vuelve sobre momentos, periodos y episodios concretos. La memoria de esos días es larga y circular. Los episodios van y vuelven como ejes de temporalidad y de explicación. Ella narra conversaciones relevantes y los encuentros previos y posteriores; en cada repetición agrega detalles, precisa situaciones, tanto sobre el pasado que me cuenta como sobre su presente en el momento en que habla. Al ir y volver en su narrativa, va contando lo que aprendió en ese tiempo y lo que, a partir de ahí, cambió y ahora permanece: aprendió a permanecer callada e incorporó varias formas de evasión a su día a día.

Fue acusada por el ejército de auxiliar a la guerrilla y por la guerrilla de llevar información para el ejército, alrededor del 2001, y esto constituyó el eje de sus miedos y preocupaciones. La duración de esas acusaciones coincide con el tiempo en que el territorio alrededor de la carretera estaba en disputa y la población estaba en medio de sospechas permanentes. Vio su día a día ser ocupado por visitas indeseadas de actores armados para investigarla, presionarla o reclamar, vigilándola y poniéndola en riesgo. Su historia no se limita a la experiencia familiar en su casa: ella habla de la comunidad en que vive, de otras comunidades vecinas y narra el territorio como habitado por difuntos. En las formas de referirse a varias personas, una tras otra, las sitúa con relación a las condiciones en que murieron, “ese, que iban a matar allá”, “aquel que mataron”, “el finado”, y reitera que tanto ella como Joaquín, su marido, sentían permanentemente la posibilidad de ser asesinados, mencionando, inclusive, que vivían sintiéndose muertos ya o queriendo matarse.

Marcela no es solo motivo de acusaciones y de amenazas, en algunos momentos corre el rumor de que ya la habrían matado, y la certeza de su muerte se difunde hasta que lo que tiene que ser explicado es por qué no ha sucedido aún, por qué no la mataron tal día o aquel otro, y eso también se vuelve un motivo de sospecha. Ella se va distanciando de las personas, de esas conversaciones sobre su muerte, de los lugares y de los momentos en que habría muerto.

Después de contarme, con esa circularidad acumulativa, con muchos detalles, dice: *“por eso se nos olvidó todo”*. Pero está recordando al contar. ¿Será eso una descripción de una cotidianidad en la que ese tiempo de miedo no se recuerda? O ¿una forma de marcar el carácter extraordinario de estar contándolo “todo”? ¿o una forma de distanciarse del miedo que viene junto a ese recuerdo? ¿Qué es lo que permite narrar algo que ya se olvidó? Sin embargo, acto seguido, el tiempo en que habla cambia y vuelve al presente: *“tengo mucho miedo de eso”*.

En ese periodo acorralados, las formas de comunicarse pueden funcionar como estrategias para protegerse y para construir continuidad en una cotidianidad que está en riesgo de acabar, si son asesinados; en riesgo de volverse inviable si no pueden más plantar, cuidar sus cosas, circular, o hablar; riesgo de ser fragmentada por las irrupciones de actores armados en su cotidianidad. Vale la pena resaltar que estas irrupciones, sean agresivas o amables, son siempre contra su voluntad, dentro de su casa y parcialmente a costa de su trabajo. En esos momentos, ella mantiene una comunicación cuidadosa, distante, procurando mantener su lugar sin afiliarse a nadie, pero eso no funciona, y ella es acusada de cómplice de las FARC-EP y de informante del ejército. Por consiguiente, tiene que aceptar ser requisada por unos cada vez que pasa por la carretera y tiene que aceptar cocinar y vender guarapo para otros cuando llegan a su casa.

Habla también sobre su desgaste físico y lo conecta directamente con el miedo, la angustia y la tristeza, con no querer comer, con vivir desesperada, con pensar que sería asesinada o que ella y su marido querían matarse. Junto a eso está la decadencia de su tierra, que se vuelve monte porque no puede cuidarla (cada vez puede salir menos),

y no tiene ni ánimo para eso. Pero, con esa fragilización y precarización de su cotidianidad, ella mantiene varios comportamientos de persistencia y de fortaleza. Hace del silencio y del disimulo hábitos para protegerse en varios momentos, mientras que en otros hablar clara y abiertamente es sinónimo de fortaleza y motivo de orgullo, aunque la ponga en riesgo. En esa alternancia de estrategias, ella construye cuidados concretos que le dan algún margen de maniobra para protegerse y continuar viviendo.

Simultáneamente, va contando como otros iban viviendo y muriendo en ese tiempo. Esa narrativa de muertes y de difuntos trae, al mismo tiempo, una presencia permanente del dolor, de la sorpresa reiterada, de la fractura inaceptable de lo cotidiano, y muestra como se van volviendo rutina esas muertes, de manera que el asesinato se convierte en un elemento general del horizonte de expectativas de muchos o de casi todos. Ante esa normalización del miedo, teje con humor un espacio de comunicación, dando lugar a bromas y a risas en momentos tensos.

Esa normalización trae, simultáneamente, la inminencia de su muerte y la esperanza que insiste en imaginar otras posibilidades y continuar con los cuidados que mantienen la vida. Varias veces Marcela describe lo que suponía, para completar con “¡pero era mentira!”. Al mismo tiempo en que se vuelve rutinario, esa continuidad forzada se hace insostenible; queda poco espacio para llorar a tantos muertos ante las órdenes para continuar, como cuando sacaron a su vecino en medio de una fiesta, lo mataron y luego volvieron a la caseta comunitaria y dieron la orden de seguir con la fiesta, pero, como ella misma dijo: “¿quién va a hacer fiesta? ¿quién va a bailar?”

Las cosas se calmaron y algunas relaciones y posiciones cambiaron desde entonces. Su casa ya tiene de nuevo cultivos, chagra y frutales en el camino y varias palmas, pero ella envejeció y no recuperó completamente sus fuerzas. El miedo continúa apareciendo en tiempo presente. Los caminos, algunos puntos en la carretera y varios lugares cercanos continúan siendo recordados y nombrados según quien fue asesinado allí. Las distancias y las desconfianzas en las relaciones cotidianas también permanecen. La risa continúa siempre presente, alternada con el silencio, como espacios de protección.

LUZ, MEMORIAS CORPORIFICADAS

Luz es una mujer Wanana, que vive cerca de Mitú. Nos encontramos varias veces en su casa para conversar y en dos ocasiones me contó sobre la toma. La primera vez estábamos en la cocina y me había ofrecido jugo de arazá, caldo de pescado, lapa y casabe. Estaba todo delicioso y conversábamos animadamente, cuando comenzó a llover y ella dijo que tenía mucho miedo de las tormentas, por los truenos, desde *la toma*. Nunca había sido miedosa, pasaba mucho tiempo sola, en su casa o en la chagra, y nunca le importó, pero desde *la toma* tenía miedo.

Su relato comienza días antes: vivía ahí mismo, en Mituseño, y sus dos hijos estaban en Mitú y vendrían al día siguiente con amigos, entonces ella tenía varias cosas para recibirlos: casabe, fariña, manicuera, pescado, carne de lapa y una olla de mojoyoy que estaba ahumando. Su hijo mayor estaba prestando servicio militar obligatorio, pero tuvo una hernia y lo operaron; al volver, fue retirado, por eso se salvó de ser secuestrado junto con los otros policías.

En la madrugada del primero de noviembre, comenzó a oír los truenos y pensó, “eso no son truenos”, pero su marido insistió en que sí. Como continuaron, se asomaron a ver y se veían las explosiones alrededor de Mitú. Ella se asustó mucho, pues sus hijos estaban allá. Preocupada, vio venir por el camino entre Mituseño y Mitú⁵⁵ un grupo de personas corriendo asustadas, que atravesaron el caño nadando y llegaron a la comunidad diciendo que la guerrilla había entrado a Mitú y que estaban disparando y matando personas. Entonces, ella no aguantó y se fueron por sus hijos. Dejaron todo en la casa como estaba, apagaron el fuego, pero ni bajaron las ollas. Llevaron un poco de fariña y de casabe y salieron rápido. Dijo Luz que días después la guerrilla entró en la comunidad, pasaron por su casa aprovechando que estaba vacía, descansaron, comieron y se organizaron.

Luz llegó a Mitú directamente a buscar a sus hijos, pasó por el centro y vio el cuartel de policía quemándose y un muerto ahí, con uniforme. Otro muerto con la cabeza cortada, lejos, lleno de sangre. Fue muy impresionante. Comentó que el viernes antes de nuestro

55 Ahora, es una carretera y hay un puente que atraviesa el caño. En ese tiempo, era un camino y no había puente. La palabra caño se refiere a afluentes de ríos mayores, pero vale la pena recordar que en la Amazonía un caño pequeño puede ser bastante más grande de lo que en otros lugares llaman ríos. Conservamos el término local.

encuentro se había clavado una puntilla y sangró mucho. Se asustó y se impresionó: ahora, no soporta ver sangre. Le pasa lo mismo con la lluvia: ahora, cada vez que escucha un trueno se asusta mucho y ya no se siente tranquila por las noches o para ir a su chagra sola, como hacía antes. Durante el día está tranquila, pero en las noches siente miedo. Con las explosiones sus manos tiemblan; y ese temblor es como una cicatriz.

En el camino, alguien le dijo que sus hijos estarían en la pista de aterrizaje, ya en manos de la guerrilla, por lo que ella se desesperó y siguió corriendo hacia la casa en la que esperaba encontrarlos. Al llegar allá y verlos, se desmayó.

Durante nuestro segundo encuentro, estábamos en su casa, hablando de su hijo mayor, y ella mencionó que fue operado por una hernia y comenzó a recordar. Sus manos comenzaron a temblar y ella cambió de tema. Llevó mi mirada a sus manos temblando y comenzó toda la historia de nuevo.

El miedo y el nerviosismo pasaron a hacer parte de la experiencia cotidiana de Luz a partir de la toma. Comenzaron a hacer parte de su cuerpo e irrumpen en su día a día, así como los recuerdos de la toma, a partir de varios asuntos cotidianos e incontrolables, como la lluvia. Su cuerpo cambió, y con eso su forma de estar en el mundo. Su relación con sus hijos también cambió: a partir de la toma, aumentó la preocupación sobre secuestro y reclutamiento forzado de jóvenes, y considerando eso, sus dos hijos se fueron a estudiar en otra ciudad del país. Luz está muy orgullosa de haber conseguido que los dos sean profesionales, pero el periodo de su ausencia fue difícil y ella tuvo muchas dificultades para sostenerlos entonces. Progresivamente, se instaló en su vida la soledad. En la toma murieron amigas que vivían en Mitú. Mientras sus hijos salieron, sus relaciones en la comunidad también cambiaron. La desconfianza ante aquellos vecinos que recibieron a los guerrilleros en sus casas dio inicio a un distanciamiento no solo de ellos, sino de casi todos los miembros de la comunidad, y esa distancia fue creando y ampliando la soledad.

IRENE, Y LOS RIESGOS QUE SE REPITEN

56 Afluente del río Vaupés, que desemboca aguas abajo de la ciudad de Mitú.

Conocí a Irene en el 2013, por ser tía de una amiga. Un día, en el 2015, ella llegó a vernos en medio de una conversación de fin de domingo, muy alterada, y comenzó a contarnos varias preocupaciones que tenía con relación al caño Cuduyari⁵⁶. Fue una conversación confusa, estaba preocupada sobre el nuevo barrio que estaba por ser construido en Mitú, porque estaba muy inseguro alrededor. Continuó con “es como en la toma”, comenzó a hablar de sus recuerdos de esos días y fue calmándose. Días después, me contó con más calma sobre su vida y sobre *la toma*.

Irene es Cubea, del caño Cuduyarí, y cuando joven fue a vivir al alto Vaupés. Desde entonces su vida ha sido reiteradamente impactada por las disputas entre el ejército y las FARC-EP. En el alto Vaupés, conoció primero a las FARC-EP, presentes en la región en la década de 1980, y por eso fue desplazada – o desterrada – por primera vez. Fue con su marido a Mesetas, Meta, donde vivía su suegra. Allí vivió una toma de las FARC-EP, a la base militar de Girasoles, en enero de 1991. Se desplazaron nuevamente, esta vez de regreso al Vaupés, donde se establecieron en una comunidad en el Cuduyarí, donde estaba su familia. Su marido trabajaba periodos en el alto Vaupés, y en uno de esos, fue reclutado por las FARC-EP. Nunca volvió. Irene entonces se mudó para Mitú un tiempo, y comenzó a construir una casa en las afueras de la ciudad, entre el río y la carretera.

La toma de 1998 fue anunciada, pero Irene, como muchas personas, no creyó que realmente fuera a suceder, mucho menos que fuera a ser más fuerte que la anterior, de 1988. No creer también es una forma de negarse a aceptar un nivel de vulnerabilidad y de imprevisibilidad con el que es muy pesado vivir. Para el 31 de octubre, Irene fue con sus hijos a Mitú, para las celebraciones del día de los niños y a visitar a su hermana, que vivía en la ciudad. Sus recuerdos sobre ese día son detallados y describen la sorpresa, el miedo y la forma rutinaria en la que esa violencia se presentó.

Al describir el escenario, comentó que en poco tiempo ya había varias cosas quemándose, habían muerto algunas personas, y de

repente vio que le cortaron la cabeza a uno. Quedaron los cuerpos tirados, y completó: “ahora ahí venden trago.... ya estaban todos ahí, muertos”.

57 Se refiere a un avión militar, que, de acuerdo con todas las historias que oí y leí de la toma, llegó en ese horario.

La cotidianidad se hace presente de dos formas: la primera, mezclando con las rutinas diarias, presentes, los hechos de esos días, las imágenes que marcaron. La segunda, en la forma rutinaria con la que, por momentos, los días de la toma sucedieron. Como aparece en el siguiente fragmento. Al día siguiente (2 de noviembre), Irene pensó en su papá, que estaba solo en la casa de ella y debía estar asustado. Para tener fuerzas de ir a buscarlo, a pesar de los disparos y el miedo, recordó su pasado y pensó en cuando ella vivía en el alto Vaupés, vio a la guerrilla, y habló con ellos. Podría hablarles de nuevo, así que fue caminando hasta la pista de aterrizaje, antes del amanecer y de los tiroteos, para preguntarle a alguien de las FARC sobre si podría ir por su papá.

- **Irene:** *buenos días*
- **respuesta:** *Buenos días*
- **Irene:** *¿sigue la toma?*
- **Respuesta:** *si señora, sigue, ¿cómo para qué sería?*
- **Irene:** *tengo a mi papá del otro lado (de la pista) quiero ir por él. Quiero cruzar para verlo, ver si está vivo, o quien sabe si con los disparos del avión ya está muerto.*
- **Respuesta:** *vaya, pero pase rápido la pista, que a las siete y media viene el avión⁵⁷, y el avión no va a saber su usted es civil o no. Estamos en pelea, es guerra.*
- **Irene:** *está bien.*

Un diálogo amable, respetuoso, casi burocrático, rutinario, como acaba siendo la experiencia del miedo y el riesgo en su vida.

Atravesó la pista con su hermana y fueron hasta el caño cerca de su casa. Encontraron a su papá sentado solo en el puerto. Según contó Irene, él vio las explosiones, oyó los disparos y pensó que sus hijas ya

estarían muertas, así que se sentó en el puerto a esperar que las balas lo alcanzaran a él también. Sus hijas llegaron antes. Ahí lo encontraron, recogieron parte de su ropa y volvieron los tres a Mitú. Irene después tenía miedo de volver a esa casa; intentó vivir allí de nuevo, pero el ejército pasaba por ahí siempre y advirtieron que esa zona continuaría en guerra algunos años más, así que ella se fue. Nunca volvió a vivir en esa casa. Con el tiempo, las cosas fueron perdiéndose y su chagra se fue volviendo monte. Ahora, no hay más casa, ni cultivos. En sus palabras, es *puro monte*.

En el 2015, Irene estaba comenzando a reconstruir parte de lo que perdió en la toma: la tranquilidad y la posibilidad de vivir en un lugar estable, propio. Su miedo no obedece solo a ese evento, aunque sea marcante. La guerrilla está presente a lo largo de su vida; su marido es reclutado y nunca vuelve. Años después de la toma, uno de sus hijos es reclutado, pero consigue escapar en pocos días y volver. Todo eso es determinante para que ella decida permanecer en el casco urbano de Mitú, pero no hace una casa propia. Va y vuelve de su comunidad de nacimiento, en el Cuduyarí, trabaja como empleada doméstica y vive en las casas de sus patronos cuando está en la ciudad. Además de esa inestabilidad, el miedo entra en la relación con sus hijos: primero teme que sean reclutados y los protege, teniéndolos siempre cerca, a su cuidado, pero cuando crecen todos se van del Vaupés, y ella permanece, ahora cuidando los hijos de una sobrina, a los que trata como sus nietos. Ahora, tiene chagra de nuevo, pero no tiene una canoa propia y estaba planeando construir su casa nueva la última vez que conversamos, en el 2018, 20 años después.

LAS DISTINTAS EXPERIENCIAS Y LA DENSIDAD DE LAS MEMORIAS

El miedo se vive de diferentes formas, en parte en función de la territorialidad. El mismo episodio tiene consecuencias diferentes en función de localizaciones cercanas pero diferenciadas, y los riesgos y las posibilidades de acción de cada una son distintas. Su lugar en el territorio, la edad de cada una y sus relaciones establecen experiencias diferentes, pero existen hechos comunes y sabidos por todas, marcas

de tiempos igualmente conocidos y miedos compartidos. Oí de ellas, y de otras mujeres con las que investigué, así como de otras personas en Mitú, la narración de varias escenas reiteradas, como la persona a la que le habrían cortado la cabeza, los cuerpos que estuvieron varios días y no podían ser recogidos, además de descripciones de sonidos, de sacudidas y de olores. Algunas personas cuentan haberlas visto, otras cuentan que sucedió, pero las describen de forma similar, aunque con más o menos detalles. De tanto circular, estas imágenes construyen una memoria colectiva del evento, que reúne varias experiencias, temporalidades y posiciones, y completa lo que hoy se entiende como *la toma*.

Sus horizontes de posibilidades comenzaron a incluir esos hechos, pero de maneras diferentes. Mientras Marcela se veía presa, cada vez con menos movilidad y más amenazas, Luz iba quedando más sola dentro de su comunidad e Irene optó por irse. Cada una enfrentó y asumió riesgos diferentes, y eso las dejó en situaciones igualmente disímiles. Haber sufrido la toma y sus consecuencias no las acerca, ni les ayuda a construir solidaridad, por el contrario, rompió redes existentes y aún dificulta crear lazos de confianza.

Los ritmos en los que el miedo y la soledad entran en las vidas y en las narrativas de las mujeres son varios: algunos aparecen como irrupciones, más o menos anunciadas, y todos cargan la marca de ir más allá de lo esperado o de lo imaginado como posible, de traer cambios súbitos, de alterar irremediablemente algunas o muchas de las condiciones de la existencia. Hay por lo menos tres ritmos: la irrupción súbita del miedo, de las muertes, de los tiros, de la guerra; la permanencia de la rutina en medio de la guerra, del cambio que ya no se reconstruye, de la ausencia que se reorienta en la cotidianidad; la repetición de los momentos de riesgo, de una toma a otra, de un contexto de amenazas a otro igualmente amenazador, de un reclutamiento a otro; o la repetición por la evocación de los hechos, de los miedos, de los riesgos, de los sonidos, de los olores, de los episodios. Hay también la repetición de las relaciones, porque se actualizan posiciones y repertorios que hacen eco de otros contextos y localizan a los sujetos en relación con esas evocaciones (*es como en la toma...*). De tantas repeticiones, el miedo se vuelve permanente.

La repetición se da también en las narrativas, por ejemplo, en la historia de Marcela, que vuelve una y otra vez al momento de las amenazas, a las conversaciones específicas sobre muertes, a discusiones. Igualmente hay repeticiones de las escenas y de los hechos con los que se construye la memoria compartida de esos tiempos: varias de las muertes ocurridas durante la toma fueron narradas muchas veces, por muchas personas, entre ellas y con otros, desde hace 22 o 32 años.

Grace Cho (2008) afirma que una forma de expresar el trauma es a través de temporalidades no lineales, de repetición. Las narrativas que inspiran estas reflexiones repiten, pero la circularidad va más allá de las formas narrativas: los eventos continúan resonando en la experiencia cotidiana, en la organización del tiempo y de las relaciones, y en los cuerpos, haciendo que la experiencia y la memoria sean circulares. La repetición también da testimonio de historias que no terminaron aún. Para Irene, Marcela o Luz, un recuerdo o un evento abre una puerta para hablar de otros; un dolor es sentido sobre otro dolor, ocupando los mismos lugares en las relaciones y en los cuerpos. Las memorias viven en los cuerpos de los vivos, y en el caso de Luz, en sus manos que tiemblan.

Las memorias colectivas de la toma se entretajan con las memorias particulares, con las marcas en las relaciones, con los nuevos hábitos de cuidado, de desconfianza y de prevención; con las marcas en los cuerpos, menos visibles, pero no menos intensas. Además de esos episodios, aparecen de repente los miedos compartidos, por ejemplo, en las fiestas anuales en Mitú, cuando usan fuegos artificiales: por un momento, la celebración se transforma en miedo para quienes están en fiesta o no, y recordamos que esa memoria habita de varias formas muchos cuerpos y continúa tomándolos por sorpresa, inclusive en celebraciones tan anunciadas como lo fue la toma. No siempre se comenta el miedo, al rato pasa y algunos intentan volver a la fiesta, repitiendo las obligaciones de silencio que se establecieron en otros momentos, y como hicieron entonces, esforzándose por mantener la vida cotidiana en pie.

BIBLIOGRAFÍA

- ARDILA ARRIETA, Laura. *Mitú fue el infierno*. 2008. Disponible en: <http://www.elespectador.com/impreso/nacional/articuloimpreso87232-mitu-fue-el-infierno?page=0,0>. Acceso en: 24 sept. 2010.
- ARIEL SALAZAR, Carlos Ariel; GUTIÉRREZ, Franz; FRANCO, Martín. *Vaupés: entre la colonización y las fronteras*. Bogotá, D.C.: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, 2006.
- CABRERA, Gabriel. El Geral y la colonización en el Alto Río Negro-Vaupés. En: CHAVES, Margarita; CAIRO, Carlos del. *Perspectivas antropológicas sobre la Amazonia contemporánea*. Bogotá, D.C.: Instituto Colombiano De Antropología e Historia, 2010. p. 365-390.
- CHO, Grace M. *Haiting the Korean diaspora: shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- DANE. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. *Colombia una nación multicultural: su diversidad étnica*. 2007. Disponible en: www.dane.gov.co. Acceso en: 15 abr. 2014.
- EL ESPECTADOR. *El día en que los secuestrados volvieron a nacer*. 2012. Disponible en: <http://www.elespectador.com/noticias/paz/el-dia-los-secuestrados-volvieron-nacer-articulo-336104>. Acceso en: 3 oct. 2016.
- EL TIEMPO. *Se conmemoran 10 años de la toma de Mitú, el golpe más sangriento de las FARC*. 2008. Disponible en: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-4638076>. Acceso en: 24 sept. 2010.
- ROSSI, María. *Identidade sem pertencimento? Dimensões íntimas da etnicidade feminina no Vaupés*. 2016. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

“NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM”: INTERFACES ENTRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, GÊNERO E REDES SOCIAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS

58 Doutoranda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: lauramagalhaes.adv@gmail.com.

Laura Magalhães de Andrade⁵⁸

RESUMO

O movimento iniciado nas redes sociais intitulado “Ninguém solta a mão de ninguém”, ocorrido no período eleitoral brasileiro de 2018, é um exemplo da importância de articulação de redes de colaboração virtuais. Em contraposição, a internet também tem sido – dada a possibilidade de anonimato e à consequente manutenção de impunidades –, uma arena de *fake news* e de violações de direitos humanos em geral, a exemplo daquelas relacionadas ao gênero, que é o recorte sociológico realizado neste estudo. Diante disso, abordamos dois contextos: a relação entre justiça de transição e de gênero, tendo como fundamento o resgate da dívida histórica com mulheres, proveniente de uma sociedade estruturalmente machista e sexista; e do que o artigo chama de “tempos pandêmicos”, que aqui se interpreta não só como a situação de hipervulnerabilização imposta pela Covid-19, mas em uma realidade de retrocessos a nível mundial provocada pela “enfermidade” da extrema direita que avança pelo mundo, principalmente com a ajuda das mídias sociais. Desse modo, objetivamos estudar

o uso da internet a partir de “vírais para o mal” e de “vírais para o bem”, no sentido de que as redes sociais têm o poder de potencializar os dois lados. Como objetivos específicos, visamos traçar um panorama teórico-fático dos contextos apresentados e discutir, em questões de gênero, como a justiça de transição pode contribuir para a resignificação de redes de solidariedade, de sororidade e de resistência. Para tanto, utilizamos os métodos jurídico-dogmático e analítico, por meio de investigação exploratória e bibliográfica. Finalmente, poderemos demonstrar que o “caminho do bem” nas redes sociais é possível – ainda que em um “caos pandêmico” – e deve ser enfatizado e difundido em processos colaborativos de disseminação de informações de qualidade e de ações voltadas especialmente à promoção e à defesa dos direitos humanos e da própria democracia.

Palavras-chave: Redes Sociais. Justiça de Transição. Covid-19. Extrema-Direita. Grupos Vulneráveis.

ABSTRACT

The movement initiated on social networks entitled “Nobody lets anyone go”, which occurred in the Brazilian electoral period of 2018, is an example of the importance of articulating virtual collaboration networks. In contrast, the internet has also been – given the possibility of anonymity and the consequent maintenance of impunity – an arena of fake news and human rights violations in general, such as those related to gender, which is the sociological profile carried out in this study. In view of this, we address two contexts: the relationship between transitional justice and gender, based on the redemption of the historical debt to women, arising from a structurally sexist and sexist society; and what the paper calls “pandemic times”, which here is interpreted not only as the situation of hypervulnerabilization imposed by Covid-19, but in a reality of setbacks worldwide caused by the “disease” of the extreme right that is advancing the world, mainly with the help of social media. In this way, we aim to study the use of the internet from “viral for evil” and “viral for good”, in the sense that social

networks have the power to enhance both sides. As specific objectives, we strive to draw a theoretical-factual panorama of the contexts presented and discuss, in gender issues, how transitional justice can contribute to the reframing of networks of solidarity, sorority and resistance. For this purpose, legal-dogmatic and analytical methods are used, through exploratory and bibliographic research. Finally, we will be able to demonstrate that the “path of good” in social networks is possible – even in a “pandemic chaos” – and must be emphasized and disseminated in collaborative processes of disseminating quality information and focused actions, especially for the promotion and defense of human rights and democracy itself.

Keywords: Social Networks. Transitional Justice. Covid-19. Far Right. Vulnerable Groups.

INTRODUÇÃO

Dia 28 de outubro de 2018. Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil, em meio a uma nítida e ferrenha polarização política, iniciada bem antes⁵⁹ e consubstanciada por movimentos semelhantes em várias partes do mundo, que traduzem a ascensão da extrema direita.

Nesse cenário, as redes sociais foram utilizadas como “campo de batalha” entre simpatizantes do presidente eleito e opositores, que, apesar de terem em comum a aversão à figura e ao discurso de Bolsonaro, por inúmeras questões sociopolíticas não conseguiram articular-se de modo a vencer as eleições presidenciais. Uma delas, apenas para citar, foi o fato de o desgastado Partido dos Trabalhadores (PT) ter insistido na manutenção de candidato próprio, Fernando Haddad. Ademais, para que tenhamos uma ideia da tamanha falta de articulação e do convencimento da esquerda brasileira, basta olhar para o número de votos nulos, o maior da história do Brasil desde 1989⁶⁰.

Dentro desse contexto e das infundáveis manifestações virtuais pró e contra Bolsonaro, chamou a atenção a postagem da mineira Thereza Nardelli, no fatídico dia 28, na qual há um desenho autoral de duas mãos entrelaçadas com uma flor, com os dizeres “Ninguém solta a mão de ninguém”. Essa postagem gerou um sentimento nacional de solidariedade, de sororidade⁶¹ e de resistência. No entanto, em contrapartida, recebeu (e ainda recebe) um sem-número de ofensas e de violações, utilizando-se, muitas vezes, de *fake news* como instrumento. “Recolhemos críticas, boicotes e mitos desaforos, mas também tivemos encontros inesquecíveis e um clima de solidariedade como poucas vezes se viu neste país, fora dos eventos esportivos ou carnavalescos” (IACONELLI, 2019, n.p.).

Finalizando essa breve contextualização, cabe mencionar o surpreendente paradoxo que esse cenário apresenta, ao passo que são muitos os oprimidos que acabam perpetuando os discursos de ódio e de segregação, exatamente porque lhes faltam as devidas formação e educação críticas para o cenário político-econômico-social brasileiro,

59 Para compreender o contexto de polarização política e de ascensão da extrema-direita no Brasil, ver, dentre outros, “A extrema-direita na atualidade” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014).

60 “Ao todo, 42 milhões de pessoas não escolheram nenhum candidato neste segundo turno” (GRANDIN; OLIVEIRA; ESTEVES, 2018, n.p.).

61 “A sororidade pode ser definida como o sentimento que une as mulheres em uma rede de solidariedade, empatia e companheirismo (...). Relativamente recente na língua portuguesa, o termo é como uma versão feminina da palavra fraternidade. A palavra soror, originária do latim, se refere a “irmã”, enquanto frater se refere a “irmão” (PLAN, 2020, n.p.).

tendo como agravante o fato de a sociedade brasileira não ter a devida memória dos contextos ditatoriais e de segregação social que agora, a partir das eleições de 2018, ressurgem. “O agravante atual é que o brasileiro hoje nem se reconhece mais como explorado. Haja vista a quantidade de pessoas social e economicamente oprimidas que se identificam com um discurso que as exclui” (IACONELLI, 2019, n.p.).

Diante dos relatos e dos fatos brevemente apresentados, surge a relevância deste trabalho, que parte da hipótese de que a articulação dos grupos vulneráveis em redes de solidariedade, de sororidade e de resistência é a chave para a preservação e a defesa de direitos humanos, sendo um elemento fundamental nesse contexto o resgate das dívidas histórica social, econômica e política (principalmente Estatal) para com esses grupos, por meio do que, teoricamente, se convencionou chamar de Justiça de Transição.

A partir dessa hipótese, temos o problema de pesquisa: Como articular e resignificar essas redes em um cenário de pandemia, em que as ações sociais presenciais se inviabilizam, aliado ao fato de que as redes sociais podem conduzir a um caminho de distorções, de ofensas, de difamações e de tentativas de descredibilização – principalmente por *fake news* – por partes de grupos contrários e simpatizantes de extrema-direita?

Para responder a essa pergunta-chave e corroborar a hipótese formulada, estabelecemos, como objetivo central deste estudo verificar como a internet está sendo utilizada tanto para ações coletivas positivas em prol de direitos humanos quanto para a perpetuação de discursos de ódio, no sentido de priorizar e de enaltecer o primeiro viés, de modo que as pessoas se sintam estimuladas a denunciar as más condutas na rede e a preservar ações positivas.

Como objetivos específicos, visamos traçar um panorama teórico-fático dos contextos pandêmicos mencionados e discutir, em questões de gênero, como a justiça de transição pode contribuir para a resignificação de redes de solidariedade, de sororidade e de resistência. Para tanto, serão utilizados os métodos jurídico-dogmático e analítico, por meio de investigação exploratória e bibliográfica.

Finalmente, esperamos demonstrar que as redes sociais podem e devem ser utilizadas positivamente na proteção, na mobilização e na disseminação dos direitos humanos, mediante uma conscientização abarcada pelo marco teórico da Justiça de Transição, que tem a nos ensinar que, sem a memória dos fatos historicamente perpetrados contra tais direitos, a exemplo da Ditadura Militar, corremos o enorme risco de repetir os mesmos erros e, pior, de fazer ressurgir momentos obscuros de violações de direitos fundamentais básicos.

TEMPOS PANDÊMICOS E MÍDIAS SOCIAIS

Nesta seção, apresentaremos, brevemente, os dois contextos escolhidos como recorte metodológico para ilustrar o cenário político-social vivenciado atualmente no Brasil dentro da pandemia⁶² da Covid-19⁶³: a hipervulnerabilização das mulheres e a ascensão da extrema-direita com incremento do discurso machista, tendo como pano de fundo a utilização das redes sociais.

A Hipervulnerabilização das Mulheres no Contexto da Covid-19

A violência contra as mulheres é uma triste realidade desde o início dos tempos, consumada, majoritariamente, pelo parceiro íntimo. No âmbito global, uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual por parte do parceiro íntimo ou de qualquer outro autor ao longo da vida (OPAS..., 2017).

Ademais, organismos internacionais, como as Nações Unidas (ONU), afirmam que a violência contra as mulheres tende a aumentar durante emergências de qualquer tipo, incluindo epidemias como a que estamos vivenciando com a Covid-19. Salientamos, ainda, o fato de que mulheres migrantes, refugiadas, deslocadas à força e vivendo em áreas de conflito são particularmente vulneráveis. Dados, relatos e notícias da China, do Reino Unido, dos Estados Unidos, do Brasil e de outros países evidenciam um aumento dos casos de violência doméstica desde o início da pandemia a Covid-19^{64, 65}.

62 De acordo com a Organização Mundial da Saúde, entende-se por pandemia o alastramento mundial de uma nova doença (WHO,

63 O referido vírus, identificado por "Sars-cov-2", é de origem animal, tendo sido contraído pelo homem, com a capacidade de causar uma doença de cunho grave e letal, denominada "Covid-19". Essa informação foi divulgada em 11 de fevereiro de 2020, pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV). Ver mais em WHO (2020).

64 Merecem destaque, a nível mundial: 1) Godin (2020); e 2) Women's... (2020).

65 No caso brasileiro, ver, dentre outros, Estadão (2020).

Os impactos da violência, sobretudo daquela cometida pelo parceiro íntimo (violência doméstica), sobre a saúde das mulheres e de seus filhos e filhas são significativos, pois pode resultar em lesões e em problemas sérios de saúde físicos, mentais, sexuais e reprodutivos, incluindo infecções sexualmente transmissíveis, HIV e gravidez indesejada.

Além disso, o estresse, a desintegração das redes sociais presenciais e de proteção e o acesso mais restrito aos serviços podem exacerbar o risco de violência para as mulheres, pois, conforme as medidas de isolamento vão sendo implementadas e as pessoas encorajadas a ficar em casa, à proporção que os membros da família passem mais tempo juntos e enfrentem estresses adicionais e potenciais, como perdas econômicas ou de emprego, o risco de violência envolvendo o parceiro íntimo tende a crescer.

É inegável, ainda, que as mulheres suportam o aumento da carga de trabalho relacionada aos cuidados com a família durante a pandemia. O fechamento das escolas acentua ainda mais essa carga e o estresse sobre elas, além da perda do sustento e da capacidade de sobreviver, realidade que acometeu muitas famílias, ainda mais aquelas que já viviam em situação de vulnerabilidade. Isso restringe o acesso às necessidades e aos serviços básicos, intensificando o estresse sobre as famílias e podendo aguçar os conflitos e a violência. Como os recursos se tornam escassos, as mulheres podem encontrar-se sob maior risco de abuso econômico.

No mais, outros serviços, tais como linhas diretas, centros de assistência, abrigos, assistência jurídica e serviços de proteção também podem sofrer diminuição no atendimento, reduzindo ainda mais o acesso aos poucos recursos eventualmente à disposição de mulheres que se encontram em relações abusivas, o que se soma ao menor contato com familiares e com amigas (os) que poderiam fornecer apoio e proteção contra a violência.

Nesse passo, as mídias sociais se tornam fundamentais nesse aspecto, já que podem ser o único veículo de comunicação das mulheres para a busca de ajuda e de apoio emocional/psicológico que levarão essas mulheres a denunciar seus agressores, bem como podem

ajudá-las no acesso a serviços básicos, ainda mais limitados pelas restrições econômicas impostas pela pandemia. Modelos positivos de utilização das redes sociais para esse fim serão apresentados na seção três deste artigo.

A Ascensão de Discursos de Extrema-Direita e o Incremento do Maxismo na Internet

A “guerra” travada entre as duas linhas ideológicas que se apresentaram às eleições presidenciais de 2018 contou com um “ingrediente” potente: as *fake news*, que alimentavam (e ainda alimentam) muitos dos calorosos debates nas redes sociais e geraram (como ainda gera) uma “nuvem” de incertezas e, pior, ofensas de toda ordem, notadamente direcionada às “minorias”, que correspondem a setores sociais vulnerabilizados e marginalizados historicamente, como negros, mulheres, LGBTQIA+ e indígenas.

Como exemplo, podemos destacar o relato de Anielle Franco, irmã de Marielle Franco, assassinada em 2018. Sobre o episódio e sua repercussão, ela descreve que

(...) assim que mataram minha irmã a tiros, também tentaram matar a reputação, a história e os valores dela. Foram diversas *fake news* sobre o caso, a vida, a índole e os trabalhos desenvolvidos ao longo de muitos anos de luta e suor. Fizemos de tudo para combater essas barbaridades. Não nos calamos, não nos intimidados, por isso também sofremos todo tipo de agressão, digital ou pessoal (FRANCO, 2019, n.p.).

Este é um retrato da histórica cultura maxista, sextista e homofóbica na qual nossa sociedade está enraizada. Assim, nas palavras de laconelli (2019, n.p.), “O que se revela é uma faceta bem conhecida de todas as sociedades, que resgatam traços autoritários em momentos conturbados da história”.

Outro exemplo marcante é relatado por Yaguarê Yamã (2019, n.p.), o qual contextualiza o tratamento histórico conferido aos indígenas com o cenário político contemporâneo:

(...) sem os indígenas não existe história neste país nem salvação para o meio ambiente. E não é exagero dizer que, aconteça o que acontecer, os povos indígenas que vêm resistindo ao genocídio étnico e cultural implantado pelos brancos desde o século XVI, alarmados com o reaparecimento da onda fascista, agora ligado à onda ditatorial militar, estão cada vez mais preparados ou no mínimo se preparando para dias piores.

Estes relatos refletem um cenário que tem como pano de fundo a ascensão de discursos de extrema-direita, marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo, que continua apresentando muitos traços originais do contexto de seu surgimento e ascensão: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e de instituições tradicionais, intolerância à diversidade – cultural, étnica, sexual – anticomunismo, machismo e violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014). Esses ideários políticos encontram no homem branco, heterossexual e detentor das relações de poder e dos meios de produção um campo ideal aos seus interesses de dominação, de opressão e de apropriação da dignidade das chamadas minorias, ou seja, de grupos sociais que sofrem históricas violações de direitos humanos⁶⁶.

Desse modo, tomando-se essa realidade histórica como critério de verdade das bases teóricas – no caso deste trabalho, a Justiça de Transição –, apresentaremos, na seção a seguir, alguns elementos visando apresentar reais possibilidades de reação, de luta e de preservação de direitos humanos, a partir de movimentos e de redes de solidariedade, de sororidade e de resistência.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, GÊNERO E RESIGNIFICAÇÃO DO MOVIMENTO

A análise do tema da Justiça de Transição, em sua acepção contemporânea e em seus desdobramentos no Brasil, é tarefa complexa: eis que suas ações estão vinculadas a movimentos tardios (a exemplo da Comissão Nacional da Verdade) e de pouca

⁶⁶ Em matéria on-line publicada em 7 de fevereiro de 2020, o periódico El País traz o conteúdo “A incontrolável ascensão dos ninhos de machismo na Internet”, no qual um estudo “mapeia o crescimento, a evolução e o perigo da chamada ‘manosphere’, os sites machistas” (PÉREZ COLOMÉ, 2020).

disseminação e eficácia para o público em geral. Conceitualmente, podemos compreender a Justiça de Transição como os processos e os mecanismos, jurídicos ou não, por meio dos quais uma sociedade procura superar o legado de um passado marcado por violações e por abusos de direitos humanos em larga escala⁶⁷, guiada pela busca pela paz e pela democracia. Ademais,

⁶⁷ Tal definição foi consagrada no conhecido Relatório do Secretário-Geral da ONU ao Conselho de Segurança sobre o tema (UN, 2004).

se a reparação individual é um meio de buscar reconciliar cidadãos cujos direitos foram violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou, devolvendo-lhes a cidadania e, se for o caso, reparando-os financeiramente, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos (TOSI; FERREIRA; TORELLY; ABRÃO, 2014, p. 11).

Quanto às questões de gênero, estas estão, geralmente, atreladas a atributos, a comportamentos, a características de personalidade e a expectativas relativas ao sexo biológico de uma pessoa em uma dada cultura. O gênero, assim, pode ser definido por uma associação de determinantes biológicos e culturais, e isso significa que não estão necessariamente ligados a padrões socioculturais preestabelecidos, razão pela qual depende de cada contexto e época (FARIAS; CARDOSO, 2017).

Todavia, é fato que essas relações assimétricas pautadas em gênero são baseadas em normas sociais de conduta ética concernente ao gênero ao qual o indivíduo pertence, mas tais normas, historicamente, têm um caráter coercitivo e excludente, provocando a violação de direitos das mulheres e dos homossexuais, que acabam sendo considerados inferiores nessa cadeia social.

Tomando como exemplo o que as mulheres viveram no período da Ditadura Militar e suas repercussões ao momento presente, Farias e Cardoso (2017, p. 119) atestam que

Através de uma análise histórica da luta pela democracia brasileira é possível verificar que existiram protagonistas e coadjuvantes contados pela história tradicional. Contudo, as versões sobre o passado recente não foram elaboradas de forma imparcial, de modo a descrever os diferentes sujeitos desse processo, mas sim, fora contada pela voz dos vencedores, que menosprezaram figuras vistas como subalternas, mas tão importantes, como a da mulher, considerando-as, por vezes, como agentes irrelevantes no processo de redemocratização quando, na verdade foram protagonistas de tal luta.

A mulher foi posta numa zona de esquecimento quando se trata dos processos de resistência à ditadura civil-militar brasileira. Sua inserção na luta armada em busca não só de seus direitos, mas de garantias a todos/as, representou uma quebra dos padrões sociais, deixa-se de lado o papel unicamente instituído de mãe e filha dedicada ao lar, invade-se o espaço público, hegemonicamente masculino. Esse cenário marca as características patriarcais da sociedade à época, que utilizava de todos os meios possíveis para discriminá-las, ora pelo questionamento sobre sua condição social, e sempre associada a marcadores de sexualidade.

Soma-se a isso o apurado pela Comissão Nacional da Verdade⁶⁸ (CNV), de que a violência sexual se disseminou de forma ainda mais evidente no período da Ditadura Militar (BRASIL, 2014). Isso se deve ao fato de que se buscava aniquilar a dignidade dos indivíduos submetidos a tais práticas de violência, como as torturas física e psicológica, especialmente as mulheres.

Passando ao contexto atual, já estudado nas seções precedentes, observamos que os discursos de ódio, as ofensas e as violências praticados contra mulheres se intensificaram, o que nos faz crer que todas as bases ideológicas e culturais sexistas e machistas não foram amenizadas com a evolução da sociedade, mas “resgatadas” a partir da validação dos políticos brasileiros, nomeadamente o presidente da república, que parece ser o primeiro a incentivar tais condutas, a exemplo de uma afirmação pública direcionada uma deputada⁶⁹, dentre tantas outras barbaridades “expelidas” pelo chefe do poder executivo nacional.

⁶⁸ “A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (BRASIL, 2020, n.p.).

⁶⁹ “Seguindo determinação judicial, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) pediu desculpas hoje, em mensagem publicada no Twitter, à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). Em 2014, o então deputado Bolsonaro afirmou que a deputada não merecia ser estuprada porque ele a considera “muito feia” e porque ela “não faz” seu “tipo” (AMARAL; BAPTISTA, 2019, n.p.).

Daí que os movimentos de solidariedade, de sororidade e de resistência devem enfatizar esse passado brasileiro obscuro e esquecido, no intuito de resgatar essa dívida histórica com as mulheres e de notabilizar que violações como essas – que dizem respeito não só às questões de gênero, mas aos direitos humanos em geral – sejam, de uma vez por todas, combatidas e eliminadas.

Acerca desses movimentos, Vieira (2019, n.p.) argumenta que “(...) novas relações e novas formas de constituir relações com as pessoas e entre as pessoas são fundamentais para a constituição de um mundo possível para os corpos impossíveis”. E o que seriam esses “corpos impossíveis”, também chamados pela autora de “corpos dissidentes” está vinculado ao controle social sobre eles exercido:

As interpelações sociais sobre esse conjunto de corpos gordos, negros, femininos, afeminados, LGBTs revelam o caráter dissidente dessa forma de ser no mundo. Ou retornam para o mundo privado ou corrijam-se. Um corpo dissidente é aquele que não pode possuir a si mesmo. É constantemente alvo do controle e das interpelações de poder (VIEIRA, 2019, n.p.).

Dessa maneira, o movimento de solidariedade virtual “Ninguém solta a mão de ninguém”, que dá título a este ensaio, é um exemplo importante de como as redes sociais podem ser utilizadas de forma positiva para a disseminação de informações em prol de direitos humanos. Além deste, merecem destaque os movimentos realizados por instituições como ONGs, por associações e por institutos, que se propõem a oferecer apoio psicológico, jurídico e até financeiro, em alguns casos, às mulheres vítimas de violência como, o Mãe Instituto⁷⁰, o Cruzando Histórias⁷¹ e a Asplande⁷², dentre inúmeras outras instituições.

Desse modo, tais instituições cumprem papel fundamental nesses “tempos pandêmicos”, e a ressignificação desses movimentos a favor da defesa das mulheres vítimas de violência, por meio da base teórica fornecida pela Justiça de Transição, pode ter como resultado um incremento do sentido da luta por direitos humanos não só referente ao gênero, mas também voltada para todas as camadas sociais vulneráveis.

70 O Mãe Instituto tem como propósito o despertar de valores humanos para o desenvolvimento da cultura de paz nas relações intra e interpessoais, nos ambientes de trabalho e nos diferentes espaços. Trabalha a transformação social e o desenvolvimento das pessoas por meio do resgate de valores, procurando construir uma cultura de cooperação e de prosperidade para um mundo mais saudável, amoroso e sustentável (MÃE..., 2020).

71 A Cruzando Histórias é uma organização da sociedade civil que escuta, acolhe e desenvolve pessoas que estão sem trabalho e renda. Uma das ações de que merece destaque é o “Ela Pode”, uma iniciativa do Instituto Rede Mulher Empreendedora com o apoio do Google, cujo objetivo é capacitar 135 mil mulheres brasileiras, garantindo independência financeira e poder de decisão sobre seus negócios e vidas. As capacitações são oferecidas gratuitamente para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com as demandas apresentadas em cada região, com atenção especial para o Norte e Nordeste (CRUZANDO..., 2020).

72 Fundada em 1992, a ASPLANDE é uma instituição que tem como compromisso contribuir com a construção de um país mais justo por meio da universalização dos direitos humanos e da inclusão socioeconômica. Tem como protagonistas mulheres empreendedoras, moradoras de favelas e de periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e anualmente desenvolve atividades com cerca de 800 mulheres (ASPLANDE, 2020).

CONCLUSÃO

A epidemia da Covid-19 escancarou as situações de vulnerabilidade das camadas sociais que mais sofrem com a violação de direitos humanos fundamentais, a exemplo das mulheres. Acrescenta-se a isso a ascensão de discursos de ódio próprios de um panorama de escalada da extrema-direita, que se reflete, dentre outros aspectos, no incremento do machismo no mundo.

Nesse contexto, o presente artigo buscou verificar como esses “tempos pandêmicos” têm afetado a essas camadas sociais, correlacionando-os ao uso das mídias sociais tanto para o “bem” – articulação de redes de solidariedade, de sororidade e de resistência –, quanto para o “mal” – ofensas contra as minorias e utilização de *fake news* para fomentar ainda mais o discurso de ódio e a segregação.

Finalmente, a partir deste estudo, podemos designar, ainda que em breves linhas, interfaces fundamentais entre a Justiça de Transição e os movimentos de solidariedade, de sororidade e de resistência, assentes na necessidade de se conhecer, de se aprender e de se disseminar as verdades ocorridas em nosso passado violento e segregador, intencionando não seguir perpetuando os mesmos erros de impunidade e de esquecimento, bem como reafirmar e necessidade da luta desses movimentos e municiar de elementos teóricos os discursos positivos e as ações em benefício da democracia e dos direitos humanos. Afinal, os sentimentos de esperança e de encorajamento provocados pelo “Ninguém solta a mão de ninguém” devem fazer-se ainda mais presentes, e mais urgente é esse “caminho do bem” que devemos trilhar e incentivar.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Luciana; BAPTISTA, Vanessa Alves. *Bolsonaro pede desculpas a Maria do Rosário por fala sobre estupro*. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/13/bolsonaro-pede-desculpas-a-maria-do-rosario.htm?cmpid>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- ASPLANDE. Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento. 2020. Disponível em: <http://www.asplande.org.br>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório - Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. (Recurso eletrônico).
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *A CNV*. 2020. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- CRUZANDO *Histórias*. 2020. Disponível em: <http://www.cruzandohistorias.org>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- ESTADÃO Conteúdo. *Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%*. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- FARIAS, Jessyca lasmin de Souza; CARDOSO, Fernando da Silva. Justiça de Transição e questões de gênero: processos de violência e a negação da condição feminina no Brasil. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, v. 17, n. 32, p. 111-126, 2017.
- FRANCO, Anielle. Sigamos! In: BISPO, Tainã (org.). *Ninguém solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades*. São Paulo: Claraboia, 2019. p. 667-716. (e-Book).
- GODIN, Mèlissa. As cities around the world go on lockdown, victims of domestic violence look for a way out. 2020. Disponível em: <https://time.com/5803887/coronavirus-domestic-violence-victims/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- GRANDIN, Felipe; OLIVEIRA, Leandro; ESTEVES, Rodrigo. *Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%*. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- IACONELLI, Vera. Atentos aos sinais. In: BISPO, Tainã (org.). *Ninguém solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades*. São Paulo: Claraboia, 2019. p. 303-348. (e-Book).
- MÃE Instituto. 2020. Disponível em: <https://www.maeinstituto.org.br/>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- OPAS Brasil. Organização Pan-Americana de Saúde. *Folha informativa - Violência contra as mulheres*. 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 22 nov. 2020.
- PÉREZ COLOMÉ, Jordi. A incontrolável ascensão dos ninhos de machismo na Internet. *El País*, Madri, 7 fev. 2020. Sociedade. Disponível em:

- <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-02-07/incels-machos-atras-de-mulher-a-incontrolavel-ascensao-dos-ninhos-de-machismo-na-internet.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- PLAN International. *O que é sororidade?* 2020. Disponível em: <https://plan.org.br/o-que-e-sororidade>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- ROESLER, Claudia; SENRA, Laura. Gênero e justiça de transição no Brasil. *Revista Jurídica da Presidência Brasília*, v. 15, n. 105, p. 35-67, fev./maio 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295244782_Genero_e_justica_de_transicao_no_Brasil. Acesso em: 11 nov. 2020.
- SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 119, jul./set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000300002>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- TOSI, Giusepp; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORELLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo. *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Disponível em: https://legado.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/justica-transicao_versao-final.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.
- UN. United Nations. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*. Report of the Secretary-General. 2004. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/the-rule-of-law-and-transitional-justice-in-conflict-and-post-conflict-societies-report-of-the-secretary-general/>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- VIEIRA, Helena. Notas (im)possíveis para um futuro insistente. In: BISPO, Tainã (org.). *Ninguém solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades*. São Paulo: Claraboia, 2019. p. 1122-1300. (e-Book).
- WHO. World Health Organization. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19)*. Situation Report – 53. 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200313-sitrep-53-covid-19.pdf?sfvrsn=adb3f72_2. Acesso em: 20 set. 2020.
- WHO. World Health Organization. *What is a pandemic?* 2010. Disponível em: https://www.who.int/csr/disease/swineflu/frequently_asked_questions/pandemic/en/. Acesso em: 20 set. 2020.
- WOMEN'S Aid. *The impact of COVID-19 on women and children experiencing domestic abuse, and the life-saving services that support them*. 2020. Disponível em: <https://www.womensaid.org.uk/the-impact-of-covid-19-on-women-and-children-experiencing-domestic-abuse-and-the-life-saving-services-that-support-them/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- YAMÃ, Yaguarê. Somos raiz, somos meio ambiente. In: BISPO, Tainã (org.). *Ninguém solta a mão de ninguém: manifesto afetivo de resistência e pelas liberdades*. São Paulo: Claraboia, 2019. p. 720-831. (e-Book).

EXPERIENCIAS Y SIGNIFICADOS SOBRE LA INSTITUCIONALIDAD DEL ESTADO EN LOS TESTIMONIOS DE MUJERES VÍCTIMAS DE DESPLAZAMIENTO DEL CONFLICTO SOCIAL-POLÍTICO-ECONÓMICO-ARMADO COLOMBIANO

Catalina Revollo Pardo⁷³

73 Doctora en Psicosociología de Comunidades y Ecología Social del Instituto de Psicología Social del Instituto de Psicología de la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), postdoctoranda CAPES/PNPD en ese mismo programa de postgrado y profesora substituta del Departamento de Psicología de la Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: carevollo@gmail.com.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las experiencias y los significados sobre la institucionalidad del Estado, a través de los testimonios de cuatro mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia, participantes de la tesis de doctorado titulada “Traduciendo los Testimonios de las Mujeres Víctimas del Desplazamiento en Colombia” (2015), realizada en el programa de posgrado en Psicosociología de Comunidades y Ecología Social (EICOS) del Instituto de Psicología IP de la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lo que justifica este estudio es la necesidad de comprender, desde el lugar de enunciación de las víctimas, con base en sus experiencias, lo que significa la institucionalidad del Estado. En la parte inicial del texto, desarrollamos la comprensión del fenómeno del desplazamiento en Colombia desde una

perspectiva crítica, después, realizamos el análisis de los testimonios de las mujeres sobre sus experiencias y los sentidos de la institucionalidad del Estado, finalizando con las consideraciones finales, donde destacamos la importancia del proceso de construcción de la memoria de las víctimas y el compromiso de la institucionalidad del Estado con las garantías de no repetición. Este artículo fue escrito con el apoyo de la beca CAPES/PNPD, del Ministerio de Educación Brasileño.

Palabras-clave: Institucionalidad del Estado. Mujeres Víctimas. Testimonios. Conflicto Social Político Económico Armado Colombiano.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the experiences and meanings of the Institutionality of the State, through the testimonies of four women victims of displacement in Colombia, participants of the doctoral thesis entitled “Translating the Testimonies of Women Victims of Displacement in Colombia” (2015), carried out in the graduate program in Psychosociology of Community and Social Ecology (EICOS) of the Institute Psychology IP of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). What justifies this study is the need to understand, from the place of enunciation of the victims, based on their experiences, what the Institutionality of the State means. In the initial part of the text, we present the phenomenon of displacement in Colombia from a critical perspective. Then, we carried out the analysis of the testimonies of women

about their experiences and the meanings of the Institutionality of the State, ending with the final considerations, where we emphasized the importance of the process of building the memory of the victims and the commitment of the Institutionality of the State to guarantee the non-repetition. This paper was written with the support of the CAPES/ PNPd scholarship, from the Brazilian Ministry of Education.

Keywords: Institutionality of the State. Women Victims. Testimonies. Colombian Armed Political Economic Social Conflict.

INTRODUCCIÓN

El desplazamiento en Colombia representa una situación crítica a nivel regional y global, ya que tiene la tasa más alta de migración forzada del hemisferio occidental y una de las más elevadas del mundo. Eso hace que sea considerada la región con la más crítica situación humanitaria del occidente, generada por el flagelo del conflicto político, social, económico y armado interno, que es una crónica problemática con la que conviven los colombianos y la región por más de siete décadas.

Ese conflicto se ha caracterizado por la extrema violencia y los altos niveles de los abusos a los Derechos Humanos y a la violación del Derecho Internacional Humanitario, siendo la población civil la principal víctima. Miles de civiles murieron o fueron víctimas de desapariciones forzadas, de secuestros, de torturas, de reclutamiento forzado, de abuso sexual y de desplazamiento forzado.

Con la intención de aportar desde la psicología de comunidades a los estudios de justicia transicional e institucionalidad del Estado para el caso Colombiano, este artículo propone analizar las experiencias y significados sobre la institucionalidad del Estado, de las mujeres víctimas del desplazamiento forzado en el contexto del conflicto social político económico armado, por medio del análisis de testimonios de cuatro mujeres que participaron de la investigación de doctorado titulada “Traduciendo los Testimonios de las Mujeres Víctimas del Desplazamiento en Colombia” (2015), realizada en el programa de posgrado en Psicología de Comunidades y Ecología Social (EICOS) del Instituto de Psicología IP de la Universidad Federal de Rio de Janeiro (UFRJ).

La cuestión que justifica la utilización del testimonio como objeto de análisis está relacionada con la urgencia de emprender estudios de memoria desde la enunciación de las propias víctimas, ya que existe un pasado que llega constantemente al presente y en muchos contextos no hay claridad de la función de la intromisión de ese pasado en tiempo presente (SARLO, 2007), así como las víctimas de toda guerra o acto de violencia, cargan con ellas las memorias de los hechos sucedidos, que se pueden materializar en sus testimonios, por

lo tanto, “La memoria es un bien común, un deber, es una necesidad jurídica, moral y política” (p. 47).

El testimonio de las mujeres víctimas del desplazamiento es un legado de suma importancia para entender el conflicto social, político, económico y armado colombiano desde una perspectiva contrahegemónica, donde prime el valor de la subjetividad de las experiencias y los sentidos de las víctimas. Los testimonios son una innegable fuente de información de los eventos pasados, con un inminente valor para contrarrestar el discurso oficial y cuestionar la elaboración de estrategias de justicia en esferas políticas y sociales.

Los testimonios de las cuatro mujeres fueron tomados en Bogotá, ciudad donde viven después de sus desplazamientos. Ellas son miembros de organizaciones autogestionadas que hacen parte del movimiento de víctimas (por desplazamiento forzado) en Colombia y de una Red de Maestros y Maestras Investigadores Etnoeducadores. Dieron su testimonio voluntariamente en el contexto de entrevistas abiertas, las cuales fueron registradas en formato de video para facilitar el análisis de contenido por medio del software atlas ti. Para realizar el análisis de los testimonios, establecemos categorías de análisis relacionadas a los datos inherentes a lo subjetivo en los acontecimientos y de los sentimientos narrados en los testimonios de cada una.

EL FENÓMENO DEL DESPLAZAMIENTO EN COLOMBIA DESDE UNA PERSPECTIVA CRÍTICA

Las características inherentes al actual sistema de mundo, como lo son el consumo, la producción-explotación neoliberal, las alianzas estratégicas económico-militares entre Estados y regiones, la discriminación racial, de género y epistemológica, en un contexto altamente globalizado, (donde el que se globalizó es hombre blanco europeo, segregando a los que no cumplen esa condición), han generado procesos de usurpación de territorios del mal llamado “tercer mundo”, dejando a su paso una gran masa de personas víctimas del desplazamiento forzado (GROSFOGUEL, 2007).

El desplazamiento en Colombia es considerado un fenómeno de migración interna forzada extremadamente complejo, con múltiples causas y varias modalidades. A lo largo de la historia del país, se han generado un sin número de desplazamientos de personas (a niveles rural y urbano). Es limitante pensar que ese fenómeno es una consecuencia lineal del escape de la población campesina para salvar su vida de los enfrentamientos entre los actores armados del conflicto. La perspectiva crítica a la que se acogen las reflexiones de este artículo se aproxima a la afirmación del profesor, economista exiliado por la violencia, Mondragón (2002, n.p.), quien dijo: “No sólo hay desplazados porque hay guerra, sino especialmente hay guerra para que haya desplazados”.

En esta afirmación entendemos el problema inversamente proporcional a lo que algunos sectores de la sociedad colombiana, la institucionalidad del Estado y los principios rectores del desplazamiento de Deng (ONU, 1998), de las Naciones Unidas, vienen planteando sobre el tema. Esa acertada crítica del profesor Mondragón (2002) nos encuadra en la complejidad del fenómeno de desplazamiento colombiano. Eso partiendo de la hipótesis de que la lógica de apropiación y de concentración de las tierras por parte de actores del Estado, de las élites económicas y de las transnacionales ha llevado a la “pertinente” y violenta expulsión del campesinado colombiano de los procesos productivos agrícolas y de sus tierras, dejando a su paso cerca de 8 millones⁷⁴ de colombianos víctimas del desplazamiento, que escapan de la violencia del mal llamado “conflicto armado”, generado por la propia lógica del actual sistema mundo. Eso lleva a delimitar que el conflicto no es sólo armado, es también político, social y económico.

El desplazamiento forzado atraviesa todos los sectores de la población colombiana, predominantemente a los habitantes del sector rural y de las áreas populares de las grandes ciudades, pero los efectos son más severos sobre algunos grupos vulnerables. Según las estadísticas y los estudios específicos, son afectados de manera diferenciada las mujeres, los niños y las comunidades indígenas y afro-colombianas.

⁷⁴ Desde 1985 hasta el 31 de diciembre de 2019, según el Registro Único de Víctimas (RUV).

ANÁLISIS DE TESTIMONIOS

Los procesos de militancia política de esas mujeres víctimas de desplazamiento son contrahegemónicos, de resistencia, críticos y de denuncia al régimen institucional del Estado colombiano. En los testimonios, las mujeres afirman que,

Los gobiernos de turno en vez de mejorar la calidad de vida de la gente, en vez de protegernos como lo establece la constitución, nos sacan, nos despojan y nos destierran (Testimonio Luz, enero de 2014).

Esta afirmación de Luz es contundente para comprender que, desde la experiencia de estas mujeres, la institucionalidad del Estado está relacionada con los hechos victimizantes que las llevaron a desplazarse y en la actualidad vivir en situación de extrema vulnerabilidad en las periferias de las grandes ciudades.

Hay mucha gente de las instituciones del Estado que están comprometidos directamente con los delitos de lesa humanidad que han pasado en este país y entre ellas las fuerzas militares, la fiscalía, del orden militar y del orden civil (Testimonio Luz, enero de 2014).

La institucionalidad del Estado representada por los militares en las regiones rurales del país genera unas dinámicas particulares por la situación de enfrentamiento con los diferentes grupos armados, donde la población civil queda en el medio de dichos enfrentamientos, afectando sus actividades cotidianas y las actividades políticas. Por ejemplo, Luz en su testimonio, nos cuenta como la cotidianidad en su pueblo estaba atravesada por diferentes protocolos de control por parte del Estado,

Los campesinos para salir a comprar tenían que tener un carnet militar que les permitía salir, un control militar muy fuerte, el mercado era controlado digamos tantas libras, tantas arrobas, pero una estigmatización muy fuerte sobre la población (Testimonio Luz, enero de 2014).

Esa situación de control militar en las zonas implica que las condiciones de vida de los campesinos sean violentas y precarias, y los procedimientos con que esos civiles son tratados por las fuerzas militares revela la estigmatización de los procesos políticos y comunitarios relacionados a la oposición: el hecho de que solamente personas con cartón militar puedan transitar o entrar alimentos hace evidente la situación de cómo los militares asumen el tratamiento de la población civil.

La estigmatización de la población civil en Colombia por parte de la institucionalidad del Estado ha generado diversas maneras violentas de punir toda vertiente política distante al proyecto de Nación, como es el caso de los presos políticos que el conflicto social político económico y armado ha generado. Marta, prisionera política, en su experiencia de estar en prisión sin justa causa por tres años, debido a sus actividades de militancia política, nos hace reflexionar hasta dónde llegan a operar las fuerzas de la institucionalidad del Estado que pretenden borrar los procesos políticos de la oposición.

(...) la gente está allí encerrada por el Estado, los han tenido allá como un secuestro, el gobierno hace un secuestro a los líderes campesinos, mujeres, por ser defensores de nuestros derechos (Testimonio Marta, febrero de 2014).

Marta, a pesar de salir de la cárcel libre de cargos, porque no se comprueba nada en su contra, no consigue instalarse nuevamente en la ciudad donde ella vivía. Las amenazas son constantes y el miedo a ser victimizados nuevamente los lleva a instalarse en la capital.

Otro punto a resaltar es como la institucionalidad del Estado colombiano promueve la integración a los procesos de la guerra obligatoriamente por medio de la imposición del servicio militar. Las mujeres víctimas no sólo han perdido sus tierras y sus compañeros, sino también tienen que entregar a sus hijos a la guerra del país.

(...) y que las mujeres estamos quedando en la mitad de una guerra absurda, nuestros hijos e hijas, la abstinencia para prestar servicio militar siempre hemos dicho y desde la 387 nos han dicho, los hijos

de las víctimas no están obligados a hacer servicio militar. Entonces para mí sí es secuestro cuando en las calles los reclutan, en las puertas del Transmilenio, cuando ellos lo tienen prohibido reclutar a jóvenes (Testimonio de Aline, marzo de 2014).

En sus testimonios también sobresalen las críticas sobre la institucionalidad del Estado, por desarrollar un proceso de atención humanitaria con enfoque asistencialista, el cual consideran insuficiente e inoportuno, por la lentitud burocrática de la mayoría de las instituciones del Estado.

(...) si hay algo que yo, digamos no fue lo mejor de las instituciones de gobierno, la única atención que dieron fue la humanitaria que aún siguen persistiendo en ese tema, pero no resuelve y no termina de resolverse, y tampoco es tan inmediato como se necesita en el momento, nosotros, creo empezamos a recibir la primera atención a los 5 meses, cuando lo que se necesita es en ese día. (Testimonio Luz, enero de 2014).

Por esse motivo, en las organizaciones que las mujeres han conformado, ellas han generado sus propias estrategias para lidiar con esta situación de atención humanitaria con enfoque asistencialista por parte del Estado, de las ONG ´s y de las organizaciones internacionales, reivindicando que la condición de ser desplazada, desarraigada o desterrada es una condición permanente, y no transitoria, por eso la intervención asistencialista del Estado y las políticas de reparación con temporalidades definidas no son suficientes.

Institucionalidad del Estado y Hechos Victimizantes

Para referirnos al enfoque asistencialista, la complejidad y la lentitud del sistema de atención y la estigmatización de las víctimas, que tienen una perspectiva política de oposición al sistema del Estado, vamos a analizar dos casos narrados en los testimonios.

El primer caso está relacionado con el manejo de los programas de asistencia para las víctimas y la corrupción de sus funcionarios. Así,

Aline nos narra a continuación la experiencia que tuvo: siendo líder de una organización de mujeres víctimas, se entera de la venta ilegal de los mercados que deben ser entregados (sin costo) a la población desplazada.

(...) ¿Cómo así que los del Sena, que son los encargados de entregarles a las víctimas en los mercados están vendiendo del programa mundial de alimentos?, ¿cómo así?... Le dije por teléfono al funcionario del programa de asistencia del Estado... Yo estoy ubicada en la avenida la playa al frente del hospital en el negocio de Sol y allí estaba el profesor vendiendo los mercados a estos precios... Pero cuando yo volteo a mirar, estoy en toda una esquina y volteo a mirar, el tipo con el que estaba hablando por teléfono que supuestamente estaba en Pasto, estaba al frente mío y yo no lo había visto, cuando yo lo veo, le cuelgo y me voy encima porque soy como atravesada a veces y le hice su escándalo en toda la esquina, él me dice: “esto lo arreglamos después”. Obviamente nunca llegó ningún mercado, nunca llegó nada y 3 días después me llegan amenazas y persecuciones a la casa (Testimonio Aline, marzo de 2014).

Además de que los funcionarios públicos de la ciudad comercializaban los víveres, Aline descubre otro tipo de tratamiento que se le está dando a estos mercados:

(...) siempre como que los mercados llegaban para la población y siempre se dañaban por algo elemental, llegan en cajas panelas, leche, enlatados. Y nunca los entregaban, entonces la panela se derretía, dañaba todo y los enlatados, (estamos en bajamar) se oxidaban y cuando estaba todo dañado, el funcionario lo cogía y lo botaba todo a la bajamar o los enterraba o los quemaba (Testimonio Aline, marzo de 2014).

El descubrimiento de esta situación y la confrontación que Aline tuvo con el funcionario público que está realizando un acto de corrupción le generan otro momento de victimización, que deriva en un segundo desplazamiento, producido por amenazas anónimas, pero por la proximidad en el tiempo y el contenido de estas se podría

asumir que vienen por parte de esos funcionarios que trabajan en la institucionalidad del Estado. Lo anterior nos hace reflexionar sobre cómo las instituciones del Estado, encargándose del cuidado de las víctimas, también han generado más víctimas.

Otra situación que Aline enfatiza es que, durante las capacitaciones (en la legislación para víctimas) que las instituciones del Estado han promovido para las líderes del movimiento, los protocolos de seguridad que el Estado debería gestionar no se dan, pero, contradictoriamente, lo que realizan son procesos contrarios a los que delimita el derecho internacional humanitario para promover el cuidado de esta población.

(...) a las víctimas no se las puedes meter en lugares donde hay fuerza pública, algo que tenía Acción Social en ese entonces era que todos los eventos que se hacían con víctimas se hacían en el club militar de Bogotá, entonces nosotras aprendimos la Belém do Pará⁷⁵ decían que no y que Colombia había firmado ese tratado y que no se podía porque las mujeres víctimas estaban en riesgo eso lo aprendimos y muy bien nosotras 6, entonces teníamos para que dar palo y le dijimos a Acción Social que pena pero el encuentro de mujeres no lo vamos a hacer en el club militar busquen otro lugar, ustedes tienen la plata, busquen otro lugar entonces nos dice Acción Social y este es como un punto traumático, nos dice Acción Social: el encuentro de mujeres del “auto” 092 se hará en el centro vacacional La palmaría vía Bogotá Melgar, pero nosotras habíamos invitado a personas expertas en género...entonces ellas les comienzan a explicar a las mujeres que vienen cansadas de región porque no todas venían en vuelos y algunas para poder llegar al aeropuerto les tocó coger burro, luego una combi, luego de todo para poder llegar al aeropuerto, ellas ya estaban cansadas y explicarles a mujeres que vienen cansadas y con hambre que ya no se va hacer el encuentro porque Acción Social ha incumplido, de eso se aprovecharon las dos funcionarias, entonces ellas se subieron al bus y dijeron “es que las mujeres que están allá afuera no quieren que se haga el encuentro”, nosotras les estábamos explicando el por qué, porque la Belém do Pará dice... y Colombia firmó, dice que no y Colombia firmó y ahora estamos exigiendo sr. Gobierno de Colombia cumpla (Testimonio Aline, marzo de 2014).

75 La Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, “Convención de Belem do Pará”, de 1994.

Esa situación entre las líderes mujeres del movimiento de víctimas y la institucionalidad del Estado que estaba promoviendo los eventos de formación de la ley provocó para Aline, nuevamente, una serie de amenazas, en las cuales era explícito que debería disminuir su nivel de crítica al sistema de atención a víctimas.

PARAMILITARES

En la categoría de la institucionalidad del Estado colombiano, en la mayoría de los testimonios de las mujeres víctimas del desplazamiento se hace evidente el lamentable vínculo de esa institucionalidad de las fuerzas armadas con los actores ilegales del conflicto, como son los paramilitares. Esa relación no es una novedad, más bien es una confirmación de que la sociedad civil colombiana descubrió y corroboró las voces de las víctimas y de los victimarios durante el proceso de desmovilización de los grupos paramilitares acogidos en la Ley de Justicia y Paz, del 2005. Lo que es preocupante es que 16 años después de apuntar esa situación y de realizar un proceso de desmovilización de esos grupos, sigue apareciendo en los testimonios de las víctimas esa tenebrosa asociación.

Las causas del desplazamiento de las mujeres que dieron su testimonio para la investigación estaban asociadas con hechos victimizantes generados por los paramilitares y por el vínculo de estos con algunas de las instituciones del Estado.

(...) fue un desplazamiento masivo de campesinos y de muerte, porque había días que había 14 muertos en un pueblo de menos de 1000 habitantes era mucha gente, pero tu mirabas a paramilitares todos de policía normal, allí era normal mirar la película de los paramilitares y de la fuerza pública, y muchas cosas que pasaban, gente que mataron dentro del pueblo y la mataron entre los dos completamente todas esas cosas y muchas situaciones me llevaron también a pelearme con los paramilitares y ya estando un poco más sola porque ya la mayoría de compañeros estaban muertos, entonces la situación no era nada fácil. Hicimos muchas denuncias, y tampoco querían que eso se publicara, todo lo que pasaba en

la región no se podía publicar. Para ese entonces a través de la asociación del municipio habían dado el premio nacional de paz a la región y el premio no fue otra cosa más que la llegada de toda esta política de paramilitarizar la región para entonces el presidente era A. Uribe Vélez y digamos nosotros estábamos ubicados en un corredor militar estratégico que une toda la región del meta con el Caquetá, y para entonces también estaba toda la negociación del Caguán que se había acabado de romper (Testimonio Luz, enero de 2014).

El relato de Luz revela como se dio el desplazamiento en su región, causado por los actores paramilitares. Durante su desplazamiento, en diferentes locales del país se encontraron con la amenaza de esos actores que operaban en otras regiones.

Ahí teníamos unos familiares y llegamos donde ellos, pero por la misma presión y la persecución fue que vine a la capital del departamento, también era un centro de operación los militares y paramilitares, trajimos todos los problemas con ellos por haberles denunciado, digamos también los pusimos sobre el escenario de todo lo que estaba pasando allá, pues no iba a ser muy fácil y la persecución fue muy dura (Testimonio Luz, enero de 2014).

En el caso de Aline, durante su formación como líder del movimiento de víctimas ella es directamente amenazada por grupos paramilitares que han surgido después de la desmovilización efectuada por la Ley del 2005.

(...)18 facetas de género, que en esas 18 facetas lo que nos está diciendo la Corte es que las mujeres víctimas de desplazamientos forzado sufren estas cosas que no las sufren las mujeres que no son víctimas, y aprendernos ese cuento de las 18 facetas, de los 13 programas, que es algo grande pero las mujeres hacemos el trabajo, este trabajo que ocasionó que las Águilas Negras los Rastrojos y el Bloque Capital empezaran a amenazar y se daban el gusto de enumerar: Boletín Nro. 001 amenaza de muerte para tal y tal. Los grupos armados, paramilitares, fue que cambiaron el nombre de paramilitares y ahora son Bacrim, son los mismos paramilitares y hacen el mismo daño (Testimonio Aline, marzo de 2014).

Los paramilitares que fueron desmovilizados en el proceso de justicia transicional tuvieron varias amnistías sobre los crímenes de lesa humanidad que cometieron, llegando a pagar sólo ocho años de cárcel, y los altos mandos del paramilitarismo para la época fueron extraditados a los EEUU para rendir cuentas referentes al narcotráfico ante los tribunales estadounidenses, invisibilizando o dejando en un segundo plano su responsabilidad con la población colombiana. Esas extradiciones suceden en el marco del gobierno del presidente Álvaro Uribe, con el claro objetivo implícito de diluir lo que era absolutamente evidente: la parapólitica. En la actualidad, el proceso de desmovilización generó otros procesos de paramilitarismo, los cuales no son llamados formalmente como grupos paramilitares, sino con otros nombres, de acuerdo con su configuración y el local de actuación.

Muchos de los paramilitares que estaban en el país en el 2014 fueron liberados, entonces Aline nos expresa como se siente con relación a eso, ya que la entrevista que se le hizo a ella fue previa a la liberación de estos “excombatientes”.

(...) ¿Qué me angustia de todo este cuento?, que muchos de los paramilitares que se entregaron con ese tema, tema de justicia y paz, estamos en una época de negociaciones de paz donde en la mesa solamente hay un grupo armado, solo está la guerrilla y el gobierno, ¿en dónde están los paramilitares que le han hecho tanto daño a este país en especial a las mujeres, en dónde están las víctimas? Entonces cómo podemos estar hablando de paz cuando solamente hay un actor armado, cómo cuando los paramilitares que se entregaron y reconocieron violencia sexual, destierros, masacres y todo ese cuento, ellos ya salen...van a salir ahora como 300...ellos ya salen y ellos salen con toda esa rabia, y a mí como mujer víctima del desplazamiento forzado, de violencia sexual y persecuciones socio políticas no me pueden venir a decir que estos paramilitares salgan muy felices. Lo voy a poner en primera persona y otro grupo de mujeres también estamos denunciando que sí pasó lo de violencia sexual, qué va a pasar en este pos conflicto con la vida y cuerpos de las mujeres, o sea yo todavía me estoy haciendo la pregunta porque todavía no he encontrado la respuesta, ¿qué va a pasar?, entonces ¿cómo podemos hablar de un pos conflicto

cuando estamos en guerra? en los territorios siguen pasando cosas, en las ciudades siguen pasando cosas, los paramilitares ya van a salir (...) (Testimonio Aline, marzo de 2014).

La salida de esos paramilitares es una amenaza inminente para la población víctima, pero eso no significa que esa población no se haya encontrado previamente con los grupos paramilitares que han surgido después de la desmovilización, ya que muchos paramilitares no fueron presos y otros cumplieron penas aún más cortas. El paramilitarismo urbano es una situación que se ha generado en los últimos 10 años en las áreas periféricas de las grandes ciudades. Acerca de eso, Lourdes revela, en su testimonio:

(...) para nadie es un secreto que hay paramilitarismo urbano, están dentro de la ciudad, que el Estado lo ha querido tapar, esconder y que es una realidad que ahorita se ha venido a ver pero el paramilitarismo urbano siempre ha existido aquí en Soacha, no lo ven porque nadie lo había denunciado, se ha venido denunciando porque muchas organizaciones, ONGs han venido trabajando con la gente. Empezamos a conocer lo que era el paramilitarismo urbano entonces metiéndose con los jóvenes donde comenzó inicialmente con el reclutamiento de jóvenes, se llevaban niños 14, 15 años desaparecían y no volvíamos a saber nada de ellos y como por cosas del destino cayó mi cuñado el menor en ese reclutamiento, duró 8 meses fue una lucha muy ardua, porque pues era el hijo menor de mi suegro, era un niño a los ojos de nosotros, era una persona muy guerrera, duró como 3 meses desaparecido (Testimonio Lourdes, enero de 2014).

En el testimonio de Lourdes se acentúa como grupos paramilitares en la ciudad han generado incluso procesos de reclutamiento en los barrios y amenazas que han generado nuevos desplazamientos para familias que ya han sido desplazadas. Lourdes vive en la localidad de Soacha, donde se han concentrado grandes asentamientos de la población desplazada colombiana. Al mismo tiempo, el programa de reinserción de los paramilitares adecuó unos sectores de esta ciudad para la vivienda de esos desmovilizados, quedando prácticamente en barrios contiguos las víctimas y los victimarios.

La estrategia política y militar del Estado desde que se implementó la Ley de Justicia y Paz, en el 2005, ha sido invisibilizar el proceso del paramilitarismo que es actual y vigente en Colombia. Le pueden cambiar el nombre por Bacrim, Águilas Negras, los Rastrojos, etc., pero ellos siguen operando en la lógica tradicional del paramilitarismo colombiano, que es un fenómeno que ha acompañado a Colombia desde inicios del siglo pasado, con múltiples nombres y categorías.

CONSIDERACIONES FINALES

La impureza del testimonio es una infinita fuente de vitalidad polémica y requiere que sus detalles no sean olvidados. Los detalles y el anacronismo de las narraciones son su propia animación, querer entender el testimonio como un dato histórico verdadero y sólido que pretende quedar expuesto en un museo, lo dejaría fuera de contexto. Así las narrativas son fluidas, subjetivas, no buscan tener una finalidad expositiva, pero sí una finalidad reflexiva; cuestionan a sus oyentes o lectores y generan conflicto a los intereses políticos que pretenden callarlas o mantenerlas como datos inertes (SARLO, 2007).

El análisis de los testimonios propuesto está vinculada a las historias de vida de las mujeres entrevistadas y la información que fue haciéndose evidente de forma verbal y no verbal durante nuestros encuentros. Así, desde la enunciación de sus experiencias y de los sentidos dados a éstas es que en este artículo exponemos la categoría de Institucionalidad del Estado, comprendiendo por medio de las percepciones, de las sensaciones, de las experiencias y de los significados sobre las diferentes instituciones y los procesos burocráticos que representan al Estado colombiano en el cotidiano de las víctimas del desplazamiento y en los diferentes momentos de su trayecto de migración forzada, es decir: antes, durante y después del desplazamiento.

Las mujeres son aproximadamente más de la mitad de la población víctima del desplazamiento en Colombia y muchas de ellas deben asumir la manutención total del hogar, generando estrategias

de sobrevivencia en la economía informal y construyendo redes de apoyo entre la población víctima, que las ha articulado en un contexto político donde reivindican sus derechos como mujeres víctimas. Son militantes del movimiento de víctimas y como mujeres han enunciado su trayectoria de lucha política, que desde sus testimonios nos llaman a deconstruir la representación de las categorías de víctimas, de desplazamiento y de institucionalidad del Estado.

La militancia que han emprendido las mujeres víctimas del desplazamiento (por el reconocimiento, la reparación, el retorno y el mejoramiento del nivel de vida en su cotidianidad) está entrelazada a los emprendimientos de la construcción de memoria del conflicto político, social, económico y armado; y nos revela lo que les ha sucedido a ellas y al país. Las mujeres en Colombia han abierto el camino del testimonio personal como terreno común, compartido, con el que se aproxima la distancia entre el sujeto y su subjetividad y los acontecimientos socioculturales. Los efectos que tiene la reconstrucción de la memoria de las mujeres víctimas en el presente las llevan a procesar el trauma que vivieron y a construir una acción política que activa la acción y los sentimientos de una verdad existencial, ya que ser víctimas, para ellas, está asociado a su condición de existencia, y no a la categoría impuesta por el Estado.

Los emprendimientos de memoria realizados sobre el conflicto armado en Colombia tienen la necesidad de buscar verdades sobre el conflicto, como lo es el caso de las comisiones de historias, de los centros de memoria, de las iniciativas de las víctimas y de la actual Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, para poder determinar las responsabilidades de la violencia en Colombia, para reparar y para poder construir un futuro con garantías de no repetición, en el que por ningún motivo la Institucionalidad del Estado esté aliada a la política extractivista-neoliberal, que genera tantas víctimas en pro del desarrollo.

BIBLIOGRAFÍA

- GROSFOGUEL, Ramón. Dialogos decoloniales con Ramon Grosfoguel. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, D.C., n. 7, p. 323-340, jul./dic. 2007. Disponible en: <http://www.revistatabularasa.org/numero-7/grosfoguel.pdf>. Acceso en: 9 nov. 2020.
- MONDRAGÓN, Hector. *La Economía Rural y la Guerra*. 2002. Disponible en: http://www.mamacoca.org/feb2002/art_mondragon_economia_rural_y_guerra.html. Acceso en: 8 nov. 2020.
- ONU. Organización de las Naciones Unidas. Comisión de Derechos Humanos. *Informe del Representante del Secretario General, Sr. Francis M. Deng, presentado con arreglo a la resolución 1997/39 de la Comisión de Derechos Humanos: adición: principios rectores de los desplazamientos internos*. 1998. Disponible en: <https://www.refworld.org/es/docid/472840db2.html>. Acceso en: 12 nov. 2020.
- REVOLLO PARDO, Catalina. *Traduciendo los testimonios de las mujeres víctimas del desplazamiento en Colombia*. 2015. 295 f. Tesis (Doctorado en Psicossociología de Comunidades e Ecología Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponible en: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2015_DOUT_Catalina_Revollo_Pardo.pdf. Acceso en: 4 nov. 2020.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado, cultura da memoria e guinada subjetiva*. São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras; UFMG, 2007.
- UARIV. Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas. *Registro único de víctimas*. 2020. Disponible en: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>. Acceso en: 4 nov. 2020.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AS IMIGRANTES HAITIANAS RESIDENTES NO BRASIL

76 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jamilepinheiro@id.uff.br.

Jamile da Silva Pinheiro⁷⁶

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir os desdobramentos da violência institucional perpetrada pelo Estado Brasileiro contra mulheres imigrantes haitianas e tentar relacioná-las à desconfiança histórica por parte do Estado com os estrangeiros em geral, o que pode ser percebido, entre outras coisas, pela permanência de diplomas legais com fundos autoritários no que diz respeito a políticas migratórias. A necessidade de estudar tais relações se dá no sentido de contribuir para futuras elaborações de políticas públicas que busquem a inserção social de mulheres migrantes. Para isso, utilizamos a análise de diplomas legais que versam sobre imigração, bem como obras de estudiosos da temática de justiça de transição e de migração feminina.

Palavras-chave: Justiça de Transição. Violência Institucional. Estrangeiros. Imigrantes. Imigrantes Haitianas.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the consequences of institutional violence perpetrated by the Brazilian State against Haitian immigrant women and try to relate them to the state's historical mistrust of foreigners in general, which can be perceived, among other things, by the permanence of legal diplomas with authoritarian funds with regard to migratory policies. The need to study such relationships is to contribute to future elaboration of public policies that seek the social insertion of migrant women. For this, we used the analysis of legal diplomas that deal with immigration, as well as works of scholars on the theme of transitional justice and female migration.

Keywords: Transitional Justice. Institutional Violence. Foreigners. Immigrants. Haitian Immigrants.

INTRODUÇÃO

A aversão ao estrangeiro, ao que vem de fora, é uma das características do Estado-Nação que molda a relação *pátria-indivíduo*. Em períodos como o vivido pelo Brasil na Ditadura Civil-Militar (1964-1985), essa desconfiança foi exacerbada e os estrangeiros se tornaram um alvo fácil dos agentes da repressão.

A fim de reparar as graves violações cometidas no período ditatorial, um conjunto de mecanismos, conhecido como Justiça de Transição, foi criado e tem, ainda que com dificuldades, conseguido avançar. Nesse sentido, lembramos, aqui, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo relatório final mostrou como sucedeu a repressão ao imigrante no período.

Compreender as relações entre a manutenção de diplomas legais originários do período ditatorial, a histórica desconfiança do outro e a atual falta de políticas públicas que contribuam para a inserção social de imigrantes pode auxiliar em futuras elaborações de políticas públicas para o grupo de imigrantes que aqui está sendo tratado de forma mais específica: mulheres haitianas. Para isso, serão necessárias pesquisa bibliográfica de estudos acerca da perspectiva de gênero nas migrações e da Justiça de Transição e análise de normas legais que versam sobre imigração e de estudos específicos sobre mulheres haitianas no Brasil.

O propósito é discutir a possibilidade de estabelecer uma relação entre a violência institucional e o abandono que esse grupo de mulheres sofre com a falta de uma resposta concreta e satisfatória dos mecanismos da Justiça de Transição. Utilizaremos, neste trabalho, dados e informações sobre as mulheres haitianas obtidos em outros artigos acadêmicos, em especial no “Novos Olhares para a Migração de Mulheres: Haitianas, Angolanas, Venezuelanas e Bolivianas na Cidade de São Paulo” e no “Inserção no Mercado de Trabalho Brasileiro por Haitianos: uma Perspectiva de Gênero”.

A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E OS IMIGRANTES NO BRASIL

Justiça de Transição, segundo o *International Center for Transitional Justice* (ICTJ), são as maneiras desenvolvidas por países saídos de períodos de conflitos armados e de sistemáticas violações de direitos humanos para reparar violações, que são tamanhas que o sistema de justiça comum não consegue responder adequadamente. O Brasil, ainda que tenha criado e instituído maneiras de repará-las, escolheu manter, por muito tempo, as legislações e a hermenêutica da desconfiança no que tange aos imigrantes, tal qual ainda vivesse em tempos de ditadura.

No período ditatorial, brasileiros e estrangeiros considerados subversivos foram perseguidos. Entretanto, os estrangeiros estavam mais vulneráveis,

tendo em vista não somente o tradicional estigma associado àquele que não é um nacional mas também a existência de mecanismos jurídicos autoritários peculiares aplicáveis aos não nacionais que ampliavam as zonas de vulnerabilidade e os sujeitavam a mecanismos administrativos sumários, perpétuos nos seus efeitos e independentes até do controle jurisdicional (SILVA FILHO; MORAES, 2016, p. 104).

Em outras palavras, os brasileiros exilados ou que saíram do Brasil por conta própria, pela perseguição política da época, conseguiram retornar após a reabertura política e a Lei da Anistia. Os estrangeiros, por outro lado, não foram abarcados por essa reabertura. Silva Filho e Moraes (2016) citam o caso do Padre Vito Miracapillo, expulso após recusar-se a rezar duas missas impostas pela prefeitura de Ribeirão Preto (SP), em 1980. Decidindo sobre o caso, o Supremo Tribunal Federal determinou que a expulsão se trata de ato discricionário e que ao poder judiciário cabe apenas o controle de legalidade/constitucionalidade. O Padre conseguiu retornar ao Brasil em 1993, após revogação administrativa do decreto de expulsão, na condição de turista, e somente em 2011 foi revalidado seu visto de permanência pelo Ministério da Justiça.

A CNV conseguiu reparação para situações específicas de perseguição política de alguns imigrantes, mas tão importante quanto isso seriam mudanças nos paradigmas legislativos e institucionais, o que não ocorreu de pronto. Durante boa parte do período democrático, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), concebido ainda na ditadura, ficou em vigor, e o grande problema do estatuto é o tratamento dispensado aos estrangeiros. Conforme mencionado, ele foi desenvolvido ainda no regime militar, então foi guiado pela desconfiança que dispensava uma recepção calorosa, mas somente para estrangeiros visitantes, e da imigração com o intuito de ajudar no desenvolvimento econômico do país e nunca como direito humano. O *alienígena* era um simples hóspede e, por isso, estava sob vigilância constante.

Interessante dizer que, mesmo tratando pessoas dessa forma, a Constituição Federal de 1988 recepcionou a referida lei, que ainda vigorou por muito tempo, tendo sido revogada somente em 2017, após publicação da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que finalmente trouxe uma nova visão sobre pessoas migrantes, preconizando um novo tratamento, abandonando o termo “estrangeiro”, mas preferindo adotar “migrante” e “visitante”, expressões que se coadunam com os ideais de proteção de direitos humanos.

CONSEQUÊNCIAS DA MANUTENÇÃO DE INSTITUTOS DA ORDEM JURÍDICA ANTERIOR

A demora na revogação do Estatuto do Estrangeiro e da visão que ele jogava sobre os migrantes trouxe consequências no que diz respeito às demais normas e regulamentações que versassem sobre o tema. Entre elas, podemos mencionar especificamente a Resolução Normativa 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que dispôs sobre a concessão de vistos de refúgio para haitianos.

A referida resolução até serviu como um início de um mecanismo protetivo em um período cujos principais países de destino de haitianos emigrantes dificultavam seu acesso, bem como um elemento de

atração migratória (SILVA *et al.*, 2018), porque previa a concessão de CPF e de Carteira de Trabalho, porém, a mesma norma, no parágrafo único do artigo 2º, dispunha que “poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País” (BRASIL, 2012, n.p.).

Acreditamos ser possível enxergar o dispositivo que limita a quantidade de vistos de refugiados como um instrumento que reflete a visão do ainda vigente Estatuto do Estrangeiro, do *alienígena*, do estranho que pode entrar, mas não pode instalar-se, e que, se entrar, tem que contribuir economicamente. Assim, havia o imigrante haitiano *desejado* e o *indesejado*. O *desejado* era aquele que tinha qualificação técnica e profissional e supostamente teria a possibilidade de contribuir economicamente, em consonância com a Lei 6.815/1980; o *indesejado* era o haitiano sem tais qualificações. Isso em um período que os haitianos sofriam as consequências de um terremoto de alta magnitude, cumulado à “vulnerabilidade social do país historicamente produzida” (LOUIDOR, 2013, pos. 475). Desse modo, temos uma população com altos índices de analfabetismo, consequência da vulnerabilidade social produzida ao longo dos anos que resultou na “sua falta de capacidade de antecipar, lidar, resistir e recuperar-se do impacto de um evento natural extremo” (LOUIDOR, 2013, pos. 482), que se se vê impossibilitada de migrar para buscar uma condição melhor em diversos aspectos.

A restrição legal não costuma ser um impedimento efetivo para boa parte dos atos humanos. Homicídios não deixam de ser cometidos porque o legislador definiu a conduta como criminosa, por exemplo, e assim ocorreu no caso da limitação da expedição de vistos. Quem não tinha visto continuou vindo para o Brasil ilegalmente. Em 2013, o CNlg editou a Resolução 102, que revogou o dispositivo que limitava a concessão de vistos, entre outras alterações.

Segundo Silva *et al.* (2018), foi a Resolução 102/2013-CNlg que mudou o perfil da migração haitiana, principalmente no que concerne à migração feminina, aumentando o número de mulheres migrantes e trocando a rota terrestre pela rota aérea.

MULHERES HAITIANAS NO BRASIL

Segundo o Relatório Anual de Migrações e Mercado de Trabalho, entre 2010 e 2017, no Brasil, 95.497 haitianos foram registrados como “migrantes de longo termo”. Dentre os quais, 30.869 mulheres. Das mulheres haitianas que chegaram, muitas vieram utilizando a possibilidade de visto de reunificação familiar (esposas, filhas), mas não somente nessa condição (PERES, 2016). Isso posto, é necessário que se analise a situação das imigrantes haitianas levando em consideração uma perspectiva de gênero, no sentido de estudar esse grupo com o conjunto de particularidades de trajetórias, de inserção laboral e de interação étnica e cultural que apresentam (SILVA *et al.*, 2018).

Discutimos, portanto, a possível relação existente entre a manutenção no sistema legislativo brasileiro de regramentos, cuja hermenêutica remonta o período autoritário vivenciado no país, e as violências institucionais cometidas contra mulheres haitianas, ainda que relacionadas à omissão do Estado, à ausência de políticas públicas que busquem inserir mulheres haitianas e ao decorrente agravamento da situação de mulheres nessa situação de vulnerabilidade.

Desde a chegada dos contingentes de imigrantes haitianos no Brasil, as ações estatais com o objetivo de inserção dessas pessoas na sociedade e no mercado de trabalho são pífias. Aqueles que entraram pelas fronteiras terrestres, na região Norte, contaram com a ajuda de instituições confessionais, por meio da Pastoral do Migrante, para amparo no concerne à moradia – mesmo que temporária – à alimentação e à vestimenta:

Sem qualquer ajuda governamental, os agentes religiosos tiveram, como já foi dito, de fazer apelo à solidariedade de diversas igrejas católicas da cidade, que se ofereceram para abrigar haitianos em suas dependências ou alugar casas para recebê-los. Tal foi também o caso da ONG Ama Haiti, da Obra Social Franciscana, que abriu um abrigo para as mulheres, muitas delas grávidas. Além disso, todas puderam contar com o imprescindível apoio da Fundação Alan Kardec na oferta de alimentos, que era o grande problema naquela situação emergencial (SILVA, 2017, p. 107).

Os haitianos que chegaram no território nacional, para ter as mínimas condições de sobrevivência, contaram com ações de caridade eclesiais, quando esse papel deveria ser do Estado brasileiro, em esferas estadual, municipal e federal. Um grupo de haitianos que chegou por terra pelo Acre (Brasiléia, que não tem Pastoral do Migrante) teve a viagem para São Paulo financiada pelo governo estadual acreano. Contudo, foi mais uma maneira de livrar-se do problema do que de contribuir para a melhora na situação dos recém-chegados. Foi uma transferência dos problemas da fronteira para a capital paulista (SILVA, 2017).

Em São Paulo, “na ausência de um plano emergencial e de estruturas para acolhê-los, novamente o ônus e a responsabilidade da acolhida dos haitianos recaíram sobre a Pastoral do Migrante, desta vez a Missão Paz, localizada no centro de São Paulo (Liberdade)” (SILVA, 2017, p. 108). A prefeitura da cidade terminou por criar um Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI-SP), que funcionava em parceria com o Serviço Franciscano de Solidariedade. Conquanto com o apoio de uma instituição da igreja católica, o CRAI-SP foi “o primeiro equipamento público destinado aos imigrantes, reunindo serviços de acolhida, apoio psicológico, assistência social, orientação jurídica, formação e orientação especializada.” (p. 109).

Sobre a atuação das igrejas, elas fazem até o papel de mediadoras entre imigrantes e empregadores:

a Pastoral do Migrante acabou assumindo uma dupla função: a de encaminhar para o trabalho, que deveria ser exercida por instituições públicas, como é o caso do Serviço Nacional de Emprego; e a de “regular” as relações de trabalho, tentando evitar possíveis abusos contra uma mão de obra tida como “vulnerável”, por ser imigrante. E quando seus direitos não são respeitados, resta-lhes recorrer à Pastoral para que tome alguma providência, já que outros canais são, às vezes, inacessíveis em razão da burocracia e/ou do alto custo ou, em alguns casos, insensíveis às suas demandas (SILVA, 2017, p. 110).

A condição de esperar pela ajuda de instituições eclesiais atinge os imigrantes haitianos em geral. A partir de agora, todavia, examinaremos a situação mais específica de mulheres haitianas residentes no Brasil. Para isso, vejamos a conjuntura no que alude à inserção no mercado de trabalho, uma vez que, para manterem a si e aos filhos, em alguns casos, precisarão de uma atividade remunerada.

Ribeiro, Fernandes e Mota-Santos (2019) informam-nos que a falta de familiaridade com a língua portuguesa acarreta dispensas, porque mesmo os trabalhos femininos braçais, como faxineira, garçoneira e babá, requerem uma comunicação mínima. Tal situação deixa as mulheres haitianas em situação de vulnerabilidade, sobretudo as que têm filhos, ante a dificuldade existente de conseguir vagas em creches; no mais, caso consigam, precisam de um trabalho que possua flexibilidade para levá-los e buscá-los.

Relevante frisar que a dificuldade de encontrar trabalhos que permitam um mínimo de flexibilidade para levar e buscar crianças na creche é uma dificuldade também para mulheres brasileiras. No entanto, a situação das imigrantes é mais gravosa: dada a falta de uma rede de apoio e o fato de não dominarem costumes e legislações locais, estão sujeitas a maiores riscos.

Segundo o estudo de Ribeiro, Fernandes e Mota-Santos (2019), os baixos salários recebidos tornam impossível custear aluguel e alimentação para si e para os filhos e enviar ajuda financeira para os familiares no Haiti, e “a imigrante haitiana se vendo em situação de vulnerabilidade, sem domínio da língua e sem emprego, pode se unir a um homem como forma de proteção” (p. 143).

Silva *et al.* (2018), ao analisarem a situação das haitianas residentes em São Paulo, apontam que as funções que mais costumam ocupar são de cozinheiras e de faxineiras e que a informalidade vem se intensificando a partir de 2015, quando o desemprego começou a crescer no Brasil. As relações de gênero e de raça não podem ser ignoradas nesse contexto: as mulheres negras costumam ser as primeiras atingidas em períodos de recessão econômica, portanto, com as mulheres negras e imigrantes não seria diferente.

AS RELAÇÕES ENTRE A ATUAL SITUAÇÃO DA MULHER HAITIANA E A LEGISLAÇÃO PASSADA

A política migratória no Brasil por muito tempo seguiu os princípios do recém extinto Estatuto do Estrangeiro, norma que remonta ao regime civil-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. O CRAI-SP citado anteriormente, por exemplo, foi inaugurado somente em 2014. Antes de o fluxo migratório haitiano começar, a capital paulista já recebia pessoas de outras partes do mundo, e somente em 2014 um órgão foi criado para atendê-los. Isso diz muito sobre as formas de perpetuação da violência institucional do estado brasileiro para com os imigrantes. A omissão também é um meio de violar a dignidade.

Quando o grande fluxo migratório de haitianos foi instaurado, o Estatuto do Estrangeiro ainda estava em vigor, e a falta de políticas públicas com o intento de integrar imigrantes, notadamente mulheres haitianas, se coadunava com os princípios norteadores da referida norma e do momento político que o Brasil vivenciava.

Ocorre que a Constituição Federal de 1988, mesmo tendo recepcionado o estatuto, tem outros princípios que a regem, sendo o principal deles o de proteção da dignidade da pessoa humana. Analisando o que foi acima exposto, notamos que, mesmo sob a égide da constituição, que recebeu o apelido de “Constituição Cidadã”, o poder público nas três esferas manteve-se atrelado à hermenêutica do passado autoritário do Brasil, quando os *alienígenas*, pessoas de oriundas de outros Estados, não poderiam receber tratamento digno. Trata-se da manutenção da lógica repressiva, agora não mais com a ação direta e direcionada dos institutos da expulsão, por exemplo, mas com a falta de ações, consequência de uma não atuação concreta dos mecanismos de Justiça de Transição para alterar essa realidade.

Em 2017, a Lei de Migração finalmente foi aprovada. Sua elaboração se deu contemplando os preceitos da CF/1988. Foi um marco imprescindível para a proteção dos direitos de pessoas migrantes, mas ainda não gerou muitos frutos. O fluxo migratório de haitianos diminuiu drasticamente, mas muitos haitianos e haitianas se fixaram em várias cidades e Estados, e, falando mais especificamente

das mulheres haitianas aqui residentes, não encontramos notícias de ações efetivas do poder público para inseri-las no mercado de trabalho, necessário para a sua manutenção. Logo, a omissão permanece e continua gerando violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a situação das imigrantes haitianas no Brasil, verificamos os problemas enfrentados por elas desde a emissão do visto e da autorização para adentrar o território até a sua efetiva chegada e sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

A falta de ações efetivas do Estado brasileiro para alcançar o referido objetivo não apenas auxiliou, mas contribuiu ativamente para uma série de violações de direitos humanos. É uma forma de violência institucional que vem sendo perpetrada contra imigrantes no Brasil por anos a fio, em especial a partir do último período ditatorial.

A maneira pela qual a violência institucional é praticada com os imigrantes mudou. Se antes a vigilância era constante e as expulsões eram concretizadas à exaustão, hoje elas ocorrem no formato de omissão, com a escassez de medidas de proteção da dignidade dessas pessoas. Por conseguinte, conforme o exposto no presente trabalho, podemos traçar o paralelo entre a falta de ações reparadoras e restauradoras da nossa Justiça de Transição e a violência concretizada contra imigrantes, ainda que em forma de negligência.

Tal negligência não é acidental, e o desenvolvimento do artigo tenta discutir a relação existente entre a manutenção, mesmo após a transição democrática, de regramentos que embaraçam e dificultam a criação de políticas públicas para a inserção de migrantes, principalmente das mulheres haitianas que sofreram com as consequências disso desde o momento de sua entrada no Brasil até seu estabelecimento.

Apreciando a questão migratória de uma perspectiva de gênero, para avaliar melhor a situação da mulher haitiana, bem

como considerando a questão racial, que não pode ser abandonada, constatamos que a situação desse grupo de mulheres não é nada confortável. Como mulheres, estão sujeitas às agressões do machismo; como pretas, às brutalidades do racismo; como imigrantes, às hostilidades da xenofobia, neste caso, exercida também pelo Estado, ao não oferecer condições para que consigam se instalar e viver de forma digna.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório* - Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. (Recurso eletrônico). Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 13 jan. 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa 102, de 26 de abril de 2013. Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 29 abr. 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=253792>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 16533, 21 ago. 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ICTJ. Internacional Center for Transitional Justice. *What is transitional justice?* 2020. Disponível em: <https://www.ictj.org/about/transitional-justice>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- LOUDOR, Wooldy. Uma história paradoxal. In: SANTIAGO, Adriana (org.). *O Haiti por si*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013. pos. 170-587.
- PERES, Roberta. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 253-267.
- RIBEIRO, Carolina FERNANDES, Duval MOTA-SANTOS, Carolina. Inserção no mercado de trabalho brasileiro por haitianos: uma perspectiva de gênero. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 10, n. 1, p. 126-145, 2019.
- SILVA, Camila Rodrigues et al. Novos olhares para migração de mulheres: haitianas, angolanas, venezuelanas e bolivianas na cidade de São Paulo-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. *Anais [...]*. Poços de Caldas: Monreale Hotel Resort; Hotel Fazenda Poços de Caldas. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3018>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- SILVA, Sidney. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *REBEP*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2017.
- SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; MORAES, Ana Luisa Zago de. A cidadania como dispositivo de segurança: por uma justiça de transição em matéria de migrações. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 96-134, 2016.

LAS LIMITACIONES IMPUESTAS A LA PAZ: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA REFORMA RURAL INTEGRAL Y EL AVANCE DE LA AGENDA DEL AGRONEGOCIO EN COLOMBIA

77 Doctora en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (UFRRJ) y profesora substituta del Instituto de Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Uberlândia. E-mail: juani24@gmail.com

Juanita Cuéllar Benavides⁷⁷

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo aproximarse a la Reforma Rural Integral (RRI), incluida en el acuerdo de paz entre el gobierno nacional y la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP), observando la forma como actuaron, en ese escenario, los sectores del agronegocio. Partimos de una contextualización histórica, que permite comprender la RRI como parte de una tendencia general seguida durante el siglo XX, en donde los intentos de democratización de la tierra en Colombia han estado acompañados de procesos de contrarreforma agraria, que buscan debilitar las medidas de redistribución de la tierra. Así, argumentamos que el agronegocio fue un actor clave en ese proceso, ya que, mediante diferentes estrategias, intentó aprovechar el momento para plantear sus demandas y, de esa forma, debilitar la RRI.

Palabras-clave: Reforma Rural Integral. Agronegocio. Proceso de Paz. Colombia.

ABSTRACT

This paper aims to study the Comprehensive Rural Reform (CRR) included in the peace agreement between the national government and the FARC guerrillas, by observing the way agribusiness sector acted in this scenario. It is based on a historical contextualization, which allows to understand CRR as part of a general trend followed during the 20th Century, where the attempts to democratize land in Colombia have been accompanied by processes of agrarian counter-reform, which seek to weaken land redistribution measures. Thus, it is argued that the agribusiness sector was a key actor in this process, since, by using different strategies, it managed to take advantage of the context in order to present its particular demands and, therefore, weakens the CRR.

Keywords: Comprehensive Rural Reform. Agribusiness. Peace Process. Colombia.

INTRODUCCIÓN

El acuerdo de paz, firmado en 2016 entre el gobierno colombiano y la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP), significó la oportunidad de construcción de un nuevo pacto social, en donde algunos problemas históricos de Colombia podrían comenzar a encontrar alguna salida. El acuerdo fue el resultado de más de 4 años de intensas negociaciones entre el equipo negociador del gobierno y los representantes de las FARC-EP, un grupo guerrillero de origen rural que nació en 1964. Incluyó, además, temas fundamentales, como la Reforma Rural Integral (RRI), la participación en política por parte de los ex guerrilleros y un capítulo específico para las víctimas, entre otros. El acuerdo se basa en un pilar fundamental, que es la verdad sobre lo sucedido en el conflicto armado para garantizar la no repetición.

Al estudiar la RRI en perspectiva histórica, se constata que los diferentes intentos por modificar la estructura agraria y democratizar la tierra han estado siempre acompañados de reacciones por parte de los sectores dominantes agrarios, y el caso de la RRI no fue la excepción. En ese sentido, el artículo hace énfasis en la RRI y en la forma en la que el sector del agronegocio buscó debilitar el acuerdo, el cual nace en un contexto de profundas contradicciones en materia rural, que buscan restarle potencial a la RRI.

El texto presenta, en primer lugar, el contexto histórico de luchas por la tierra en donde las medidas adoptadas, tendientes a democratizar la tierra, han estado siempre acompañadas de bloqueos por parte de los sectores dominantes agrarios. La segunda parte presenta, de forma general, el acuerdo de paz y, específicamente, la RRI contenida en el acuerdo de paz con las FARC-EP. La tercera parte presenta las estrategias utilizadas por el agronegocio para aprovechar la coyuntura de negociación del acuerdo y poner sobre la mesa sus demandas particulares debilitando el alcance de la RRI. En la última parte, se presentan las consideraciones finales.

EL SIGLO XX: LA LUCHA POR LA TIERRA Y LAS CONTRARREFORMAS AGRARIAS

La lucha por la tierra en Colombia ha sido una constante en la historia del país y explica, en cierta medida, la persistencia del conflicto social y armado, que se alimenta de la profunda desigualdad. La estructura de la tierra es el resultado de la desigualdad que prevaleció durante el periodo colonial, en donde la configuración de las haciendas se realizó a partir de la incorporación de tierras que estaban siendo cultivadas por campesinos. De esa forma, se aseguraba el control de la tierra, así como de la fuerza de trabajo para las haciendas.

Ya en el periodo republicano, hacia finales del siglo XIX e inicios del siglo XX, comienzan a tener lugar una serie de transformaciones en el país, como el fortalecimiento de cultivos como el banano y el café. Además, el país se fue urbanizando y fueron surgiendo diversos procesos organizativos de los sectores populares, que reforzaron los procesos de resistencia. Los campesinos embarcaron en confrontaciones directas y también apelaron a la legislación para evitar el avance de los terratenientes sobre las tierras que se encontraban cultivando (VEGA CANTOR, 2002). Es importante ver como desde la época colonial lo que ha estado en disputa ha sido justamente la apropiación de la mano de obra y de las tierras públicas, o las llamadas baldías, en el contexto colombiano.

En 1926, una sentencia de la Corte Suprema, conocida como “prueba diabólica”, comenzó a exigir los títulos originales del traspase de propiedad sobre un baldío nacional por parte de aquellos que reclamaban propiedad sobre un terreno. Esa sentencia puso en tela de juicio la propiedad de los terrenos sobre los que avanzaban los terratenientes, quienes no eran los dueños legítimos de muchas de las tierras que ocupaban (BEJARANO, 1985). Con base en esta sentencia, los campesinos comenzaron la ocupación de las haciendas, argumentando que eran tierras públicas. Palacios (2003) considera que, en este momento, el derecho de propiedad aparece como un problema central del desarrollo agropecuario y de gran importancia para el mantenimiento del orden social.

A inicios de la década de 1930, la disputa por la tierra se había posicionado como uno de los principales problemas del país. En 1934, llegó al poder Alfonso López, con una agenda reformista, en un escenario en el que las demandas de los sectores populares ya no podían ser ignoradas por el Estado (BEJARANO, 1985). Durante su gobierno, fue promulgada la Ley 200 de 1936, considerada la primera ley de reforma agraria en el país. La ley tenía la intención de resolver tensiones existentes entre campesinos y terratenientes por el uso de las tierras públicas, sin embargo, su aspiración inicial fue bloqueada por la reacción terrateniente al proyecto de ley, que logró cambiar la idea inicial del proyecto. De acuerdo con Londoño (2011, p. 306), “los gremios de terratenientes y empresarios hicieron cuanto estuvo a su alcance para impedir que [el proyecto de ley] fuera aprobado”. La ley eliminó la mencionada sentencia de la Corte Suprema, que había sido un importante respaldo para las luchas campesinas. Para Palacios (2003), entre 1930 y 1940 se permitió que los terratenientes bloquearan las iniciativas de reforma agraria, lo que constituyó un error mayúsculo en la historia colombiana.

Un nuevo intento de reforma agraria se dio en la década de 1960, durante el gobierno de Alberto Lleras Restrepo (1958-1962). En el marco de la intervención de los Estados Unidos en América Latina por medio de la Alianza para el Progreso, nace la Ley 135 de 1961, vista como un “programa modesto de reforma agraria” (FAJARDO, 2014). Esta ley creó el Instituto Colombiano de Reforma Agraria (INCORA) y definió, por primera vez, la figura de la Unidad Agrícola Familiar (UAF), que estableció un tamaño para las tierras baldías adjudicadas, de acuerdo con las características del terreno. El objetivo consistía en entregar tierra a campesinos sin tierra, fijando extensiones de terrenos que permitieran alcanzar un nivel de vida digno, mediante el empleo de mano de obra familiar. La ley, además, obligaba al Estado a realizar el ordenamiento social de los derechos de propiedad para beneficiar a los campesinos (REYES, 2016). Sin embargo, en medio de las tensiones generadas por esta norma, el gobierno optó por promover la entrega de tierras baldías en lugares apartados, sin afectar la propiedad privada. Como afirma Fajardo (1988), este es un mecanismo que provee tierras sin romper con el latifundio. La ley también incluyó una

serie de legalismos que dificultaron, desde el inicio, la expropiación de tierras improductivas.

La Ley 135 de 1961, a pesar de no romper con la estructura agraria desigual, había generado una fuerte oposición de los sectores más tradicionales, que buscaron acabarla. En 1972, mediante el Pacto de Chicoral, acuerdo que nació de una reunión realizada entre el alto gobierno, la jerarquía eclesiástica, los representantes terratenientes, los gremios rurales, empresarios y partidos políticos tradicionales, se defendió el desmonte de las intervenciones del INCORA y el sepultamiento de la reforma agraria. A través de la Ley 4, de 1973, se estipularon mecanismos para la expropiación, que resultaban extremadamente complejos, y la mayoría de los lotes podrían ser considerados como adecuadamente explotados (MONDRAGÓN, 2002), lo que cerró las puertas para las expropiaciones. El Pacto de Chicoral marca una tendencia que ya se venía gestando años atrás: de defensa del *statu quo* en materia de propiedad de la tierra, de evitar gravámenes de las tierras inexploradas y de impedir la actualización de los avalúos catastrales y del impuesto predial (MISAS ARANGO, 2019). Esa norma reforzó la expulsión de los colonos campesinos de sus tierras y su desplazamiento hacia los límites de la frontera agraria, siguiendo una tendencia de expulsión y de colonización permanente a las regiones marginales.

Finalmente, en 1994, en el marco de la implementación de las políticas neoliberales en Colombia, es decretada la Ley 160 de 1994, por medio de la cual se promulga el Sistema Nacional de Reforma Agraria. La ley sigue el modelo de reforma agraria de mercado promovido por el Banco Mundial, aplicado en países como Brasil, Filipinas y Sudáfrica (LAHIFF; BORRAS; KAY, 2008). El mercado de tierras, bajo ese modelo, promueve la redistribución vía privatización y descentralización de transacciones voluntarias entre los propietarios que quieran vender sus tierras y los campesinos que las demanden. El modelo del Banco Mundial cuestiona la reforma agraria promovida por el Estado, por considerarla inviable en los regímenes políticos democráticos (PEREIRA; FAJARDO, 2015). De este modo, se buscaba adecuar el sector agrario a las dinámicas de la globalización⁷⁸.

⁷⁸ La Ley 160, de 1994, a pesar de su corte neoliberal, incluye una figura que se ha vuelto fundamental para las comunidades campesinas, que son las Zonas de Reserva Campesina (ZRC). Las ZRC promueven la democratización de la tierra y buscan evitar la concentración de la misma. Además, promueven el desarrollo de la economía campesina. No obstante, la importancia de esos territorios para las comunidades campesinas, las ZRC han sido ampliamente estigmatizadas y en el país solo han sido constituidas 6 ZRC. Sin embargo, más de 60 procesos organizativos buscan ser reconocidos como zonas de reserva.

Un recorrido por la legislación del siglo XX permite constatar que las leyes expresan, de alguna manera, disputas y tensiones históricas. Las leyes de reforma agraria han seguido caminos difíciles y han estado acompañadas de procesos de contrarreforma agraria que han impedido su cumplimiento. Lo anterior ha generado mayores niveles de concentración de la tierra, como lo evidencia el índice Gini de tierras, que, en el caso colombiano, es de 0,89 (OXFAM, 2017). Mientras la ganadería extensiva y el agronegocio se fortalecen, los sectores campesinos acaban sufriendo cada vez más. Las comunidades campesinas han sido, además, desplazadas de sus tierras en contextos extremadamente violentos, y sus tierras han sido despojadas, lo que ha conducido a un aumento de la desigualdad en el campo y a una necesidad urgente por realizar reformas estructurales.

EL ACUERDO DE PAZ Y LA REFORMA RURAL INTEGRAL

En Colombia, desde la década de 1980, han sido realizados diferentes procesos de paz con los grupos guerrilleros. Con la guerrilla de las FARC-EP hubo diversas negociaciones, pero nunca se había llegado a un acuerdo. El último proceso de paz se había realizado durante el gobierno de Andrés Pastrana (1998-2002), el cual había llegado a su fin sin haber alcanzado un acuerdo final. Así, Álvaro Uribe llegó al poder en el 2002, con un discurso guerrillero, de construcción de las FARC-EP como principal enemigo interno. Fueron ocho años de políticas que fortalecieron el sesgo anticampesino mediante la importación de alimentos en detrimento de la economía campesina, la negociación de Tratados de Libre Comercio (TLC) que afectaron a los campesinos y el fortalecimiento de los sectores latifundistas tradicionales y de los sectores del agronegocio, que recibieron subsidios y ayudas para la expansión de cultivos como la caña de azúcar y la palma de aceite como parte de la política de apoyo a los biocombustibles. El gobierno de Uribe se caracterizó por la fuerte represión y por violaciones sistemáticas a los derechos humanos.

La llegada al poder de Juan Manuel Santos en el 2010 fue leída, inicialmente, como la continuidad del gobierno de Uribe. Aunque

Santos no abandonó el apoyo a los sectores del agronegocio que venía desde el gobierno de Uribe, como se verá en la siguiente sección, desde su llegada al poder, comenzó a generar importantes rupturas con la agenda anticampesina del gobierno anterior. Un primer elemento de esta ruptura se encuentra en la Ley 1448 de 2011, a través de la cual se promulgó la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras (COLOMBIA, 2011b). En Colombia, en el marco del conflicto social y armado, se considera que existen cerca de 10 millones de desplazados y al menos 6 millones de hectáreas que fueron abandonadas por las comunidades campesinas, indígenas y afrodescendientes, muchas de las cuales fueron posteriormente despojadas, por medio de la ocupación de esos territorios por parte de otros actores, algunos para actividades pecuarias y otros para cultivos, como la palma de aceite. Por lo tanto, por medio de la ley, sancionada en junio de 2011, se intenta dar respuesta a dos consecuencias del conflicto armado: el desplazamiento forzado de comunidades campesinas, indígenas y afrodescendientes y el despojo o abandono forzado de sus tierras. Las acciones de reparación contenidas en la ley incluyen la restitución jurídica y material de los predios, o una restitución por el equivalente, y la compensación (MONTERO; MACHUCA, 2019).

Esa ley fue fundamental para poner sobre la mesa la necesidad de discutir la cuestión agraria, considerando la enorme desigualdad en el campo. Como afirma Gutiérrez (2019, p. 14), la ley “abrió de manera más bien drástica la agenda agraria. De repente, análisis y propuestas de todo tipo sobre el mundo rural colombiano, y el hecho mismo del despojo, entraron al debate público”. La ley fue un importante antecedente para confirmar que el gobierno Santos no sería una continuidad del gobierno de Uribe. Además, envió un mensaje positivo a los sectores progresistas que buscaban la salida negociada al conflicto social y armado y consideraban imprescindible un acuerdo de paz que incluyera la cuestión rural.

Así, con este antecedente, comenzó el proceso de negociación entre el gobierno colombiano y las FARC-EP. El proceso inició oficialmente en el 2012 y se extendió por cuatro años, hasta el 2016. La agenda de discusión incluyó seis puntos sobre los que debía existir acuerdo: Reforma Rural Integral (RRI), participación política,

fin del conflicto, solución al problema de drogas ilícitas, víctimas y mecanismos de implementación y refrendación. El primer punto discutido fue la RRI, dado que, además de su origen campesino y de luchas por la tierra, para la guerrilla, la reforma agraria siempre había sido una de las principales banderas, como consta en su Programa Agrario, lanzado el mismo año de su creación, en donde se oponen al latifundio improductivo y abogan que la tierra debe ser para quien la trabaja (FARC-EP, 1964).

Aunque las FARC-EP siempre habían reivindicado el término reforma agraria, ese concepto, según Fajardo (2014), “desapareció de las políticas dirigidas hacia el campo colombiano y fue considerado como parte del léxico no permitido en el lenguaje oficial”. De este modo, en el acuerdo de paz, el término utilizado fue Reforma Rural Integral (RRI), la cual “sienta las bases para la transformación estructural del campo, crea condiciones de bienestar para la población rural -hombres y mujeres- y de esa manera contribuye a la construcción de una paz estable y duradera” (COLOMBIA, 2016a).

De acuerdo con García Trujillo (2018), el proceso de paz se convirtió en una ventana de oportunidades que permitió introducir temas como el desarrollo rural, lo que en otros contextos habría sido difícil. Así, introdujo medidas de reforma en favor de los campesinos, alterando el *statu quo* que se había fortalecido durante el gobierno Uribe con relación a las políticas rurales. Sin embargo, vale la pena mencionar que, aunque el acuerdo logró poner sobre la mesa la cuestión rural, el gobierno colombiano decidió que algunos puntos no serían negociados. En este sentido, fue definido que no sería objeto de discusión en la mesa de conversaciones ni el modelo económico y político del país, ni la propiedad privada (REBOLLO, 2012), lo que se traducía en que el gobierno no accedería a llevar a cabo una reforma agraria basada en la masiva expropiación del latifundio, ni renegociaría los acuerdos comerciales, ni el modelo de país basado en la dependencia de la extracción de recursos naturales (GARCÍA TRUJILLO, 2018).

La RRI contenida en el acuerdo de paz se estructura a partir de tres ejes. El primero, relacionado con la tierra, incluye

la democratización del acceso a la misma para comunidades campesinas sin tierra o con tierra insuficiente, mediante la creación de un Fondo de Tierras de distribución gratuita, el cual dispondrá de tres millones de hectáreas durante los primeros 12 años de creación. Ese componente también contempla planes de vivienda, asistencia técnica, capacitación, adecuación de tierras, proyectos productivos, comercialización y acceso a medios de producción. Igualmente, se plantea la formalización progresiva de los predios ocupados por parte de la población campesina y se define una meta de siete millones de hectáreas formalizadas de la pequeña y mediana propiedad rural como medida para evitar el despojo de tierras.

El segundo eje, relacionado con los Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial (PDET), busca promover, la transformación estructural del campo y el relacionamiento equitativo entre campo y ciudad. Los PDET promueven el desarrollo y la integración de las regiones abandonadas y golpeadas por el conflicto, a través de inversiones públicas progresivas, concertadas con las comunidades. El último eje hace referencia a los Planes nacionales para la Reforma Rural Integral, mediante los cuales se busca la superación de la pobreza y la desigualdad de la población rural, así como la integración y el cierre de la brecha entre el campo y la ciudad. Por lo tanto, se pretende garantizar el acceso a bienes y a servicios públicos y se incluye el sistema para la garantía progresiva del derecho a la alimentación de la población rural (COLOMBIA, 2016a).

LA PAZ “FORMAL” DEL AGRONEGOCIO: PROFUNDIZACIÓN DE SU AGENDA EN MEDIO DE LAS NEGOCIACIONES DE PAZ

El acuerdo de paz negociado durante el gobierno de Juan Manuel Santos le dio un protagonismo a los sectores campesinos que no habían tenido en los años anteriores, ya que el gobierno de Uribe se había enfocado en políticas anticampesinas que privilegiaron tanto a los sectores latifundistas como al agronegocio, principalmente para la producción de biocombustibles. Aunque durante el gobierno de Santos los sectores ligados al latifundio improductivo y a la ganadería

extensiva perdieron influencia política, la situación fue diferente para los sectores del agronegocio. Para Santos, era importante mantener su agenda neoliberal y el agronegocio era una parte crucial de esa agenda.

Desde su campaña presidencial de 2010, como candidato, Santos planteó en sus propuestas cambios en el manejo de las tierras públicas en Colombia para permitir su uso por parte de empresas para la expansión del agronegocio (PARTIDO DE LA U, 2010). Esta ha sido una demanda de los sectores agroempresariales, principalmente porque, alegan, no se tendría seguridad jurídica para las inversiones, ya que, en algunas regiones del país, como la Altillanura (conocida también como el “Cerrado” colombiano), las empresas transnacionales y nacionales cuentan con cultivos de palma de aceite, de caña de azúcar, de maíz y de soya que se encuentran en tierras públicas, tema que ha generado investigaciones al respecto por haber sido adquiridas de forma fraudulenta. Santos argumentaba que el país tendría la posibilidad de convertirse en la “despensa productiva del mundo”, por lo que se hacía necesario incorporar nuevas tierras a la agricultura (COLOMBIA, 2011a).

Para Santos era necesario contar con el apoyo del sector del agronegocio y, por este motivo, logró que estos se comprometieran con una paz “en abstracto” (ESTRADA ÁLVAREZ, 2019), es decir, hubo un respaldo formal a las negociaciones de paz. Sin embargo, al estudiar la estrategia de esos sectores, en el marco de las negociaciones del acuerdo se evidencia que su estrategia fue simple: mientras apoyaban formalmente la paz, negociaban una ley para que ese cambio estructural que planteaba la RRI no fuera ni tan estructural, ni tan profundo. En este sentido, los esfuerzos de los sectores del agronegocio se basaron, principalmente, en lograr la aprobación de una ley que beneficiara al sector. Así nace la Ley 1776 de 2016, mediante la cual se crean las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (ZIDRES). Esa ley puede considerarse como la primera legislación específica para el sector del agronegocio en Colombia, un sector que, a diferencia de países como Brasil y Argentina, aún no se encuentra consolidado. La ley permite la creación de territorios

ZIDRES en más de siete millones de hectáreas para el desarrollo de proyectos agroindustriales (COLOMBIA, 2016b). Aunque plantea esquemas asociativos entre campesinos y empresarios, estas alianzas suelen ser muy desiguales y pueden convertirse en nuevas formas de despojo de tierras, no necesariamente a través de la violencia explícita, sino de las imposibilidades de los campesinos de desarrollar sus vidas y sus territorialidades en regiones donde predomina el agronegocio. También llama la atención que, mientras la RRI incluye tres millones de hectáreas para la creación de un fondo de tierras para distribuir entre poblaciones campesinas sin tierra y siete millones para la formalización de la propiedad, una ley, poco debatida, pueda darle, al mismo tiempo, siete millones de hectáreas al agronegocio.

Pero además de la Ley Zidres, estos actores buscaron participar en todo el proceso de negociación del acuerdo de paz y procuraron mantenerse al tanto de todo lo que se decidía. Durante la negociación, acompañaron y participaron en espacios de debate, como en el Foro de Desarrollo Agrario Integral, organizado por la Universidad Nacional de Colombia y las Naciones Unidas en diciembre de 2012, con el fin de conocer y discutir las propuestas de las organizaciones de la sociedad civil sobre el primer punto de negociación, la RRI. Hubo una participación significativa del sector empresarial, siendo el segundo grupo con mayor participación (NACIONES UNIDAS; UNAL, 2012). Las ponencias presentadas por parte de los gremios empresariales (organizaciones de representación de intereses) hicieron énfasis en la importancia de no negociar el modelo económico del país, la defensa de la propiedad privada, la necesidad de promover alianzas productivas entre campesinos y grandes empresarios y la necesidad de desarrollar proyectos a gran escala sin limitaciones para los tamaños de las tierras públicas (MEJÍA, 2012).

Otro momento sustancial en el que participaron los sectores del agronegocio fue posterior al plebiscito por la paz. En octubre de 2016, fue realizado un plebiscito de carácter vinculante para refrendar el acuerdo de paz, con la siguiente pregunta: ¿Apoya usted el acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera? Aunque las encuestas realizadas antes del

plebiscito mostraban el triunfo del “sí”, las fuerzas que apoyaron el acuerdo de paz perdieron en las urnas. Así, el “no” ganó el plebiscito, con un estrecho margen de diferencia (49,8% voto sí y 50,2% votó no) y una amplia abstención, de 62,6%. El resultado de la votación generó una profunda crisis, relacionada con la validez del acuerdo de paz. Como solución, el gobierno propuso abrir el acuerdo para escuchar las propuestas de aquellos que se declararon representantes de los sectores que habían votado “no” en el plebiscito e incluirlas en una nueva versión del acuerdo de paz⁷⁹.

⁷⁹ Se recibieron propuestas de los expresidentes Uribe (2002-2010) y Pastrana (1998-2002), de sectores del partido conservador, del ex procurador Alejandro Ordoñez, (ligado a sectores de la iglesia y parte de la coalición de derecha que disputó las últimas elecciones presidenciales) y de los representantes de las iglesias neopentecostales.

Las propuestas para modificar el acuerdo de paz en el punto de la RRI buscaban incluir en el texto la existencia de la producción empresarial de mayor escala y la obligación del Estado de promoverla, de defender la propiedad privada, de determinar el uso económico de la tierra basado en el libre mercado, de actualizar el catastro rural, pero sin afectar el impuesto predial, entre otras medidas. Así, algunas de esas propuestas fueron incluidas en el texto final del acuerdo de paz. Por ejemplo, se incluyó en el acuerdo el Principio de desarrollo integral del campo, el cual plantea el adecuado balance entre diferentes modos de producción, no solo la agricultura familiar, sino la agricultura comercial de escala, y se planteó la competitividad, la integración horizontal y vertical, entre otros (COLOMBIA, 2016a). Con relación a la propiedad privada, se explicitó en el nuevo texto que “nada de lo establecido en el Acuerdo debe afectar el derecho constitucional a la propiedad privada”. En términos generales, las modificaciones realizadas al texto del acuerdo lo aproximaron más de los intereses de los sectores agroindustriales. Aunque el acuerdo no desconocía la agroindustria como forma de desarrollo, los cambios buscaron incluirla de forma explícita. En esa misma dirección, se incluyó el tema de las alianzas productivas (esquemas de asociatividad) y de las semillas híbridas. Es decir, algunos temas que habían sido pautados durante el proceso de paz por parte de los sectores dominantes agropecuarios lograron ser incluidos en la renegociación del mismo.

Por último, en la etapa de implementación temprana del acuerdo, posterior a la firma de su nueva versión, los sectores empresariales también tuvieron una importante participación. García Trujillo (2018)

considera que uno de los factores que afectó la capacidad del gobierno Santos para implementar los acuerdos se refiere al lobby constante realizado por parte de las élites del agronegocio. Este sector tuvo un papel significativo, ejerciendo su poder de veto en algunos aspectos relacionados con la implementación de la RRI. Además, tenía una comunicación directa con el presidente, y, por lo tanto, el lobby fue hecho directamente, por medio de conversaciones con el presidente o con alguno de sus ministros. Específicamente, estos sectores hicieron parte de un comité creado en el 2017, en el cual se estudiaban y hacían sugerencias sobre las normas mediante las cuales se implementaría el acuerdo de paz, incluyendo las relacionadas con la RRI (GARCÍA TRUJILLO, 2018). Así mismo, ejercieron presión sobre el texto del Decreto 902, de 2017, que ponía en marcha la RRI, e intentaron modificarlo de acuerdo con sus intereses. Fue tal la presión que, para salvar el acuerdo de paz, el presidente Santos se comprometió con estos sectores a presentar un proyecto de tierras más amplio, donde se incluyeran sus demandas relacionadas con la legalización del uso indebido de los baldíos, especialmente en la región de la Altillanura. Esto, a cambio de que no sabotearan el decreto (GARCÍA TRUJILLO, 2018).

Sin duda, cada una de las etapas del proceso de paz y de la RRI implicó un nuevo pulso con estos sectores, que acabaron por debilitar y por frenar, de alguna manera, el alcance de la RRI. No obstante, es importante resaltar que, a pesar de lo anterior, para los sectores progresistas, los campesinos y los ex combatientes comprometidos con la paz, la RRI continúa siendo un instrumento fundamental para la construcción de una sociedad más justa.

CONSIDERACIONES FINALES

El acuerdo de paz con las FARC-EP y, específicamente, la RRI, nacieron con una serie de dificultades que fueron resultado del pulso entre los sectores más populares y los sectores del agronegocio en torno al modelo de campo que sería apoyado en los próximos años. En este texto el énfasis estuvo en los sectores del agronegocio, más

ligados a la internacionalización de la agricultura y a la producción de commodities, que tuvieron una postura de apoyo formal al acuerdo de paz. Sin embargo, los sectores ligados a la ganadería extensiva buscaron, de forma directa, bloquear los intentos de democratización de la tierra y se declararon enemigos del acuerdo de paz.

Los sectores del agronegocio hicieron uso de diversas estrategias para afectar el espíritu de la RRI, y, como lo afirma Méndez (2019), esto permite evidenciar la continuidad de una tendencia observada durante el siglo XX y lo corrido de este siglo, “según la cual iniciativas transformadoras son neutralizadas mediante dispositivos legales, reafirmando el campo jurídico como escenario persistente de disputa por la tierra” (p. 115). En la práctica, la RRI fue cuestionada y limitada en su fase de discusión, de definición y de implementación temprana.

Durante el gobierno de Iván Duque (2018-), opositor ante la paz, la RRI ha sufrido una lenta implementación. El gobierno, además, está comprometido con los sectores del agronegocio para garantizar la entrega de tierras baldías sin limitaciones y de manera rápida, es decir, profundizar aún más el modelo del agronegocio, superando algunos trámites burocráticos que quedaron incluidos en la Ley Zidres. Sin embargo, a diferencia del gobierno Santos, en el actual gobierno, se ha fortalecido el poder de los latifundistas y se asiste, con mayor intensidad, a los desplazamientos forzados de las comunidades campesinas, indígenas y afrodescendientes. La represión se ha intensificado contra defensores/as de derechos humanos, ex guerrilleros/as, campesinos/as, líderes y lideresas sociales que defienden la restitución de tierras y la paz, situación que se ha agravado en el contexto de la pandemia. El acuerdo nació con contradicciones y dificultades, y en estos primeros años de implementación se observa la profundización del sesgo anticampesino y la contrarreforma agraria. Los próximos años, por lo tanto, serán decisivos para la implementación de la RRI, que cuenta con el respaldo de comunidades campesinas y de los sectores progresistas, pero también cuenta con enemigos históricos de la paz.

BIBLIOGRAFÍA

- BEJARANO, Jesús Antonio. *Economía y poder: la SAC y el desarrollo agropecuario colombiano, 1871-1984*. Bogotá, D.C.: CEREC, 1985.
- COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. *Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014: prosperidad para todos*. Bogotá, D.C.: Departamento Nacional de Planeación, 2011a. Tomo I.
- COLOMBIA. JEP. Jurisdicción Especial para La Paz. *Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. 2016a. Disponible en: https://www.jep.gov.co/Marco%20Normativo/Normativa_v2/01%20ACUERDOS/N01.pdf. Acceso en: 15 abr. 2020.
- COLOMBIA. Ley 1448, de 2011. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 48.096, 10 jun. 2011b.
- COLOMBIA. Ley 1776, de 2016. Por la cual se crean y desarrollan las zonas de interés de desarrollo rural, económico y social, Zidres. *Diario Oficial*: Bogotá, D.C., n. 49770, p. 2, 29 ene. 2016b.
- ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. Elementos para un análisis político de los efectos del Acuerdo de paz y del estado general de la implementación. En: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo (coord.). *El acuerdo de paz en Colombia: entre la perfidia y la potencia transformadora*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Bogotá, D.C.: Gentes del Común; CEPDIPO, 2019. p. 23-60.
- FAJARDO, Darío. *Haciendas, campesinos y políticas agrarias en Colombia, 1920-1980*. Bogotá, D.C.: Oveja Negra, 1988.
- FAJARDO, Darío. *Las guerras de la agricultura colombiana 1980-2010*. Bogotá, D.C.: ILSA, 2014.
- FARC. Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia. *Programa Agrario de los Guerrilleros de las FARC*. 1964. Disponible en: <https://partidofarc.com.co/farc/wp-content/uploads/2019/06/2.9-INFORMACION-ADICIONAL-PROGRAMA-AGRARIO-DE-LOS-GUERRILLEROS-DE-LAS-FARC.pdf>. Acceso en: 15 abr. 2020.
- GARCÍA TRUJILLO, Andrés. *Yes but no: Havana peace agreement's ambiguous sway on Colombia's rural development policy*. 2018. Tesis (Doctorado em Filosofía) – University of Waterloo, Ontario, 2018.
- GUTIÉRREZ, Francisco. Lo bueno, lo malo y lo feo de la restitución de tierras en Colombia: una lectura política e institucional. En: GUTIÉRREZ SANIN, Francisco; PEÑA HUERTAS, Rocío del Pilar; PARADA HERNÁNDEZ, María Mónica (org.). *La tierra prometida: balance de la política de restitución de tierras en Colombia*. Bogotá, D.C.: Universidad del Rosario, 2019. p. 9-37.
- LAHIFF, E; BORRAS, S; KAY, C. Market-led agrarian reform: policies, performance and prospects. En: BORRAS, Saturnino; KAY, Cristóbal; LAHIFF, Edward (orgs.). *Market-led agrarian reform: critical perspectives on neoliberal land policies and the rural poor*. Londres: Routledge, 2008. p. 1-20.

- LONDOÑO BOTERO, Rocío. *Juan de la Cruz Varela: sociedad y política en la región de Sumapaz (1902-1984)*. Bogotá, D.C.: Universidad Nacional de Colombia, 2011.
- MEJÍA, Rafael. *La agricultura colombiana próspera, el camino para la paz*. Bogotá, D.C.: Universidad Nacional de Colombia; Naciones Unidas, 2012.
- MÉNDEZ, Yenly Angélica. La implementación en un contexto de contrarreforma agraria. En: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo (coord.). *El acuerdo de paz en Colombia: entre la perfidia y la potencia transformadora*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Bogotá, D.C.: Gentes del Común; CEPDIPO, 2019. p. 109-130.
- MISAS ARANGO, Gabriel. *Regímenes de acumulación y modos de regulación: Colombia 1910-2010*. Bogotá, D.C.: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Económicas; IEPRI, 2019.
- MONDRAGÓN, Héctor. *Colombia: o mercado de tierras o reforma agraria*. Bogotá, D.C.: Fensuagro. 2002.
- MONTERO, Lizeth; MACHUCA, Diana Ximena. Las cuentas pendientes de la política de víctimas: Desarrollos y retrocesos en materia de restitución de tierras. En: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo (coord.). *El acuerdo de paz en Colombia: entre la perfidia y la potencia transformadora*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Bogotá, D.C.: Gentes del Común; CEPDIPO, 2019. p. 239-264.
- NACIONES Unidas Colombia; UNAL. Universidad Nacional de Colombia. Foro Política de Desarrollo Agrario Integral (enfoque territorial): informe y balance general. 2012, Bogotá, D.C.: [s.n.], 2012.
- OXFAM. *Radiografía de la desigualdad: lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia*. Bogotá, D.C.: Oxfam, 2017.
- PALACIOS, Marco. *Entre la legitimidad y la violencia: Colombia 1875-1994*. Bogotá, D.C.: Editorial Norma, 2003.
- PARTIDO de la U. *Buen gobierno para la prosperidad democrática: 109 Iniciativas para lograrla*. [S.l.: s.n.], 2010.
- PEREIRA, João Márcio Mendes; FAJARDO, Darío. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial na Colômbia e no Brasil (1994-2002). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.
- REBOLLO, Esther. Santos: “El modelo económico y político no está en discusión con las FARC”. 2012. Disponible em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/santos-el-modelo-economico-politico-no-esta-discusion-farc/267919-3>. Acceso em: 2 ago. 2018.
- REYES, Alejandro. *La reforma rural para la paz*. Bogotá, D.C.: Penguin Random House Grupo Editorial Colombia, 2016.
- VEGA CANTOR, Renán. *Gente muy rebelde. Indígenas, campesinos y protestas agrarias (1909-1929)*. Bogotá, D.C.: Ediciones Pensamiento Crítico, 2002.

AUTORES



Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Professor Titular de Teoria do Direito da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e do Programa de Pós-graduação em Direitos, Inovações e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do NUTEAP (Núcleo de pesquisas interdisciplinares de teorias, atividades e práticas no campo do direito) certificado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes/CNPq



Andrea Catalina León Amaya

Bacharel em Direito pela Universidad Externado de Colombia. Mestra em Ciências Sociais e Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora integrante do NUTEAP (Núcleo de pesquisas interdisciplinares de teorias, atividades e práticas no campo do direito).



Sandra Patricia Arenas Grisales

Doutora em Memória Social; Mestre em Ciência Política; Bibliotecária. Professora da Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia, Medellín. Colômbia. Arenas Grisales, S.



José César Coimbra, Doutor em Memória Social

Mestre em Teoria Psicanalítica; Psicólogo no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; Professor na Especialização em Psicologia Jurídica, PUC-Rio/CCE. Coimbra, J.



Umberto Abreu Noce

É advogado, mestre em Direito Público pela PUC-Minas e doutorando em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Além das pesquisas desenvolvidas no grupo de estudos NUTEAP, tem se dedicado a trabalhar os direitos culturais, sua relação com o interesse público e o desenvolvimento econômico.



César Augusto Tapias Hernández

Sociólogo de la Universidad de Antioquia, Medellín; Máster en Antropología de la Universidad Nacional de Colombia, Bogotá; Doctorando en Comunicación en la Universidad del Norte, Barranquilla. Su tesis doctoral es sobre Comunicación Comunitaria & Construcción de paz.



Ana Beatriz Almeida Borges

É graduanda em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de iniciação científica do CNPq no tema do direito fundamental à liberdade de consciência e membro do grupo de pesquisa NUTEAP.



Óscar Iván Suárez Moreno

Investigador, consultor e interventor social en temas de reconciliación, convivencia y paz. Es Psicólogo de la Pontificia Universidad Javeriana de Colombia y magíster en Estudios sociales y políticos latinoamericanos de la Universidad Alberto Hurtado de Chile. Ha trabajado con diferentes entidades transicionales en Colombia en temas de reintegración y reincorporación de excombatientes, reparación a víctimas, construcción de política pública de reconciliación, convivencia y paz, así como en los programas de desarrollo con enfoque territorial previstos en el Acuerdo Final de Paz. En la actualidad trabaja con la Comisión para el esclarecimiento de la verdad, la convivencia y la no repetición de Colombia.



Daiane Trindade da Silva

É pedagoga, mestre em Educação pela UNEMAT, mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Professora e pesquisadora, participa dos grupos de Estudos NUTEAP (UFF), HUMANIZE (UNIR) e GEPPRIVAÇÃO (USP) com estudos que giram em torno dos temas sobre Atuação de profissionais prisionais, educação em Prisões e Crianças e Adolescentes em Situação de Risco.



Miriam Tavares de Sá

É mestranda em Sociologia e Direito pelo PPGSD da Universidade Federal Fluminense, membro do Grupo de Pesquisa NUTEAP/UFF, pesquisadora na área dos direitos sociais e sociologia do trabalho e advogada (FND/UFRJ).



María Rossi

Doctora en antropología social. Investigadora de posdoctorado en antropología social en el programa de posgrado en antropología social – Museo Nacional, Universidad Federal de Rio de Janeiro, estudiando las relaciones entre género, etnicidad, participación política y desigualdades en las trayectorias de vidas de mujeres indígenas en el Vaupés colombiano y el Alto Rio Negro brasileiro.



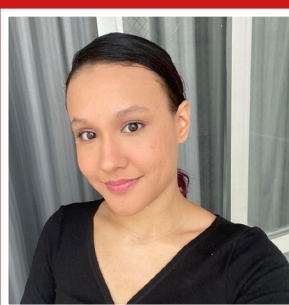
Laura Magalhães de Andrade

É Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos, Insituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (PPGDIN-UFF). Integrante do NUTEAP. Mestre em Meio Ambiente, Sustentabilidade e ODS (Universidade do País Vasco / Cátedra UNESCO de Educação Ambiental). Mestre em Direito e Políticas Públicas (UNIRIO). Especialista em Gestão e Educação Ambiental (UFRJ). Graduada em Direito (UFF).



Catalina Revollo Pardo

Doctora y Magíster Psicosociología de Comunidades y Ecología Social EICOS de la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Formada en Psicología por la Universidad de la Sabana. Actualmente es post-doctoranda CAPES/PNPD en Psicosociología de Comunidades y Ecología Social EICOS de la Universidad Federal de Rio de Janeiro, investigando migraciones, encuentros de saberes, memoria, América Latina y feminismos, con enfoque transdisciplinar. Es vice líder del grupo de investigación Dispotics de la Escuela de Comunicación de la Universidad Federal de Rio de Janeiro, también es miembro del Laboratório de Memórias, Territorios y Ocupaciones: Rastros Sensibles de la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Militante del Movimiento de migrantes Brasileño, articuladora cultural y Dj. Ha publicado artículos en diferentes libros y revistas académicas sobre migraciones y el Conflicto social político económico armado colombiano.



Jamile da Silva Pinheiro

É bacharela em Direito pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR, servidora pública do Tribunal de Justiça/RO, mestranda em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF e faz parte do grupo de estudos NUTEAP.



Juanita Cuéllar Benavides

Colombiana, politóloga de la Universidad Nacional de Colombia (2006) con maestría en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad, de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (CPDA/UFRRJ) y doctorado en el mismo programa. Tiene conocimientos en sociología rural, cuestión agraria, movimientos sociales, derechos humanos y acceso a la justicia en América Latina. Más de ocho años de experiencia laboral en ONGs. Actualmente está vinculada a Fórum Justiça (Brasil). Idiomas: Español, inglés, portugués.



ISBN: 978-65-86457-11-7

CBL



9 786586 457117